

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

ELMARILENE WALK

IMPLANTAÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
RELACIONADAS À AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO CENTRO SUL
DO PARANÁ.

PONTA GROSSA
2024

ELMARILENE WALK

IMPLANTAÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
RELACIONADAS À AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO CENTRO SUL
DO PARANÁ.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, no Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como parte dos requisitos para o título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha.

PONTA GROSSA

2024

W176 Walk, Elmarilene
Implantação e desconstrução das políticas públicas relacionadas à agricultura familiar no território centro sul do Paraná. / Elmarilene Walk. Ponta Grossa, 2024.
254 f.

Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha.

1. Desenvolvimento territorial. 2. Territórios rurais. 3. Políticas públicas. 4. Pronat. 5. Território centro sul - Paraná. I. Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. III.T.

CDD: 910



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

ELMARILENE WALK

IMPLANTAÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Geografia, no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Doutorado em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (UEPG)

Prof. Dr. Nicolas Floriani (UEPG)

Prof. Dr. Celbo Antonio da Fonseca Rosas (UEPG)

Prof. Dr. Celso Donizete Locatel (UFRN)

Prof.^a Dra. Karla Emmanuela Ribeiro Hora (UFG).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alexandre Goncalves Cunha, Professor(a)**, em 05/03/2024, às 11:15, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nicolas Floriani, Professor(a)**, em 07/03/2024, às 16:41, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celso Donizete Locatel, Usuário Externo**, em 13/03/2024, às 21:49, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Emmanuela Ribeiro Hora, Usuário Externo**, em 15/03/2024, às 07:38, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celbo Antonio da Fonseca Rosas, Professor(a)**, em 15/04/2024, às 09:23, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1877545** e o código CRC **34442593**.

Dedico aos meus pais Lauro e Iracema, ao meu filho Ayrton e minhas irmãs pelo incansável apoio e compreensão em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Nessas páginas quero tecer um agradecimento àqueles que fizeram parte e me deram forças nessa trajetória de 4 anos pelo doutorado.

Primeiramente a Deus pela oportunidade de viver esse momento tão especial e por sua presença em todos os momentos.

Ao Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha pela contribuição de seus conhecimentos e sugestões na orientação para elaboração da Tese.

A minha amiga Gigliese Aparecida Mendes, que durante sua jornada aqui em nosso plano foi minha grande incentivadora, sem sua parceria eu não teria alçado vôos tão altos.

Aos articuladores dos projetos do Programa de Desenvolvimento Sustentável De Territórios Rurais - PRONAT pela troca de experiências vivenciadas, por todo o material fornecido e apoio à pesquisa.

Aos funcionários e professores da UNICENTRO pelo apoio e pela liberação para poder me dedicar exclusivamente ao aprofundamento dos estudos para a elaboração da Tese.

Aos meus pais que sempre me deram forças para seguir em frente e conseguir realizar meus sonhos em todos os momentos da minha vida, me apoiando e lutando ao meu lado.

As minhas irmãs Fernanda e Michele, que sempre estão ao meu lado em todos os momentos da vida e para enfrentar todos os obstáculos que tivermos pelo caminho, assim como comemorar ao meus lados os bons momentos, que é agora a conclusão do Doutorado.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

“Se o homem queimar as cidades e preservar os campos, essas ressurgirão.
Mas se o homem preservar as cidades e queimar os campos, essas não sobreviverão.”

Benjamim Franklin (1709)

RESUMO

A Tese apresenta a análise das ações e efeitos do processo de intervenção territorial relacionado às políticas de desenvolvimento territorial rural no Centro Sul do Paraná, com ênfase na agricultura familiar. O objetivo é apresentar e discutir os resultados gerados pelas políticas públicas de desenvolvimento territorial rural através Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT no Território Centro Sul do Paraná, na agricultura familiar, por intermédio de um inventário do PRONAT e sua territorialização, avaliando os projetos territoriais de infraestrutura, os quais permitiram inferências acerca da gestão social para a inclusão produtiva. O recorte espacial contempla o Território Centro Sul do Paraná e o recorte temporal engloba as políticas de DTR através do PRONAT, mais especificamente através dos projetos implantados pela PROINF durante o período de 2003 a 2015, o qual foi extinto no ano de 2016. A pesquisa tem caráter qualitativo e se realizou por meio de entrevistas, observações, análise documental e bibliográfica, sendo relevante para embasamento de futuros estudos e elaboração de materiais, gerando subsídios teóricos e metodológicos sobre conhecimento em relação ao desenvolvimento territorial rural, a agricultura familiar e a delimitação de territórios como estratégia de desenvolvimento. Os projetos aprovados pelo Conselho Gestor, estavam dentro das propostas estabelecidas pelo PDTRS e dentro das metas estabelecidas pelo MDA, porém não ampliou a gestão participativa almejada, ressalta-se que houve ainda projetos aprovados através de emendas parlamentares diretamente a cada município. A atuação do MDA na regularização fundiária também só foi possível com o apoio de mão de obra fornecido pelas prefeituras, visto que problemas burocráticos foram enfrentados pelos projetos que deveriam contratá-las. Os projetos relacionados a fruticultura, e a produção de alimentos agroecológicos e processados para atender o nicho de mercado de compra do governo, foram fortemente incentivados e apoiados dentro do Território como uma alternativa para os agricultores que cultivam o fumo, porém a cultura de cultivo do fumo é forte e enraizada dentro dos municípios do Território e não foi observada a diminuição de produção. O cultivo de frutas apresentou um aumento em sua produção nas propriedades com mais de 50 pés. A experiência do PRONAT foi bem enriquecedora se tratando de desenvolvimento rural, e uma das mais completas, pois teve o fortalecimento e participação social como objetivo, assim como a destinação orçamentária própria, por intermédio do PROINF, permitindo a aprovação e instalação dos projetos pelo Conselho Gestor do Território, sendo uma base para novos programas dentro de um futuro novo governo progressista. Contudo é de grande importância que se obtenham amparos em leis, para que as políticas não sejam abruptamente encerradas e todos os benefícios alcançados perdidos. No período de análise do PRONAT, verifica-se que esse projeto inovador em suas práticas e aplicações, está caracterizado mais como um projeto piloto, e que apesar de toda a divulgação e captação participativa, em termos de destinação de verbas foram muito baixas para alavancar as propostas iniciais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial, Territórios Rurais, Políticas Públicas, PRONAT, Território Centro Sul do Paraná

ABSTRACT

The Thesis presents the analysis of the actions and effects of the territorial intervention process related to rural territorial development policies in the Center South of Paraná, with an emphasis on family farming. The objective is to present and discuss the results generated by public policies for rural territorial development through the National Program for Sustainable Development of Rural Territories - PRONAT in the Central South Territory of Paraná, in family farming, through an inventory of PRONAT and its territorialization, evaluating territorial infrastructure projects, which allowed inferences about social management for productive inclusion. The spatial section covers the Central South Territory of Paraná and the temporal section encompasses DTR policies through PRONAT, more specifically through the projects implemented by PROINF during the period from 2003 to 2015, which was extinguished in 2016. The research has a qualitative character and was carried out through interviews, observations, documentary and bibliographic analysis, being relevant for the basis of future studies and preparation of materials, generating theoretical and methodological subsidies on knowledge in relation to rural territorial development, family farming and delimitation of territories as a development strategy. The projects approved by the Management Council were within the proposals established by the PDTRS and within the goals established by the MDA, but did not expand the desired participatory management. It should be noted that there were still projects approved through parliamentary amendments directly to each municipality. The MDA's role in land regularization was also only possible with the support of labor provided by the city halls, as bureaucratic problems were faced by the projects that were supposed to hire them. Projects related to fruit growing, and the production of agroecological and processed foods to meet the government's purchasing niche market, were strongly encouraged and supported within the Territory as an alternative for farmers who grow tobacco, but the cultivation of tobacco is strong and rooted within the Territory's municipalities and no decrease in production has been observed. Fruit cultivation showed an increase in production on properties with more than 50 feet. PRONAT's experience was very enriching when it comes to rural development, and one of the most complete, as it had social strengthening and participation as its objective, as well as its own budgetary allocation, through PROINF, allowing the approval and installation of projects by the Council Territory Manager, being a basis for new programs within a future new progressive government. However, it is of great importance to obtain support in laws, so that policies are not abruptly terminated and all benefits achieved lost. During the PRONAT analysis period, it appears that this innovative project in its practices and applications, is characterized more as a pilot project, and that despite all the publicity and participatory fundraising, in terms of allocation of funds they were too low to leverage the initial proposals.

Keywords: Territorial Development, Rural Territories, Public Policies, PRONAT, Central South Territory of Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Módulos Fiscais no Brasil.....	47
Figura 2 – Linha do Tempo das Distintas Tipologias de Ruralidade no Plano Internacional.....	61
Figura 3 – Território Centro Sul do Paraná.....	69
Figura 4 – Estrutura do Conselho Gestor.....	71
Figura 5 – Estrutura do PRONAT.....	126
Figura 6 – Eixos Estratégicos do PDTRS.....	140
Figura 7 – Agrovila	189
Figura 8 – Antiga Sede do CEDEJOR.....	191
Figura 9 – Armazém Solidário	192
Figura 10 – Centro de Processamento de Alimentos	194

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Critérios Predominantes Utilizados na Definição de Áreas Rurais e Urbanas.....	57
Quadro 2 – Tipologia de Classificação por Densidade Demográfica.....	62
Quadro 3 – Principais Indicadores Sócio Econômicos	65
Quadro 4 – Tipos de Abordagem Territorial nas Políticas Públicas	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Financiamentos a Agricultura - Valores	149
Gráfico 2 – Número de Projetos via Emenda Parlamentar e Deliberação do Conselho Gestor	186
Gráfico 3 – Valores Destinados aos Projetos via Emenda Parlamentar e Deliberação do Conselho Gestor	187
Gráfico 4 – Número de Projetos por Área de Atuação	208
Gráfico 5 – Valores Destinados aos Projetos	209
Gráfico 6 – Agricultores Familiares Associados no Território – Censos Agropecuário de 2006 e 2017	211
Gráfico 7 – Agricultores Familiares Associados no Brasil – Censos Agropecuário de 2006 e 2017	213
Gráfico 8 – Agricultores Familiares Associados no Paraná – Censos Agropecuário de 2006 e 2017	213
Gráfico 9 – Fruticultura no Território – Comparativo entre 2006 e 2017	222
Gráfico 10 – Fruticultura no Território – Estabelecimentos com mais de 50 Pés Comparativo entre 2006 e 2017	222
Gráfico 11 – Fruticultura no Território – Estabelecimentos com menos de 50 Pés Comparativo entre 2006 e 2017	223

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de Hectares Estipulada por Município no Território.....	46
Tabela 2 – Agricultura Familiar por Área de Terra	49
Tabela 3 – População dos Municípios em 2000 e 2010 - Grau de Urbanização.....	73
Tabela 4 – População Censitária Rural por Sexo.....	74
Tabela 5 – Território Centro Sul do Paraná — Proposta da Nova Tipologia Rural Urbano 2010	75
Tabela 6 – Número de Domicílios Urbano e Rural	77
Tabela 7 – Território Centro Sul do Paraná - Densidade Demográfica (hab./km ²) ..	78
Tabela 8 – Índice de Envelhecimento da População em Porcentagem no Território... ..	79
Tabela 9 – Índice da Proporção de Idosos nos Municípios do Território Centro-Sul do Paraná	80
Tabela 10 – Razão de Dependência da População	82
Tabela 11 – Índices de Desenvolvimento Humano dos Municípios do Território Centro Sul do Paraná Censos 2000 e 2010	83
Tabela 12 – Ranking da Classificação Estadual do IDH-M	87
Tabela 13 – Ranking da Classificação Federal do IDH-M	88
Tabela 14 – Índice IPARDES de Desempenho Municipal do Território Centro Sul do Paraná.	89
Tabela 15 – Ranking da Classificação Estadual do IPDM.....	92
Tabela 16 – Índice de Desenvolvimento Humano - Renda Per Capta.	94
Tabela 17 – Índices de GINI nos Municípios do Território Centro Sul do Paraná – Censos 2000 e 2010	95
Tabela 18 – Índices de Theil - L nos Municípios do Território – Censos 2000 e 2010... ..	96
Tabela 19 – Taxa de Pobreza nos Municípios do Território	97
Tabela 20 – Proporção Extremamente Pobres no Território.....	98
Tabela 21 – Proporção de Vulneráveis a Pobreza no Território	99
Tabela 22 – Grau de Atividade da População do Território	101
Tabela 23 – Grau de Ocupação da População do Território.....	103
Tabela 24 – Porcentagem de Pessoal Ocupado nas Atividades Rurais.....	105

Tabela 25 – Residência Isentas do Pagamento de Energia pelo Programa Luz Fraterna	106
Tabela 26 – Residências Beneficiadas pela Tarifa Social da Água	107
Tabela 27 – Famílias Beneficiadas pelo Programa Leite das Crianças	108
Tabela 28 – Total de Famílias Pobres e Percentual de Atendimento do Programa Bolsa-Família nos Municípios do Território.....	109
Tabela 29 – Bolsas Concedidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil... ..	110
Tabela 30 – Financiamentos a Agricultura - Contratos.....	114
Tabela 31 – Projetos Aprovados pelo PRONAT	115
Tabela 32 – Dados da Agricultura Familiar.....	135
Tabela 33 – Número Total Estabelecimentos Agropecuários X Agricultura Familiar	136
Tabela 34 – Projetos Desenvolvidos no Território	144
Tabela 35 – Financiamentos a Agricultura - Valores	148
Tabela 36 – Número de Projetos Aprovados e Valor Investido	150
Tabela 37 – Número de Projetos e Valor por Município	151
Tabela 38 – Projetos Aprovados por Emenda Parlamentar X Projeto Aprovado com Participação do Conselho Gestor.....	182
Tabela 39 – Projetos Aprovados através de Emenda Parlamentar	183
Tabela 40 – Projetos Aprovados através do Conselho Gestor do Território	185
Tabela 41 – Projetos por Eixo Aglutinador	204
Tabela 42 – Associação do Produtor.....	210
Tabela 43 – Condição do Produtor - Estabelecimentos	215
Tabela 44 – Condição do Agricultor em Relação a Terra - Proprietário.....	216
Tabela 45 – Área Colhida de Fumo no Território.....	218
Tabela 46 – Quantidade Produzida de Fumo no Território	219
Tabela 47 – Número de Estabelecimentos por Espécie de Frutas Permanente e Temporária	220
Tabela 48 – A Produção da Fruticultura na Agricultura Familiar do Território 2017 .	224
Tabela 49 – Valor por Família de Agricultor Familiar Obtidas através do PRONAT.	227

LISTA DE SIGLAS

ADECSUL	Agência de Desenvolvimento da Região Sul e Centro Sul do Paraná
AEARI	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Irati
AFEM	Assistência Financeira Mediante Emendas Parlamentares
AMCESPAR	Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná
AMCG	Associação dos Municípios dos Campos Gerais
APLS	Arranjos Produtivos Locais
ASSIS	Associação dos Agricultores Ecologistas São Francisco de Assis
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEDEJOR	Centro de Desenvolvimento Jovem Rural
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEDRAF	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
CEF	Caixa Econômica Federal
CGT	Conselho Gestor do Território
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNDR	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COODETER	Conselho de Desenvolvimento territorial
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DTR	Desenvolvimento Territorial Rural
EMATER	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
FETAEP	Federação do Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná
FETRAFSul	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FLONA Irati	Floresta Nacional de Irati
IAPAR	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEEP	Instituto Equipe de Educadores Populares
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ING	Instituto os Guardiões da Natureza
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPDM	Índice IPARDES de Desempenho Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCG	Instituto de Terras Cartografia e Geociências
LOA	Lei Orçamentária Anual

MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NRE	Núcleo Regional de Educação
NRS	Núcleo Regional de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROINF	Programa de Apoio a Projetos de Infra Estrutura e Serviços nos Territórios Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PTC	Programa Territórios da Cidadania
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAB	Secretaria Estadual de Abastecimento
SEAD	Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SRA	Secretaria de Reorganização Agrária
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro Oeste
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 O ENFOQUE TERRITORIAL COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....	26
1.1 A CRÍTICA ÀS CONCEPÇÕES TRADICIONAIS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	26
1.2 O CONCEITO DE TERRITÓRIO COMO FUNDAMENTO DA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	33
1.3 A CONSTRUÇÃO DA BASE SOCIAL.....	39
1.4 CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	43
1.5 CRÍTICAS À CLASSIFICAÇÃO E DEFINIÇÃO DO RURAL E URBANO NO BRASIL	51
1.5.1 As Características e Problemas da Classificação do Rural e Urbano no Brasil	54
1.5.2 As Propostas de Reformulação do Rural	62
1.6 OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL..	64
2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL.....	67
2.1 TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ.....	67
2.2 CARACTERIZAÇÃO (LOCALIZAÇÃO E FORMAÇÃO).....	67
2.2.1 Dinâmicas Populacionais do Território Centro Sul do Paraná.....	71
2.2.1.1 População por situação de domicílio	72
2.2.1.2 Nova proposta de classificação das áreas rurais e urbanas	75
2.2.1.3 Número de domicílios no Território.....	77
2.2.1.4 Densidade demográfica.....	78
2.2.1.5 Índice de envelhecimento da população	79
2.2.1.6 Proporção de idosos na população	80
2.2.1.7 Razão de dependência.....	81
2.2.2 Aspectos Socioeconômicos.....	83
2.2.2.1 Índice de desenvolvimento humano municipal - IDH-M.....	83
2.2.2.2 Índice IPARDES de desempenho municipal – IPDM.....	89
2.2.2.3 Renda per capita dos municípios	94
2.2.2.4 Índice de Gini	95

2.2.2.5	Índice de Theil - L	96
2.2.2.6	Taxa de pobreza nos municípios do Território	97
2.2.2.7	Proporção de extremamente pobres	98
2.2.2.8	Proporção de Vulneráveis à Pobreza	99
2.2.2.9	Pessoas ocupadas por faixa etária.....	100
2.2.2.10	Taxa de Atividade.....	100
2.2.2.11	Taxa de Ocupação	103
2.2.2.12	Porcentagem de Ocupação Rural	105
2.3	PROGRAMAS SOCIAIS	106
3	O PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS - PRONAT	113
3.1	POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL IMPLEMENTADAS NO BRASIL	116
3.2	ABORDAGEM TERRITORIAL PARA A PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....	119
3.2.1	Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR.....	122
3.2.2	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSADs	123
3.2.3	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT	124
3.2.4	Territórios da Cidadania - PTC	124
3.3	ESTRUTURA DO PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS - PRONAT.....	125
3.4	A EXECUÇÃO FINANCEIRA.....	133
3.5	POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ.....	134
3.5.1	Estrutura do Território Centro Sul.....	134
3.5.2	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)	137
3.5.2.1	Eixos estratégicos	139
3.5.2.1.1	<i>Diversificação e agregação de renda</i>	<i>140</i>
3.5.2.1.2	<i>Educação do campo e formação das famílias</i>	<i>141</i>
3.5.2.1.3	<i>Questão fundiária</i>	<i>141</i>
3.5.2.1.4	<i>Infraestrutura e serviços sociais/ assistência técnica/ crédito/ comunicação e informação.....</i>	<i>142</i>
3.5.2.1.5	<i>Gestão ambiental</i>	<i>143</i>
3.5.2.1.6	<i>Organização</i>	<i>143</i>

3.6	PROJETOS DESENVOLVIDOS NO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ - 2003-2014	144
3.6.1	Descrição Analítica dos Projetos	151
3.6.2	Emenda Orçamentário versus projetos aprovados pelo Conselho Gestor	182
3.7	DESCONTINUIDADE E DESCONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	187
3.7.1	A Extinção do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT	188
3.7.2	A Descontinuidade e Desconstrução do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT no Território Centro Sul do Paraná	188
4	ANÁLISE DO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ CONTEXTUALIZADO NA CONCEITUALIZAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	195
4.1	AS CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO E APTIDÕES PARA A SUBMISSÃO AO PRONAT	195
4.2	OS PROJETOS EM RELAÇÃO ÀS PROPOSTAS CONTIDAS NO PDTRS	202
4.3	TERRITÓRIO CENTRO SUL EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DO PROGRAMA	209
4.3.1	A Ação Participativa e a Gestão Social	209
4.3.2	Regularização Fundiária	214
4.3.3	As Alternativas Produtivas para o Território	217
4.4	APONTAMENTOS RELEVANTES	225
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
	REFERÊNCIAS	233
	APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA	243
	ANEXO A – ELABORAÇÃO DOS PROJETOS	245
	ANEXO B – SOLICITAÇÃO EMENDA PARLAMENTAR	246
	ANEXO C – SOLICITAÇÃO EMENDA PARLAMENTAR 2	247
	ANEXO D – TERMO DE DISTRATO	248
	ANEXO E – NÚMERO DE CONTRATOS POR ÁREA DE DESTINO	248
	ANEXO F – FINANCIAMENTOS A AGRICULTURA VALORES	252

INTRODUÇÃO

Com a Constituição Federal do Brasil de 1988, o país passou por um movimento de descentralização do poder, aprofundando as competências de estados e municípios sobre seus territórios e ampliando a participação da sociedade e das instituições públicas e privadas na gestão do território. No entanto, o protagonismo relativo às políticas públicas mais influentes continuaram concentradas no governo federal.

Segundo Mastrodi e Ifanger (2019), as políticas públicas visam a realização de um objetivo voltado ao desenvolvimento social e econômico, previsto em lei e com custo autorizado por lei orçamentária.

Há várias definições possíveis sobre políticas públicas, mas entendemos que estas somente podem ser bem compreendidas se avaliadas a partir de sua função. Nesse sentido, as políticas públicas servem ao propósito de materializar os objetivos do Estado, insculpidos em sua legislação interna ou nos tratados e convenções do qual é signatário. (Mastrodi; Ifanger, 2019, p 11)

De acordo com os autores as políticas públicas se referem a certo tipo de ação estatal.

A tese busca abordar uma importante políticas públicas dirigidas à agricultura familiar e municípios que concentram agricultores vinculados a esse segmento. Trata-se das políticas públicas de Desenvolvimento Territorial Rural-DTR.

As políticas públicas de DTR começaram a ser implantadas no Brasil no final da década de 1990 com o programa Comunidade Ativa de Desenvolvimento e Políticas Sociais e a criação da Secretaria Executiva Comunidade Solidária para combater a pobreza e promover o desenvolvimento local. Em 2000, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, MP 1.999-14 de 13 de janeiro de 2000, passou a vigorar a formação de Conselhos de Desenvolvimento Rural e os planos que eram de nível local passaram para territorial.

A política pública de DTR, objeto de estudo da tese, é o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, desenvolvido por intermédio do programa orçamentário de apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços – PROINF, vigentes entre 2003 e 2015. Sua implantação visava a gestão social, o combate à pobreza, a inclusão produtiva e a integração da cidade com o campo, além do estímulo ao fortalecimento das institucionalidades.

A conceitualização de território utilizada pelo PRONAT foi formulada pelo próprio MDA como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA, 2004).

O território aqui é utilizado com uma escala de ação para as políticas públicas do PRONAT, com forte atuação para o rural, mas não excluído do contexto geral de atuação entre o rural e o urbano. Valoriza os processos de desenvolvimento sustentável aliado à ideia de equidade social.

De acordo com o MDA (20024) a abordagem territorial se justifica por vários aspectos, dentre os quais, não se resume somente ao agrícola, se caracteriza como uma escala nem muito restrita e nem muito ampla, com descentralização da políticas públicas, e proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições.

O Território Centro-Sul do Paraná corresponde a um conjunto de municípios reunidos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, como área de ação de política pública de desenvolvimento territorial que foi implementada a partir do primeiro Governo Lula. Era formado pelos municípios membros da Associação dos Municípios do Território Centro Sul do Paraná – AMCESPAR, visto sua centralidade no debate sobre a organização política regional, porém, partiu do próprio MDA a inclusão de Ivaí e Ipiranga na delimitação final, a qual foi aceita pelos outros municípios.

O Conselho Gestor do Território - CGT era no programa o órgão administrativo com representação entre sociedade civil, poder público e beneficiários, possibilitando a participação na gestão pública, realizando funções de mobilização, deliberação e fiscalização. Se constituía em um espaço democrático permitindo buscar soluções para as demandas da sociedade.

Diante do exposto, surge o problema de pesquisa e se refere à análise das ações e efeitos do processo de intervenção territorial relacionado às políticas de desenvolvimento territorial rural no Centro Sul do Paraná, com o objetivo fundamental de apoiar a agricultura familiar.

A partir do qual podemos levantar algumas hipóteses:

- a) a interferência do PRONAT foi suficiente para incentivar a associação da agricultura familiar.
- b) o programa possibilitou a interação dos órgãos governamentais, não governamentais e beneficiários em um ambiente de debates e aprovação de projetos.
- c) os projetos discutidos pelo Conselho Gestor do Território estavam dentro dos objetivos do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.

O objetivo da tese é apresentar e discutir os resultados gerados pelas políticas públicas de DTR por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT no Território Centro Sul do Paraná.

Os objetivos específicos englobam:

- a) discutir a fundamentação e caracterização do conceito de territorialização de políticas públicas e verificar se as mesmas foram realmente efetivadas pelo PRONAT no território Centro Sul do Paraná.
- b) identificar se as mudanças propostas pelo PRONAT, com a execução orçamentária do Programa de Apoio a Projetos de Infra Estrutura e Serviços no Territórios Rurais – PROINF, em relação à participação da agricultura familiar em uma gestão social mais participativa, se efetivaram no Território.
- c) relacionar os projetos de infraestrutura e beneficiamento aos objetivos do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS em relação aos eixos aglutinadores.
- d) analisar o processo de criação, evolução, descontinuidade e de desconstrução do PRONAT no Território Centro-Sul do Paraná, com ênfase para a agricultura familiar.
- e) investigar os objetivos tecidos pelo PRONAT, assim como os estabelecidos pelo Conselho Gestor do Território e analisar se os mesmos foram executados no decorrer do período de atuação do programa.

A formação territorial visa compreender sua dinâmica, priorizando a compreensão do fenômeno da territorialização de políticas públicas em dois momentos (dois tempos):

- a. instituição da Políticas Pública de Desenvolvimento Territorial até sua extinção.
- b. desconstrução das políticas de DTR.

O recorte espacial contempla o Território Centro Sul do Paraná, composto pelos seguintes municípios: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Ipiranga, Inácio Martins, Ivaí, Irati, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares.

O recorte temporal corresponde ao período no qual foi implementada a política de DTR do PRONAT e dos projetos implantados pelo Programa de Infraestrutura — PROINF, entre os anos de 2003 a 2015, sendo que a extinção aconteceu em 2016.

Inicialmente foi realizado o levantamento bibliográfico para embasar a pesquisa, englobando a contextualização do desenvolvimento territorial, com o foco nas políticas públicas de DTR, voltadas para a gestão social, apresentando a relevância da construção da base e capital social, assim como a abordagem territorial dentro do desenvolvimento rural.

A pesquisa é bibliográfica e documental quando apresenta dados sobre a dinâmica populacional do Território, amparada em pesquisa realizada nos dados dos censos agropecuários e demográficos. Realizou-se também o levantamento dos dados socioeconômicos do Território Centro Sul. A apresentação dos dados resultou na análise do processo de territorialização do Plano nos municípios, com a implantação dos projetos.

A pesquisa é *ex-post-facto* e tem por objetivo investigar as relações entre o programa já extinto e os resultados gerados por meio do PRONAT no Território Centro Sul do Paraná. A característica desse tipo de pesquisa se dá pelo fato dos dados serem coletados após a sua ocorrência. A pesquisa analisa variáveis imutáveis que não podem ser alteradas, porém visam fornecer dados para comparação com outras variáveis ou novos programas.

No capítulo relacionado ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, a pesquisa partiu da criação e atuação

do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, passando pelos projetos apoiados e pela ação orçamentária de apoio aos Projetos de Infraestrutura e Serviços – PROINF, seguindo para a apresentação dos projetos do Território Centro Sul do Paraná. A pesquisa concentrou-se também nos manuais operacionais da PROINF, ata dos colegiados e pesquisas no site da Controladoria Geral da União, utilizando-se o portal da transparência e Operações de Crédito e Contratos de Repasse da Caixa Econômica Federal.

Referente a desconstrução do PRONAT e dos projetos relacionados ao Território Centro Sul, a pesquisa foi documental e de campo junto às instituições de apoio ao programa no Território e dos projetos por meio de entrevistas com articuladores que atuaram na implementação do projeto.

Com relação aos procedimentos metodológicos para apresentar a formação e a abrangência dos projetos desenvolvidos no Território e sua trajetória, foram efetuadas pesquisas bibliográficas, documentais, entrevistas semiestruturadas e visitas aos projetos.

A pesquisa de campo foi iniciada com visitas ou contatos, via internet, com os articuladores do Território e análise de documentos e projetos que alguns deles ainda possuem em seus arquivos, incluindo os arquivos da AMCESPAR.

Entrevistas informais e questionários semiestruturado foram aplicados aos membros do Conselho Gestor do Território:

- a) articulador contratado pelo PRONAT de maneira autônoma;
- b) articulador representante da AMCESPAR, membro do conselho que esteve presente desde a implantação dos conselhos municipais e que atuou em todo o período que o PRONAT esteve em vigência.
- c) articulador representante de órgão governamental
- d) secretária do Conselho Gestor do Território.

A amostragem se caracteriza por ser não probabilística, na qual foi selecionado um grupo de respondentes de uma população maior. Inicialmente através da entrevista ao articulador que esteve presentes em todas as etapas do programa, seguido de membros indicados e que detinham mais envolvimento e conhecimento sobre a atuação do PRONAT, ou seja não foi estabelecido por ordem aleatória.

Após a coleta de dados foi efetuada a fase de seleção, codificação e tabulação dos dados, partindo então para a análise e interpretação.

A pesquisa também explorou fontes qualitativas, ressaltando a experiência de cada participante em relação a sua atuação no que se refere ao PRONAT, mas se recorreu às fontes quantitativas, com o levantamento de valores dos projetos e de outros dados estatísticos, que refletem e mensuram os valores financeiros do programa.

Com base nas ideias de Alencastro (2006), a pesquisa se caracterizou como de natureza mista, portanto teórica e prática. Com relação aos procedimentos técnicos adotados, como pesquisa bibliográfica, documental e de estudo de caso múltiplo composto por entrevistas e análise de documentos.

A pesquisa também tem caráter interpretativo para entender a realidade individual dos sujeitos sociais, sendo construída através de significados baseados nas expectativas das pessoas e nas realidades alcançadas.

A tese está estruturada com a introdução que apresentou a contextualização do problema de pesquisa, seu objetivo geral e seus objetivos específicos, bem como a justificativa e relevância do estudo. E dividida em outros 4 capítulos conforme segue:

O capítulo 1 apresenta o embasamento teórico do trabalho, aborda questões sobre o desenvolvimento territorial como proposta de desenvolvimento rural, as críticas às concepções tradicionais de desenvolvimento econômico, o conceito de território como fundamento da concepção de desenvolvimento territorial, a construção da base social, capital social e desenvolvimento, a caracterização da agricultura familiar e as críticas à classificação e definição do rural e urbano no Brasil e propostas de reformulação do rural, finalizando o capítulo com a o embasamento teórico sobre os indicadores de desenvolvimento econômico e social.

O capítulo 2 aborda a caracterização do território Centro Sul, apresentando o Território, sua caracterização, localização e formação por intermédio das dinâmicas populacionais, seus dados e índices, além de trazer o conhecimento sobre os programas sociais desenvolvidos no Território.

O capítulo 3 apresenta a caracterização do PRONAT assim como as políticas de desenvolvimento territorial implementadas no Brasil. A abordagem territorial para a promoção de desenvolvimento rural envolveu alguns programas, dentre eles a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSADs, Territórios da Cidadania - PTC e o

Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT. O capítulo traz ainda a estrutura do PRONAT juntamente com sua execução financeira. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Território Centro Sul do Paraná são apresentadas em um tópico mais específico para o Território em análise, apresentando a estrutura do Território Centro Sul, seu PTDRS com os referidos eixos aglutinadores, os projetos apoiados pelo PROINF - 2003-2014 e a descrição analítica de cada um dos projetos. Para completar um tópico sobre a descontinuidade e desconstrução de políticas públicas de maneira ampla, seguindo para a extinção do PRONAT e para a descontinuidade e desconstrução do PRONAT no Território Centro Sul do Paraná.

O capítulo 4 apresenta a análise dos dados anteriores com o Território Centro Sul do Paraná contextualizado na conceitualização de desenvolvimento territorial, a análise do Território em relação às suas características e aptidões para a submissão à programas de desenvolvimento territorial rural e os projetos em relação às propostas contidas no PDTRS.

Por fim, as considerações finais seguidas das referências bibliográficas consultadas, apêndice e anexos.

Sua relevância é baseada na constituição de material para estudos e subsídios teórico e metodológico, o qual servirá para ampliar o conhecimento e os debates para futuros projetos que visem o desenvolvimento rural e a agricultura familiar e a delimitação de territórios como estratégia de desenvolvimento.

1 O ENFOQUE TERRITORIAL COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

A discussão da literatura sobre a evolução do desenvolvimento econômico e sua contextualização, pautada no respeito ao meio ambiente e a cultura da região, busca valorizar o viés geográfico relacionado ao desenvolvimento econômico como fator determinante para entender e promover o desenvolvimento regional. Dessa forma é que o território se relaciona à concepção de desenvolvimento territorial que está na base da elaboração de políticas públicas de desenvolvimento rural e regional.

As relações sociais são essenciais, amplamente consideradas e estimuladas no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. O capítulo abrange a formação e a construção da base social, assim como as influências do capital social no desenvolvimento rural observado no Território.

1.1 A CRÍTICA ÀS CONCEPÇÕES TRADICIONAIS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O objetivo da discussão sobre desenvolvimento econômico é embasar a tese com a revisão literária sobre o tema, sendo o desenvolvimento econômico visto em sua associação com a melhoria na qualidade de vida, com ativa participação da comunidade na definição dos seus fins e suas etapas. Dessa forma, defende-se examinar a eficiência econômica subordinada a critérios de equidade social.

As primeiras definições de desenvolvimento econômico foram formuladas a partir do crescimento econômico, considerado sinônimo e condição essencial para que houvesse o desenvolvimento econômico. Conforme relata Correia et al. (2019), para as Escolas Clássica e Neoclássica da Economia, o desenvolvimento econômico e o crescimento econômico são considerados sinônimos, mas para Escola Crítica, de influência marxista, o crescimento econômico seria então uma condição necessária, porém não suficiente para que ocorresse o desenvolvimento econômico.

As primeiras definições foram caracterizadas a partir do crescimento econômico entendido como sinônimo, ou como condição necessária, embora não suficiente, para que se alcance o chamado desenvolvimento econômico. Disso decorre que não há ou não havia minimamente um consenso a respeito, mas é a economia que primeiramente discute a respeito, justamente por conta desse seu viés. (Correia, 2019, p. 2).

O desenvolvimento tratado como sinônimo de crescimento econômico,

associado ao progresso, a industrialização e uso de tecnologia de maneira intensiva era considerado como o caminho que levaria ao aperfeiçoamento da humanidade.

Conforme Silva et al (2018), o modelo de desenvolvimento econômico era evidenciado por um padrão de consumo elevado e pela acumulação de bens atrelados às altas taxas de crescimento econômico, sendo que o índice que mede o desempenho do crescimento econômico era o Produto Interno Bruto-PIB.

A discussão em torno dos tipos de desenvolvimento não se constituía um problema central nas análises dos cientistas sociais, ou mesmo dos governos e partidos ou agrupamentos políticos. O grande debate dava-se em torno das nações desenvolvidas e não desenvolvidas, e de quais estratégias adotar para promover o desenvolvimento. (Silva, 2018, p.3).

Essa classificação fortalecia a ideia de que o futuro seria mais abundante que o presente, o presente melhor que o passado e que o responsável pelas melhorias e pelas inovações seriam realizações executadas pelo homem.

Veiga (2005) reforça essa ideia ao relatar que o objetivo do desenvolvimento era pautado na observação de nações consideradas desenvolvidas:

Até a década de 60, não existia a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois, coincidentemente ou não, as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização. De outro lado, os países que haviam permanecido subdesenvolvidos eram os pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado. (Veiga, 2005, p. 19).

Predominava a vertente de que haveria relação direta entre a industrialização, crescimento e o desenvolvimento. Porém, segundo Veiga (2005), mesmo após o intenso crescimento econômico ocorrido na década de 1950, em diversos países semi-industrializados, dentre eles o Brasil, esse processo não levou a melhoria de acesso à saúde e à educação, considerados pontos primordiais para a melhoria da qualidade de vida. O fato deu origem a um intenso debate internacional sobre o sentido atribuído ao vocábulo desenvolvimento e outros fatores marcaram o período, a ampliação da degradação ambiental, o uso indiscriminado das fontes não renováveis de energia e a elevação da concentração da renda.

Campos (2009) analisa os resultados desse modelo de desenvolvimento e compartilha das preocupações sobre as agressões ao meio ambiente relatadas por Veiga:

Embora tenha gerado resultados materiais diferenciados entre os países, em um aspecto o modelo de desenvolvimento em pauta apresentou resultados semelhantes naqueles países que o adotaram: a deterioração do meio ambiente em função do uso e da subordinação indiscriminada dos recursos naturais às demandas do crescimento econômico. (Campos, 2009, p. 27).

A discussão sobre os rumos do desenvolvimento econômico mobilizou dois autores brasileiros no final da década de 1990, Marcelo Lopes de Souza e Renato Maluf, os quais apresentaram as críticas sobre as concepções tradicionais do desenvolvimento econômico, mas não renunciaram a ideia de se buscar novos sentidos e rumos para promover uma renovação do pensamento desenvolvimentista. Para os autores, o desenvolvimento econômico deve abrir mão do economicismo em favor de uma visão mais holística, incorporando preocupações sociais. Maluf (2000) traz uma discussão sobre desenvolvimento econômico para chegar a um novo sentido a ser dado a questão. Portanto, não promove uma rejeição completa às ideias relacionadas às concepções tradicionais de desenvolvimento econômico, como fizeram os pós-modernistas.

Nesse quesito suas ideias são compatíveis com as de Souza (1996), que destaca a importância de se considerar o aprendizado e os esforços teóricos, dando continuidade ao debate, considerando as críticas trazidas pelos pós-modernos. O autor reconhece a pertinência das críticas, mas chama atenção de que conhecimentos e práticas desenvolvidas anteriormente e relacionados ao desenvolvimento econômico já estão inseridas na sociedade e simplesmente ignorá-las não vai mudar os fatos.

A modernidade trouxe um determinado componente cultural, o qual se relaciona à ideia de desenvolvimento econômico, que é a perspectiva de progresso, que mantém relação com o evolucionismo e historicismo que dominou o século XIX. Souza cita Castoriadis (1978), o qual relata os aspectos negativos da modernidade, como o domínio do homem sobre a natureza, do homem sobre o homem e o etnocídio. Destaca também seus pontos positivos, a discussão racional e suas potencialidades emancipatórias e não deixa de discutir como as críticas às concepções tradicionais de desenvolvimento econômico contribuíram para se chegar a uma visão cética que classificou a superação do subdesenvolvimento pela receita tradicional como um mito.

Maluf (2000) afirma que a noção de desenvolvimento ainda retém alguns elementos resultantes das ideias de um modo de concepção cumulativa de bens materiais e de tempo, baseados no crescimento econômico, citando como exemplo a

América Latina. Porém, ao considerar a distribuição da renda, essa apresenta um nível muito baixo e de grande desigualdade em um ambiente em que a industrialização era considerada o sinônimo de desenvolvimento. O Brasil vivenciou também essa ideia de desenvolvimento, a partir da acumulação de capitais e da industrialização baseado em políticas nacionais ativas.

O autor ressalta as experiências latino-americanas, com o predomínio das desigualdades sociais, contrapondo a ideia de mais crescimento, destacando a busca de compensações ambientais e sociais e a redução das distribuições desiguais que eleva a pobreza relativa. Defendeu ainda que o corte de gastos públicos prejudica os mais pobres, já as políticas sociais amenizam este problema. Existem desigualdades em todos os países, porém os impactos sociais e políticos são bem mais graves em países de baixa renda, para isso se faz necessário uma função redistributiva do Estado, a participação da sociedade e a importância dos espaços socialmente construídos. Para Maluf, o crescimento não traz equidade e bem-estar social, o que o leva a recomendar a utilização de outros indicadores sociais como escolaridade e saúde. Portanto, a evolução econômica da América Latina em geral e do Brasil em particular demonstrou que alcançar uma sociedade mais igualitária não depende apenas da promoção do crescimento econômico.

Para Souza (1996), o desenvolvimento econômico e social só pode realizar-se num ambiente onde a cultura de uma sociedade aspira por mudanças, ou que esteja realmente preparada e aberta para essa possibilidade como valor social. Em termos teóricos defende que desenvolvimento deve ser buscado a partir de uma teoria aberta, tendo apenas como princípio norteador a autonomia, princípio que extrai da obra de Cornelius Castoriadis. Segundo o autor, em uma teoria aberta a autonomia corresponde à capacidade da sociedade em definir os rumos que deseja para o seu futuro que poderia ser buscado por um projeto de desenvolvimento econômico e social. *A priori*, a autonomia de uma coletividade cessa quando invade a de outra, porém práticas de disputa irão existir, logo a autonomia tem relação com a política e a ética. Souza acaba por propor a autonomia como um princípio basilar de sua concepção de desenvolvimento socioespacial, na qual ele propõe incorporar um viés geográfico-territorial na busca do desenvolvimento econômico-social.

Maluf (2000) também propõe uma definição para o desenvolvimento econômico na qual duas ideias são centrais: melhoria e processo. Assim, para Maluf o desenvolvimento econômico deve ser visto como um processo de melhoria na

qualidade de vida de um povo, tendo seus rumos definidos pela própria sociedade, o que o leva a defender que:

...o procedimento mais adequado e, sem dúvida, cauteloso quanto ao significado da noção de desenvolvimento é o de ater-se ao sentido literal do termo e às duas ideias principais nele contidas, que são as de melhoria e de processo. Daí deriva o sentido a ser atribuído ao desenvolvimento econômico e sua definição como o processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo. (Maluf, 2000, p.71).

Segundo o autor a diversidade é outro fator que interfere no desenvolvimento de uma sociedade e elas podem ser culturais, humanas, institucionais e naturais, onde:

- a) diversidade cultural intervém na formação de processos econômicos e sociais dos países e de regiões;
- b) diversidade humana visa qualificar as relações sociais definindo estratégias para o desenvolvimento;
- c) diversidade institucional influencia no desenvolvimento com relação ao seu modo de funcionamento e as possíveis opções, tem uma forte ligação com as diversidades culturais;
- d) diversidade natural relata a desigualdade de recursos naturais entre regiões e países e como isso influencia no processo de desenvolvimento com relação ao meio ambiente.

Esses fatores geram um significado qualitativo na formulação de estratégias de desenvolvimento.

Na proposta de Cunha (2003) as discussões teóricas sobre desenvolvimento precisam estar sempre abertas às mudanças e adaptações, deve existir um princípio norteador buscando um processo de aprimoramento da vida em sociedade, individual e coletiva.

Maluf permanece na tentativa de buscar um novo sentido para o desenvolvimento econômico, enquanto Souza avança até o ponto de propor uma nova concepção do desenvolvimento econômico-social, que é a de desenvolvimento socioespacial. Trata-se de uma teoria aberta que define apenas princípios

norteadores, entre os quais se destaca o princípio da autonomia, abrindo a possibilidade de uma “descentralização teórica”, que Souza incorpora à proposta, ao afirmar que:

Uma ruptura com o etnocentrismo e com a ideia heterônoma de uma verdade absoluta a respeito do "desenvolvimento", conhecível e dissecável a nível de detalhe pelos especialistas, só pode vir a reboque de uma "descentralização teórica", que é, ao mesmo tempo, o esforço de formulação de uma teoria "aberta": ao invés de definir de uma vez por todas (explícita ou, como acontece com mais frequência, implicitamente) o que seja desenvolvimento, cabe tão-somente (o que, porém, não é tão pouco) extrair um princípio norteador. (Souza, 1996, p.9).

Ao contrário do que possa parecer, definir apenas um princípio norteador não torna o esforço de uma teoria aberta menor ou menos complexo, porque abre a possibilidade de consideração com uma infinidade de diferença territoriais e regionais que devem ser consideradas, como defendido por Souza ao afirmar que:

Abdicar conscientemente de uma definição fechada do conteúdo do desenvolvimento, sobre os fundamentos éticos e políticos-filosóficos do princípio de autonomia, não significa declarar encerrada a discussão teórica, mas sim reabri-la sobre novas bases. A teorização torna-se, na verdade, muito mais complexa, uma vez que não mais se recorre a um elenco de indicadores pretensamente universais. (Souza, 1996, p.11).

O artigo foi escrito em 1996, porém Souza continuou aprimorando suas ideias no decorrer dos anos, como em um artigo de 1997 na mesma revista, relatando a necessidade de respeitar a sociedade na decisão dos seus próprios caminhos na busca pelo desenvolvimento econômico-social. Nesses artigos deu a conhecer a sua teoria do desenvolvimento socioespacial, sendo que em Souza (2002) deu ênfase a um conjunto de três elementos considerados por ele como essenciais para desenvolvimento socioespacial, sendo esses: a melhoria na qualidade de vida, o aumento da justiça social e da autonomia dos grupos. Souza (2006) valoriza a importância do espaço e o desenvolvimento como uma mudança social para melhor, almejando qualidade de vida, justiça social e autonomia individual e coletiva. Souza (2013) salienta ainda que o desenvolvimento deve ser totalmente desvinculado do crescimento econômico, indo além dos índices quantitativos, gerando uma transformação para melhor das relações sociais e do espaço com uma justiça social e melhor qualidade de vida.

Com relação à escala, Souza (1996) relata que o desenvolvimento é socioespacial e enfatiza a importância de saber discernir limites, apresentando dois deles: primeiro, confirmando a importância da escala de análise que remete a um recorte espacial, mas supere o mero quantitativismo, considere fenômenos de distintas naturezas e o caráter multiescalar do desenvolvimento socioespacial; o segundo é a definição de limites da experiência pessoal de cada teórico, o pesquisador deve ser o interlocutor em uma definição de prioridades que compete à coletividade envolvida, por isso a teoria do desenvolvimento é socioespacial, sendo uma teoria aberta, destarte descentralizada, devendo abranger as dimensões cultural e histórica. Para o autor, o desenvolvimento necessita da combinação de políticas sociais feitas de baixo para cima, assim como a participação de cima para baixo a partir de políticas públicas propostas pelo Estado.

Nesse ponto pode-se levantar a questão a ser tratada na sequência, relativa ao peso que ganha o conceito de território nas concepções reformadas de desenvolvimento econômico-social que buscam valorizar o viés geográfico-territorial, mesmo que a valorização não apareça de forma explícita, como por exemplo, encontra-se em Maluf (2000), o qual não expõe a preocupação com o território de maneira direta, mas ela está presente, quando afirma que:

Propositadamente, a definição não faz menção explícita a um território geograficamente delimitado, porém, na referência à “sociedade” está subentendido um relativo privilegiamento da dimensão nacional no delineamento de estratégias de desenvolvimento e na viabilização de políticas e programas essenciais ao objetivo proposto para o desenvolvimento econômico. (Maluf, 2000, p 74).

A centralidade do território aparece em algumas concepções renovadas de desenvolvimento, sendo que entre elas a que se destacou nas duas últimas décadas foi a de desenvolvimento territorial, permitindo resgatar o debate em torno do poder em suas diferentes acepções.

Baseado na evolução literária, a compreensão sobre desenvolvimento que está na base para a formulação das políticas públicas de desenvolvimento territorial é aquela que abrange além do crescimento econômico a busca por uma igualdade social, cultural e ambiental, amparada em projeto de desenvolvimento sustentável.

A setorização agrícola sai de contexto e dá lugar ao rural, tornando-o mais amplo e abrangente. O desenvolvimento territorial vem a ser a combinação das

políticas públicas governamentais com iniciativas de desenvolvimento local, buscando a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável em seu território, fortalecendo então assim sua economia, reduzindo desigualdade e respeitando o meio ambiente.

O desenvolvimento territorial visa potencializar as atividades produtivas regionais, apresentando e atuando na melhoria dos entraves encontrados, potencializando os eixos estratégicos de atuação, direcionando para melhoria da condição de vida da população, incorporando inovações produtivas e tecnológicas e orientando suas atividades de maneira sustentável

Com base no documento Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural no Brasil, elaborado pelo MDA (2005), a abordagem territorial para o apoio do desenvolvimento rural considera que o rural não se resume somente ao agrícola, o qual tem características próprias que vão além da limitação a um setor econômico. A escala a nível municipal apresenta limitações no tocante ao planejamento e a organização e quanto a escala estadual essa se torna muito ampla e não trabalha com as características de cada território, deve haver então a descentralização das políticas públicas, atribuindo gestão e competência aos sujeitos locais, logo o território é o que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, a sociedade e as instituições de apoio

O desenvolvimento rural deveria estar pautado pela coesão da sociedade em respeito à diversidade, gerando equidade social e econômica, prevalecendo a solidariedade e a justiça social, integrando-a socialmente ao território

1.2 O CONCEITO DE TERRITÓRIO COMO FUNDAMENTO DA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Conforme Araújo e Caldas (2019), o arcabouço teórico conceitual do conceito de território é antigo, porém ganhou relevância na segunda metade do século XX com destaque para a interdisciplinaridade alavancada a partir de 1960:

...a interdisciplinaridade que orbita as diferentes interpretações no entorno do mesmo suscitaram abordagens mais específicas e sistematizadas por parte de outras disciplinas, como, por exemplo, na Biologia e na Etologia, por meio da concepção da territorialidade dos animais, numa visão darwinista; na Sociologia, onde a sua formulação é abordada a partir das relações sociais; ou mesmo na Antropologia, onde ganha destaque a dimensão simbólica a partir dos estudos das comunidades tradicionais; já na Ciência Política, a

ação do Estado é a referência; não obstante, a Economia situa-o como base da produção econômica; e, por sua vez, na Psicologia, incluem-se os fatores abstratos da busca da identidade pelo indivíduo (Haesbaert, 2004). (Araújo; Caldas, 2019, p.361).

Mesmo sendo um conceito interdisciplinar, é na Geografia que ganha mais debates e profundidade nos estudos, especialmente influenciado pelo movimento de renovação desta ciência, iniciado nos anos 1970.

O conceito de território dentro do contexto brasileiro recebeu uma gama de contribuições, dentre elas a de Fernandes (2009) que apresenta ensaios com as definições de espaço e território, onde afirma que o território é um espaço, mas que nem todo espaço geográfico é território:

O conceito território está sendo utilizado, principalmente, para se referir aos espaços de governança em escala municipal, reunindo um conjunto de municípios que formam uma microrregião, como, por exemplo, os Territórios da Cidadania. (Fernandes, 2009, p.5)

O território é um tipo de espaço geográfico, mas há outros como lugar e região. Além de espaço geográfico, o autor ainda destaca que o território pode ser social, político, cultural, cibernético etc, Os territórios podem se movimentar e se fixarem sobre o espaço geográfico.

Define ainda os territórios como materiais e imateriais:

Os territórios materiais e imateriais estão representados em primeiro, segundo e terceiro territórios (fixos e fluxos), entendendo os territórios como espaços de governança, como propriedades e como espaço relacional. Compreendo que esta proposição contribui para leituras mais aprofundadas dos processos socioterritoriais, evitando-se, assim, que se fale de disputa territorial sem se definir o que é território. (Fernandes, 2009, p.17)

Fernandes apresentou um ensaio teórico para demonstrar os diferentes tipos de territórios, onde o primeiro representa o território da governança, o segundo território representa a propriedade e outras instâncias menores e ambos tem caráter de fixidez, até chegar ao terceiro que representa o imaterial.

Marcelo Lopes de Souza (2001), apresenta a abordagem do território definido como uma porção do espaço determinado e delimitado a partir de relações de poder, marcado pelas relações sociais dentro do território.

O geógrafo Haesbaert (2004) constata que três grandes formas vertentes entre as abordagens que se utilizam do território, como conceito fundamental:

- a) política: que é definida pelas relações de espaço e poder, onde o território é denominado pelo poder, estando nessa vertente a representação do poder exercida pelo Estado.
- b) cultural: onde se sobressai a dimensão do território como apropriação de uma coletividade de maneira mais simbólica e subjetiva.
- c) econômica: marcada pela dimensão de espaço através das relações econômicas e uso dos recursos, considerando-se a ideia de divisão territorial do trabalho.

O autor destaca ainda que o território é híbrido, sendo utilizados dois ou mais conceitos na análise da realidade territorial.

Fernandes (2008) apresenta o território como um instrumento para atender interesses de instituições e expressa as relações de poder:

Nas “abordagens territoriais” predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa acepção de território como uma unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança. A definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. (Fernandes, 2008, p. 4)

O conceito de território de acordo com o autor passou a ser utilizado por distintas instituições no período em que estavam em atuação, na elaboração de projetos de políticas públicas, principalmente voltados para o desenvolvimento rural. Para o autor, o desenvolvimento é multidimensional:

Cada instituição, organização, sujeito etc., constrói o seu território e o conteúdo de seu conceito, desde que tenha poder político para mantê-los. Esses criadores de territórios exploram somente uma ou algumas de suas dimensões. Isto também é uma decisão política. Todavia, ao explorar uma dimensão do território, ele atinge todas as outras por causa dos princípios da totalidade, da multiescalaridade e da multidimensionalidade. (Fernandes, 2008, p. 5)

Onde o desenvolvimento territorial parte da integralidade e da diversidade, ou seja, o desenvolvimento é multidimensional, isso reforça a ideia de desenvolvimento humano, ao contrário do desenvolvimento setorial, e compreende as cinco dimensões primárias, como política, ambiente, sociedade, cultura, economia, e as dimensões

associadas como a educação, saúde, moradia, produção, lazer, mercado, consumo.

A concepção apresentada por Cunha (2006), é a de desenvolvimento territorial em contraposição ao setorial, que era o centro das concepções tradicionais do desenvolvimento. O desenvolvimento territorial aborda as relações humanas, valorizando:

a questão da simultaneidade, da diversidade, do caráter integrador de síntese, da interação, homem e natureza, da superação das distâncias, da territorialização e deslocalização das atividades econômicas, da dimensão territorial do desenvolvimento (...) (Cunha, 2006, p. 274).

As concepções tradicionais de desenvolvimento defendiam uma ideia de homogeneização social, como se o que levou ao desenvolvimento econômico em alguns países pudesse ser utilizado por outros, sem quaisquer adaptações relacionadas às características específicas desses. A par disso, Cunha (2003), ao discutir a perspectiva setorial contida nas concepções tradicionais de desenvolvimento econômico defende que:

No caso específico da produtividade agrícola, ela é vista como um item absolutamente técnico, que dependeria apenas da elevação dos rendimentos da terra utilizada pela via da modernização, que significava maior acesso ao avanço tecnológico disponível para o setor. Nada disso motivava qualquer preocupação maior com os processos endógenos de desenvolvimento rural das regiões específicas que passavam a ser preocupação das entidades financeiras internacionais. (Cunha, 2003, p 79).

Portanto, a perspectiva setorial estava baseada em índices de crescimento, produção e produtividade e divididas em setor de indústria, comércio ou serviços e agricultura. Segundo Cunha (2006), em contraposição às concepções tradicionais de desenvolvimento econômico, baseadas numa perspectiva setorial, incorporam-se às perspectivas espaciais:

O conceito de território apresenta-se mais rico do que o de economia local. Isso porque, o conceito de território, que fundamenta a concepção de desenvolvimento territorial, não é definido apenas a partir de fatores econômicos. Outros aspectos são considerados, como as raízes históricas, configurações políticas, identidades, redes, convenções, ativos relaciona-se coordenacionais, capital social, instituições, etc. (Cunha, 2006, p.279).

O território, segundo o autor, é um produto social, o qual reflete a realidade humana dentro da sociedade.

A concepção de desenvolvimento territorial apresenta ainda o conceito de dimensão territorial do desenvolvimento, utilizando conceitos de redes ou circuitos e uma mudança nas formas de se encaminhar as questões institucionais, nacionais e políticas com a inclusão de projetos e políticas públicas, definidos pelas forças políticas, econômicas e sociais.

A conceitualização adotada dentro do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT traz o território como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA, 2004)

Sua abordagem une a proximidade social, visando favorecer a solidariedade e a cooperação em um ambiente composto pela diversidade dos sujeitos sociais em busca de um processo de melhoria dos serviços públicos e acesso ao mercado interno, compartilhando sua identidade na criação de uma base de coesão social e territorial, fortalecendo o capital social.

O PRONAT tem como princípio estimular a ativa participação da comunidade, com isso o próximo tópico aborda a construção da base social e a formação do capital social, imprescindível para entender o programa e sua atuação no Território Centro Sul do Paraná.

O conceito de território que servirá de base para análise do trabalho é o que foi estabelecido pelo MDA, apesar de não considerar o território socialmente construído e nem os aspectos históricos ou antropológicos que poderiam dar origem a esse território (pautada no tempo e no espaço), considerou a proximidade e fatores necessários a divisão, pautada na formação do Território, visando a atuação das políticas públicas, sua difusão e aplicação. Foi estabelecido através de critérios multidimensionais de caráter ambiental, econômico, social e cultural e de forte atuação da agricultura familiar, por meio de um espaço físico geograficamente definido, geralmente contínuo compreendendo os campos e as cidades, devendo ainda possuir elementos que indicassem identidade, coesão social, cultural e territorial. O conceito

de território então é baseado na atuação do Estado brasileiro para a promoção das políticas públicas de desenvolvimento territorial rural.

Como a definição de território segue as normas do MDA, tem-se aqui um estudo baseado no território normado. Santos (2005), relata que o funcionamento do território, se dá por horizontalidades e verticalidades:

A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos a disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum susceptível de criar normas locais, normas regionais... (Santos, 2005, p 11)

O autor relata que na união vertical predomina a ordem a favor do mercado, e que mesmo um aumento na coesão horizontal se dá a favor desse mercado, e a horizontalidade que está a serviço da sociedade civil tende a ser prejudicada.

A verticalização é imposta por intermédio da obtenção de créditos internacionais, colocados à disposição dos países mais pobres. O comando e a normalização são impostos pelo mercado e governos mundiais.

Se o território exercer um papel ativo, este pode impor ao mundo uma revanche.

Enquanto isso, as uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e de consumo. Um exemplo é a maneira como produtores rurais se reúnem para defender os seus interesses, o que lhes permitiu passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido e que também distingue as regiões brasileiras umas das outras. (Santos, 2005, p 12)

A união horizontal pode reconstruir a base de vida comum, com a criação de normas dentro do próprio território. As uniões horizontais podem ainda ampliar -se mediante novas formas próprias de produção e consumo. A união em defender interesses permite passar de um consumo e produção puramente econômico para o fortalecimento político.

O território vivido engloba os territórios cujos agentes e os poderes não são institucionalizados, porém no caso do PRONAT, o programa é institucionalizado pelo MDA.

1.3 A CONSTRUÇÃO DA BASE SOCIAL

O desenvolvimento é, em grande parte, determinado pelas relações humanas, por isso a importância de se conhecer o papel do capital social dentro do sistema econômico. Para conhecer o sentido e a representatividade do capital social é necessário antes entender o sentido do capital propriamente dito. Singer (1987 p. 7), traz uma análise que vai além do conceito definidor de capital, definindo como “sistema socioeconômico em que os meios de produção são propriedade privada de uma classe social em contraposição a outra classe de trabalhadores não proprietários”.

Ao se falar de capitalismo se pensa logo em capital e no capitalista, representado por um sujeito rico e dono ou dirigente de empresas, bancos ou da área comercial. Por outro lado, sugere um mercado marcado pela oferta de uma enorme variedade de produtos, a dominação de muita propaganda e a agilidade dos meios de comunicação em massa. A especialização do mercado também é característica do capitalismo, onde se aplica o dinheiro em busca de mais dinheiro, seja na bolsa de valores, no banco, em empresas ou demais aplicações visando aumentar seu capital. Singer lembra que nem tudo o capital pode comprar, como amor, fidelidade e paz de espírito, porém o capitalismo tenta transformar tudo isso e muito mais coisas em objetivos de comércio, como a venda de animais, o mercado que oferece o serviço de acompanhantes, ou seja, suprir uma carência do indivíduo através de atividade lucrativa.

Então, o que move o capitalismo é o capital, este representado pela constituição de uma empresa com o propósito de obter lucro e dominado por seus possuidores, seu sistema de tomada de decisões é totalmente vertical, monopolizando informações e conhecimento. Para o investidor é um jogo arriscado, num mercado de incertezas, mas jogar bem, inovar e utilizar equipamentos que tendem a diminuir os custos de produção pode ser altamente lucrativo e se tornar um diferencial frente a outros competidores. Os consumidores também competem entre si na busca do modismo e de objetos inovadores.

Com isso, não só equipamentos são sucateados constantemente em empresas e casas, mas também a mão de obra que não acompanha a constante evolução dos maquinários ou são substituídos por esses. Segundo Milani (2003), os estudos a respeito do capital social procuram reunir várias ciências no intuito de

conhecer a relação entre as pessoas como redes sociais, confiança mútua, convivência, recursos, compromissos cívicos entre outros.

Milani (2003) relata que não existe um consenso quanto ao estabelecimento de um conceito de capital social entre autores que discutem o conceito de capital social, mas concluem que fatores econômicos e sociais influenciam na criação do capital social e a polêmica estabelecida em seu conceito pode reabrir o debate sobre temas relacionados à discussão entre capital e social, entre o individual e o coletivo, buscando conhecer as dimensões sociais do desenvolvimento.

Se existe divergência entre os autores, existe também um consenso com relação à importância na definição de variáveis e fatores para definir o capital social dentro do contexto em que está inserido, sua força está em sua origem e no impacto no comportamento humano e suas atividades sociais.

Conceituado ou classificado na categoria de capitais, o capital social é um misto de capital que diz respeito a uma riqueza, ao poder, e que geram renda, associado ao social que é representado pelo fator físico ou humano: o primeiro é composto de estoques de bens; o segundo, representado por estoque de competências, qualidades e aptidões. Com relação a distinção entre esses conceitos, o capital social é a relação de estoque de valores e relações entre as pessoas, compartilhado pela coletividade.

Para Milani (2003), o capital social é de propriedade da sociedade, onde o valor social ultrapassa a utilidade econômica para a comunidade ou um recurso mobilizado pelas pessoas para melhorar suas capacidades, visando atingir seus objetivos, amplia a relação com os aspectos não econômicos da sociedade como a confiança e a convivência, não pode ser simplesmente construída em uma sociedade e sim ativado ou reativado e, então, utilizado.

A relação entre pessoas e seus costumes influenciam na formação do sistema de governo e seu desempenho, conforme constatou Putnam (1996) que realizou um longo estudo sobre a importância do capital social e suas diferenças regionais. Com isso, ele define que os dilemas da ação social dependem do contexto em que estão inseridos.

Segundo Putnam (1996, p.177), “O capital social, diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

O nível de capital social baixo dificulta as ações coletivas, ao contrário de um grupo de pessoas que possuam confiança uns nos outros, o que eleva sua confiabilidade, aumentando os resultados obtidos e a cooperação espontânea com seu grupo e toda a sociedade através da participação cívica.

Se os sistemas horizontais de participação cívica ajudam os participantes a solucionar os dilemas de ação coletiva, então quanto mais horizontalizada for a estrutura de uma organização, mais ela favorecerá o desempenho institucional na comunidade em geral (Putnam, 1996, p 186).

Em uma relação vertical, a ação é caracterizada pela dependência das pessoas que produzem pelas que gerenciam e destas pelos donos das empresas, gerando a exploração e dominação pessoal. Na relação horizontal, onde predomina a prática de reciprocidade e acesso das informações, há a união das pessoas e favorece o surgimento da confiança mútua.

Os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Eis as características que definem a comunidade cívica. Por outro lado, a inexistência dessas características na comunidade não cívica também é algo que tende a auto reforçar-se. A deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação intensificam-se reciprocamente num miasma sufocante de círculos viciosos. Tal argumentação sugere que deve haver pelo menos dois equilíbrios gerais para os quais todas as sociedades que enfrentam os problemas da ação coletiva (ou seja, toda a sociedade) tendem a evoluir e que, uma vez atingidos, tendem a auto reforçar-se. (Putnam, 1996, p 186-187).

Onde no segundo caso predomina a cooperação e a confiança e no primeiro caso exposto pelo autor predomina a dependência e a exploração, condenando toda sociedade a um atraso em relação a sociedades participativas e confiantes. Com isso, o autor concluiu em sua pesquisa que quanto mais cívica a população de uma região, melhor é o seu governo e que todo o sistema está subordinado a uma trajetória cívica de seu povo, onde o lugar em que se pretende chegar está subordinado ao lugar de onde se partiu e esses fatos produzem grandes diferenças entre sociedades semelhantes.

As regiões dotadas de uma boa cultura de associativismo têm potencial para desenvolver democracias participativas. O capital social diz respeito à confiança, ao respeito às normas estabelecidas na sociedade e aos seus sistemas, os quais

influenciam no aumento de eficiência e facilitam as ações coordenadas. Em uma sociedade onde o nível de capital social é baixo predomina a dificuldade para realizar as ações coletivas de seu povo, ao contrário de um grupo onde as pessoas possuem confiança umas nas outras, elevando sempre seu nível de confiabilidade, aumentando os resultados obtidos e a cooperação espontânea para com seu grupo e toda a sociedade.

A transformação de uma sociedade, segundo Haj (1999), depende das relações de capital social da região onde será inserido, se este ambiente se torna ou não favorável à mudança social. Se esse processo alcançar êxito, logo esse fator vai tornar a comunidade mais forte e confiante. Uma sociedade forte resultará num sistema econômico forte e em uma sociedade e num Estado igualmente forte.

De acordo com Putnam (1996), o capital social integra a atuação de comunidades no desenvolvimento, trazendo melhorias e ampliando a organização das redes sociais. Neste sentido, o autor afirma que o capital social é um recurso que pode certamente promover o desenvolvimento.

O Capital Social reflete a concepção de coletividade e, segundo Moraes (2003), se tornou um tema em destaque com relação à liberdade de participação da sociedade no processo de desenvolvimento. Nestes termos, quanto mais as pessoas se tornam conscientes de sua atuação e transformação na sociedade e que estas podem ser direcionadas de acordo com seus interesses, há maior engajamento no desenvolvimento e ampliação da iniciativa dos sujeitos sociais para atuarem em projetos coletivos. O autor afirma que o capital social é um importante instrumento de desenvolvimento do território. A atuação do capital social direciona para o trabalho coletivo gerando forte cooperação entre as pessoas, elevando cada vez mais a força do capital social, gerando ações, oportunidades e melhorias na sociedade em que estão inseridos, propiciando o desenvolvimento.

Tendo por base a importância do desenvolvimento socioeconômico com respeito à cultura e ao meio ambiente e a força das relações sociais, o próximo tópico traz a apresentação da agricultura familiar e suas características, visto sua atuação no desenvolvimento rural do PRONAT.

A criação dos territórios rurais pelo MDA visava a implantação de estratégias de desenvolvimento sustentável em espaços rurais de maior demanda social, com a participação dos sujeitos sociais locais. A participação envolvia a identificação de objetivos para o planejamento e implementação de projetos e posteriormente para sua

gestão. Para que a gestão social ocorra, o capital social deve estar presente, sendo constantemente incentivado e fortalecido. O conceito de capital social contribui para análise pretendida na medida que ele compõe a força participativa do território frente à gestão dos projetos.

Com estímulo ao desenvolvimento rural sustentável e para que se desenvolva de maneira autônoma sócio territorialmente é necessário a descentralização do recurso orçamentário, esse procedimento ocorreu nos programas apoiados pelo PRONAT. A gestão social é baseada na descentralização com a participação social, amparada no planejamento e apoiada em um sistema a participação intensa estabelecendo parcerias e articulado em redes.

1.4 CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar no Brasil, de acordo com o censo agropecuário de 2017, ocupa uma área de 80,9 milhões de hectares, representando 23% da área de produção agropecuária, composto por mais de 5 milhões de propriedades rurais em todo o país, propriedades essas que representam 77% dos estabelecimentos agrícolas. Ocupava mais de 10 milhões de pessoas em setembro de 2017, o que corresponde a 67% do total de pessoas ocupadas. A agricultura familiar forma a base correspondente a 90% dos municípios que possuem uma população de até 20 mil habitantes.

De acordo com Carmo (2008), a agricultura sustentável, em relação aos seus aspectos tecnológicos, deve se adaptar às condições regionais e a suas diferenças, utilizando os recursos locais da melhor maneira possível. Deve ainda considerar o agrossistema como um todo, procurando antever possíveis consequências em relação às técnicas adotadas no manejo do solo, o qual deve ocorrer de forma mínima em sua movimentação, conservando a fauna e a flora.

A agricultura de base familiar moderna, conforme Abramovay (1992), se distingue da agricultura camponesa por meio das seguintes características: sua natureza empresarial, seu dinamismo técnico, sua capacidade de inovação, se tornando integrada ao mercado. O agricultor familiar deve buscar profissionalizar-se e inovar, e, segundo o autor, é a integração ao mercado, a incorporação de avanços técnicos e de políticas governamentais que caracterizam a agricultura familiar moderna.

Com relação aos aspectos ecológicos, preza-se pela predominância de grande diversificação, a denominada policultura e cultura de rotação, integrando, sustentando e intensificando as interações biológicas, associando a produção animal e vegetal e os agrossistemas devem ter potencial produtivo alto ou médio, apresentando relativa resistência às variações de condições ambientais.

Com relação aos aspectos socioeconômicos, a agricultura sustentável ampara um retorno econômico a médio e longo prazo, com a elevação do objetivo social e com uma relação de capital versus homem baixa. A eficiência energética é alta e grande parte dessa energia utilizada é produzida e reciclada. Os alimentos são produzidos com alto valor biológico e preza-se por um alimento sem resíduos químicos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na agricultura familiar a gestão da propriedade é executada pela própria família, sendo a atividade produtiva ou agropecuária a principal fonte de renda. Entre as características predominantes nesse tipo de atividade estão a diversidade produtiva e a relação do produtor com a terra, onde trabalha e reside com sua família.

Em 24 de julho de 2006 foi sancionada a Lei n.º 11.326, um marco legal para a agricultura familiar, englobando sua inserção em estatísticas oficiais. Antes desse período pesquisadores já vinham direcionando seus trabalhos de maneira semelhante com os resultados de censos agropecuários anteriores, no entanto, era necessária uma categoria legal de suas demarcações, visando delimitar os conceitos da agricultura familiar.

A Lei 11.326/2006 estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. A lei classificou agricultor ou empreendedor familiar rural como aquele que possui área até quatro módulos fiscais, usa mão de obra da própria família, que também gerencia o empreendimento de onde obtém a renda. Na mesma qualificação estão silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária. Conforme o art. 3º, extraído do texto da referida lei:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos

fiscais;

II - Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - Silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - Aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água quando a exploração se efetivar em tanques rede;

III - Extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e farscadores;

IV - Pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - Povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

VI - Integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. (Incluído pela Lei nº 12.058 de 2009). (Lei 11.326/2006).

A definição legal de agricultura familiar teve novo amparo através do Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, onde a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. O

decreto dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, onde institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a lei nº11.326/2006, estabelecendo diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.

O decreto nº 10.688 de 26 de abril de 2021 alterou o decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017, sobre a disposição da unidade familiar de produção agrária, através do cadastro nacional da agricultura familiar e das diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.

Para apresentar o que é um módulo fiscal se recorre ao artigo 2º em seu inciso IV do Decreto nº 9.064/2017, módulo fiscal é a unidade de medida agrária utilizada para classificação fundiária do imóvel, sendo expressa em hectares, e poderá variar conforme o Município, a medida é calculada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, apresenta em seu site uma definição mais detalhada sobre os módulos fiscais:

Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. (EMBRAPA, site)

Com base no conceito acima os municípios do Território Centro Sul, apresentam os hectares de cada módulo fiscal na tabela 1:

Tabela 1 – Quantidade de Hectares Estipulada por Município no Território

(continua)

Municípios	hectares por módulo fiscal
Fernandes Pinheiro	16
Guamiranga	16
Imbituva	16
Inácio Martins	20
Ipiranga	20
Irati	16

Tab 1 – Quantidade de Hectares Estipulada por Município no Território

(conclusão)

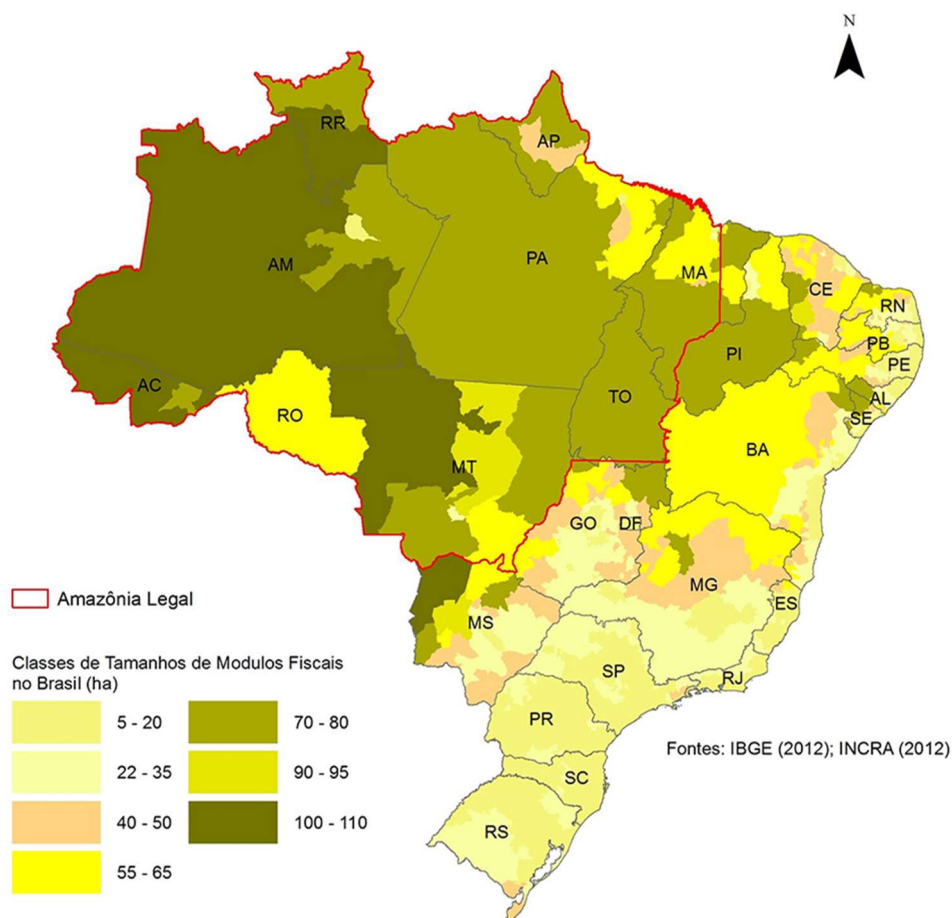
Municípios	Hectares por módulo fisca
Ivaí	20
Mallet	16
Prudentópolis	16
Rebouças	16
Rio Azul	16
Teixeira Soares	16

Fontes: INCRA/EMBRAPA

A variação de hectares apresentada no Território reflete a que pode ser observada para o Estado.

A figura 1 traz a composição da divisão de hectares por módulos fiscais para o País, dividido por estados.

Figura 1 – Módulos Fiscais no Brasil



Fontes: IBGE/INCRA

De acordo com a Embrapa 2023, a classificação dos imóveis rurais está presente na Lei nº 8.629/1993 (Art. 4, II e III), a definição referente a pequena propriedade está relacionada a área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais, a média propriedade compreende uma área superior a 4 e que vai até 15 módulos fiscais, e a grande propriedade aquela de área superior a 15 módulos fiscais. Com isso fica entendido que o minifúndio é o imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal.

O minifúndio compreende o imóvel rural com área inferior a pequena propriedade, sua extensão não possibilita a manutenção de uma propriedade familiar, sendo ineficiente para o desenvolvimento socioeconômico do proprietário.

No minifúndio, mesmo com o uso racional e adequado da terra, há prejuízo para o bem estar dos proprietários e trabalhadores, sendo esse um critério constitucional para determinar se esta cumpre sua função social.

A tabela a 2 apresenta um comparativo entre os agricultores familiares o número de estabelecimento agrícolas no Território, assim como a divisão de hectares por número de agricultores:

Tabela 2 – Agricultura Familiar por Área de Terra

(continua)

Município	Tipologia	Mais de 0,1 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 20 ha	De 20 a menos de 50 há	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 200 há	De 200 a menos de 500 ha	De 500 a menos de 1.000 ha	De 1.000 a menos de 2.500 ha	De 2.500 a menos de 10.000 ha
Fernandes Pinheiro	Total	275	86	62	49	20	21	3	4	1
	Familiar	244	78	58	18	1	-	-	-	-
Guamiranga	Total	664	184	117	38	14	11	-	-	-
	Familiar	592	174	100	7	-	-	-	-	-
Imbituva	Total	960	294	202	79	32	18	8	5	1
	Familiar	930	291	195	41	-	-	-	-	-
Inácio Martins	Total	310	193	173	52	32	16	5	7	6
	Familiar	195	140	139	35	3	1	-	2	-
Ipiranga	Total	1072	333	214	53	44	32	10	8	-
	Familiar	1009	320	202	35	-	-	-	-	-
Irati	Total	930	588	615	176	50	26	3	3	1
	Familiar	843	575	595	89	-	-	-	1	-
Ivaí	Total	811	367	340	105	38	20	2	-	-
	Familiar	723	355	323	80	-	-	-	-	-
Mallet	Total	543	418	422	94	28	12	4	-	2
	Familiar	432	376	395	36	-	-	-	-	-
Prudentópolis	Total	3476	1414	1212	336	99	48	16	6	-
	Familiar	3051	1340	1156	145	-	-	-	-	-

Tabela 2 – Agricultura Familiar por Área de Terra

										(conclusão)
Município	Tipologia	Mais de 0,1 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 20 ha	De 20 a menos de 50 há	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 200 ha	De 200 a menos de 500 ha	De 500 a menos de 1.000 ha	De 1.000 a menos de 2.500 ha	De 2.500 a menos de 10.000 ha
Rebouças	Total	721	226	185	61	24	17	7	1	-
	Familiar	630	214	171	25	-	-	-	-	-
Rio Azul	Total	1109	466	374	67	18	4	4	-	-
	Familiar	1075	455	367	33	-	-	-	-	-
Teixeira Soares	Total	247	229	140	41	35	16	22	11	2
	Familiar	199	215	130	18	1	-	-	-	-

Fonte: adaptado de IBGE - Censo Agropecuário

Nenhum dos municípios do território apresentou área superior a 10.000 hectares

Em todos os municípios que compõem o Território predominam as áreas inferiores a 10 hectares, ou seja, não estão dentro da classificação de 1 a 4 módulos fiscais considerada essencial para garantir o bem estar e desenvolvimento da agricultura familiar.

1.5 CRÍTICAS À CLASSIFICAÇÃO E DEFINIÇÃO DO RURAL E URBANO NO BRASIL

Para Santos, a Geografia não apresenta um consenso mundial, e nem nacional, sobre a definição do urbano e rural, defendendo que “ao longo da história do pensamento geográfico brasileiro existiram e coexistiram várias perspectivas teóricas e metodológicas acerca da urbanização” (Santos, 2021). Portanto, a discussão sobre o rural e o urbano é pródiga em posicionamentos divergentes, envolvendo debates e discussões não apenas na Geografia, mas também em diversas outras ciências humanas. O importante é ter em conta que não se trata de uma discussão estéril porque a definição oficial influencia diagnósticos sociais e econômicos, leis e normas que orientam e normatizam a administração e várias políticas públicas.

De acordo com Locatel (2013), a diferenciação entre o espaço rural e urbano é utilizada em análise territorial, porém a oposição entre o campo e a cidade pode ser questionada, visto que são complementares, o que o leva a defender que:

É evidente que não se pode entender o espaço rural como uma realidade isolada e matematicamente definida, mas em ciências sociais, a dicotomia entre campo e cidade é amplamente adotada e empregada separadamente como categorias de análise. (Locatel, 2013, p. 88).

Nesses termos, a classificação da população como rural ou urbana requer uma discussão teórica conceitual precedente que vai fornecer os parâmetros para a sua definição. Na Geografia, convencionou-se a “definir o rural como campo e o urbano como cidade” (Locatel, 2013, p.87). Para o autor, “a concepção dicotômica entre campo e cidade está vinculada ao pressuposto teórico que considera a produção do espaço urbano, ou seja, da cidade, e a produção do espaço rural, como processos distintos, que de fato não são” (Locatel, 2013, p.87). Estabelece então uma crítica para esta dicotomia, entendendo que a produção do urbano e do rural acontece de uma forma integrada, o que o leva a defender que se trata de subespaços diferenciados, mas que formam uma totalidade, comprovando “que cada vez menos as categorias de análise campo e cidade ou rural e urbano, tomadas como dicotômicas e opostas não servem para explicar a realidade territorial de um município, de uma região ou de um país” (Locatel, 2013, p.89).

A dicotomia campo e cidade influenciou a perspectiva setorial presente nas

concepções tradicionais de desenvolvimento que dominaram da década de 1950 a de 1970. Nessas concepções, o campo passou a ser visto como mero subespaço produtivo a servir o subespaço urbano, porque esse seria o *locus* das indústrias, atividade produtiva considerada o verdadeiro motor do crescimento econômico, destarte do desenvolvimento econômico (Cunha, 2006).

A perspectiva setorial das concepções tradicionais de desenvolvimento reservou ao mundo rural um modelo de modernização da agricultura, que levou a mudanças profundas no que Wanderley (2000) chamou de “sociedades rurais tradicionais”, transformando-as em espaços de produção e menos de vida. Nesse mesmo artigo, a autora defende que se trata do “modelo produtivista”, o qual entrou em crise a partir da década de 1980, em pelo menos três dimensões: econômica, social e ambiental.

Wanderley (2000) recorre a Lamarche (1993) para destacar que em termos econômicos o modelo produtivista mostrou-se instável, provocando períodos de superprodução em revezamento com outros de subprodução, com reflexos nos preços que se apresentam com fortes instabilidades. Na esfera social, os aumentos inexoráveis de produtividade geraram dispensas crescentes de trabalhadores rurais, provocando o êxodo rural, com o esvaziamento populacional das regiões dominadas pelo modelo produtivista. Por último, no que se refere à dimensão ambiental, afirma que “o uso, muitas vezes excessivo e indiscriminado, dos insumos químicos de origem industrial, estimulado pela utilização dos modelos produtivistas, trouxe como consequência o risco de um sério desgaste de recursos naturais” (Wanderley, 2000, p.95-96). Portanto, o modelo produtivista de produção agropecuária deu uma contribuição inegável para o que se pode denominar de “desenvolvimento (in) sustentável” (Kruse; Cunha, 2022).

O impacto do modelo produtivista no espaço rural levou à busca de alternativas que resultassem na revalorização de um modelo de agricultura que se manteve resistente à cooptação territorial movido pelo produtivismo exacerbado (Cunha, 2018). Trata-se da agricultura familiar que se manteve como decisiva na produção alimentar, o que no Brasil vem sendo comprovado nos censos agropecuários realizados nas últimas décadas, comprovando que a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% do que realmente chega à mesa da população.

Nesse contexto, novas alternativas de conceituação da ruralidade começam a ser defendidas, como o faz Abramovay, quando afirma que:

Ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial. Em muitos países — entre eles o Brasil —, o rural é definido de tal forma que o associa imediatamente a precariedade e carência. Ora, a experiência internacional mostra que as áreas não densamente povoadas não estão fatalmente condenadas ao abandono e à desertificação. (Abramovay, 2000, p. 5).

A perspectiva setorial entende o espaço rural somente como um espaço de produção e essa visão limita as considerações de um espaço rural que também é local de vida. O que Abramovay procura mostrar é que considerar o espaço rural pelo viés territorial leva a superação dessa limitação, porque resulta em eliminar a opção de considerar o espaço rural apenas como área para produção, servindo ao espaço urbano. É o que defende Abramovay, ao afirmar que:

Se o meio rural for apenas a expressão, sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Se, ao contrário, as regiões rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades — mas que estas próprias não podem produzir — então a noção de desenvolvimento poderá ser aplicada ao meio rural. (Abramovay, 2000, p. 9).

Dessa forma, parte-se da ideia de que as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial fortalecem o rural e geram estímulos a sua ocupação e geração de emprego e renda, ao contrário de políticas paliativas de redução da pobreza que se fundamentam em um rural excluído e sem expectativas.

Nesse contexto, Menezes defende que a valorização do rural precisa ser revista e reconhecida, seus projetos apoiados através da participação dos indivíduos, quando afirma que:

(...) fica evidente a importância da reafirmação do rural como valor da sociedade e do reconhecimento de que os diversos grupos sociais que vivem no campo têm projetos próprios e particularidades de seus modos de viver e trabalhar, para que, desta forma, expressem uma demanda pelo acesso ao exercício pleno da cidadania e ao reconhecimento de sua diversidade. (Menezes, 2017 p. 4).

A perspectiva territorial defende que a história e a diversidade precisam ser preservadas e respeitadas, o capital social estimulado para que a diversidade do rural possa suprir suas demandas e apresentar resultados sociais e econômicos para sua interação com a área urbana, como defende Abramovay, ao afirmar que:

Uma relação em que a biodiversidade e a paisagem material aparecem como trunfos e não como obstáculos ao desenvolvimento; uma certa relação com as cidades (de onde vem parte crescente das rendas das populações rurais) e a relação dos habitantes entre si (que pode ser definida pela economia de proximidade, por um conjunto de laços sociais que valorizam as relações diretas de interconhecimento): essas características oferecem perspectivas promissoras ao processo de desenvolvimento (Abramovay, 2003, p. 13).

O importante é ressaltar que o espaço rural é pautado em laços fortes de interação humana, que acontece em muitas regiões em um ambiente com uma qualidade de vida e paisagem amena, superando o urbano nas possibilidades de uma vida saudável. Amenidades que passaram a ser valorizadas pela população urbana, atrativos que nos países mais desenvolvidos passaram então a ser usados a favor da valorização do modelo de agricultura não produtivista e que passaram a receber o apoio de políticas públicas que procuram ser adequadas, contando com a participação e atuação de todos os beneficiários, da comunidade e órgãos públicos e privados.

1.5.1 As Características e Problemas da Classificação do Rural e Urbano no Brasil

Para entender a classificação entre o rural e urbano apresenta-se o estudo do rural através da abordagem territorial, proposto por alguns autores como José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, debatendo essa classificação em nosso país. Inicia-se com a afirmação de Menezes que:

Dos anos 90 em diante, a própria significação do que é o “rural” tem sido objeto de debate entre os estudiosos do tema, e seus significados vêm sendo redimensionados, abandonando sua identificação com o meramente agrícola (Menezes, 2017 p. 4).

O rural tem se apoiado na representação de um mundo bem maior do que o agrícola, o projeto Rurbano coordenado por José Graziano da Silva, apresentou como resultado de suas pesquisas a descoberta da crescente diversificação das atividades rurais, inclusive com a indicação da redução do abismo geográfico entre o campo e a cidade (Silva, 1997).

Para Locatel (2013), o Projeto Rurbano ligado ao Instituto de Economia da Unicamp e que envolveu vários órgãos voltados para a pesquisa nos estados brasileiros de (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS, além do DF) teve por objetivo a discussão sobre o rural e o urbano, além do agrícola versus não agrícola e a análise

da importância das atividades consideradas não agrícolas para a população residente nas áreas rurais.

Porém, o autor conclui que os discursos utilizados sobre um “novo rural” trazem pouca ou nenhuma explicação sobre a reestruturação no campo. A par disso, Locatel (2013) indica que há muitos aspectos a serem estudados para que se possa compreender a dinâmica do rural nas últimas décadas no Brasil, como “os novos arranjos espaciais, as novas solidariedades e os novos ciclos de cooperação que se estabelecem no território brasileiro” (Locatel, 2013, p.99). Em especial no espaço rural, ou melhor, o subespaço rural, como prefere denominar o autor que defende ser decisivo “o avanço do capitalismo no campo [que] provoca a industrialização da agricultura, a apropriação da renda da terra pelo capital, a territorialização de capital por um lado e a monopolização do território, por outro. (Locatel, 2013, p.99).

Na crítica que faz à Lei que define o que é urbano e rural no Brasil desde 1938, Veiga (2003) discute os dados do censo de 2000 divulgado pelo IBGE, o qual baseado na classificação oficial apresenta uma expressiva urbanização do país e que assim caminha para decretar o declínio do rural, o que não retrata realmente a realidade brasileira, propondo uma revisão da Lei que segundo o autor está ultrapassada, mas continua sendo utilizada pelo IBGE:

(...) metodologia oficial de cálculo do grau de urbanização no país está obsoleta (...). A vigente definição de "cidade" é obra do Estado Novo. Foi o Decreto-Lei 312, de 1938, transformou em cidades todas as sedes dos municípios existentes, independente de suas características estruturais e funcionais (Veiga, 2003, p. 63).

A atual metodologia de divulgação de dados da urbanização é baseada no Decreto-Lei 312, de 1938, e o IBGE explica que:

A partir do citado decreto, todos os distritos sede de municípios passaram a ser classificados como cidades, enquanto as vilas seriam todas as sedes de distritos. Tudo o que estivesse fora deste enquadramento corresponderia ao rural. Caberia aos municípios estabelecer esta diferenciação, bem como definir os limites de cidades, vilas e, por consequência, das áreas rurais (IBGE, 2017 p. 37).

Abramovay (2000) ajuda a entender a questão explicando que a divisão era realizada por critérios autônomos deliberados aos municípios, já que na divisão entre o rural e o urbano, verifica-se que:

O rural é definido, ao menos em parte, ao arbítrio dos poderes públicos municipais, em que as consequências fiscais da definição acabam sendo mais importantes que seus aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais. Desde que haja extensão de serviços públicos a um certo aglomerado populacional, ele tenderá a ser definido como urbano: é assim que, no Brasil, as sedes de distrito com algumas centenas ou dezenas de casas são definidas como “urbanas”; e o rural tenderá a ser definido, em princípio, pela carência, o que não pode ser considerado um critério adequado sob qualquer ponto de vista. (Abramovay, 2000, p.10).

Portanto, a antiguidade do critério de classificação urbano e rural em nosso país é marcante e passou a enfatizar a necessidade de sua revisão por ser baseado em um critério administrativo e autônomo aos municípios em sua delimitação.

O IBGE também ressalta o caráter administrativo e fiscal da classificação oficial, que há tanto tempo permanece como a informação que deve ser considerada tanto para instruir atos da administração pública, quanto para respaldar políticas públicas, confirmando que:

(...) são em grande parte instrumentos definidos segundo objetivos fiscais que enquadram os domicílios sem considerar necessariamente as características territoriais e sociais do município e de seu entorno. Atendem, portanto, aos objetivos das prefeituras, mas dificultam políticas públicas e investimentos preocupados com as outras facetas e escalas da classificação rural urbano... (IBGE, 2017 p. 11).

Locatel (2019) busca amparo teórico e conceitual para explicar o erro da classificação oficial ao destacar que:

Os parâmetros utilizados no Brasil para definir o grau de urbanização de uma dada área não resultam em dados condizentes com a realidade, já que a urbanização é um processo, portanto, não permite uma análise linear que estabeleça uma fronteira fixa capaz de dividir áreas totalmente rurais de áreas totalmente urbanas, uma vez que o rural e o urbano são subcategorias do espaço, complementares e coexistentes. (Locatel, 2019, p. 275).

Com as críticas à classificação oficial utilizada pelo IBGE desde 1938, surgiram também as propostas de mudança dos critérios de classificação, como por exemplo Veiga (2003), ao defender que:

Para que a análise da configuração territorial possa de fato evitar a ilusão imposta pela norma legal, é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização. (Veiga, 2003, p. 33).

No entanto, antes de destacar estas sugestões, é importante a análise das

classificações que são utilizadas em outros países e entidades. No que se refere a experiência de outros países, Abramovay destaca que:

A literatura internacional converge em relação a três aspectos que são considerados nas propostas de classificação da população em rural ou urbana, sendo “elas a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano”. (Abramovay, 2000, p. 12).

Dessa forma, segundo o IBGE (2017) para chegar às informações apresentadas os dados estatísticos são coletados por instituições nacionais e não apresentam uma forma homogênea para um sistema comparativo entre os países.

Grande parte dos órgãos estatísticos nacionais costumam adotar basicamente dois critérios como base para as classificações de áreas urbanas e rurais. Um deles é o da divisão baseada em critérios legais ou político-administrativos, como o caso brasileiro, no qual os perímetros urbanos (e os rurais, por exclusão) são delimitados por decisão legislativa dos municípios. O segundo critério amplamente utilizado é o estabelecimento de um patamar demográfico de uma localidade. (IBGE, 2017, p. 25).

A partir da premissa do IBGE de que o critério demográfico é o método amplamente utilizado, apresenta-se uma pequena explanação sobre a experiência internacional do rural e urbano e no próximo tópico a proposta de reformulação dessa estatística pelo Instituto.

No quadro 1, o IBGE apresenta os critérios predominantes utilizados na definição de áreas rurais e urbanas utilizados nas classificações de diversos países:

Quadro 1 – Critérios Predominantes Utilizados na Definição de Áreas Rurais e urbanas

continua

País/ Organização	Tamanho da População	Densidade Demográfica	Oferta de Serviços	Participação da Agricultura	Divisão Administrativa	Aglomeracao de Habitações
Argentina	X					
Austrália		X	X			X
Bolívia	X					
Brasil					X	
Chile	X			X		
Colômbia					X	
Costa Rica					X	

Quadro 1 – Critérios Predominantes Utilizados na Definição de Áreas Rurais e urbanas

(conclusão)

País/ Organização	Tamanho da População	Densidade Demográfica	Oferta de Serviços	Participação da Agricultura	Divisão Administrativa	Aglomeração de Habitações
Cuba	X		X			
República Dominicana					X	
Equador					X	
El Salvador					X	
Estados Unidos	X					
França	X					
Guatemala					X	
Haiti					X	
Honduras	X		X			
Inglaterra						X
México	X					
Nicarágua	X		X			
País de Gales						X
Panamá	X		X			
Paraguai					X	
Peru						X
Uruguai			X		X	
Venezuela	X					
OCDE		X				
União Europeia		X				

Fonte: IBGE, 2017

Dentre as metodologias de organismos internacionais, destaca-se a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e a União Europeia que têm influenciado a classificação de diversos países, os quais utilizam as estatísticas oficiais produzidas por essas instituições, sendo que para os países membros as classificações propostas por estas entidades são obrigatórias.

De acordo com Delgado et. al. (2013), a OCDE é responsável pela avaliação e elaboração de políticas para o desenvolvimento econômico, social e político dos países-membros, pela necessidade de se obter dados e nortear investimento nas

áreas rurais e pela classificação entre áreas rurais, intermediárias ou urbanas.

A OCDE elegeu a densidade demográfica como critério principal numa classificação de larga escala que engloba diversos países em diferentes continentes.

Outra característica importante dessa tipologia foi a complementação ao longo do tempo, pois foram adicionados dois outros critérios em atualizações posteriores: a quantidade e proporção de população que vive em grandes centros urbanos, em 2005; e a acessibilidade, definida pelo tempo de deslocamento entre os centros urbanos e as áreas não urbanas, em 2009, demarcando áreas rurais remotas ou próximas a cidades. (IBGE, 2017, p. 27).

A divisão pela OCDE engloba 5 itens: predominantemente rural remota, predominantemente rural próxima a uma cidade, intermediária remota, intermediária próxima a uma cidade, predominantemente urbana:

Não resta dúvida de que a ocupação agrícola, mesmo nas regiões mais rurais da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), encontra-se em queda relativa e, na maior parte dos casos, absoluta e, quanto a isso, não há novidade nos dados recentes. Mas é bem pouco conhecida a constatação de que algumas regiões rurais fazem parte das zonas mais dinâmicas no interior dos países membros da OCDE. Elas criaram mais possibilidades de novos empregos que a economia tomada em seu conjunto. O dinamismo de certas regiões rurais demonstra que a ruralidade não é em si um obstáculo à criação de empregos. (Abramovay, 2000, p. 5).

A União Europeia, segundo o IBGE (2017), elaborou sua classificação baseada na tipologia da OCDE, com objetivo de fornecer uma base comum aos seus países-membros na descrição dos seus territórios, relatórios e publicações. A tipologia conta com três classes: predominantemente urbana, intermediário, predominantemente rural.

A tipologia de definição entre o rural e o urbano, elaborada pela União Europeia, destaca-se por buscar uma solução que atenuie as divisões territoriais dos países classificados, partindo do uso de uma grade estatística na etapa preliminar do processo. Há estudos e propostas de metodologias realizadas por entidades vinculadas à União Europeia para refinar ainda mais a metodologia, incorporando a acessibilidade dos centros urbanos, como a metodologia da OCDE, ou aspectos socioeconômicos das unidades, no entanto, essas iniciativas ainda não foram integradas à metodologia oficial da União Europeia.

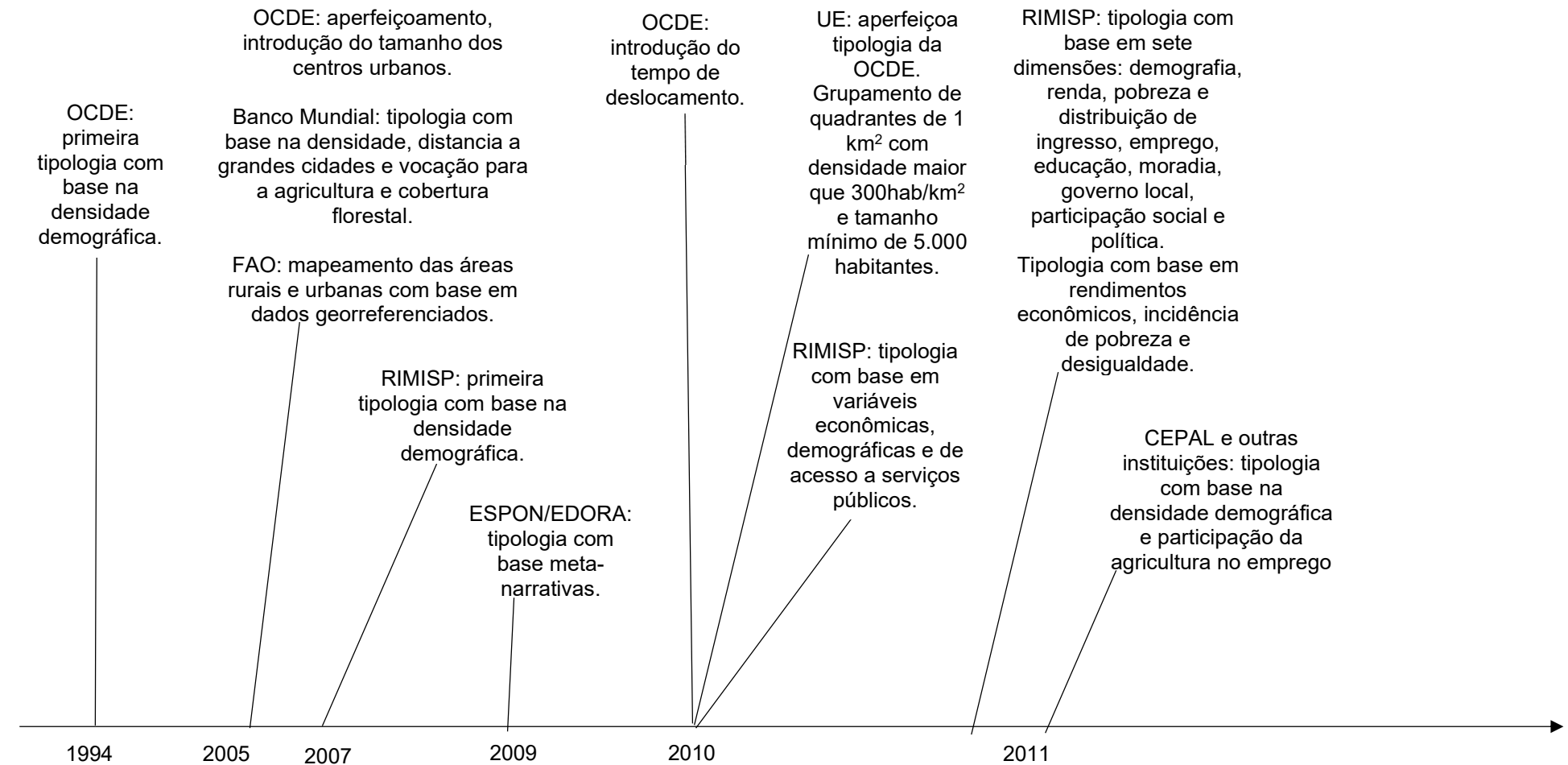
Segundo o IBGE (2017), a Divisão de Estatística das Nações Unidas relata

que as definições entre rural e urbano não possuem uma abordagem que seja aplicada em todos os países, devido a isso não apresenta nenhuma tipologia padrão. Da mesma forma, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO também não apresenta uma metodologia abordada institucionalmente, apesar de ter elaborado estudos com a proposta de criação de indicadores de desenvolvimento rural e proposta para o mapeamento das populações urbanas e rurais.

Outros órgãos internacionais apresentam estudos e propostas de classificação para o urbano e o rural, sendo eles: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, Banco Mundial, Centro Latino-americano para el Desarrollo Rural - RIMISP, porém as suas propostas não são adotadas institucionalmente.

Delgado et al (2013) apresentam na figura 2 as principais tipologias e suas linhas de tempo de elaboração e aperfeiçoamento ao longo dos anos, apresentando perspectivas e critérios de dimensões do rural, visando capturar as diversidades existentes. De qualquer forma, a OCDE foi a precursora e serviu de exemplo para outras organizações e permanece até hoje como a organização mais influente.

Figura 2 – Linha do Tempo das Distintas Tipologias de Ruralidade no Plano Internacional



Fonte: Delgado et al.

1.5.2 As Propostas de Reformulação do Rural

O importante é ter claro que “na esfera nacional o IBGE assume importante papel na questão da definição de áreas rurais e urbanas, enquanto órgão responsável pelas estatísticas oficiais do País, que demandam recortes territoriais mais aderentes à realidade para aprimorar a coleta e divulgação de dados”. (IBGE, 2017 p. 37). Com isso, o órgão elaborou uma prévia de novos critérios a serem adotados para o próximo censo, adiantando que:

O critério fundamental escolhido para essa metodologia é a densidade demográfica, alinhada com tipologias bem aceitas internacionalmente como a da OCDE e União Europeia, conforme verificado no capítulo anterior. Essa escolha facilita a comparabilidade dos resultados brasileiros com um número significativo de países. Além disso, optou-se por considerar o critério de acessibilidade a centros com alto nível hierárquico em relação à rede urbana. (IBGE, 2017 p. 41).

Além disso, o IBGE complementa o critério de densidade demográfica com o de localização, definindo que:

Em seguida foi realizado outro cruzamento que contemplou, além das dimensões já analisadas, a dimensão da localização de forma que se possibilite distinguir, dentre os municípios classificados como intermediários e rurais, aqueles adjacentes a centros urbanos de maior hierarquia daqueles que se encontram remotos. (IBGE, 2017 p. 59).

Com isso, foi possível definir a tipologia municipal rural urbano dos municípios em 3 classes:

Quadro 2 – Tipologia de Classificação por Densidade Demográfica.

continua

Classes (municípios)	Número de habitantes
Predominantemente Urbano	Mais de 50 000 habitantes em área de ocupação densa
	Entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 50%
	Entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 75%
Intermediário	Entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização entre 25 e 50%
	Possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização entre 50 e 75%

Quadro 2– Tipologia de Classificação por Densidade Demográfica.

conclusão

Classes (municípios)	Número de habitantes
	Entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 75%
Predominantemente Rural	Entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 25%
	Entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 50%
	Entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 75%.

Fonte: adaptado de IBGE (2017)

A localização de acordo com o IBGE (2017) foi baseada na utilização do mapa de logística de transportes de 2014, onde as sedes municipais foram vinculadas às rodovias e/ou hidrovias mais próximas. A partir disso foi calculado o tempo de deslocamento, em minutos, para os três maiores centros hierárquicos mais próximos (metrópole, capital regional, centro sub-regional). Os cálculos de valores da média de velocidade consideraram as condições dos transportes e as condições das estradas, se asfaltadas, sem asfalto e hidrovias. Com isso, pôde-se chegar a um dos resultados importante, confirmando que:

Os municípios que estão a uma distância relativa acima da média nacional, simultaneamente, em relação a maiores hierarquias do Regic mais próximas (metrópole, capital regional, centro sub-regional) foram classificados como remotos. Já os municípios cuja distância for igual ou inferior à média nacional em relação a pelo menos um dos centros Regic considerados foram classificados como adjacentes. (IBGE, 2017, p. 54).

A Nova tipologia adotada pelo IBGE, ficou então definida da seguinte maneira:

- a) município predominantemente urbano;
- b) município intermediário adjacente e intermediário remoto;
- c) município rural adjacente e rural remoto.

A definição das zonas urbanas e rurais é competência dos municípios, conforme disposto pela Constituição Federal. O IBGE somente classifica seus dados censitários segundo a condição urbana ou rural para fins estatísticos, já os municípios podem definir como urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, de

aparência ou uso efetivo rural, conforme decisões da política local.

No capítulo II será apresentada uma tabela comparativa entre a classificação urbana e rural utilizada atualmente é definida pelos critérios legais e a nova proposta apresentada pelo IBGE, com base no censo de 2010.

A classificação entre o rural e o urbano embasa diagnósticos sociais, econômicos e culturais, e orienta a implantação e o desenvolvimento de políticas públicas, então o constante debate e a busca de tipologias classificatórias que retratem realmente o quadro de urbanização são essenciais para o país.

A delimitação do perímetro urbano é definida pela administração municipal onde a definição de suas fronteiras não segue um critério nacional, é marcado pelas conveniências locais e voltado para a captação de impostos. O rural passa a ser definido pelo que está fora da delimitação urbana, uma área excluída segundo a tipologia administrativa utilizada atualmente e que segue cada vez mais em declínio.

1.6 OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Visando embasar medidas para melhorar e ampliar o nível de desenvolvimento territorial, não somente em nosso país como no mundo, é imprescindível a obtenção de dados estatísticos e informações que possam identificar problemas com relação à população e ao lugar. Com isso verifica-se a importância das análises de conjuntura e da formação de dados que atuam como indicadores socioeconômicos, apontando características do desenvolvimento das sociedades.

O desenvolvimento econômico é muitas vezes analisado através do desempenho da economia, segundo a Fundação Getúlio Vargas o agregado econômico mais utilizado para isso é o Produto Interno Bruto - PIB, e o PIB per capita, que avalia a renda média das pessoas. Porém, somente o crescimento do PIB reflete uma análise incompleta no desenvolvimento de uma sociedade, não retratando de forma adequada os vários fatores que são essenciais para o desenvolvimento.

Com base nos aspectos relacionados à equidade e à justiça social deve-se analisar a desigualdade na distribuição da renda, sendo o índice de Gini o mais utilizado, as cidades mais igualitárias têm o índice de Gini mais baixo. Outro índice utilizado por instituições de nível nacional e internacional na metodologia de análise da pobreza é o índice de Teihl, revelando a renda dos 10% mais ricos em comparação aos 10% mais pobres.

Além desses índices, o percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza completa análise, pois reflete pessoas que não possuem renda necessária para a aquisição de bens essenciais.

A relação negativa entre o índice de Gini e o crescimento da renda per capita indica que o crescimento foi baseado na concentração de renda, sendo consenso de que o desenvolvimento sustentável depende dos movimentos socioeconômicos amplos e equitativos.

Para alcançar esses objetivos os fatores humanos tornam-se imprescindíveis, a qualidade de vida é analisada por determinantes básicos como educação, segurança pública, saúde e saneamento básico, obtidos através do índice de desenvolvimento humano - IDH, que segundo a fundação Getúlio Vargas foi desenvolvido por Mahbub ul Haq e Richard Jolly em 2008 para o programa de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas – ONU, fornecendo dados para estudos sobre o desenvolvimento socioeconômico. O indicador prevê a maior abrangência conceitual que o PIB per capita.

Quadro 3 – Principais Indicadores Sócio Econômicos

continua

ÍNDICE	DESCRIÇÃO
Produto Interno Bruto – PIB	Produto Interno Bruto - total de riqueza (bens e serviços) gerada por um período de tempo (geralmente de um ano) em um espaço geográfico (país, região, estado ou município).
Produto Interno Bruto – PIB Per capita	PIB per capita - corresponde ao valor do PIB global dividido pelo número absoluto de habitantes de um país, região, estado ou município.
Índice de GINI	Mede o grau de concentração da distribuição de renda domiciliar per capita de uma determinada população em um determinado espaço geográfico. Interpretação: Quando o índice tem valor igual a um (1), existe perfeita desigualdade, isto é, a renda domiciliar per capita é totalmente apropriada por um único indivíduo. Quando ele tem valor igual à zero (0), tem-se perfeita igualdade, isto é, a renda é distribuída na mesma proporção para todos os domicílios. Quanto mais próximo da unidade, maior a desigualdade na distribuição de renda.
Índice de THEIL	Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, excluídos aqueles com renda domiciliar per capita nula. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica da renda domiciliar per capita dos indivíduos, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre eles e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo

Quadro 3 – Principais Indicadores Sócio Econômicos

conclusão

ÍNDICE	DESCRIÇÃO
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$140,00 mensais, em reais, em agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	O IDH apresenta variação entre zero (0) para caracterizar que não existe desenvolvimento humano até um (1) que significa que há desenvolvimento humano total. Representatividade do Desenvolvimento Humano (IDH) sendo mais popular e difundido indicador social e econômico, utilizando como parâmetro de análise a educação, longevidade e renda. O IDHM é um índice composto que agrega três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável (IDHM Saúde); de ter acesso a conhecimento (IDHM Educação) e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas (IDHM Renda).

Fonte: A autora.

Desenvolver indicadores que se encaixem na sociedade de maneira global não é fácil pois existem muitas particularidades em cada região e isso muda de um ponto para o outro, dificultando uma leitura única, porém a necessidade de parâmetros é imprescindível, devido a isso foram surgindo vários indicadores socioeconômicos que são usados isoladamente ou em conjunto, refletindo a realidade de cada região. No Território Centro Sul do Paraná serão analisados vários índices e indicadores para uma leitura mais ampla do Território, relacionando-os com vários aspectos, dentre eles o cultural, saúde, educação, economia e desenvolvimento.

O conjunto de dados que formam os indicadores de desenvolvimento socioeconômicos apontam as características básicas do desenvolvimento da sociedade, identificando os principais problemas que a população encontra em seu dia a dia e nos lugares em que vivem, esses dados podem elevar o nível de desenvolvimento do Território

A seguir serão apresentados os dados referentes aos índices, dados estatísticos e censitários do Território, demonstrados por gráficos e tabelas, assim como a sua caracterização.

2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL

Consiste em apresentar a localização do Território, sua composição perante ao Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial, assim como sua formação histórica e suas características econômicas e sociais.

2.1 TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ

Os municípios que compõe o Território Centro Sul do Paraná foram definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, conforme o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT, sua delimitação era formada pelos municípios da Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná – AMCESPAR, mas o Ministério do Desenvolvimento Agrário incluiu Ivaí e Ipiranga na delimitação final, com a justificativa de que esses municípios possuíam características semelhantes com a regionalização proposta inicialmente pela AMCESPAR para formação territorial frente ao PRONAT.

A delimitação inicial dos municípios da AMCESPAR era formada pelos Municípios de Fernandes Pinheiros, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares, porém 2003, na tentativa de aumentar sua base política, a Associação dos Municípios dos Campos Gerais – AMCG (que tem o Município de Ponta Grossa como sede) ampliou sua área de atuação e incorporou os Municípios de Ivaí e Ipiranga, ou seja, os dois municípios que já faziam parte do Território.

O próximo tópico retrata a região de estudo da Tese, trazendo seu histórico e sua formação, assim como a dinâmica populacional.

2.2 CARACTERIZAÇÃO (LOCALIZAÇÃO E FORMAÇÃO)

Segundo a AMCESPAR, o território está situado no segundo Planalto Paranaense e abrange uma área de 9.938,38 km², correspondendo a aproximadamente 5,3% do estado do Paraná. É integrado por 12 municípios, dez (10) pertencentes à AMCESPAR: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Irati; Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares e outros

dois (2) pertencentes à AMCG- Associação dos Municípios dos Campos Gerais: Ipiranga e Ivaí. O município de São João do Triunfo foi incluído no território Centro Sul pelo Conselho Gestor do Território, porém segundo relata Geraldi (2011), não teve sua ratificação aprovada pelo MDA.

Faz divisa ao norte com o Território Caminhos do Tibagi, a oeste com o Território Paraná Centro e Cantuquiriguaçu, ao sul com o Território União da Vitória, ao sudeste com Grande Lapa e a leste com Ponta Grossa.

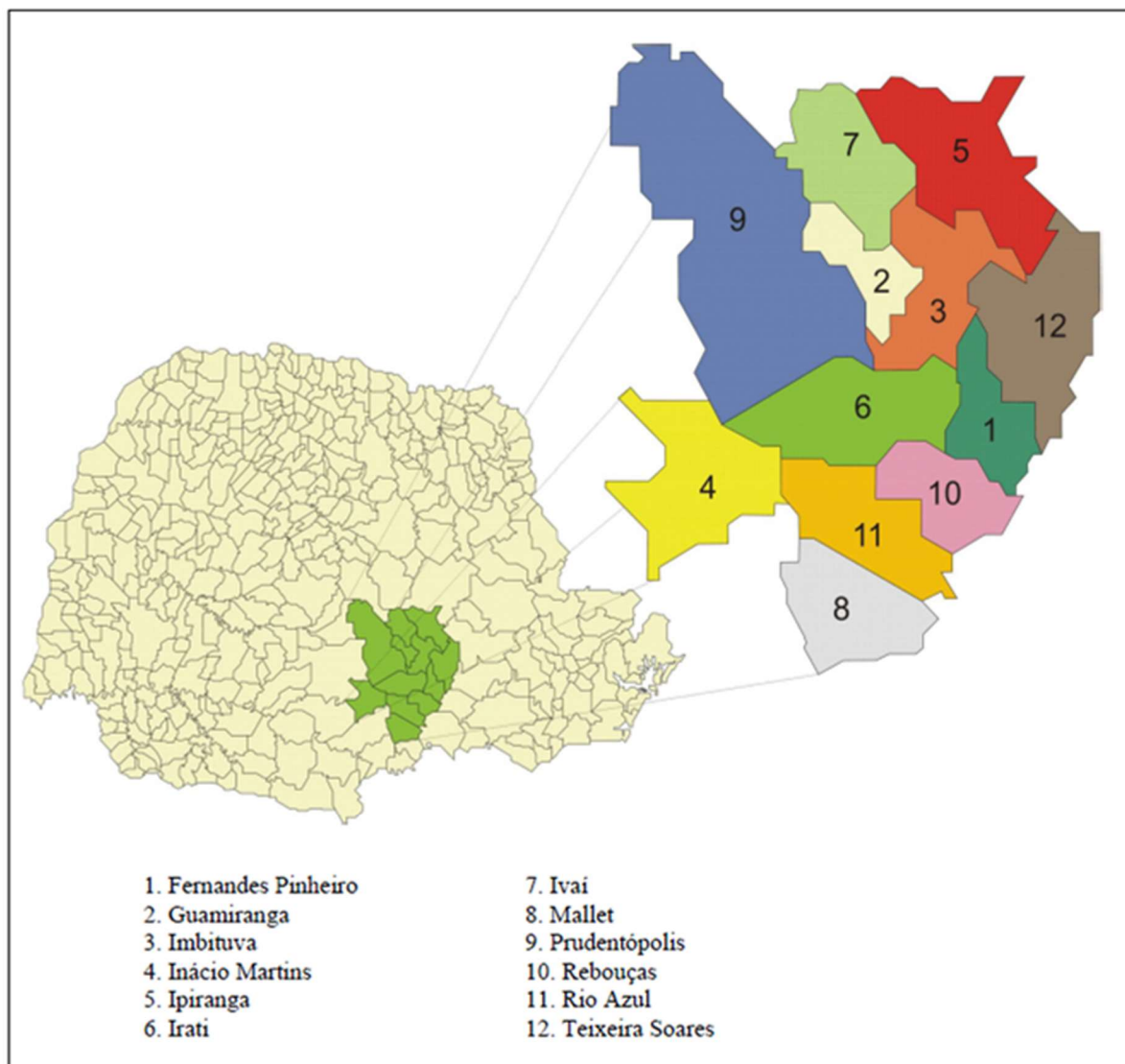
Como a formação histórica dos municípios é semelhante, às características econômicas também, favorecendo a implantação do território, os processos de discussão e a capacitação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, o Território reúne um conjunto de municípios que ocupava a região denominada Paraná Tradicional, com história de ocupação que atravessa os ciclos econômicos do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. A região teve sua história de organização do espaço vinculada a atividades econômicas tradicionais extensivista e extrativistas.

Parte significativa de seu povoamento decorreu de incursões militares, do tropeirismo e das estratégias do governo de dinamizar a navegação no vale médio do Rio Iguaçu, direcionando para a região colônias de imigrantes estrangeiros como poloneses, ucranianos, alemães e russos que se assentavam em pequenas propriedades e dedicavam-se a extração da erva-mate e agricultura familiar, enfrentando as dificuldades impostas pela presença de áreas montanhosas e por solos que apresentavam baixa fertilidade.

Os municípios do Território, conforme o IPARDES (2004), permaneceram pouco povoados, com bases econômicas pequenas e de baixo dinamismo, apresentaram um processo tardio de integração a outras áreas com maior empreendedorismo no Estado, visto que as vias de comunicação eram quase que totalmente ausentes, desestimulando a circulação de mercadorias, desenvolvendo então uma região de características essencialmente agrícolas. Foi no ciclo extrativista da erva-mate e da madeira que a consolidação da ocupação ocorreu, principalmente por ser essa região de grande concentração da Floresta Ombrófila Mista, conhecida como Floresta de Araucária.

A figura 3 mostra a disposição dos municípios dentro do mapa do Paraná, apresentando suas localizações.

Figura 3 – Território Centro Sul do Paraná



Fonte: AMCESPAR

Na formalização do Território Centro Sul, Geraldi (2011) destacou a expressiva atuação da AMCESPAR, sendo então essa Associação apresentada como organização regional para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, contudo, não foi aceita como Conselho Gestor do Território - CGT, inclusive houve uma alteração na composição dos municípios que faziam parte do rol da AMCESPAR, então o Ministério do Desenvolvimento Agrário optou pela inclusão de Ivai e Ipiranga pertencentes a AMCG na formação do Território, a qual foi aceita pelos outros municípios. A justificativa apresentada era a de que esses municípios tinham características semelhantes à regionalização que foi proposta pela AMCESPAR, inclusive esses dois municípios já haviam feito do rol de municípios associados à

AMCESPAR, antes de migrarem para AMCG – Associação dos Municípios dos Campos Gerais.

De acordo com o MDA (2005a), os conselhos foram criados para se tornarem espaços para discussão, deliberação e articulação dos sujeitos sociais, vinculados a outros instrumentos em busca de um consenso participativo. A AMCESPAR sempre atuou de forma ativa no apoio aos conselhos municipais da região. Geraldi (2006) salienta que os conselhos municipais de desenvolvimento já existiam em todos os municípios do território Centro Sul e, em 2003, com o apoio da AMCESPAR foram organizados diversos seminários e a mobilização de debates sobre questões territoriais e gestão social, originando o projeto de criação do Centro de Formação de Agentes para o Desenvolvimento. Durante o período dos anos de 2003 e 2004 foram realizadas doze oficinas municipais para a capacitação de agentes a atuarem na construção de um diagnóstico.

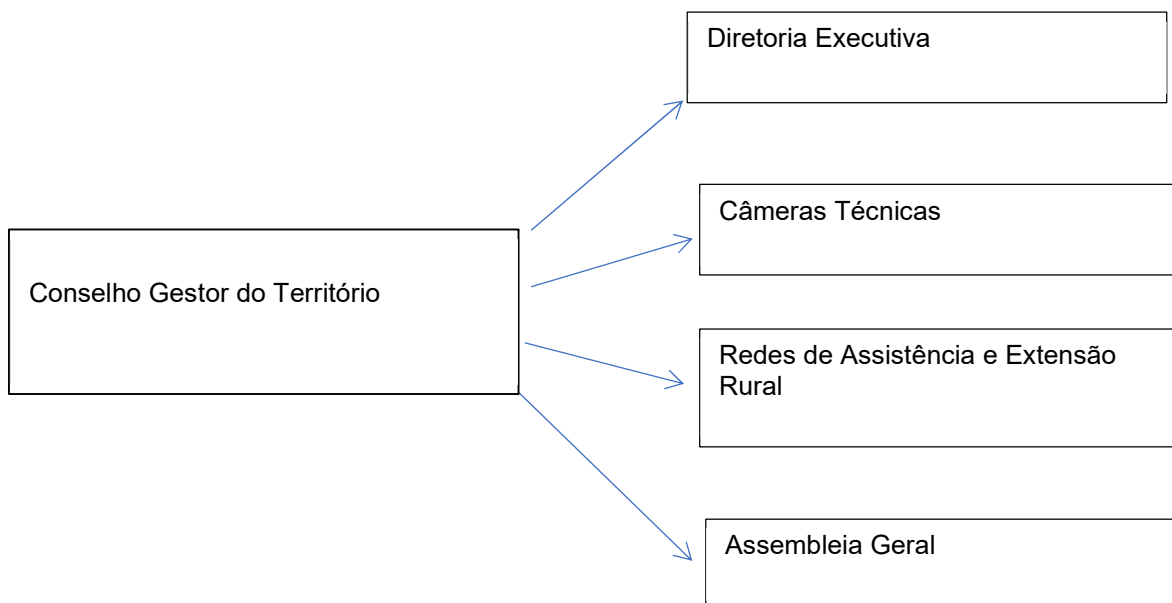
Na data de 11 de maio de 2005, durante reunião executada pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar – CEDRAF (sendo esse o conselho responsável pela aprovação e inclusão dos Territórios ao programa), o pré-território Centro Sul foi elevado à categoria de Território.

Segundo o Conselho Gestor-CGT, o Território Centro Sul do Paraná tem por missão estabelecer e implementar políticas de superação da pobreza e redução das desigualdades, garantindo a participação e o controle social da população do território.

O objetivo macro do CGT tem como base a formação do capital humano e social, fortalecendo a criação de instituições de apoio à agricultura familiar. É o CGT que define os projetos a receber apoio do MDA através de votação, ou seja, a entidade que deseja receber os recursos deve fazer parte do Conselho e seu projeto apresentar prioridade para o território.

A estrutura do Conselho Gestor pode ser observada na figura 4:

Figura 4 – Estrutura do Conselho Gestor



Fonte: IPARDES 2007

O estado do Paraná, segundo o IBGE, possui 399 municípios, em uma área de 199.298,982 km².

O Brasil possui 5570 municípios em 8.510.345,538 km².

Os dados acima atribuídos servirão de base para os comparativos das tabelas e gráficos que seguem.

2.2.1 Dinâmicas Populacionais do Território Centro Sul do Paraná

Por intermédio das estatísticas embasadas nos censos de 2000 e 2010, verifica-se a seguir os dados, gráficos e contextualização da dinâmica populacional da região.

Nas tabelas apresenta-se a população urbana e rural, assim como o grau de urbanização, seguido do número de domicílios e da densidade demográfica. Para caracterizar a população será apresentado o índice de envelhecimento populacional, a proporção de idosos, e a razão de dependência da região.

Encerrando com os aspectos sócio econômicos através do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o índice de THEIL, de GINI, a vulnerabilidade social e a taxa de produtividade e ocupação regional.

2.2.1.1 População por situação de domicílio

A classificação entre o rural e urbano embasa diagnósticos sociais, econômicos e culturais, e orienta a implantação e o desenvolvimento de políticas públicas, então o constante debate e a busca de tipologias classificatórias que retratem realmente o quadro de urbanização são essenciais para o país.

A delimitação do perímetro urbano é definida pela administração municipal, onde a definição de suas fronteiras não segue um critério nacional, muitas vezes marcado pelas conveniências locais e voltado para a captação de impostos. O rural passa a ser definido pelo que está fora da delimitação urbana, uma área excluída segundo a tipologia administrativa utilizada atualmente, e que segue cada vez mais em declínio.

A caracterização dos espaços urbanos e rurais serão apresentadas na tabela 3:

Tabela 3 – População dos Municípios em 2000 e 2010 - Grau de Urbanização

Município	2000				2010			
	Urbana	Rural	Total	Grau de urbanização	Urbana	Rural	Total	Grau de urbanização
Fernandes Pinheiro	1.965	4.403	6.368	30,85%	2.094	3.838	5.932	35,30%
Guamiranga	1.628	5.506	7.134	22,82%	2.236	5.664	7.900	28,30%
Imbituva	14.781	9.715	24.496	60,34%	17.888	10.567	28.455	62,86%
Inácio Martins	4.078	6.885	10.963	37,19%	6.288	4.655	10.943	57,46%
Ipiranga	3.996	9.312	13.308	30,02%	4.889	9.261	14.150	34,55 %
Irati	39.306	13.046	52.352	75,08%	44.932	11.275	56.207	79,94%
Ivaí	3.708	8.191	11.899	31,16%	4.629	8.186	12.815	36,12 %
Mallet	6.862	5.740	12.602	54,45%	7.570	5.403	12.973	58,35%
Prudentópolis	18.276	28.070	46.346	39,43%	22.463	26.329	48.792	46,04%
Rebouças	6.570	7.093	13.663	48,08%	7.505	6.671	14.176	52,94%
Rio Azul	4.334	8.689	13.023	33,27%	5.012	9.081	14.903	35,56%
Teixeira Soares	3.785	4.407	8.192	29,06%	4.796	5.487	10.283	46,64%
Estado do Paraná	7.786.084	1.777.374	9.563.458	81,41%	8.912.692	1.531.834	10.444.526	85,33%

Fonte: Adaptado IPARDES

Assim como ocorre no âmbito estadual, figurou uma tendência para a urbanização dos municípios, contudo a predominância e a força do rural está presente na maioria dos municípios do Território.

Houve um aumento no grau de urbanização em todos os municípios, destaque para Inácio Martins com elevação de 20,27% e Teixeira Soares com 17,58% em seu grau de urbanização, contudo todos estão abaixo da média estadual.

Em relação ao número de habitantes, dois municípios apresentaram queda, sendo eles Fernandes Pinheiro e uma discreta baixa em Inácio Martins. A população apresentou maior elevação no número de habitantes no município de Imbituva. O número de habitantes residindo no perímetro urbano aumentou em todos os municípios, enquanto na maioria deles houve uma queda na população residindo em área rural.

Ao analisar o grau de urbanização na atual metodologia utilizada, verifica-se que esta sofreu aumento em todos os municípios, porém se comparado ao estado do Paraná todos os países estão abaixo da média estadual reforçando a característica de um Território que necessita de políticas públicas voltadas para o rural.

A tabela 4 apresenta a população residente na área rural por sexo feminino e masculino do Território.

Tabela 4 – População Censitária Rural por Sexo

Localidade	2000		2010		População Masc. X Fem.	
	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina	2000	2010
Fernandes Pinheiro	2.292	2.111	1.984	1.854	8,6%	7,0%
Guamiranga	2.853	2.653	2.883	2.781	7,5%	3,7%
Imbituva	5.029	4.686	5.425	5.142	7,3%	5,5%
Inácio Martins	3.621	3.264	2.495	2.160	10,9%	15,5%
Ipiranga	4.959	4.353	4.912	4.349	13,9%	12,9%
Irati	6.848	6.198	5.894	5.381	10,5%	9,5%
Ivaí	4.343	3.848	4.361	3.825	12,9%	14,0%
Mallet	3.129	2.611	2.969	2.434	19,8%	22,0%
Prudentópolis	14.901	13.169	14.095	12.234	13,1%	15,2%
Rebouças	3.767	3.326	3.515	3.156	13,2%	11,4%
Rio Azul	4.686	4.003	4.888	4.193	17,0%	16,6%
Teixeira Soares	2.289	2.118	2.880	2.607	8,1%	10,5%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Em todos os municípios e nos dois períodos apresentados a população masculina é superior à feminina. Isso demonstra que nesse período em que está estabelecida a análise a população masculina é predominante no meio rural do Território.

2.2.1.2 Nova proposta de classificação das áreas rurais e urbanas

A definição de uma tipologia classificatória adequada fortalece a visibilidade e as políticas públicas destinadas ao território rural e com isso seu fortalecimento, a expansão, a diversidade de produtos e serviços, a divulgação da cultura através da participação dos moradores e do fortalecimento desse capital social.

Dentro das experiências internacionais têm destaque a OCDE e a União Europeia, que tem como vertente principal a utilização da densidade demográfica.

Com base nessas discussões e nas experiências divulgadas pelas organizações internacionais, no ano de 2017 o IBGE trouxe uma primeira aproximação de uma nova tipologia classificatória entre o rural e o urbano pautado na densidade demográfica, definindo os municípios como urbano, intermediário e rural e na localização como adjacente e remoto. Os dados serão utilizados no próximo censo, porém serão apresentadas as duas tipologias, a baseada no critério administrativo oficial e no da densidade e localização para fins estatísticos.

A tabela 5 é uma prévia do IBGE (2017) com relação a nova metodologia utilizada para determinar a população municipal e o seu grau de urbanização. A tabela traz a classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil, em uma primeira aproximação, para sua apresentação foi utilizado o censo de 2010.

Tabela 5 – Território Centro Sul do Paraná — Proposta da Nova Tipologia Rural Urbano 2010

continua

Município	População área densa	População área não densa	População Total	Grau de urbanização	Tipologia municipal rural urbano
Fernandes Pinheiro	0	5.616	5.616	0%	Rural Adjacente
Guamiranga	0	6.947	6.947	0%	Rural Adjacente
Imbituva	15.726	12.405	28.131	55,90%	Intermediário Adjacente
Inácio Martins	5.432	4.547	9.979	54,43 %	Rural Adjacente

Tabela 5 – Território Centro Sul do Paraná — Proposta da Nova Tipologia Rural Urbano 2010
conclusão

	População área densa	População área não densa	População Total	Grau de urbanização	Tipologia municipal rural urbano
Ipiranga	3.691	9.030	12.721	29,01 %	Rural Adjacente
Irati	38.730	16.313	55.043	70,36%	Urbano
Ivaí	3.677	8.417	12.094	30,40%	Rural Adjacente
Mallet	5.562	7.380	12.942	42,98%	Rural Adjacente
Prudentópolis	22.748	24.343	47.091	48,31%	Rural Adjacente
Rebouças	7.069	6.109	13.178	53,64%	Rural Adjacente
Rio Azul	4.470	8.144	12.614	35,44%	Rural Adjacente
Teixeira Soares	1.700	8.451	10.151	16,75%	Rural Adjacente

Fonte: Elaborado pela autora. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto> >

Ao realizar a associação da grade estatística com a população total dos municípios, obtidos pela malha municipal oficial do Censo Demográfico 2010, alguns municípios apresentavam diferença no número de habitantes. De acordo com o IBGE (2017) a partir dessa constatação sua base de dados foi submetida para análise de consistência, por intermédio da qual verificou-se que as maiores diferenças foram encontradas em municípios muito pequenos e com populações vivendo adensadas perto dos limites municipais. Como nenhum dos municípios sofreu mudanças em sua classificação final, considerou-se o uso da grade estatística adequada para a elaboração da tipologia.

Nessa apresentação estatística somente dois municípios não são classificados como rural, sendo eles: Irati como predominante urbano e Imbituva como intermediário adjacente.

Com relação a nova metodologia proposta pelo IBGE e que apesar de não ser um índice oficial, esta retrata um território ainda com maior força do rural, onde somente um município tem classificação urbana.

2.2.1.3 Número de domicílios no Território

Domicílio, segundo o IBGE, representa o local com estrutura separada e independente, servindo de habitação a uma ou mais pessoas, ou que estejam sendo utilizadas como tal. Os critérios que permeiam a definição são então: a separação com a habitação limitada por muros, cercas e/ou paredes, com um teto onde seus habitantes podem se isolar para dormir, se alimentar e proteger-se, e a independência que fornece acesso para que seus moradores possam entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas. Os domicílios classificam-se em coletivos e particulares.

Na tabela 6 será apresentado os domicílios em meio rural e urbano no Território Centro Sul do Paraná:

Tabela 6 – Número de Domicílios Urbano e Rural

Localidade	2000		2010		Variação	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Fernandes Pinheiro	514	1.267	638	1.345	24%	6%
Guamiranga	468	1.559	748	2.007	60%	29%
Imbituva	4.364	3.017	5.821	3.643	33%	21%
Inácio Martins	1.156	2.148	2.083	1.743	80%	- 19%
Ipiranga	1.194	2.789	1.632	3.112	37%	12%
Irati	12.123	3.933	15.364	3.920	27%	- 0,3%
Ivaí	1.059	2.236	1.539	2.766	45%	24%
Mallet	2.164	1.707	2.620	1.864	21%	9%
Prudentópolis	5.616	7.846	7.724	9.140	38%	16%
Rebouças	2.051	2.062	2.594	2.402	26%	16%
Rio Azul	1.299	2.364	1.778	2.939	37%	24%
Teixeira Soares	1.147	1.368	1.526	1.771	33%	29%

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES

Observa-se a grande representatividade do número de domicílios rurais no Território e que somente na cidade de Inácio Martins e Irati houve um declínio no número de habitações, sendo que em Irati foi uma queda bem pequena.

O número de domicílios urbanos apresentou uma elevação em todos os municípios, em cinco deles os números de habitações urbanas superaram as rurais

no ano de 2010, sendo que o censo de 2000 apontava somente as cidades de Irati, Imbituva e Mallet com os domicílios urbanos em número superior em unidades com relação ao rural.

2.2.1.4 Densidade demográfica

É o indicador que mostra como a população se distribui pelo território, determinada pela razão entre a população e a área de uma determinada região. É um índice utilizado para verificar a intensidade de ocupação de um território, calculada em função das populações censitária, estimada e contagem do IBGE. As populações de 2000 e 2010 são referentes ao censo.

A política pública de desenvolvimento territorial do PRONAT utilizou alguns critérios específicos para o programa, dentre eles a densidade demográfica de 80 hab./km. Nos municípios do Território Centro Sul, observa-se os dados referente a densidade demográfica através da tabela 7:

Tabela 7 – Território Centro Sul do Paraná - Densidade Demográfica (hab./km²)

Localidade	2000	2010	Variação
Fernandes Pinheiro	15,66	14,59	- 6,8%
Guamiranga	29,34	32,49	10,7%
Imbituva	32,3	37,52	16,2%
Inácio Martins	11,71	11,68	- 0,26%
Ipiranga	14,36	15,27	6,3%
Irati	52,6	56,47	7,3%
Ivaí	19,52	21,02	7,7%
Mallet	17,39	17,91	3,0%
Prudentópolis	20,67	21,76	5,3%
Rebouças	28,34	29,41	3,8%
Rio Azul	20,76	22,46	8,2%
Teixeira Soares	9,07	11,39	25,6%
Estado do Paraná	47,85	52,25	9,2%

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES

Os municípios do Território são de baixa densidade demográfica, somente Irati possuía densidade acima da média estadual. A maior variação no crescimento demográfico pode ser observada no município de Imbituva, seguido por Irati, os demais tiveram pequenas alterações. Quedas pequenas podem ser verificadas nos municípios de Fernandes Pinheiro e Inácio Martins.

2.2.1.5 Índice de envelhecimento da população

Calcula-se pela razão entre os componentes etários extremos da população, representados por idosos e jovens. É calculada entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população com menores de 15 anos. O resultado é multiplicado por 100.

Tabela 8 – Índice de Envelhecimento da População em Porcentagem no Território

Localidade	2000	2010	Variação
Fernandes Pinheiro	15,37	24,48	59,3%
Guamiranga	17,04	27,59	61,9%
Imbituva	16,22	23,04	42,0%
Inácio Martins	12,69	20,29	59,8%
Ipiranga	15,88	23,76	49,6%
Irati	22,22	35,09	57,9%
Ivaí	19,05	27,18	42,6%
Mallet	27,98	39,48	41,1%
Prudentópolis	20,17	31,9	54,1%
Rebouças	21,05	31,82	51,2%
Rio Azul	21,66	30,47	40,7%
Teixeira Soares	15,57	25,94	66,6%
Estado do Paraná	19,68	32,98	67,6%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Ao analisar os padrões etários no estado paranaense e seus municípios, estes revelaram um processo de envelhecimento no decênio, com redução na participação

de grupos de idade mais jovens e aumento da população de pessoas adultas e idosas. Em todos os municípios o índice de envelhecimento vem aumentando.

A seguir serão apresentadas a proporção de idosos presentes na população do Território e das pessoas de idade ativa, esses dados permitem verificar se a população está envelhecendo e se a sua maioria está concentrada na faixa etária ativa ou se a taxa de dependentes está dominando.

2.2.1.6 Proporção de idosos na população

Indica a participação relativa de idosos na população geral. A tabela traz o percentual de pessoas com 65 anos e mais de idade na população total nos municípios do Território, nos anos de 2000 e 2010.

Tabela 9 – Índice da Proporção de Idosos nos Municípios do Território Centro-Sul do Paraná

Localidade	2000	2010	Variação
Fernandes Pinheiro	5,21	6,54	25,5%
Guamiranga	5,61	6,9	23,0%
Imbituva	5,03	6,14	22,1%
Inácio Martins	4,55	6,2	36,3%
Ipiranga	5,27	6,42	22,7%
Irati	6,34	7,94	25,2%
Ivaí	6,17	7,36	19,3%
Mallet	8	8,78	9,7%
Prudentópolis	6,04	7,91	31,0%
Rebouças	6,47	7,96	23,0%
Rio Azul	6,8	7,56	11,2%
Teixeira Soares	5,22	6,98	33,7%
Estado do Paraná	5,65	7,55	33,6%

Fonte: Adaptado IPARDES

As taxas referentes ao crescimento da população idosa apresentada no

interstício entre o censo de 2000 e 2010 demonstram no Território a tendência do Estado, onde o grau de envelhecimento da população encontra-se em um patamar próximo ao da média estadual.

No âmbito intraterritorial, os municípios de Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, Irati, Ivaí e Mallet apresentavam em 2000 índices de envelhecimento acima da média do Estado e Inácio Martins destacava-se como o mais baixo. Em 2010, os municípios de Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, Irati, e Mallet apresentavam índices de envelhecimento acima da média e Imbituva ficou em destaque no menor percentual.

A população entre 15 e 64 anos também aumentou constantemente em todas as cidades do Território em análise, conclui-se de que a população que antes tinha uma boa base jovem em sua composição agora tem uma predominância da faixa etária de adultos em idade economicamente ativa, diminuindo o grau de relação de dependência.

A população considerada jovem, na faixa etária inferior a 15 anos, tem apresentado uma queda, ou seja, no futuro isso vai refletir sobre o envelhecimento da população local, e na elaboração de políticas públicas específicas para esse panorama.

2.2.1.7 Razão de dependência

Considera-se a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos e os de 65 anos ou mais de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 64 anos de idade), na população residente no Território nos anos de 2000 e 2010.

A razão de dependência mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva.

Tabela 10 – Razão de Dependência da População

Localidade	2000	2010	Variação
Fernandes Pinheiro	64,29	49,84	- 22,5%
Guamiranga	62,65	46,84	- 25,3%
Imbituva	56,27	48,77	- 13,3%
Inácio Martins	67,86	58,04	- 14,5%
Ipiranga	62,45	50,2	- 19,6%
Irati	53,5	44	- 17,7%
Ivaí	62,73	52,52	- 16,3%
Mallet	57,7	44,97	- 22,0%
Prudentópolis	56,16	48,63	- 13,4%
Rebouças	59,24	49,17	-17,0%
Rio Azul	61,72	47,83	- 22,5%
Teixeira Soares	63,32	51,29	- 19,0%
Estado do Paraná	52,39	43,78	- 16,4 %

Fonte: Adaptado IPARDES

Nos dados estatísticos de 2010 tomando por base um comparativo em relação ao censo de 2000, verifica-se um declínio na taxa de dependência em todos os municípios do Território e no índice do Estado. Contudo, a taxa em todos os municípios do Território é superior à do Estado, no período apresentado.

Essa queda no percentual de dependência é relativa ao envelhecimento da população, que está mais ampla na faixa etária potencialmente produtiva em relação ao percentual da faixa economicamente dependente, políticas públicas específicas serão de suma importância quando essa faixa potencialmente produtiva passar para dependente.

A taxa de dependência mais elevada que a média estadual reflete a presença de idosos, como demonstrado anteriormente, que estão acima da média do Estado em alguns municípios, por outro lado reflete também que a população até 15 anos e dependente é superior relativamente a do Estado.

2.2.2 Aspectos Socioeconômicos

2.2.2.1 Índice de desenvolvimento humano municipal - IDH-M

O IDH apresenta as dimensões do desenvolvimento no Território por meio de indicadores e variáveis socioeconômicas, investigando e trazendo a discussão de um conjunto de dados e informações que visam demonstrar os avanços alcançados e as fragilidades a serem superadas.

É notável a representação do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH em análise socioeconômica, visto que apresenta a relevante possibilidade de expor a desigualdades entre as estruturas políticas e administrativas e contribuem para a elaboração de políticas na gestão pública.

Tabela 11 – Índices de Desenvolvimento Humano dos Municípios do Território Centro Sul do Paraná
Censos 2000 e 2010

(continua)				
Município	Variável	2000	2010	Variação
Fernandes Pinheiro	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,526	0,645	22,6%
	IDHM – Longevidade	0,748	0,791	5,7%
	IDHM – Educação	0,337	0,525	55,8%
	IDHM – Renda	0,576	0,647	12,3%
Guamiranga	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,511	0,669	30,9%
	IDHM – Longevidade	0,707	0,804	13,7%
	IDHM – Educação	0,356	0,568	55,5%
	IDHM – Renda	0,529	0,657	24,2%
Imbituva	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,54	0,66	22,2%
	IDHM – Longevidade	0,753	0,828	9,7%
	IDHM – Educação	0,339	0,509	50,1%
	IDHM – Renda	0,617	0,681	10,4%
Inácio Martins	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,491	0,6	22,2%
	IDHM – Longevidade	0,669	0,765	14,3%
	IDHM – Educação	0,304	0,454	49,3%
	IDHM – Renda	0,582	0,623	7,0%

Tabela 11 – Índices de Desenvolvimento Humano dos Municípios do Território Centro Sul do Paraná
Censos 2000 e 2010 (continuação)

Município	Variável	2000	2010	Variação
Ipiranga	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,519	0,652	25,6%
	IDHM – Longevidade	0,748	0,828	10,7%
	IDHM – Educação	0,311	0,489	57,2%
	IDHM – Renda	0,601	0,684	13,8%
Irati	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,617	0,726	17,7%
	IDHM – Longevidade	0,748	0,835	11,6%
	IDHM – Educação	0,494	0,64	29,5%
	IDHM – Renda	0,636	0,715	12,4%
Ivaí	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,536	0,651	21,4%
	IDHM – Longevidade	0,689	0,791	14,8%
	IDHM – Educação	0,389	0,534	37,3%
	IDHM – Renda	0,574	0,654	13,9%
Mallet	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,575	0,708	23,1%
	IDHM – Longevidade	0,742	0,809	9,0%
	IDHM – Educação	0,406	0,645	58,9%
	IDHM – Renda	0,63	0,681	8,1%
Prudentópolis	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,544	0,676	24,3%
	IDHM – Longevidade	0,776	0,807	4,0%
	IDHM – Educação	0,361	0,577	59,8%
	IDHM – Renda	0,574	0,664	15,7%
Rebouças	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,559	0,672	20,2%
	IDHM – Longevidade	0,738	0,814	10,3%
	IDHM – Educação	0,413	0,576	39,5%
	IDHM – Renda	0,573	0,647	12,9%
Rio Azul	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,538	0,687	27,7%
	IDHM – Longevidade	0,751	0,819	9,0%
	IDHM – Educação	0,357	0,544	52,4%
	IDHM – Renda	0,582	0,728	25,1%

Tabela 11 – Índices de Desenvolvimento Humano dos Municípios do Território Centro Sul do Paraná
Censos 2000 e 2010

(conclusão)

Município	Variável	2000	2010	Variação
Teixeira Soares	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,575	0,671	16,7%
	IDHM – Longevidade	0,718	0,822	14,5%
	IDHM – Educação	0,432	0,544	25,9%
	IDHM – Renda	0,614	0,676	10,1%
Paraná	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,650	0,749	15,2%
	IDHM – Longevidade	0,747	0,830	11,1%
	IDHM – Educação	0,522	0,668	28,0%
	IDHM – Renda	0,704	0,757	7,5%

Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD
Fundação João Pinheiro - FJP

O IDH apresenta variação entre zero (0) para caracterizar que não existe desenvolvimento humano até um (1) que significa que há desenvolvimento humano total. O índice tem grande representatividade, sendo o mais popular e difundido indicador social e econômico, utilizando como parâmetro de análise para a educação, longevidade e renda.

O IDHM é um índice composto que agrega três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável (IDHM Saúde); de ter acesso a conhecimento (IDHM Educação) e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas (IDHM Renda). O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal:

- a) 0,000 a 0,499 - muito baixo;
- b) 0,500 a 0,599 - baixo;
- c) 0,600 a 0,699 - médio;
- d) 0,700 a 0,799 - alto; e
- e) 0,800 e mais - muito alto.

IDHM – Longevidade: O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Longevidade (vida longa e saudável) é composto pelo indicador esperança

(expectativa) de vida ao nascer. Esse indicador mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os padrões de mortalidade observados no ano de referência.

Vida Longa e Saudável (Longevidade) - ter uma vida longa e saudável é fundamental para viver em plenitude. A promoção do desenvolvimento humano requer que sejam ampliadas as oportunidades que as pessoas têm de evitar a morte prematura e de garantir a elas um ambiente saudável, com acesso à saúde de qualidade para que possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental.

IDHM – Educação: No Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - componente Educação - a dimensão "acesso ao conhecimento" é medida pela composição de dois subíndices:

- a) A escolaridade da população adulta (% de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo) e;
- b) O fluxo escolar da população jovem (% de crianças de 5 a 6 anos frequentando escola; % de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental; % de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e; % de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo).

O Acesso ao Conhecimento (Educação) é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e da autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. Educação constrói confiança, confere dignidade, e amplia os horizontes e as perspectivas de vida.

IDHM – Renda: No Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda o domínio sobre recursos para garantir um padrão de vida com acesso às necessidades básicas como água, alimento e moradia, é medido pela renda mensal per capita.

Padrão de Vida (Renda), é essencial para acessarmos necessidades básicas como, mas também para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida

de escolhas genuínas e exercício de liberdades. A renda é um meio para uma série de fins, possibilita nossa opção por alternativas disponíveis e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida.

Os municípios do Território Centro Sul acompanharam o movimento de variação positiva nos últimos censos de forma geral e que abrangeu os demais municípios brasileiros, porém não foi suficiente para melhorar a sua posição em relação ao conjunto de municípios e a média estadual, ficando abaixo da média.

Observa-se uma elevação no IDH dos municípios do Território entre os censos de 2000 e 2010 os quais foram de baixo para médio, e alto em Irati e Mallet, porém continuam abaixo do índice estadual em todos os municípios.

Na tabela 12 apresenta-se a classificação dos municípios do Território dentro do Estado:

Tabela 12 – Ranking da Classificação Estadual do IDH-M

Município	Classificação no Estado 2000	Classificação no Estado 2010
Fernandes Pinheiro	350	363
Guamiranga	367	325
Imbituva	330	343
Inácio Martins	379	394
Ipiranga	358	356
Irati	134	94
Ivaí	334	359
Mallet	268	189
Prudentópolis	323	312
Rebouças	305	318
Rio Azul	332	277
Teixeira Soares	268	320

Fonte: IPARDES

Dos municípios analisados, cinquenta por cento teve uma situação desfavorável, com declínio de sua classificação dentro do ranking estadual. Dentre os que se elevaram no ranking, destaca-se o município de Irati e Mallet .

Na tabela 13 apresenta-se a classificação dos municípios do Território dentro do País:

Tabela 13 – Ranking da Classificação Federal do IDH-M

Variável	Localidade	2000	2010
IDHM - Classificação Nacional	Estado do Paraná	6	5
	Fernandes Pinheiro	2.880	3.201
	Guamiranga	3.089	2.691
	Imbituva	2.668	2.898
	Inácio Martins	3.350	4.144
	Ipiranga	2.976	3.070
	Irati	1.235	1.133
	Ivaí	2.731	3.090
	Mallet	2.052	1.665
	Prudentópolis	2.597	2.524
	Rebouças	2.366	2.621
	Rio Azul	2.699	2.251
	Teixeira Soares	2.052	2.642

Fonte: IPARDES

Dentro do ranking entre todos os municípios do país, 7 dos 12 municípios do Território estão em queda no comparativo, com destaque novamente para Mallet, não para primeiro lugar no Território, mas que nesse interstício foi o que mais posições obteve dentro do ranking. O município de Irati é o melhor classificado dentro do Território.

Dentro do ranking estadual de classificação do IDH-M, observa-se que metade dos municípios melhorou sua classificação e que a outra metade apresentou queda, com isso os programas propostos para Território não apresentaram de modo

geral uma melhora significativa no ranking, observa-se ainda que 9 dos 12 municípios situam-se no último quartil classificatório, ou seja, nove municípios acima da classificação de 300 dentre os 399 municípios do Paraná, e Inácio Martins que já apresenta uma classificação ruim teve uma queda ou ficando em último lugar do Território e numa situação bem ruim em relação ao todo.

Com relação ao ranking de classificação federal, 7 dos 12 municípios apresentaram queda em sua classificação, levando a uma situação de queda em modo global, ou seja, verifica-se que tanto o PRONAT, como as demais políticas públicas executadas no Território não elevaram o IDH de maneira satisfatória para melhorar o ranking federal.

2.2.2.2 Índice IPARDES de desempenho municipal - IPDM

O IPDM apresenta o levantamento de índices dos municípios paranaenses, considerando igualmente as três principais áreas de desenvolvimento econômico e social: sendo eles Renda, emprego e produção agropecuária; educação; e saúde. Os dados são coletados através de registros administrativos obrigatórios, formando uma base de dados onde os índices oficiais estão dispostos anualmente em recortes municipais.

A escolha dos indicadores levou em consideração aspectos importantes voltados para o desenvolvimento local, visando subsidiar ações conjuntas do governo e do empresariado.

Tabela 14 – Índice IPARDES de Desempenho Municipal do Território Centro Sul do Paraná.

(continua)				
Município	Índice IPARDES de Desempenho Municipal – IPDM	2010	2015	Variação
Fernandes Pinheiro	Índice Iparades de Desempenho Municipal	0,5811	0,6035	3,8%
	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3824	0,3911	2,3%
	IPDM - Educação	0,6374	0,7332	15,0%
	IPDM - Saúde	0,7235	0,6863	- 5,1%
Guamiranga	Índice Iparades de Desempenho Municipal	0,5857	0,6032	3,0%
	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3895	0,3154	- 19,2%
	IPDM - Educação	0,6405	0,7229	12,9%
	IPDM - Saúde	0,7271	0,7713	6,1%

Tabela 14 – Índice IPARDES de Desempenho Municipal do Território Centro Sul do Paraná.

(continuação)

Município	Índice IPARDES de Desempenho Municipal – IPDM	2010	2015	Variação
Imbituva	Índice Ipardes de Desempenho Municipal	0,5656	0,6282	11,1%
	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,4265	0,432	1,3%
	IPDM - Educação	0,578	0,6288	8,8%
	IPDM - Saúde	0,6922	0,8239	19,0%
Inácio Martins	Índice Ipardes de Desempenho Municipal	0,4769	0,5196	8,9%
	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3557	0,3514	- 1,2%
	IPDM - Educação	0,4019	0,4341	8,0%
	IPDM - Saúde	0,6729	0,7732	14,9%
Ipiranga	Índice Ipardes de Desempenho Municipal	0,5269	0,4567	- 13,3%
	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3777	0,3793	0,4%
	IPDM - Educação	0,5831	0,474	- 18,7%
	IPDM - Saúde	0,6198	0,5167	- 16,6%
Irati	Índice Ipardes de Desempenho Municipal	0,6188	0,6842	10,6%
	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,4687	0,4545	- 3,0%
	IPDM - Educação	0,6687	0,7996	19,6%
	IPDM - Saúde	0,7191	0,7987	11,1%
Ivaí	Índice Ipardes de Desempenho Municipal	0,4655	0,5122	10,0%
	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3583	0,3654	2,0%
	IPDM - Educação	0,5754	0,6698	16,4%
	IPDM - Saúde	0,4626	0,5015	8,4%
Mallet	Índice Ipardes de Desempenho Municipal	0,6395	0,6773	5,9%
	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,4206	0,4627	10,0%
	IPDM - Educação	0,7079	0,8262	16,7%
	IPDM - Saúde	0,7899	0,743	- 5,9%
Prudentópolis	Índice Ipardes de Desempenho Municipal	0,574	0,653	13,8%
	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3884	0,409	5,3%
	IPDM - Educação	0,6424	0,7748	20,6%
	IPDM - Saúde	0,6913	0,7754	12,2%
Rebouças	Índice Ipardes de Desempenho Municipal	0,5936	0,6544	10,2%
	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,4008	0,3681	- 8,1%
	IPDM - Educação	0,6653	0,7451	12,0%
	IPDM - Saúde	0,7148	0,85	18,9%

Tabela 14 – Índice IPARDES de Desempenho Municipal do Território Centro Sul do Paraná.

(conclusão)

Município	Índice IPARDES de Desempenho Municipal – IPDM	2010	2015	
Rio Azul	Índice Iparades de Desempenho Municipal	0,5835	0,6606	13,2%
	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,4413	0,4321	- 2,1%
	IPDM - Educação	0,5568	0,6661	19,6%
	IPDM - Saúde	0,7523	0,8836	17,4%
Teixeira Soares	Índice Iparades de Desempenho Municipal	0,5141	0,6374	24,0%
	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3884	0,3996	2,1%
	IPDM - Educação	0,5522	0,7343	33,0%
	IPDM - Saúde	0,6016	0,7784	29,4%

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Nova metodologia. Referência 2010.

O desempenho municipal do IPDM, assim como o IDH-M é expresso por um índice cujo valor varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 maior o nível de desempenho do município com relação ao referido indicador ou o índice final.

Com base no valor do índice os municípios foram classificados em quatro grupos:

- a) 0,000 a < 0,400 - baixo desempenho;
- b) 0,400 a < 0,600 - médio baixo desempenho;
- c) 0,600 a < 0,800 - médio desempenho; e
- d) 0,800 a 1,000 - alto desempenho.

IPDM – Saúde: Na construção do índice da dimensão saúde são usadas as variáveis: número de consultas pré-natais; óbitos infantis por causas evitáveis e óbitos por causas mal definidas.

IPDM – Educação: Na educação, utilizam-se as variáveis a seguir:

- a) Taxa de matrícula na educação infantil;
- b) taxa de abandono escolar (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano; 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano e ensino médio);
- c) taxa de distorção idade série (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano; 5ª a 8ª série / 6º

- a 9º ano e ensino médio);
- d) percentual de docentes com ensino superior (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano; 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano e ensino médio); e
- e) resultado do IDEB (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano e 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano).

IPDM - Emprego, Renda e Produção Agropecuária: A dimensão Emprego, Renda e Produção Agropecuária apresenta variáveis relacionadas ao salário médio, ao emprego formal e à renda da agropecuária.

Com relação ao ano de 2010, verifica-se que 10 municípios estão classificados pelo IPDM com baixo desempenho, as cidades de Irati e Mallet estão melhores classificadas, porém dentro da faixa de médio desempenho.

Nesse mesmo período verifica-se que a menor classificação é no quesito renda e que o responsável por elevar o índice é a saúde.

Como a base de dados do IPDM foi reformulada e seus dados partem de 2010, não foi possível um comparativo com ano de 2000 como dos demais dados apresentados, devido a esse fator e no sentido de formular um parâmetro de análise foram apresentados os dados de 2015.

Com isso, verifica-se uma elevação do índice em quase todos os municípios, a única exceção foi Ipiranga. Contudo, o índice referente a renda, emprego e produção agropecuária continua sendo o mais baixo dentre os demais.

A tabela 15 apresenta o ranking de classificação dos municípios do Território em um comparativo com os demais municípios do Estado:

Tabela 15 – Ranking da Classificação Estadual do IPDM

(continua)

Município	Classificação no Estado 2010
Fernandes Pinheiro	257
Guamiranga	244
Imbituva	276
Inácio Martins	359
Ipiranga	318

Tabela 15 – Ranking da Classificação Estadual do IPDM

(conclusão)

Município	Classificação no Estado 2010
Irati	170
Ivaí	373
Mallet	130
Prudentópolis	270
Rebouças	220
Rio Azul	250
Teixeira Soares	334

Fonte: Elaborado pela autora.

O município de Mallet é o mais bem classificado dentro dos 399 municípios do Estado, seguido de Irati. Do lado oposto estão Ivaí, Inácio Martins e Teixeira Soares.

O Índice apresentado pelo IPARDES apresenta valores diferentes ao IDH-M referente a renda, apesar de ambos refletirem em dados a realidade do Território, o IPDM abrange outras variáveis em sua composição.

O IDH-M baseia a variável renda no PIB per capita, ele é determinado de maneira complexa, através de um logaritmo baseado em valores máximos e mínimos do PIB, convertidos em dólar.

O IPDM atribui pesos a indicadores que compõe a área emprego, renda e produção agropecuária no Paraná, esses pesos são distribuídos nas seguintes variáveis:

- a) remuneração média;
- b) remuneração média absoluta;
- c) taxa de crescimento da remuneração média;
- d) emprego formal;
- e) índice de formalização;
- f) taxa de crescimento do estoque de emprego formal;
- g) índice de participação do emprego formal;
- h) produção agropecuária;
- i) participação do VBP agropecuário;

j) taxa de crescimento do VBP agropecuário.

Não cabe a esta tese a discussão de qual índice reflete de maneira mais justa o desenvolvimento no Território e sim apresentar os dados para enriquecer as análises referente ao PRONAT.

2.2.2.3 Renda per capita dos municípios

Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. A renda é expressa em valores reais de 1 de agosto de 2010.

A tabela 16 apresenta os valores per capita de renda das famílias paranaenses em municípios do Território nos anos de 2000 e 2010:

Tabela 16 – Índice de Desenvolvimento Humano - Renda Per Capta.

Variável	Localidade	2000	2010	Variação
IDHM - Renda - Componente: Renda per capita (R\$ 1,00)	Paraná	638,27	890,89	39,6%
	Fernandes Pinheiro	288,26	446,98	55,1%
	Guamiranga	214,7	478,34	122,8%
	Imbituva	371,38	553,65	49,1%
	Inácio Martins	299,47	385,92	28,9%
	Ipiranga	337,16	564,83	67,5%
	Irati	417,53	685,81	64,2%
	Ivaí	284,21	469,13	65,1%
	Mallet	403,55	552,86	37,0%
	Prudentópolis	283,84	497,84	75,4%
	Rebouças	283,06	449,27	58,7%
	Rio Azul	298,4	740,31	148,1%
	Teixeira Soares	365,42	536,39	46,8%

Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD
Fundação João Pinheiro - FJP

No ano de 2000 a renda per capita dos municípios do Território foram inferiores

a renda paranaense em todos os municípios, sendo que em 7 deles o valor não chega nem a metade do valor médio do Estado, com valores superiores a R\$400,00 reais destacam-se Irati e Mallet.

Em 2010 todos os municípios apresentaram elevação em sua renda per capita, contudo, ainda assim, nenhum deles superou a média estadual, nesse ano Rio Azul foi o município com maior renda per capita e com uma elevação percentual superior à média do Estado e dos demais municípios do Território.

2.2.2.4 Índice de Gini

O índice de Gini mede o grau de concentração da distribuição de renda de uma determinada população em um determinado espaço geográfico.

Quando o índice tem valor igual a um (1) existe perfeita desigualdade, isto é, a renda domiciliar per capita é totalmente apropriada por um único indivíduo. Quando ele tem valor igual à zero (0) tem-se perfeita igualdade, isto é, a renda é distribuída na mesma proporção para todos. Quanto mais próximo da unidade maior a desigualdade na distribuição de renda.

Tabela 17 – Índices de GINI nos Municípios do Território Centro Sul do Paraná – Censos 2000 e 2010

Localidade	2000	2010
Fernandes Pinheiro	0,61	0,54
Guamiranga	0,5	0,46
Imbituva	0,57	0,51
Inácio Martins	0,62	0,51
Ipiranga	0,56	0,53
Irati	0,55	0,49
Ivaí	0,55	0,5
Mallet	0,59	0,46
Prudentópolis	0,57	0,47
Rebouças	0,56	0,51
Rio Azul	0,52	0,63
Teixeira Soares	0,56	0,51
Estado do Paraná	0,6	0,53

Fonte: adaptado de IPARDES

O Território apresentou uma melhor distribuição de renda em seus municípios se comparados o censo de 2010 em relação ao ano de 2000, essa distribuição é melhor em dez dos municípios em relação ao Estado.

Com exceção de Rio Azul, os demais municípios tiveram uma melhora na distribuição de renda entre os anos apresentados, destaque para Mallet e Guamiranga na distribuição de renda em 2010.

O município de Rio Azul apresentou uma elevação em seu PIB, como não houve uma boa distribuição da renda, esta concentrou nas mãos de poucos, refletindo então do índice de GINI.

2.2.2.5 Índice de Theil - L

Mede a desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita, excluídos aqueles com renda domiciliar per capita nula. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica da renda domiciliar per capita dos indivíduos, sendo nulo quando não existe desigualdade de renda entre eles e tendente ao infinito quando a desigualdade tende ao máximo.

Tabela 18 – Índices de Theil - L nos Municípios do Território – Censos 2000 e 2010

Variável	Localidade	2000	2010
Índice de Theil – L	Estado do Paraná	0,65	0,51
	Fernandes Pinheiro	0,64	0,54
	Guamiranga	0,38	0,36
	Imbituva	0,55	0,47
	Inácio Martins	0,67	0,47
	Ipiranga	0,56	0,5
	Irati	0,54	0,41
	Ivaí	0,54	0,47
	Mallet	0,62	0,38
	Prudentópolis	0,6	0,41
	Rebouças	0,58	0,49
	Rio Azul	0,49	0,76
	Teixeira Soares	0,54	0,48

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Assim como demonstrado através do índice de Gini, o índice de Theil demonstra uma melhor distribuição da renda dentro do Território, com exceção novamente do município de Rio Azul onde a renda está mais condensada na mão de um menor número de pessoas.

A melhor distribuição de renda está no município de Guamiranga e a variação mais positiva ocorreu na cidade de Mallet, seguido de Inácio Martins.

2.2.2.6 Taxa de pobreza nos municípios do Território

Proporção de indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$140,00 (cento e quarenta reais) mensais em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Os dados são provenientes dos Microdados do Censo Demográfico do IBGE e das Tabulações especiais feitas pelo IPARDES.

Tabela 19 – Taxa de Pobreza nos Municípios do Território

Variável	Localidade	2000	2010	Variação
Taxa de Pobreza (%)	Estado do Paraná	18,9%	6,46%	- 65,8%
	Fernandes Pinheiro	44,39%	23,08%	- 46,4%
	Guamiranga	47,28%	14,09%	- 68,5%
	Imbituva	32,43%	12,69%	- 60,9%
	Inácio Martins	47,21%	27,21%	- 42,4%
	Ipiranga	34,99%	15,05%	- 57,0%
	Irati	28,58%	6,79%	- 76,2%
	Ivaí	40,04%	21,64%	- 45,9%
	Mallet	32,97%	12,45%	- 62,2%
	Prudentópolis	44,23%	16,72%	- 62,2%
	Rebouças	40,23%	23,22%	- 42,3%
	Rio Azul	35,41%	14,56%	- 58,9%
	Teixeira Soares	35,95%	14,73%	- 59,0%

Fonte(s): Adaptado: IBGE/IPARDES

A taxa de pobreza sofreu uma queda importante em todo o Território no comparativo entre o censo de 2000 e o de 2010, todos os municípios assim como a média do Estado sofreram baixa, deixando um importante percentual da população acima do nível da linha da pobreza. Contudo, apesar dessa importante constatação verifica-se que em todos os municípios a taxa ainda se encontra superior à média do Estado.

2.2.2.7 Proporção de extremamente pobres

Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$70,00 (setenta reais) mensais em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Tabela 20 – Proporção Extremamente Pobres no Território

Variável	Localidade	2000	2010	Variação
Proporção de Extremamente Pobres (%)	Estado do Paraná	6,08	1,96	- 67,8%
	Fernandes Pinheiro	21,6	9,55	- 55,8%
	Guamiranga	23	2,49	- 89,2%
	Imbituva	10,27	2,53	- 75,4%
	Inácio Martins	19,67	8,58	- 56,4%
	Ipiranga	13,47	6,27	- 53,4%
	Irati	8,82	1,89	- 78,6%
	Ivaí	17,89	7,66	- 57,2%
	Mallet	13,83	5,11	- 63,0%
	Prudentópolis	21,82	6,5	- 70,2%
	Rebouças	23,99	10,54	- 56,1%
	Rio Azul	15,3	7,08	- 53,7%
	Teixeira Soares	12,59	5,19	- 58,8%

Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD
Fundação João Pinheiro - FJP

Assim como no quesito referente a pobreza, a porcentagem de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza apresentou uma grande redução em todos os

municípios do Território, porém situando-se acima da média estadual, com exceção do município de Irati.

O município de Rebouças apresentou o índice mais elevado em nível de extrema pobreza em 10,54%, seguido por Fernandes Pinheiro e Inácio Martins.

2.2.2.8 Proporção de Vulneráveis à Pobreza

Proporção de indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais) mensais em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 (meio) salário mínimo nesta data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Tabela 21 – Proporção de Vulneráveis à Pobreza no Território

Variável	Localidade	2000	2010	Variação
Tabela: Vulneráveis à pobreza Proporção de Vulneráveis à Pobreza (%)	Estado do Paraná	41,24	19,7	- 52,2%
	Fernandes Pinheiro	73,37	48,11	- 34,4%
	Guamiranga	71,78	39,17	- 45,4%
	Imbituva	60,11	35,42	- 41,1%
	Inácio Martins	72,76	51,83	- 28,8%
	Ipiranga	62,33	36,18	- 41,9%
	Irati	52,98	23,85	- 55,0%
	Ivaí	68,74	42,3	- 38,5%
	Mallet	55,34	30,29	- 45,3%
	Prudentópolis	68	36,79	- 45,9%
	Rebouças	65,92	45	- 31,7%
	Rio Azul	65,17	34,35	- 47,3%
	Teixeira Soares	57,79	37,57	-35,0%

Fonte: IPARDES

O Estado, assim como os demais municípios do Território, apresentou queda no percentual de pessoas vulneráveis à pobreza, contudo ainda assim todos os municípios estão acima da média estadual no comparativo de pessoas vulneráveis,

onde Inácio Martins apresentava mais da metade da população nessa situação de vulnerabilidade.

Apesar de uma queda muito importante nos índices referente a pobreza, verifica-se que no comparativo estabelecido entre os censos de 2000 e 2010, todos os municípios do Território, em todos os índices referentes a pobreza, estão abaixo da média do Estado, demonstrando como o este necessita de políticas públicas voltadas para sua redução de maneira mais ampla.

2.2.2.9 Pessoas ocupadas por faixa etária

A presença de trabalho infanto juvenil é um indicativo das dificuldades socioeconômicas, onde as famílias que dependem da contribuição do trabalho e da renda de seus filhos na ajuda mensal.

Essa ocupação que ocorre de forma precoce demonstra que o segmento se encontra comprometido e que crianças e adolescentes são penalizados com risco à saúde e perda de oportunidades, ficando privados de investimentos para sua formação e desfrutar da infância no momento fundamental para seu desenvolvimento.

2.2.2.10 Taxa de Atividade

Razão entre as pessoas que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do Censo e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100. Considera-se desocupada a pessoa que não estando ocupada na semana de referência havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.

A apresentação da taxa de atividade é de grande importância antes da taxa de ocupação, pois retratada a porcentagem da população que está ativa para o mercado de trabalho e após esses dados a taxa de ocupação apresenta a porcentagem dessa população que se encontra ocupada em alguma atividade produtiva ou na prestação de serviços.

Está classificada como população economicamente ativa (PEA), a parcela de pessoas que fazem parte da força de trabalho da economia de um país, assim como aquelas que se encontram aptas a fazer. No Brasil é correspondente à faixa etária

entre 15 e 65 anos, sendo que atividade entre 15 e 18 anos pode ser permitida somente em caráter de aprendiz e 65 anos é a idade máxima para a aposentadoria.

Tabela 22 – Grau de Atividade da População do Território

(continua)

Variável	Localidade	2000	2010	Variação
Taxa de Atividade de 10 a 14 anos (%)	Estado do Paraná	10,23	8,34	- 18,5%
	Fernandes Pinheiro	10,85	11,06	1,9%
	Guamiranga	13,73	10,74	- 21,8%
	Imbituva	7,23	6,23	- 13,8%
	Inácio Martins	20,59	13,37	- 35,1%
	Ipiranga	21,55	9,39	- 56,4%
	Irati	11,72	5,93	- 49,4%
	Ivaí	11,11	16,83	51,5%
	Mallet	17,41	8,99	- 48,3%
	Prudentópolis	23,74	19,62	- 17,3%
	Rebouças	22,15	12,13	- 45,2%
	Rio Azul	25,45	11,05	- 56,6%
	Teixeira Soares	14,35	11,86	-17,3%
Taxa de Atividade de 15 a 17 anos (%)	Estado do Paraná	49,7	38,27	- 23,0%
	Fernandes Pinheiro	39	26,24	- 32,7%
	Guamiranga	51,21	48,3	- 5,7%
	Imbituva	57,36	30,18	- 47,4%
	Inácio Martins	58,69	38,78	- 33,9%
	Ipiranga	49,59	37,81	- 23,7%
	Irati	53,25	32,32	- 39,3%
	Ivaí	55,03	51,94	- 5,6%
	Mallet	60,16	39,22	- 34,8%
	Prudentópolis	59,02	58,08	- 1,6%
	Rebouças	63,08	32,55	- 48,4%
	Rio Azul	69,86	47,7	- 31,7%
	Teixeira Soares	50,1	41,59	- 16,8%

Tabela 22 – Grau de Atividade da População do Território

				(conclusão)
Variável	Localidade	2000	2010	Variação
Taxa de Atividade de 18 ou mais (%)	Estado do Paraná	68,39	70,73	3,4%
	Fernandes Pinheiro	51,74	62,57	20,9%
	Guamiranga	61,83	72,18	16,7%
	Imbituva	63,94	67,73	5,9%
	Inácio Martins	60,42	67,33	11,4%
	Ipiranga	66,31	67,56	1,9%
	Irati	66,02	70,55	6,9%
	Ivaí	66,65	74,46	11,7%
	Mallet	68,28	68,93	0,9%
	Prudentópolis	72,58	77,78	7,2%
	Rebouças	66,24	65,93	- 0,5%
	Rio Azul	74,63	77,64	4,0%
	Teixeira Soares	65,42	70,26	7,4%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Entre os dados apresentados pelo censo de 2010 em comparação ao de 2000, verifica-se que a taxa de atividade na faixa etária entre 10 e 14 anos aumentou nos municípios de Fernandes Pinheiro e Ivaí, apresentando queda nos demais municípios do Território e que somente em Imbituva e Irati seus níveis estão abaixo da média estadual.

Apesar de não ser considerada uma faixa permitida para o trabalho, nem como aprendiz, o IBGE faz o levantamento dos mesmo para fins de apresentação estatística e o trabalho infante juvenil reflete a necessidade da sua força de trabalho para complementar a renda familiar.

A taxa de atividade da parcela de jovens entre 15 e 17 anos também apresentou uma queda em seu percentual e essa queda foi observada em todos os municípios do Território.

Já na faixa etária superior a 18 anos houve um aumento percentual em todo Território assim como a nível estadual, vale destacar que houve um aumento da faixa etária da população no período analisado demonstrado anteriormente no quadro sobre o envelhecimento populacional.

A população economicamente ativa - PEA representa o que o IBGE classifica como população ocupada e população desocupada. O termo população ocupada refere-se à população que possui algum ofício no período, podendo ser: remunerado, não remunerado, por conta própria ou como um empregador e seus dados serão apresentados a seguir.

Classifica-se como população não ocupada as pessoas que não possuem emprego e não estavam a procura e os que não estavam aptos a trabalhar.

2.2.2.11 Taxa de Ocupação

É a relação entre o número de pessoas ocupadas e o número de pessoas economicamente ativas na semana de referência.

Tabela 23 – Grau de Ocupação da População do Território

(continua)				
Variável	Localidade	2000	2010	Variação
Taxa de Ocupação de 10 a 14 anos (%)	Estado do Paraná	67,01	87,68	30,8%
	Fernandes Pinheiro	67,57	97,1	43,7%
	Guamiranga	86,24	100	15,9%
	Imbituva	81,18	100	23,2%
	Inácio Martins	84,91	96,45	13,6%
	Ipiranga	86,35	94,96	10,0%
	Irati	75,83	72,28	- 4,7%
	Ivaí	89,66	95,43	6,4%
	Mallet	77,78	93,88	20,7%
	Prudentópolis	85,42	96,49	12,9%
	Rebouças	90,03	86,06	- 4,4%
	Rio Azul	89,89	86,39	- 3,9%
	Teixeira Soares	76,19	100	31,2%
Taxa de Ocupação de 15 a 17 anos (%)	Estado do Paraná	67,34	80,23	19,1%
	Fernandes Pinheiro	78,53	91,51	16,5%
	Guamiranga	89,66	93,8	4,6%
	Imbituva	82,98	94,88	14,3%

Tabela 23 – Grau de Ocupação da População do Território

				(conclusão)
Variável	Localidade	2000	2010	Variação
Taxa de Ocupação de 15 a 17 anos (%)	Inácio Martins	84,16	95,47	13,4%
	Ipiranga	87,35	94,93	8,7%
	Irati	69,11	85,97	24,4%
	Ivaí	85,82	93,3	8,7%
	Mallet	77,92	85,67	9,9%
	Prudentópolis	89,49	87,13	- 2,6%
	Rebouças	78,29	83,09	6,1%
	Rio Azul	88,63	92,59	4,5%
	Teixeira Soares	69,62	74,01	6,3%
Taxa de Ocupação de 18 ou mais (%)	Estado do Paraná	88,94	95,70	7,6%
	Fernandes Pinheiro	84,91	96,72	13,9%
	Guamiranga	96,45	98,42	2,0%
	Imbituva	92,55	96,49	4,2%
	Inácio Martins	93,40	97,66	4,6%
	Ipiranga	95,26	97,74	2,6%
	Irati	89,95	95,51	6,2%
	Ivaí	93,70	98,64	5,3%
	Mallet	94,11	97,03	3,1%
	Prudentópolis	92,86	97,57	5,1%
	Rebouças	91,69	94,31	2,8%
	Rio Azul	96,10	97,24	1,2%
	Teixeira Soares	91,87	94,08	2,4%

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Dentro da parcela populacional na faixa etária entre 15 e 19, anos somente o município de Prudentópolis apresentou queda, nos demais municípios essa taxa se ampliou, refletindo que mais pessoas estavam dentro do parâmetro consideradas ativas para o trabalho e que se encontravam ocupadas no período de análise.

Na faixa populacional considerada apta e economicamente ativa todo o Território apresentou elevação dos índices, onde mais pessoas encontram-se empregadas, empreendem ou exercem outras atividades remuneradas.

2.2.2.12 Porcentagem de Ocupação Rural

A tabela traz a porcentagem de pessoas residentes na área rural que detinham um trabalho regular e contínuo no período de referência, ou que, mesmo não tendo trabalho, tinham uma ocupação da qual se encontravam temporariamente afastadas por motivos de férias, licença, em comparação ao total de pessoas ocupadas nos períodos de 2000 e 2010.

Tabela 24 – Porcentagem de Pessoal Ocupado nas Atividades Rurais

Local	% dos ocupados em 2000	% dos ocupados em 2010	Variação percentual
Paraná	19,09	14,35	- 24,8%
Fernandes Pinheiro	45,56	46,78	2,7%
Guamiranga	71,92	70,91	- 1,4%
Imbituva	33,14	32,8	- 1,0%
Inácio Martins	46,01	46,34	0,7%
Ipiranga	62,47	61	- 2,3%
Irati	27,55	23,99	- 12,9%
Ivaí	68,02	59,68	- 12,3%
Mallet	52,71	47,98	- 9,0%
Prudentópolis	60,91	51,64	- 15,2%
Rebouças	56,96	41,51	- 27,1%
Rio Azul	69,81	66,28	- 5,0%
Teixeira Soares	46,07	51,93	12,7%

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Em comparação a porcentagem da população que se encontrava ocupada nos anos de 2000 e 2010 no Estado, os municípios do Território possuíam uma grande

diferença percentual para cima, em um contexto que demonstra o número expressivo de pessoas ocupadas na área rural.

2.3 PROGRAMAS SOCIAIS

Nesse tópico vamos mostrar como os moradores do Território Centro Sul do Paraná eram atendidos pelos diversos programas sociais e de transferência de renda, é importante destacar que os recursos desses programas têm origem tanto no governo estadual como no federal:

Programa Luz Fraterna: Isenta o pagamento da conta de luz nos domicílios que consomem até 100 kw horas de eletricidade por mês, com ligação monofásica e pertencente a classe residencial de baixa renda, devendo estar cadastrado no programa social da Copel ou ser beneficiário de algum dos programas sociais do governo federal.

Tabela 25 – Residência Isentas do Pagamento de Energia pelo Programa Luz Fraterna

Município	Número de Residências
Fernandes Pinheiro	228
Guamiranga	385
Imbituva	1.825
Inácio Martins	513
Ipiranga	552
Irati	2.914
Ivaí	640
Mallet	676
Prudentópolis	2.669
Rebouças	815
Rio Azul	494
Teixeira Soares	445
Território Centro Sul	12.156

Fonte: SETP/COPEL

No território foram 12.156 domicílios beneficiados pelo programa, sendo pouco menos da metade situado na zona rural, nos municípios de Guamiranga, Ipiranga, Mallet e Rio Azul. Nos domicílios dos municípios de Imbituva e Irati aproximadamente 20% foram beneficiados estão na zona rural. Ao analisar o rural e o urbano, o município com mais domicílios beneficiados pelo programa é Irati com 2.914, seguido de Prudentópolis com 2.669, e no outro extremo está Fernando Pinheiro com apenas 226 domicílios atendidos.

Tarifa social da água: É um benefício que reduz o pagamento da conta de água, as famílias deveriam residir em imóvel de até 70 metros quadrados, com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou no máximo dois salários mínimos por família, o consumo de água deve ser de até 10 metros cúbicos e o valor da tarifa era fixado em R\$ 5 (cinco reais) mensais.

Tabela 26 – Residências Beneficiadas pela Tarifa Social da Água

Município	Número de Residências
Fernandes Pinheiro	177
Guamiranga	123
Imbituva	1.970
Inácio Martins	482
Ipiranga	450
Irati	1.624
Ivaí	453
Mallet	510
Prudentópolis	1.708
Rebouças	697
Rio Azul	246
Teixeira Soares	245
Território Centro Sul	8.685
Paraná	334 111

Fonte: SANEPAR

No programa foram 8.685 domicílios atendidos no Território, Imbituva foi o município com maior número de beneficiários sendo 1970 residências e Guamiranga ficou em último lugar com 123 domicílios atendidos pelo programa.

Programa Leite das Crianças: Criado para diminuir a desnutrição, beneficia crianças de 6 meses a 36 meses pertencentes a família com renda per capita inferior a meio salário mínimo, o programa distribui leite pasteurizado com teor de gordura de 3% enriquecido com vitaminas A, D e ferro.

Tabela 27 – Famílias Beneficiadas pelo Programa Leite das Crianças

Município	Número de Famílias Beneficiadas
Fernandes Pinheiro	205
Guamiranga	268
Imbituva	930
Inácio Martins	517
Ipiranga	377
Irati	1.279
Ivaí	409
Mallet	211
Prudentópolis	900
Rebouças	381
Rio Azul	249
Teixeira Soares	198
Território Centro Sul	5.924
Paraná	170.893

Fonte: Secretaria Estadual de Abastecimento – SEAB-PR

No território 5.924 crianças estão amparadas pelo programa e sua concentração é maior nos municípios de Irati, Imbituva e Prudentópolis.

Programa Bolsa Família: Transfere renda e concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias em situação de extrema pobreza. Este programa unificou todos os benefícios sociais da bolsa escola, bolsa alimentação, cartão alimentação e auxílio gás do governo em um único programa.

Tabela 28 – Total de Famílias Pobres e Percentual de Atendimento do Programa Bolsa-Família nos Municípios do Território

Município	Total de famílias pobres (censo 2000)	Famílias atendidas pelo programa	Porcentagem
Fernandes Pinheiro	782	553	70,7 %
Guamiranga	941	620	65,9 %
Imbituva	2.423	1.699	70,1 %
Inácio Martins	1.372	1.034	75,4 %
Ipiranga	1.195	897	75,1 %
Irati	4.174	1.432	34,3 %
Ivaí	1.184	872	73,6 %
Mallet	1.068	664	62,2 %
Prudentópolis	5.420	4.011	74,0 %
Rebouças	1.589	1.401	88,2 %
Rio Azul	1.146	918	80,1 %
Teixeira Soares	769	712	92,6 %
Território Centro Sul	22.063	14.813	64,3 %
Paraná	589.428	471.482	80,0 %

Fonte: Elaborado pelo IPARDES

Inclui também o Bolsa-Escola, o Vale Gás e o Bolsa-Alimentação.

Novamente a concentração de beneficiários está nos municípios de Prudentópolis, Imbituva e Irati, que são também os municípios mais populosos.

Relacionado a maior meta percentual em relação à população pobre, destaca-se no município de Teixeira Soares, Rebouças e Rio azul, ficando no extremo oposto o município de Irati, com a meta de 34,3%.

Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano: Do governo federal, trata-se de uma ação de assistência social que é destinada a jovens entre 15 e 17 anos buscando o desenvolvimento pessoal e comunitário e proporcionar capacitação teórica e prática através de atividades que não se configure como trabalho, mas que possibilitam a permanência dos jovens no sistema de ensino e o prepara para o futuro mercado de trabalho com valor de benefício.

O benefício teve um valor estipulado em R\$65 (sessenta e cinco reais) mensais, porém o programa foi desenvolvido apenas no município de Fernandes Pinheiro, atendendo a 20 jovens.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI: Destinado à família de crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos, envolvidos em trabalho precoce, com objetivo de erradicar as formas de trabalho infantil no país, para obter o benefício a família tem que matricular seus filhos na escola, os quais devem frequentar as aulas através de uma jornada ampliada, a família então recebe uma bolsa de auxílio mensal por criança.

Tabela 29 – Bolsas Concedidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Município	Número de Famílias atendidas	Valor
Fernandes Pinheiro	11	500,00
Guamiranga	12	400,00
Imbituva	19	800,00
Inácio Martins	-	-
Ipiranga	4	100,00
Irati	95	3.800,00
Ivaí	39	2.340,00
Mallet	-	-
Prudentópolis	357	12.340,00
Rebouças	13	450,00
Rio Azul	46	1700,00
Teixeira Soares	-	-
Território Centro Sul	596	22.430,00
Paraná	6.953	326.465,00

Fonte: SETP-PR

O programa oferecia uma bolsa mensal no valor de R\$40 (quarenta reais) mensais por criança, para famílias que exerciam atividades típicas da área urbana e de R\$25 (vinte e cinco reais) para aquelas famílias com atividades na área rural. No Território foram distribuídos 596 benefícios que se estenderam a 9 dos 12 municípios, com exceção de Inácio Martins Mallet e Teixeira Soares.

Programa de Compra Direta da Agricultura Familiar: O programa estimulava o produtor e beneficiava as instituições e populações necessitadas, coordenado pela Secretaria do Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social com

recurso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o programa iniciou em 2004 com baixa adesão.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: Promoveu o desenvolvimento sustentável rural para agricultores familiares visando gerar empregos, melhorar a renda e aumentar a capacidade produtiva, foi criado através do decreto 1946 de 28 de junho de 1996.

Fundo de aval, crédito, programas e projetos que o governo do Paraná: Instituiu no ano de 2004, conforme a lei nº 14431 de 16 de junho de 2004, por intermédio de um fundo de aval que gera a garantia da agricultura familiar do Estado do Paraná por meio do qual garante ao agricultor o acesso ao crédito de investimento do PRONAF.

Porém, o Território apresenta um significativo número de propriedades rurais com algum problema de regularização fundiária, devido ao processo de colonização e a sucessão familiar das pequenas propriedades sem emissões de posses ou registros cartorários na transmissão de direitos a terra, gerando dificuldade de acesso pleno às políticas públicas que exigem a comprovação da posse da terra. Fernandes Pinheiro inovou ao desenvolver políticas para regularizar a posse de terra em sua jurisdição, em 2006 houve o lançamento do projeto Terra Legal para atuar no processo de regularização junto ao município, em parceria com uma comissão formada pelo Instituto de Terras Cartografia e Geociências por meio do projeto de Desenvolvimento Rural e Inclusão Social.

Em 2004 com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério Agrário MDA/SDT teve início os programas e projetos de desenvolvimento através de uma assessoria técnica e conteúdos metodológicos, era voltado para a capacitação do grupo gestor e dos agentes municipais de desenvolvimento através do programa PRONAF de infraestrutura.

Projeto Paraná 12 Meses: apoiou entre os anos de 1998 a 2006 a adequação, a proteção ambiental e modernização tecnológica, amenizando as condições sociais adversas no meio rural. Atuou mediante ações em habitação, saneamento, saúde, educação, geração de renda e emprego, organização comunitária e cidadania, através da implantação de vilas rurais para trabalhadores

volantes, recuperação de solos e aumento da produção e da produtividade agrícola paranaense.

Ainda durante os anos 2006/2007 esteve ativo o **programa Profissional Cidadão**, coordenado pelo MDA e pela Secretaria de Ciência e Tecnologia fortalecendo a assistência técnica e a extensão rural com ajuda da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

O texto a seguir abordará as políticas de desenvolvimento territorial implementadas no Brasil, assim como a utilização da abordagem territorial para a promoção do desenvolvimento.

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT será apresentado no referido capítulo, sendo o programa de política pública objeto de estudo da tese, aplicado no Território Centro Sul do Paraná.

3 O PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS - PRONAT

O PRONAT foi criado no ano de 2003, e consolidado em 2004, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, com a utilização de uma abordagem territorial para promover o desenvolvimento sustentável.

Na tabela 30, apresenta-se o número de projetos financiados, seguido de um comparativo referente ao número de projetos referente ao PRONAT, ambos no Território Centro Sul do Paraná.

Os dados são oriundos do site do IPARDES, com base em relatórios do Banco Central, e refletem o número de contratos dos financiamentos concedidos por instituições financeiras públicas e privadas, pertencentes ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), aos produtores e cooperativas de produtores para fins de custeio e investimento nas atividades agrícolas, como também a comercialização e industrialização da produção. Vale ressaltar que durante o período de vigência do projeto territorial não houve nenhum contrato referente a industrialização nos municípios que compõem o território.

Tabela 30 – Financiamentos a Agricultura - Contratos

Município	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Fernandes Pinheiro	420	576	599	415	413	433	386	357	365	357	390	397	5108
Guamiranga	929	1.860	2.228	1.422	1.072	1.594	1.124	916	702	696	602	546	13.691
Imbituva	3.865	3.860	4.293	3.343	2.589	3.215	2.699	2.467	1.882	1.638	1.985	1.945	33.781
Inácio Martins	201	379	189	203	263	102	123	77	184	92	92	135	2040
Ipiranga	3.862	4.086	5.032	3.959	3.766	4.239	4.037	2.982	2.260	2.075	2.017	1.764	40.079
Irati	3.463	3.961	3.920	2.951	2.684	3.032	2.647	2.659	2.499	2.395	2.543	2.538	35.292
Ivaí	1.928	2.459	3.061	2.195	1.835	2.510	2.092	1.953	1.702	1.624	1.613	1.485	24.457
Mallet	2.002	1.950	1.979	1.702	1.563	1.885	1.629	1.480	1.257	1.226	1.390	1.429	19.492
Prudentópolis	5.285	6.294	6.864	5.043	4.344	4.038	3.416	3.336	2.759	2.767	2.781	2.647	49.574
Rebouças	3.516	2.700	2.859	2.749	2.940	2.533	2.247	2.335	1.848	1.360	1.664	1.626	28.377
Rio Azul	2.371	3.868	4.164	3.216	2.890	3.477	2.625	2.314	2.338	2.760	3.189	3.325	36.537
Teixeira Soares	970	1.751	1.562	1.252	1.153	1.148	1.025	910	957	959	899	871	13.457
Total	28.812	33.744	36.750	28.450	25.512	28.206	24.050	21.786	18.753	17.949	19.165	18.708	301.885

Fonte: Adaptado IPARDES com dados do BACEN

Do total de contratos de financiamentos para o Território, fechados durante o período de 2003 a 2014, a maior parte deles foi voltada para o custeio das atividades agrícolas, em um total de 260.927 contratos. Para a área de investimentos foram 40.164 e para a comercialização 794, e nenhum destinado à industrialização.

Esses dados por ano e por município estão em anexo.

Tabela 31 – Projetos Aprovados pelo PRONAT

Município	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Fernandes Pinheiro	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
Guamiranga	-	1	1	-	-	1	-	1	-	-	-	1	5
Imbituva	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
Inácio Martins	-	-	1	1	-	-	1	1	1	-	-	-	5
Ipiranga	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	3
Irati	1	1	2	1	1	1	-	-	1	1	2	-	11
Ivaí	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	1	4
Mallet	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Prudentópolis	-	-	3	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
Rebouças	-	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	4
Rio Azul	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Teixeira Soares	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3
Total	1	3	20	4	2	2	3	3	2	1	5	3	49

Fonte: Adaptado de Operações de Crédito e Contratos de Repasse – CEF e do Portal da Transparência - CGU

Frente ao número de financiamentos totais destinados ao Território, verifica-se que os projetos aprovados pelo PRONAT são estatisticamente pouco significativos em número, porém vale avaliar a experiência e a atuação das políticas públicas territoriais dentro da metodologia que foi apresentada.

3.1 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL IMPLEMENTADAS NO BRASIL

A Constituição de 1988 foi um marco no processo de descentralização no Brasil, com base nesse contexto sócio político, na flexibilidade para a territorialização e na grande influência de territorialidade exercida pela União Europeia - UE através do programa LEADER, o Brasil passa a atuar em nível territorial.

Conforme Beduschi e Abramovay (2004), o programa LEADER (Liaison Entre Actions de Développement de l'Économie Rurale) abrangia as relações entre atividades de desenvolvimento e economia rural, formando políticas implementadas nos países membros da União Europeia e destinado a territórios com desvantagens socioeconômicas, senso que os territórios considerados já traziam a experiência de identidade cultural e histórica.

Os autores trazem como exemplo internacional ainda o programa EZ/EC (Empowerment Zones and Enterprise Communities), formado por zonas de empoderamento e comunidades empreendedoras, onde os incentivos passam de setoriais para regionais, abrangendo o desenvolvimento econômico, humano, comunitário e físico, pautado no plano sustentável, nas parcerias e na cooperação. As experiências foram baseadas no planejamento territorial, incentivando o protagonismo e atuação da comunidade local nas políticas.

Segundo o IPARDES (2007), a escala territorial foi introduzida nas políticas públicas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, vinculando a sua política de Crédito Rural e ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

FAVARETO (2010), ao abordar o desenvolvimento territorial rural no Brasil, defende que a implantação destas políticas iniciou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), no final da década de 1990, com o Programa Comunidade Ativa de Desenvolvimento e Políticas Sociais, a partir da criação da Secretaria Executiva Comunidade Solidária, visando combater pobreza e promover o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS, que incentiva a indução do desenvolvimento local, evitando dispersão e desperdício de recursos.

No ano de 1994, o INCRA/FAO efetuou a elaboração de um relatório abrangendo as tipologias sociais de produção no meio rural, servindo de base para a

criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF em 1996.

Em 1998 foram estimulados os Arranjos Produtivos Locais – APLS em conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.

Para chegar ao PRONAT, Grisa e Schneider (2014) destacam a importância dos atores através da influência exercida pelos movimentos sociais, com destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - Contag, reivindicando políticas públicas de valorização da agricultura familiar e das potencialidades regionais.

Os estudos acadêmicos, conforme descrevem Valência et al (2018), foram relevantes para implantação do PRONAT, assim como a experiência obtida através do programa *Leader* e ainda enriquecida pelas reflexões resultantes dos trabalhos sobre o “novo rural brasileiro” de José Graciano da Silva e o “rurbano”. Os estudos aqui citados serão descritos a seguir.

No final da década de 1990 foi realizado um estudo denominado rurbano, liderado por José Graciano Silva, da UNICAMP. Essa pesquisa envolveu um grande pesquisadores e foram formulados e implementados vários projetos de pesquisas. As parcerias buscavam a identificação de um novo rural com a atuação em outras atividades e não somente na produção agrícola, ampliando as perspectivas de renda e incentivando a permanência das pessoas na área rural com outras perspectivas econômicas e profissionais.

Segundo Silva (1999), a concepção do rural cada vez mais tende a se distanciar da visão setorial, baseada unicamente nas atividades agrícolas, visto que o meio rural brasileiro não pode ser caracterizado somente como espaço econômico de atividades agropecuárias. Com isso, o autor propõe que o rural pode ser entendido como um espaço contínuo ao urbano:

... o rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão de obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas. (Silva, 1999, p. 28).

Valência et al (2018) destaca ainda outros estudos acadêmicos importantes na criação do PRONAT: Abramovay com seu estudo sobre os Conselhos Municipais

de Desenvolvimento Rural e a elaboração de uma proposta e uma teoria de respeito e interação social em bases territoriais; Eric Sabourin com seu trabalho sobre desenvolvimento rural e abordagem territorial de 2002, além da ampla influência de José Eli da Veiga que exercia o cargo de Secretário Executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural – CNDR, criado em 1999.

Destaque também para a equipe de transição do governo Luiz Inácio Lula da Silva que vincularam ao programa colaboradores atuantes e articulados em redes, capacitados e com visão para o desenvolvimento territorial e participativo, iniciando os trabalhos de implantação.

No ano 2000 foi elaborado um estudo, com base no censo de 1991, apresentando a tipificação da unidade familiar e consolidação do PRONAF. Ainda em 2000, a Secretaria do Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e Pecuária é transferida para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, com o nome Secretaria da Agricultura Familiar, priorizando a formação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural. Nesse mesmo ano, o Novo Brasil Rural, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, apresentou o PRONAF infraestrutura.

Em 2003, o PRONAT foi criado, visando ampliar e fortalecer a agricultura familiar, a reforma e ordenamento agrário e a promoção do desenvolvimento sustentável. A Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT passou do plano local para o territorial, conforme a proposta das novas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar do primeiro Governo Lula.

O MDA era composto pelas seguintes secretarias:

- a) Secretaria de Agricultura Familiar – SAF, com a administração do PRONAF e políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- b) Secretaria de Reorganização Agrária – SRA, com o INCRA e as políticas de reforma agrária;
- c) Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, apoiando as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos em prol do desenvolvimento das regiões, nas quais predominam agricultores familiares e beneficiários da reforma e reordenamento agrário.

Conforme Faria (2019), a implementação do PRONAT ocorria da seguinte forma: primeiro, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS realizava o ordenamento e a aprovação dos territórios; na sequência, o governo federal homologou os territórios que passavam a fazer parte do PRONAT; na próxima etapa, os territórios organizavam seus colegiados territoriais e instituições de apoio; na outra etapa, cada território elaborava o seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); por fim, o governo federal, por intermédio da SDT, examinava e validava o Plano, que passava a constituir o principal instrumento de orientação das ações e investimentos no território.

O objetivo do PRONAT, segundo o MDA (2005), era promover o desenvolvimento sustentável e enfrentar a pobreza nos territórios rurais, por meio do financiamento de projetos de infraestrutura e serviços, atrelados ao Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), que eram elaborados pelos próprios pelos atores territoriais, concretizando a participação da sociedade, valorizando e estimulando o fortalecimento do capital social. A gestão a nível de território do PRONAT era executada pelos colegiados territoriais e instituições formadas pelo público e pela sociedade civil. A abordagem territorial visava promover a intersectorialidade aliada às múltiplas dimensões do desenvolvimento, composta pelas dimensões econômica, ambiental, social e político-institucional.

Ainda conforme o MDA, a política do PRONAT tinha na participação das populações rurais o grande desafio e objetivo a ser alcançado, através da promoção e do apoio à organização e ao fortalecimento institucional dos agricultores familiares e das populações rurais residentes nos territórios e o incentivo da gestão social, a referência era alcançar o desenvolvimento rural sustentável, integrando políticas públicas para a redução das desigualdades sociais e regionais e a geração de renda associada a equidade social. Nesse contexto, os colegiados eram os espaços responsáveis pela gestão das ações no âmbito de cada território e onde aconteciam as articulações, negociações e solução de conflitos.

3.2 ABORDAGEM TERRITORIAL PARA A PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

As diferenças sociais no campo têm raízes em nossos processos histórico-geográficos, nos quais se destacaram a presença de grandes latifúndios e insuficiente

participação da pequena propriedade, relacionada à restrição ao excesso à terra aos camponeses, os quais, pelo menos até a década de 1990, nunca tiveram acesso a políticas públicas que valorizassem a agricultura familiar. A tese procura abordar essas políticas de valorização que se consolidaram na primeira década do século XXI.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005), o enfoque territorial visa integrar espaços, sujeitos sociais, mercados e políticas públicas intervencionistas a qual ocorre de maneira interna e externa. O desenvolvimento rural deveria estar pautado nos pilares compostos pela coesão da sociedade com respeito à diversidade, gerando equidade social e econômica, prevalecendo a solidariedade e a justiça social. A coesão do território é formada pela expressão de seu espaço, seus recursos, pela sociedade nele inserida e pelas instituições que o compõem, definido como uma entidade que integra socialmente a política e a cultura.

O desenvolvimento sustentável dos territórios rurais visa fortalecer e estimular a integração social e territorial. A elaboração das políticas públicas deve ser embasada na diversidade de interesse das pessoas e os processos não devem ser iguais em todos os territórios. Para isso os roteiros metodológicos são importantes referências, mas devem sempre estar abertos a ajustes. A estratégia territorial deve ser conduzida de maneira hábil, agindo e refletindo sua ação que vai sendo orientada pelos trabalhos desenvolvidos.

Os investimentos públicos não devem ser destinados somente a investimentos econômicos, visto que o social é necessário para proporcionar melhoria na qualidade de vida da população. Os sistemas participativos e abertos devem ser mecanismos utilizados, buscando a participação da base social, apesar da dificuldade da participação em território de capital social baixo.

Na abordagem territorial, ao contrário da nacional, predomina a proximidade favorecendo a solidariedade e a cooperação, ampliando o poder e a atuação do capital social. Sua dimensão deve ser baseada no econômico, sociocultural, ambiental e político-institucional, centrado nas pessoas.

Silva (2013) elaborou a caracterização de tipologias de abordagem territorial que o poder público utiliza no planejamento e na implementação de ações. O autor apresentou quatro categorias, o quadro 4 apresenta as principais características de cada uma delas e alguns exemplos para complementar as informações.

Quadro 4 – Tipos de Abordagem Territorial nas Políticas Públicas

Tipo	Definição	Exemplos
Território como meio	Políticas setoriais que definem recortes territoriais específicos para alcançarem maior efetividade na sua implementação.	Consórcios municipais de educação e de saúde; unidades de polícia pacificadora (UPPs); Programa Saúde da Família (PSF).
Território como fim	Políticas baseadas em estratégias intersetoriais e articuladas para o desenvolvimento de territórios específicos com graves deficiências estruturais e alta incidência de pobreza.	Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); consórcios de segurança alimentar e desenvolvimento local (CONSADs); ; o Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PRONAT); Programa Territórios da Cidadania (PTC).
Território como regulação	Políticas que se utilizam de uma abordagem territorial para estabelecer normatizações para o uso público e privado do espaço geográfico nacional.	PNOT; zoneamento ecológico-econômico; Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).
Território como direito	Políticas que visam assegurar a grupos sociais específicos o direito a recursos territoriais imprescindíveis para sua reprodução social.	Reforma agrária; regularização de áreas quilombolas; demarcação de terras indígenas.

Fonte: adaptado de Silva (2013).

Na tese, aprofunda-se nas políticas de território como fim, mais especificamente, no Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável - PRONAT.

O objetivo é estabelecer arranjos territoriais para a adoção de um federalismo mais cooperativo em um ambiente favorável, formando parceria e a negociação entre estados e municípios:

Com isso, buscam incentivar a elaboração e a implementação de projetos de interesse comum entre diferentes UFs, mediante um conjunto de regras definidas na esfera nacional. Não obstante, a denominação de “regionais” ou “territoriais” adotada, eles apresentam uma justificativa em comum: enfrentar as desigualdades regionais construídas historicamente no processo de desenvolvimento nacional, mas enfatizando a valorização das potencialidades, forças sociais e especificidades (econômicas, ambientais e culturais) locais como elementos importantes para se chegar a essa matriz de desenvolvimento mais equilibrado. (Silva, 2013b, p.31).

Os quatro programas que abordam o território como fim procuraram definir estratégias e arranjos institucionais:

A PNDR, sob responsabilidade do MI; os CONSADs, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); o Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PRONAT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); e o PTC, sob coordenação da Casa Civil. (Silva, 2013b, p.30).

Os projetos foram formados com base em diversas configurações territoriais para atuar em dinâmicas de desenvolvimento, superar entraves e criar oportunidades à população.

3.2.1 Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foi apresentada em 2003 e segundo Silva (2013b) instituída pelo Decreto Presidencial no 6.047 de fevereiro de 2007. Sua gestão ficou a cargo do Ministério da Integração - MI através Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR. Foi a primeira experiência em desenvolvimento regional focando nas realidades socioestruturais, inter-regionais e intrarregionais em todo o território brasileiro e não a uma região específica. A região foi caracterizada através das seguintes variantes:

Para se chegar a esses objetivos, o programa adotou a caracterização das regiões brasileiras e, a partir do cruzamento de variáveis como rendimento domiciliar médio e variação anual média do PIB, caracterizou as microrregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em quatro tipos: de alta renda, dinâmicas, estagnadas e de baixa renda. (Silva, 2013b, p. 33).

De acordo com o IPEA (2009) na prática houve uma desproporção entre a dimensão das desigualdades encontradas e os recursos disponíveis, e devido à estrutura fiscal brasileira o PNDR estava atrelado a uma dependência muito grande da União.

Segundo Silva (2013) faltou uma previsão de recursos no período inicial para o custeio de reuniões e mobilizações. A proposta para a viabilização da PNDR foi a constituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional - FNDR, baseado no Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER, que financiou o Programa LEADER. A proposta do governo é de que o fundo estaria incluso na reforma tributária nacional, para projetos de infraestrutura econômica de pequena e média escala,

porém após tentativas frustradas de reforma tributária desde 2003 o FNDR não foi criado, gerando o pedido de demissão da secretária da SDR, em janeiro de 2004.

3.2.2 Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSADs

O programa de Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSADs surgiu em 2003 e segundo Silva (2013b) por estratégia do governo federal, visando combater a fome e promover a segurança alimentar através do Fome Zero.

A segurança alimentar obteve papel central no governo, por meio da criação de uma pasta ministerial específica, para gerir as ações do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar. Posteriormente passou para o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, operacionalizada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan).

Segundo o autor no quesito de programas de combate a fome o órgão máximo era o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o qual é formado por representantes do governo e da sociedade civil, criado em 1993 e extinto em 1995, substituído por uma nova estratégia de combate à pobreza, o Programa Comunidade Solidária (PCS),

No programa Fome Zero, de acordo com Silva (2013b) foram criadas e/ou inseridas outras políticas que visavam garantir a segurança alimentar e o combate à pobreza, entre elas o programa Bolsa Família, gerado como ação do governo federal para transferência de renda a famílias pobres em nível nacional. Além do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF que já existia desde 1996, porém passou a ter um papel mais amplo, com aumento de recursos disponibilizados e novas linhas de crédito para maior acesso por parte de agricultores familiares. De acordo com Silva a perspectiva territorial é vista como:

Na perspectiva dos CONSADs, o território é entendido como o espaço estratégico fundamental para desenvolver políticas de segurança alimentar de forma intermunicipal e, ao mesmo tempo, construir projetos e ações que integrem as dimensões política, econômica, social e ambiental. (Silva, 2013, p.47).

O programa visa diminuir as diferenças não só econômicas, mas em todas as suas dimensões.

3.2.3 Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT

Outro programa governamental sob a estratégia de intervenção territorial (território como fim) é o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT, também iniciado em 2003.

O PRONAT foi criado com o objetivo de melhorar a qualidade de vida em territórios predominantemente rurais. Foi inovador nesse programa o planejamento territorial em contrapartida ao setorial e a possibilidade dos sujeitos sociais de participarem do planejamento e da sua gestão através da formação dos colegiados territoriais.

Segundo Silva (2013b) o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS era o principal instrumento para o planejamento e a gestão social nos territórios, elaborado em conjunto por consultores contratados pelo MDA e sujeitos sociais locais como agricultores familiares, gestores públicos e representantes da sociedade civil.

O PRONAT é o programa objeto de estudo da Tese e será apresentado em seus detalhes no decorrer da mesma.

3.2.4 Territórios da Cidadania - PTC

O Programa Territórios da Cidadania (PTC) foi lançado em 25 de fevereiro de 2008, no Palácio do Planalto e com este ato o Programa de Desenvolvimento Territorial do MDA ganhou maior vulto institucional no governo federal. Sua proposta consistia em uma estratégia integrada de desenvolvimento com programa básico de cidadania e participação.

Segundo Silva "Na verdade, o PTC seria a viabilização de uma das áreas de resultado que o PRONAT já previa desde seu lançamento em 2003, que era a articulação de políticas públicas na esfera territorial" (Silva, 2013b, p.70). Conforme o autor sua missão consistia em promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, incluindo nesse programa as desigualdades de gênero, raça e etnia, através do desenvolvimento territorial sustentável. O objetivo era focalizar e articular as políticas públicas aos municípios com alto índice de pobreza e

baixo índice de desenvolvimento humano - IDH, devendo prevalecer no território a agricultura familiar, assentamentos e quilombos.

Para Silva (2013b) o PTC não apresentou inovação na formação de novos métodos de atuação, de governança e participação social, sua atuação foi na mesma baseada na estrutura do PRONAT. O autor ressalta ainda que:

Da mesma forma que os CONSADs e a PNDR, o PTC não constitui um programa governamental propriamente dito, de acordo com a terminologia empregada no PPA. Os três fazem parte de uma estratégia de articulação de políticas públicas em recortes territoriais prioritários e predeterminados, sem destinação orçamentária própria. (Silva, 2013, p. 75).

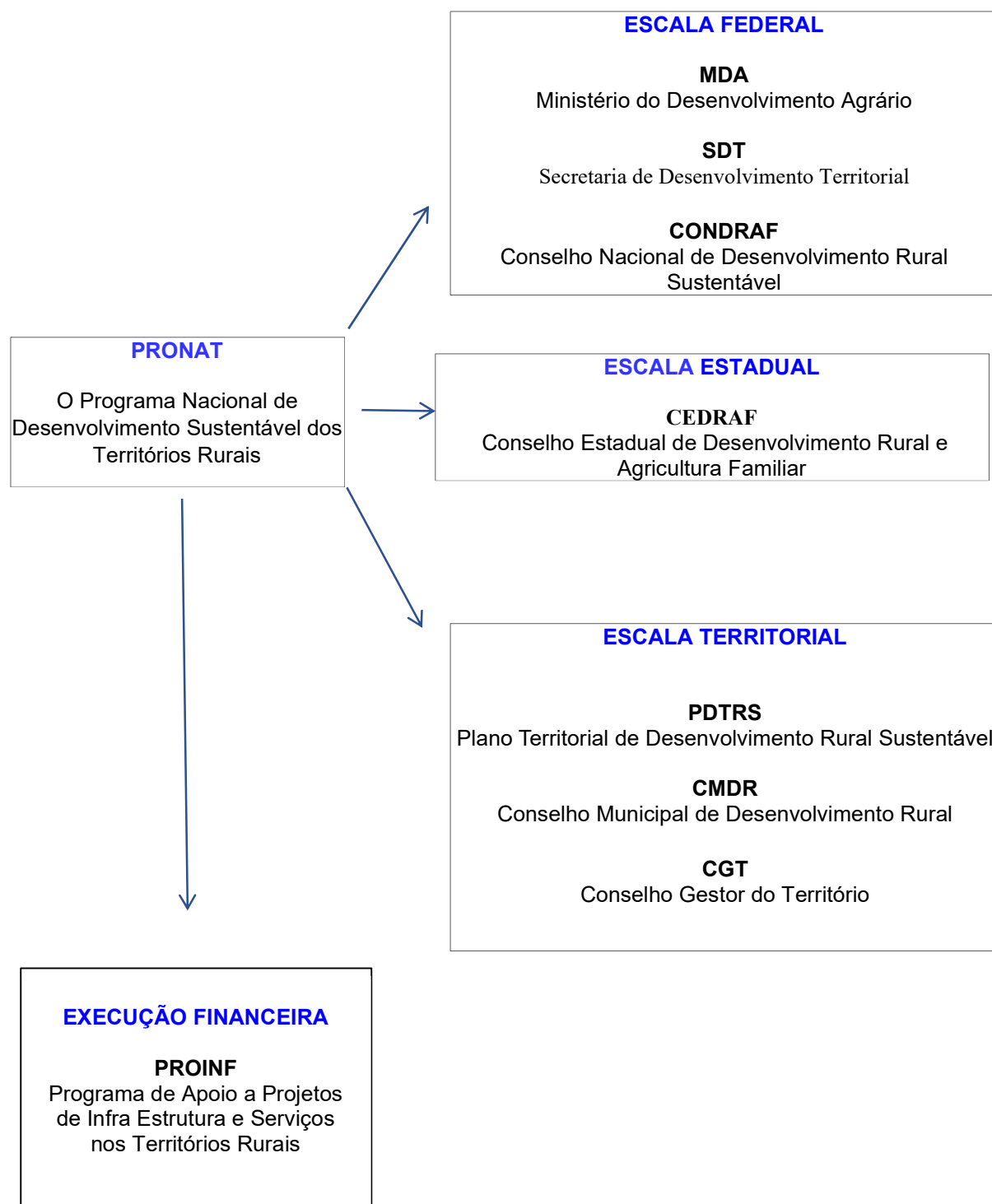
As políticas chegavam ao território através de pacotes prontos, cabia então aos colegiados legitimar as ações com restrito espaço para que houvesse as proposições de projetos e processos inovadores. Esses fatos instigam alguns questionamentos importantes sobre quais os principais entraves institucionais para a consolidação de propostas de planejamento e intervenção governamental a partir de uma estratégia diferenciada para a incidência territorial das políticas públicas.

3.3 ESTRUTURA DO PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS - PRONAT

Antes de explanar mais profundamente sobre o PRONAT apresenta-se a sua estrutura a nível nacional, federal, estadual, territorial, e sua proposta de execução financeira, através de uma figura sobre sua escala e suas nomenclaturas seguindo de uma breve descrição de cada um de seus conselhos, formação e atuação.

A Figura 5 traz a estrutura referente ao PRONAT, demonstrando os níveis de atuação do programa.

Figura 5 – Estrutura do PRONAT



Fonte: A autora

Dentre os conselhos direcionados para o desenvolvimento rural sustentável apresenta-se abaixo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, Conselho Gestor do Território e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural:

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF é o órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, criado pelo Decreto Presidencial 4.854 de 8 de outubro de 2003, que dispõe sobre a sua composição, estrutura e competência.

A composição e estrutura atual deste Conselho é resultado da reformulação de seu antecessor, o também Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS. A elaboração da sigla faz referência ao desenvolvimento rural, reforma agrária e a agricultura familiar e se constitui em um espaço colegiado para propostas de diretrizes destinadas à formulação e a implementação de políticas públicas, onde diferentes níveis dos poderes públicos estavam articulados, assim como organizações da sociedade civil.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar – CEDRAF integra a estrutura da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, sua criação foi regida pelo Decreto 272 de 7 de março de 2007, o qual dispõe sobre a sua composição, estrutura e competência.

Dentre as atribuições do CEDRAF estavam: a contribuição na formulação de políticas públicas de desenvolvimento, juntamente com a participação da comunidade, organizações públicas e privadas na geração de emprego e renda,, reduzindo as desigualdades sociais e regionais promovendo a segurança alimentar, gerando ainda acesso à educação, cultura, à terra, atuar na regularização fundiária, promover a redução das desigualdades de renda, gênero, geração e etnia, estimular a agroecologia e a participação no mercado dos produtos da agricultura familiar, a integração da produção agrícola, florestal, pesqueira e de animais de pequeno porte, promover o desenvolvimento da agroindústria familiar e o turismo rural através da diversificação das atividades econômicas.

O CEDRAF tinha por meta ainda, a participação das comunidades no controle social das políticas públicas, valorizando o patrimônio cultural e os recursos naturais, contando com a promoção participativa do conhecimento científico, tecnológico,

gerencial e organizacional, porém preservando o meio ambiente e o desenvolvimento sustentado.

O Conselho ainda coordenou a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF no Estado, articulando condições que otimizem os propósitos do PRONAF junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Acompanhou o desenvolvimento dos programas governamentais de agricultura familiar e de desenvolvimento sustentado buscando o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social para fortalecer o desenvolvimento sustentado.

Os objetivos principais do CEDRAF eram de contribuir para a superação da pobreza gerando emprego e renda, assim como a redução das desigualdades de renda, gênero e etnia, promovendo a diversificação das atividades econômicas e sua articulação dentro e fora de territórios rurais.

Conselho Gestor do Território - CGT eram os colegiados compostos por representantes dos municípios que compõem o território. Era de suma importância que nos CGT os mais variados segmentos, atores e organizações estivessem representados garantindo a participação dos interesses de todos os moradores do território.

Os CGTs eram os espaços que possibilitaram a articulação, negociações, integração de ações e políticas públicas, além do planejamento comum para o desenvolvimento regional. Era necessário que fossem regidos por um regimento interno, o qual definia as regras de funcionamento e responsabilidade.

A elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável PTDRS coube ao CGT, seu objetivo principal foi apoiar projetos voltados para a dinamização das economias territoriais, para o fortalecimento das redes sociais de cooperação e o fortalecimento da gestão social, estimulando uma maior articulação das políticas públicas no território. O CGT Centro Sul do Paraná é uma iniciativa de gestão pública conduzida de forma participativa, para a promoção da autonomia do território.

O Conselho Gestor do Território Centro Sul do Paraná segundo o seu regimento interno é composto por: 30% no máximo de representantes da Sociedade Civil, 35% no máximo de representantes governamentais e no mínimo de 35 % de representantes dos sujeitos sociais beneficiários. A plenária deveria ser composta por

40 membros na proporção acima e somente poderia ser ampliada com aprovação da maioria absoluta de seus membros.

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR era um órgão deliberativo e sua formação englobava pessoas da sociedade civil e representantes do poder público, sua criação era executada por meio de decreto ou lei municipal aprovada na Câmara de vereadores.

O conselho era responsável por articular os interesses dos agricultores familiares com os poderes públicos municipal, estadual e federal e responsável pela elaboração das políticas para o desenvolvimento rural do município.

No que se refere a formulação dos territórios rurais segundo o IPARDES (2007) os mesmos são definidos pelo MDA, se identificam dentro de microrregiões geográficas com densidade menor que 80 habitantes por quilômetros quadrados e população média do município até 50 mil habitantes, devem existir em seus territórios rurais a concentração de agricultores familiares, ordenamento da densidade e atividade de capital social. Deve haver ainda a existência da ação do governo nos estados e a incidência de programas, projetos e planos de desenvolvimento de caráter regional.

Outro aspecto importante foi estabelecer referências que permitissem chegar a regiões mais necessitadas e valorizar iniciativas, visando aumentar os recursos investidos. Os territórios rurais têm sua formação baseada na união de municípios com forte perfil rural, geralmente eles são contínuos e de preferência tem que estar pertencentes ao mesmo estado da federação. A elaboração das políticas de Desenvolvimento Territorial Rural – DTR nasceu dos estudiosos e mediadores e não demandas do meio rural, isso pode não ter levado a elaboração de projetos que eram realmente almejados pelos agricultores.

O PRONAT visa promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas do território rurais para a qualidade de vida da população rural.

Segundo Grisa e Medeiros (2019) o PRONAT teve início em 2003 e foi extinto em maio de 2016 com a extinção do MDA, que foi transformado na Secretaria Especial de Agricultura e Desenvolvimento Agrário – SEAD, que substitui a SDT e cuja unidade de intervenção volta a ser o local.

Os programas deveriam ser de cunho participativo, através da participação dos conselhos gestores, associações e demais órgãos que representassem os agricultores. Com isso, foi criado em 9 de setembro de 2003, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar – CEDRAF, em Curitiba.

Para as autoras pode-se dividir a implantação do MDA da seguinte forma, no período entre 2000 a 2002 foi a criação do ministério.

Sua organização, consolidação e afirmação política ocorreu nos anos de 2003 a 2010, este período foi marcado por uma expansão na sua estrutura e por inovações das políticas públicas. A fragilidade institucional e a extinção do ministério começaram a ocorrer com a mudança do governo de 2011, quando houve diminuição de recursos de inovações nos programas e vulnerabilidade política e em 2016 houve sua extinção. Alterações administrativas foram observadas nos anos 2003, 2004, 2009 e 2010 sendo as ocorridas no ano de 2004 e 2010 as que tiveram maior impacto.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT implanta e coordena o Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial - PRONAT, fundamentado pela Ação Orçamentária de Apoio a Projetos de Infra Estrutura e Serviços em Territórios - PROINF.

Com a implantação do PROINF (2003–2016) deveriam ser estimuladas a gestão social, o combate à pobreza, a inclusão produtiva, a integração da cidade com o campo e o estímulo ao fortalecimento das institucionalidades.

Segundo Grisa e Medeiros (2019) as fases do MDA podem ser assim divididas:

a) antecedentes à criação do MDA:

- período marcado pelas diversas lutas sociais, conflitos no campo, emergência da agricultura familiar como categoria social, dominação e repressão;
- PRONAF e PRONAF infraestrutura com dominação dos conselhos pelo poder público municipal.

b) criação do MDA 2000 a 2002:

- criação de duas secretarias: Agricultura Familiar - SAF e Reforma Agrária - SRA, vinculadas ao PRONAF.

- c) consolidação do MDA 2003 a 2010
 - _ eleição do novo presidente;
 - _ reivindicações sociais, sindicais e da agricultura familiar;
 - _ geração de importantes políticas públicas.

- d) período que marcou sua fragilidade e extinção 2011 a 2016:
 - _ expansão nas estruturas e recursos humanos;
 - _ diminuição de inovação e políticas específicas para a agricultura familiar;
 - _ em 2016 houve mudanças nas configurações políticas e a extinção do MDA.

O PROINF é um Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços dos Territórios Rurais, sendo esses projetos desenvolvidos entre 2003 e 2016 no território.

Conforme Gregolin et al (2015) a inserção dos territórios rurais no programa era pautada em alguns critérios, entre eles o máximo de 80 habitantes por km², a consolidação da sociedade e do poder público na sua articulação e representação e a existência de conselhos estaduais deliberativos nos assuntos referente ao programa no meio rural relacionados a agricultura familiar e a sustentabilidade.

As políticas públicas devem cada vez mais estar voltadas para a promoção da qualidade de vida e do bem-estar social de todas as pessoas, principalmente aquelas que estão em situação de maior vulnerabilidade, segundo Sachs (2003) no meio rural essas situações se reproduzem sem a percepção dos gestores, principalmente na agricultura familiar.

Com base nas reflexões do programa anterior, a criação do PRONAT conforme Abramovay se caracterizavam por práticas submissas ao poder público local, gerando uma dominação que precisava ser superada.

Não há ainda avaliações consistentes sobre o desempenho das Comissões Municipais de Desenvolvimento Rural ou sobre os planos que elas vêm elaborando, mas é com grande frequência que, mesmo nos Estados mais desenvolvidos, elas caracterizam-se por prática clientelistas, autoritárias e burocráticas. (Abramovay, 2001, p. 3).

Segundo Gregolin (2015) desde a origem da criação em 2003 o PRONAT esteve pautado em dois elementos, o ator social como protagonista e o planejamento da gestão social. O território possui a flexibilidade para formar seu colegiado conforme a realidade de cada região. Um grande desafio ao desenvolvimento rural está na injusta concentração fundiária.

Conforme os documentos criados para nortear o Programa de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (2005) os objetivos eram voltados para:

- a) **fortalecer a gestão social:** consolidando espaços e discussões visando o desenvolvimento e orientando seus participantes, evoluindo e trabalhando a gestão participativa e ampliando a identidade territorial;
- b) **fortalecer as redes de cooperação:** pautado no capital social, gerando um território baseado nas relações humanas e sociais e gerindo o desenvolvimento sustentável. Para alcançar esse objetivo incentivava o apoio a iniciativas que favorecem a ampliação e o desenvolvimento da capacidade técnica, gerencial e de articulação das comunidades envolvidas com plano territorial;
- c) **dinamizar a economia dos territórios:** sua pauta está baseada na participação, cooperação, solidariedade e confiança em um espaço econômico articulado que favoreçam o diálogo e a inclusão de diferentes segmentos sociais utilizando tecnologia e sistemas que façam uso da utilização sustentável dos recursos;
- d) **articular as políticas públicas:** garantindo acesso a recursos e serviços que possam beneficiar o território através da geração de renda e distribuição equitativa, apoiando os sistemas produtivos formados por agricultura familiar, agricultores sem-terra, micro e pequenos empreendedores e potencializando suas participações políticas.

A Medida Provisória n.º 726, de 12/05/16 alterou e revogou os dispositivos da Lei nº 10.683 de 28/05/03 extinguindo o MDA e transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 27 de maio de 2016 o decreto n.º 8.780 transferiu as competências do MDA, que estavam

com o MDS, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

Na data de 2 de janeiro de 2019 foi publicado o decreto n.º 9.667, que transfere as competências da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

O estudo das análises resultantes do processo de implementação da política de DTR permite verificar se a expectativa que o PRONAT gerou ao meio rural, supriu realmente suas projeções, se houve transformação na vida da população local e se o que foi articulado foi realmente realizado.

3.4 A EXECUÇÃO FINANCEIRA

A execução financeira-orçamentária segundo Leite e Wesz (2012) envolveu em seus processos a definição e programação dos recursos, através da SDT na lei orçamentária (LOA), aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República.

Em relação ao valor do empenho em projetos aprovados pelo SDT os mesmos seguiam para a Caixa Econômica Federal, após para a emissão de orçamento, o banco era responsável por contatar o proponente solicitando as documentações técnicas referentes aos projetos e repassando os valores determinados.

Os autores salientam ainda a desistência de projetos em ano de eleições municipais, especialmente da linha de infraestrutura, onde mesmo com o projeto aprovado não prosseguiram com sua execução. A perda entre o valor empenhado e o contratado em anos de eleições foi de 12% no PRONAT e de 19% para o PROINF, nos demais anos foi de 4% e 6% respectivamente.

Os recursos foram intermediados pela Caixa Econômica Federal, sendo essa a única instituição bancária envolvida no programa devido à apresentação de melhores taxas e capacidade de intermediação. A taxa praticada era de 2,5% sobre os projetos, sua operacionalização era dividida em 0,5% na emissão do projeto, 0,5% no contrato e 1,5% na prestação de contas.

Foi estabelecido um contrato com o Banco do Nordeste, mas este não possuía estrutura de absorção dos projetos. Houve interesse ainda do Banco da Amazônia que, assim como o anterior, não apresentava estrutura suficiente para a

intermediação. E do Banco do Brasil, porém as taxas eram superiores às praticadas pela Caixa Econômica Federal.

3.5 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ

Para apresentar as políticas de desenvolvimento no Território parte-se da formação estrutural na região, trazendo aspectos da sua organização e dos órgãos que atuam em sua composição.

O princípio norteador é obtido através do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável-PTDRS e retratada os entraves, as potencialidades do Território e seus objetivos através de eixos estratégicos de planejamento.

Os projetos apoiados e financiados pela ação orçamentária do PROINF dentro do território fecham esse tópico.

3.5.1 Estrutura do Território Centro Sul

Conhecer a infraestrutura do Território nos leva a compreender a maneira como ocorre a mobilidade da população, a interligação entre os municípios e as ligações externas, seus desafios e potencialidades.

O Território Centro Sul do Paraná segundo a AMCESPAR iniciou sua organização em 2003, primeiro com os Conselhos Municipais, em seguida com a implantação de um Conselho Gestor, visando promover as discussões de territorialidade e implantação de ações, com os seguintes objetivos: superar a pobreza através da geração de empregos e renda, reduzir desigualdades de renda, de gênero, etnias e diversificar as atividades econômicas dentro e fora do território.

Segundo Rech (2010) adotando instrumentos participativos e de controle social, promovendo a organização entre os agricultores familiares, reduzindo problemas ambientais e melhorando a educação dos jovens e adultos.

O Conselho Gestor é formado por representantes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, instituições governamentais e não-governamentais de todos os setores.

O Conselho Gestor do Território Centro Sul tinha em sua composição a participação de 41 entidades formando um plenário com câmaras técnicas de fruticultura, agroecologia, desenvolvimento humano e planejamento, uma diretoria executiva assessorada por técnicos da Emater, prefeituras municipais e ONGs.

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável de 2007 o Conselho Gestor é constituído por organizações não governamentais no total de 22 instituições e governamentais no total de 19.

Faziam parte das Instituições não Governamentais ADECSUL, AEARI, AMCESPAR, Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, ASSIS, CEDEJOR, CMDRS de Rebouças, Imbituva, Inácio Martins, Irati, Mallet, Prudentópolis e Rio Azul, FETAEP, FETRAF-SUL, FLONA de Irati, IEEP, ING, MST (Brigada Monge João Maria e Agostinho), NRE de Irati, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rebouças e de Rio Azul.

Faziam parte das Instituições Governamentais: colégio Florestal de Irati, EMATER, EMBRAPA, IAPAR, NRS de Irati, SEAB, Secretaria Municipal de Agricultura de Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, e UNICENTRO.

É atribuição dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural segundo o governo federal realizar diagnósticos e projetos.

Na tabela 32 verifica-se o número de atores da agricultura familiar no contexto do desenvolvimento territorial rural do Território Centro Sul.

Tabela 32 – Dados da Agricultura Familiar

(continua)

Município	Número de estabelecimentos da	Pessoal ocupado na agricultura familiar	População Rural
Fernandes Pinheiro	472	1.300	3.838
Guamiranga	1.053	3.214	5.664
Imbituva	1.841	5.149	10.567
Inácio Martins	428	1.071	4.655
Ipiranga	1.482	4.651	9.261
Irati	2.588	6.653	11.275
Ivaí	1.641	4.554	8.186
Mallet	1.266	3.478	5.403

Tabela 32 – Dados da Agricultura Familiar

(conclusão)

Município	Número de estabelecimentos da agricultura familiar	Pessoal ocupado na agricultura familiar	População Rural
Prudentópolis	6.978	17.692	26.329
Rebouças	1.512	4.072	6.671
Rio Azul	1.787	5.539	9.081
Teixeira Soares	868	2.446	5.487
Total	21.916	59.819	106.417

Fonte: Adaptado SAF/MDA (jan./2015); IBGE, Censo Agropecuário (2006).

A tabela traz uma adaptação realizada em 2015, com base no censo agropecuário de 2006, com relação ao número de estabelecimentos da agricultura familiar e o número de agricultores familiares que executam atividades dentro de suas propriedades, assim como um comparativo referente ao número de pessoas que moram em área rural.

A tabela 33 traz o número de propriedades de agricultura familiar em relação ao total de propriedade agrícolas no Território.

Tabela 33 – Número Total Estabelecimentos Agropecuários X Agricultura Familiar

Municípios	2006		2017		Variação	
	Total	Agricultura familiar	Total	Agricultura familiar	Total	Agricultura familiar
Fernandes Pinheiro	566	472	521	399	- 7,9%	- 15,5%
Guamiranga	1145	1053	1034	876	- 9,7%	-16,8%
Imbituva	2100	1841	1599	1457	- 23,8%	- 20,8%
Inácio Martins	563	428	794	515	41,0%	20,3%
Ipiranga	1656	1483	1766	1566	6,6%	5,6%
Irati	2992	2588	2394	2104	- 20,0%	- 18,7%
Ivaí	1853	1641	1683	1481	- 9,2%	- 9,7%
Mallet	1496	1267	1524	1240	1,9%	- 2,1%
Prudentópolis	7810	6979	6625	5703	-15,2%	- 18,3%
Rebouças	1631	1512	1242	1040	-23,8%	- 31,2%
Rio Azul	1903	1787	2042	1930	7,3%	8,0%
Teixeira Soares	1068	869	743	563	- 30,4%	- 35,2%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006 e 20017

Os municípios de Inácio Martins, Ipiranga e Rio Azul apresentaram uma elevação no número de estabelecimentos de agricultura e na agricultura familiar. Mallet também teve seu número de área destinada à agricultura elevado, porém no que se refere a agricultura familiar, apresentou uma queda.

Nos demais municípios os números de estabelecimentos agrícolas gerais e os que representam a agricultura familiar tiveram queda.

3.5.2 Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)

O Território é um articulador para gerar desenvolvimento sustentável na região Centro Sul do Paraná, envolveu 12 municípios caracterizados por critérios econômico, sociocultural, político, institucional e ambiental de forma participativa e na busca da autonomia. O Território e o seu Conselho Gestor foram formalmente reconhecidos no ano de 2005 e contavam com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário através da Secretaria do Desenvolvimento Territorial.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável desenvolvido nos municípios tem por objetivo o fortalecimento da gestão social, o fortalecimento das redes de cooperação, a dinamização econômica no Território e articulação de políticas públicas.

Após os ciclos econômicos do Território Centro Sul, definidos anteriormente, pode-se observar que nas décadas de 70 e 80 com a revolução verde e a integração industrial da agricultura prevalece um período marcado pelo êxodo rural, a economia do Território é significativa e diversificada, em uma localização privilegiada com potencial para o turismo e diversidade ambiental, mas marcada por desafios para um desenvolvimento sustentável.

No Plano de Desenvolvimento Territorial Rural dos municípios que compõe o Território o destaque era para transformação junto ao campo no que se referia a sua ressignificação e inserção econômica, baseado na recomposição dos sistemas de produção e nas transformações de base tecnológica.

Para a elaboração do PTDRS, foram relacionadas as potencialidades e entraves encontrados, conforme descritos na sequência.

Dentre as potencialidades exaltadas no Território pode-se citar:

- a) apresentação de uma grande diversidade cultural;
- b) predomínio da agricultura familiar;
- c) Estrutura fundiária composta pela concentração de pequenas propriedades;
- d) possui uma localização geográfica privilegiada em relação à malha viária e aos grandes centros consumidores do estado do Paraná e do Mercosul, paisagem natural que está relativamente preservada se comparado ao restante do estado, clima com estações bem definidas, solo de origem sedimentar homogêneo entre todos os municípios do território;
- e) forma as bacias hidrográficas dos rios Iguaçu, Ivaí e Tibagi e é também um ponto de recarga do aquífero Guarani, possuindo vários recursos hídricos que precisam de preservação;
- f) é contemplado pela presença de uma universidade pública estadual e de instituições estaduais de pesquisa e extensão rural, núcleos regionais de saúde, educação, agricultura, trabalho e ação social, sindicato de agricultores e trabalhadores rurais, organizações não governamentais com foco na agroecologia, cooperativas de crédito, sindicato dos agricultores e trabalhadores rurais, instituto de pesquisa estadual, federal e outras formas de organização dos agricultores;
- g) tem forte tradição na produção e transformação artesanal de maneira familiar com relação aos produtos agropecuários, o quais são comercializados em sua maioria informalmente e considerando a segurança alimentar uma necessidade premente para colocação de seus produtos no mercado;
- h) potencial de desenvolvimento do turismo rural com a valorização da cultura, do meio ambiente, da produção e valorização do local;
- i) destaca-se ainda a existência de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural em todos os municípios e a verificação de um processo participativo desse território.

Pode-se destacar os seguintes entraves encontrados para o desenvolvimento do PDTRS:

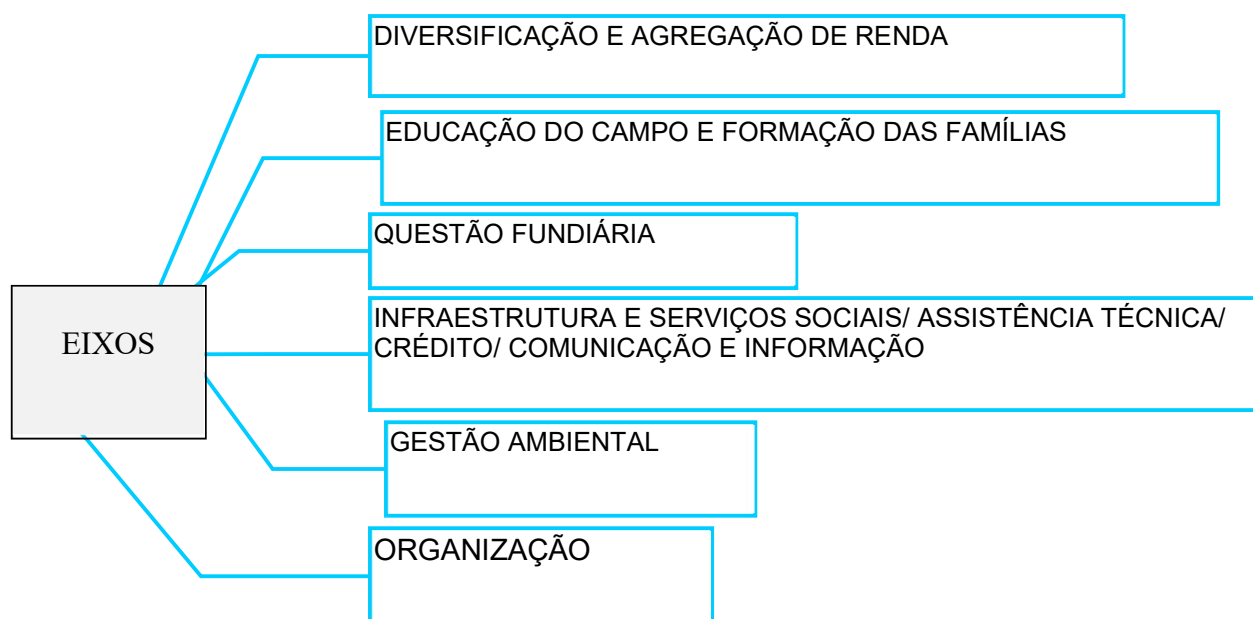
- a) a participação dos sujeitos sociais principalmente dos agricultores familiares e dos assentados é muito baixa na elaboração das políticas públicas, com pequeno o número de atores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do território como agentes ou sujeitos da mudança;
- b) no Território observa-se um baixo investimento destinado à formação e ao desenvolvimento humano principalmente nas populações rurais;
- c) os sujeitos sociais possuem baixa iniciativa para empreender;
- d) as políticas públicas até o momento eram segmentadas e dispersa, gerando baixa eficiência no desenvolvimento socioeconômico e ambiental;
- e) no início do programa de Desenvolvimento Territorial Rural o Território apresentava baixos índices de desenvolvimento humano - IDH e estava entre os mais baixos do estado do Paraná;
- f) a exploração intensa e desordenada dos recursos naturais estava levando a uma degradação da paisagem rural, assim como a desagregação da diversidade cultural que não recebia investimento e valorização necessários;
- g) o Território era marcado por baixa adoção e geração de novas tecnologias agropecuárias que não gerasse passivos ambientais;
- h) carência de assistência técnica e extensão rural para suprir as necessidades dos agricultores familiares e do Território com eficácia, assim como a falta de infraestrutura, veículos, materiais e equipamentos para formação dos agentes de transformação dessa realidade territorial.

3.5.2.1 Eixos estratégicos

O PDTRS era responsável por estabelecer eixos aglutinadores e suas diretrizes deveriam nortear o processo de desenvolvimento sustentável do território, definindo objetivos a se atingir e visando ao desenvolvimento sustentável.

Os eixos do Território serão apresentados a seguir, sistematizados e organizados pelas propostas advindas das discussões entre os técnicos e a sociedade.

Figura 6 – Eixos Estratégicos do PDTRS



Fonte: Elaborado pela autora

3.5.2.1.1 *Diversificação e agregação de renda*

Dentro do eixo de diversificação e agregação de renda fazem parte os seguintes objetivos:

- a) resgatar, divulgar e promover a troca de experiências territoriais sobre produção agroecológica, comercialização, turismo e conhecimentos tradicionais;
- b) gerar redes sustentáveis para a agregação de renda com base na agricultura familiar;
- c) comissão formada para discussão e encaminhamento de propostas para legalizar a agricultura familiar no Território;
- d) qualificar a diversificação e a melhorias na qualidade de produção da agricultura familiar;
- e) identificar a demanda da agricultura familiar no Território com relação a produtos;
- f) qualificar de maneira sustentável e fortalecer a geração de renda das atividades agropecuárias e florestais da agricultura familiar.

3.5.2.1.2 *Educação do campo e formação das famílias*

A educação do campo é aliada para o desenvolvimento, assim como a sensibilização das pessoas para a formação dos agricultores, esse eixo foi norteador por princípios de:

- a) em atuação com as escolas públicas do campo realizar seminários junto aos agricultores e professores para discutir e conhecer exemplos existentes no Território, fortalecendo estas referências;
- b) trazer as escolas do campo para próximo dos agricultores em relação ao espaço e na inserção desta na vida da comunidade;
- c) os cursos constituídos de maneira não formal e projetos de desenvolvimento que funcionam com apoio e espaços como CEDEJOR, IEEP, ASSIS, indígenas, faxinalenses e assentamentos, podem manter a linha que já está definida, incentivando a atuação sustentável, tecnologias e produção, para manter a sustentabilidade;
- d) fortalecer a relação entre movimentos sociais e outras organizações com proposta de formação e educação no campo;
- e) para favorecer a educação, formação e organização dos agricultores, os espaços como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento e o projeto mutirão deviam acompanhar seus educandos e os grupos dos quais eles fazem parte, com suporte e atuação de técnicos que assessoram ao processo;
- f) ampliar a rede da soberania alimentar e a qualidade dos alimentos através de políticas públicas e relações com escolas para fornecer iniciativas como a merenda escolar;
- g) oferecer cursos formais profissionalizantes;
- h) tentar um convênio para o ensino superior voltado à educação do campo.

3.5.2.1.3 *Questão fundiária*

Na questão fundiária o princípio norteador visa:

- a) iniciar com a criação de uma câmara temática territorial, convidando conselhos comunitários, representantes da comunidade e de órgãos de apoio, mobilizando prefeituras e secretarias municipais, tendo como apoio os outros princípios norteadores descritos a seguir;
- b) sistematização e envolvimento de diferentes segmentos e competência em busca de soluções, criando um espaço de discussão sobre a situação atual da regularização fundiária no Território e a manutenção regular de reuniões sobre o assunto;
- c) divulgar e mobilizar para dar credibilidade ao processo fundiário com a elaboração de um projeto dando início a regularização fundiária no Território;
- d) prestar assessoramento aos agricultores familiares com relação aos seus direitos e deveres através de informações e cursos voltados para essas questões;
- e) buscar apoio com a implantação de uma linha de crédito que permita a regularização fundiária, por intermédio de uma proposta de adequação da legislação vigente em relação às linhas de crédito para agricultura familiar.

3.5.2.1.4 *Infraestrutura e serviços sociais/ assistência técnica/ crédito/ comunicação e informação*

O eixo norteador tinha por objetivo:

- a) com relação a infraestruturas elaborar projetos que visem a captação de recursos para as estruturas existentes ou novas estruturas como instalações, estradas etc.;
- b) para o Serviço Social o foco é identificar os bolsões de pobreza e organizar os programas sociais em articulação com as políticas estruturantes;
- c) fornecer assistência técnica através da contratação de profissionais pelas instituições envolvidas no desenvolvimento territorial;
- d) na linha de crédito viabilizá-los, capacitação para sua devolução e para a remuneração da mão de obra familiar. Capacitar os agricultores para se beneficiarem do crédito de investimento e realizar um seminário sobre crédito, envolvendo as instituições financeiras do Território;

- e) na área de comunicação prevalece a utilização das rádios comunitárias para veiculação das ações do Território;
- f) em relação à gestão da informação o objetivo é instituir veículos de comunicação do Território, utilizando boletins informativos e página na internet entre outros.

3.5.2.1.5 *Gestão ambiental*

O objetivo inicial da gestão ambiental é a criação de uma câmara técnica dentro do Conselho Gestor do Território.

Para alcançar esses objetivos as seguintes estratégias seriam almejadas:

- a) a destinação do ICMS ecológico para questões ambientais;
- b) compensação ambiental e gestão coletiva;
- c) programa de educação ambiental;
- d) valorização do uso sustentável;
- e) um programa para conservação dos solos e bacias hidrográficas;
- f) acompanhar o processo de regulamentação estadual da lei da mata Atlântica;
- g) fortalecer as reivindicações das organizações do Território;
- h) conhecer e utilizar os programas públicos que possam ser aplicados no território;
- i) aproximar instituições da área ambiental;
- j) incentivar o zoneamento ambiental;
- k) trabalhar a promoção do turismo ecológico com os agricultores.

3.5.2.1.6 *Organização*

Com relação à organização do território seus objetivos estão pautados em bases de construção social:

- a) fortalecer a organização da comunidade no Território;
- b) fortalecer a troca de experiências já existentes;
- c) trabalhar com abordagem a partir de temas geradores na comunidade;

- d) instituir e manter espaços que seriam utilizados para debates entre mulheres, jovens, faxinalenses, quilombolas, indígenas e outras;
- e) repassar para as comunidades informações, melhorando o seu fluxo, gerando então o aumento das representações;
- f) resgatar e promover eventos de natureza culturais em foco na organização das pessoas.

3.6 PROJETOS DESENVOLVIDOS NO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ - 2003-2014

Durante os anos de 2003 a 2014 foram desenvolvidos no Território 49 projetos, conforme descrito na tabela 34:

Tabela 34 – Projetos Desenvolvidos no Território

(continua)			
Proponente	Município	Objeto	Valor
2003			
PM IRATI	Irati	Construção de viveiro de mudas, incubatório de aves e capacitação de agricultores	263.904,28
2004			
PM IRATI	Irati	Apoio a projetos municipais de infraestrutura e serviços em agricultura familiar	70.000,00
PM TEIXEIRA SOARES	Teixeira Soares	Construção de barracão	40.000,00
PM GUAMIRANGA	Guamiranga	Estruturação do centro de educação e capacitação de agricultores familiares, jovens rurais e agentes de desenvolvimento	449.149,82
2005			
PM IVAÍ	Ivaí	Construção mercado produtor	40.000,00
PM GUAMIRANGA	Guamiranga	Aquisição de equipamentos didáticos (data show, computador notebook, computador desktop) e 02 veículos 1000cc 0 km novo	70.906,00
PM PRUDENTÓPOLIS	Prudentópolis	Construção de 02 barracões na associação de Papanduva de cima	30.000,00
PM INÁCIO MARTINS	Inácio Martins	Estruturação da assistência técnica e extensão rural	27.368,70
PM RIO AZUL	Rio Azul	Apoio ao escoamento da produção (construção de 02 pontes)	80.000,00
PM FERNANDES PINHEIRO	Fernandes Pinheiro	Apoio a produção da agricultura familiar - aquisição de equipamentos	50.000,00
PM RIO AZUL	Rio Azul	Aquisição de veículo e microcomputador	27.368,70

Tab. 34 – Projetos Desenvolvidos no Território

(continuação)			
Proponente	Município	Objeto	Valor
PM IRATI	Irati	Apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais	40.000,00
PM IPIRANGA	Ipiranga	Estruturação da assistência técnica e extensão rural(ATER)	27.368,70
PM MALLET	Mallet	Aquisição de veículo e microcomputador com impressora e periféricos	27.368,70
PM IRATI	Irati	Apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais	57.000,00
PM PRUDENTÓPOLIS	Prudentópolis	Aquisição de 01 veículo 1.0 (zero km) e 01 computador com impressora e periféricos	22.573,20
PM RIO AZUL	Rio Azul	Construção e instalação de açougue	34.000,00
PM IMBITUVA	Imbituva	Recepção, classificação e armazenamento da produção	202.000,00
PM PRUDENTÓPOLIS	Prudentópolis	Apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais	50.000,00
PM IVAÍ	Ivaí	Aquisição de veículo 1.0 e microcomputador	27.368,70
PM TEIXEIRA SOARES	Teixeira Soares	Estruturação ATER com aquisição de veículo 1.0; de microcomputador com impressora e periféricos	27.368,70
PM MALLET	Mallet	Construção da sede de sindicato dos trabalhadores rurais de Mallet	30.000,00
PM REBOUÇAS	Rebouças	Pm Rebouças	40.000,00
PM REBOUÇAS	Rebouças	Apoio ao desenvolvimento comunitário rural	30.000,00
2006			
PM INÁCIO MARTINS	Inácio Martins	Estruturação sede sindicato rural	30.000,00
PM IRATI	Irati	Aquisição de equipamentos e material permanente	30.000,00
PM REBOUÇAS	Rebouças	Apoio ao associativismo rural através da construção de centro comunitário	30.000,00
PM MALLET	Mallet	Transporte, recepção, classificação e armazenamento da produção de frutas da agricultura familiar	480.000,00
2007			
PM IRATI	Irati	Estruturação colegiado territorial e ATER - aquisição de 03 veículos, computador, notebook e projetor de mesa	70.000,00
PM REBOUÇAS	Rebouças	Apoio estruturação colegiado territorial do centro sul do Paraná	40.000,00
2008			
CEDEJOR	Guamiranga	Fortalecimento Tecido sócio organizativo do Território Centro Sul do Paraná através da capacitação e organização de jovens	132.480,00

Tab 34 – Projetos Desenvolvidos no Território

			(conclusão)
Proponente	Município	Objeto	Valor
PM IRATI	Irati	Fortalecer organização da produção e da comercialização solidária de alimentos agroecológicos oriundos da agricultura familiar	203.000,00
2009			
PM INÁCIO MARTINS	Inácio Martins	Apoio aos agricultores familiares no município, através da aquisição de caminhão.	100.000,00
PM IPIRANGA	Ipiranga	Aquisição de 02 (dois) gps geodésico (I1, I2) e um coletor (par) regularização fundiária	113.513,58
PM FERNANDES PINHEIRO	Fernandes Pinheiro	Aquisição de veículo e equipamentos para regularização fundiária	155.200,00
2010			
PM GUAMIRANGA	Guamiranga	Aquisição de equipamentos para regularização fundiária do território centro sul do Paraná	102.820,00
PM INÁCIO MARTINS	Inácio Martins	Aquisição de retroescavadeira 4x4	146.250,00
PM PRUDENTÓPOLIS	Prudentópolis	Aquisição de veículos e equipamentos para ações de regularização fundiária	120.000,00
2011			
PM IRATI	Irati	Aquisição de equipamentos para a agricultura ecológica no município de Irati – Paraná	100.000,00
PM INÁCIO MARTINS	Inácio Martins	Aquisição de trator e equipamentos agrícolas para apoiar a produção da agricultura familiar	120.000,00
2012			
PM IRATI	Irati	Processamento de alimentos recepção, higienização, descascamento, fracionamento, embalagem e entrega nas unidades	350.000,00
2013			
PM IMBITUVA	Imbituva	Aquisição de um Veículo Caminhão Tipo Basculante, Trucado - Zero km	250.000,00
PM IRATI	Irati	Aquisição de equipamentos para assistência técnica e fomento para agricultura familiar	250.000,00
PM IRATI	Irati	Aquisição de equipamentos para manutenção de estradas rurais	150.000,00
PM IVAÍ	Ivaí	Caminhão para a agricultura familiar	125.000,00
PM TEIXEIRA SOA	Teixeira Soares	Caminhão, zero Km, a diesel	150.000,00
2014			
PM GUAMIRANGA	Guamiranga	Objeto	250.000,00
PM IPIRANGA	Ipiranga	Objeto	126.000,00
PM IVAÍ	Ivaí	Pavimentação asfáltica na localidade rural de Torres Canavial	350.000,00

Fonte: Adaptado de Operações de Crédito e Contratos de Repasse – CEF e do Portal da transparência – CGU

Após a apresentação do rol de projetos desenvolvidos no Território e seus valores, será apresentado ainda, os valores destinados aos demais projetos voltados ao rural nos municípios que compõem o Território, para se ter um parâmetro de sua representatividade.

A tabela 35 apresenta o volume de recursos destinados ao crédito rural, abrangendo o volume de recursos destinados no mesmo período dos recursos do PRONAT.

Tabela 35 – Financiamentos a Agricultura - Valores

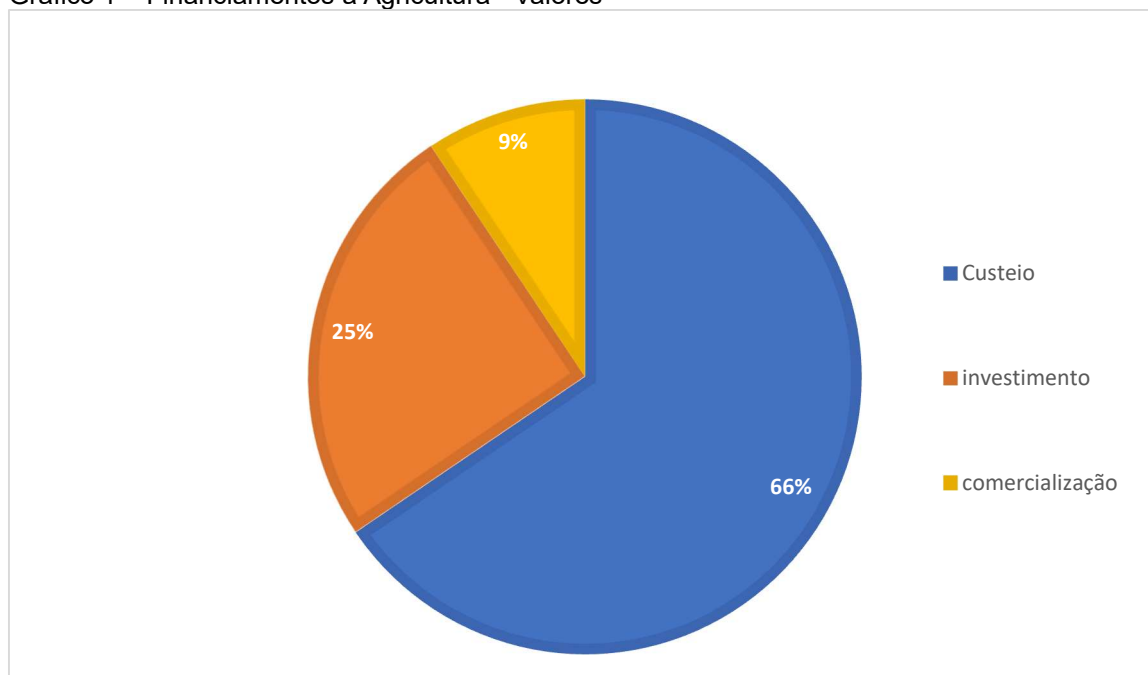
Localidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Fernandes Pinheiro	3.801.731,08	6.595.652,60	5.223.085,95	5.738.306,31	6.183.100,37	10.700.087,69
Guamiranga	5.089.274,55	8.141.920,76	7.888.482,29	6.260.862,13	5.627.236,07	7.818.817,65
Imbituva	25.719.974,53	25.569.271,79	27.423.457,73	23.097.984,61	20.088.061,30	33.310.077,28
Inácio Martins	1.176.391,80	2.711.581,90	1.035.790,02	1.118.522,25	828.444,85	922.845,12
Ipiranga	23.398.195,74	28.134.507,21	26.503.517,69	28.851.614,71	31.444.709,75	43.323.781,72
Irati	30.294.513,17	27.469.008,46	28.152.187,91	30.871.705,57	29.983.338,96	49.121.643,14
Ivaí	9.392.722,23	13.243.222,06	14.143.058,12	14.393.046,62	14.733.470,36	26.417.864,65
Mallet	10.803.495,02	10.490.468,58	10.455.178,28	8.927.805,71	8.516.024,21	13.280.661,68
Prudentópolis	33.340.380,34	37.628.475,37	37.474.258,12	29.121.801,22	30.914.708,17	46.243.735,25
Rebouças	17.524.266,39	13.439.393,05	15.426.402,69	14.065.588,96	14.283.231,87	20.557.695,58
Rio Azul	10.781.751,48	16.389.498,50	15.591.191,88	13.248.176,95	12.700.107,52	21.592.797,00
Teixeira Soares	13.793.986,77	26.137.072,40	20.994.361,62	19.511.461,90	28.875.494,93	41.262.573,10
Total	185.116.683,1	215.950.072,68	210.310.972,3	195.206.876,94	204.177.928,36	314.552.579,86
Localidade	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Fernandes Pinheiro	11.270.559,36	12.133.646,04	14.071.227,08	16.185.655,46	20.480.935,73	24.279.145,07
Guamiranga	7.453.588,70	7.301.906,29	4.855.042,92	7.482.054,15	11.358.826,99	13.553.323,53
Imbituva	31.689.303,69	33.965.873,50	27.305.801,44	28.400.170,46	42.350.001,56	58.129.671,74
Inácio Martins	1.336.709,22	911.556,36	1.470.066,19	1.283.648,94	2.036.578,46	4.409.171,68
Ipiranga	45.088.710,89	45.074.875,87	41.843.575,92	49.371.593,26	61.754.645,17	65.287.525,13
Irati	62.394.534,84	70.054.031,65	69.285.854,61	86.857.808,25	86.822.795,83	96.818.248,57
Ivaí	25.438.174,75	24.903.596,35	21.840.063,96	25.459.129,85	35.508.648,88	33.676.159,59
Mallet	12.877.345,20	12.549.658,63	11.859.203,05	14.412.705,24	21.174.563,22	31.198.383,76
Prudentópolis	53.424.658,74	42.799.419,24	46.278.092,87	52.694.274,58	65.724.969,76	82.843.690,55
Rebouças	20.800.051,97	19.306.399,52	20.268.653,37	22.240.711,49	33.117.141,24	39.814.889,49
Rio Azul	19.405.586,22	15.814.833,89	14.853.581,15	20.725.978,38	34.894.088,65	38.600.128,47
Teixeira Soares	34.086.956,82	36.207.637,56	49.671.689,90	53.808.353,36	60.789.313,87	71.036.550,93
Total	325.266.180,4	321.023.434,9	323.602.852,46	378.922.083,42	476.012.509,36	559.646.888,51

Fonte: Adaptado IPARDES com dados do BACEN

Os valores dos financiamentos são concedidos por instituições financeiras públicas e privadas, pertencentes ao Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, à produtores e cooperativas de produtores, para fins de custeio, investimento, comercialização e industrialização nas atividades agrícolas. Contudo para os municípios que compõem o Território não houve nenhum financiamento destinado à industrialização agrícola no período apresentado.

Foram direcionados um valor total de R\$ 3.709.744.062,28 em financiamentos, destes R\$ 2.430.734.102,32 foram para custeio, R\$ 931.023.459,76 para investimento e R\$ 347.986.500,2 para comercialização. Conforme tabela em anexo.

Gráfico 1 – Financiamentos a Agricultura - Valores



Fonte: Adaptado IPARDES com dados do BACEN

Nos municípios do Território predomina o financiamento destinado ao custeio, e o menor índice se refere a comercialização, sem considerar a industrialização que foi nulo no período.

Com relação aos valores, verifica-se que os valores referentes aos projetos financiados pelo PRONAT, são pouco expressivos frente ao total geral de financiamento relacionados ao rural, com isso o intuito vai ser apresentar o programa com experiência de um modelo voltado para o desenvolvimento territorial.

A tabela 36 apresenta os valores investidos por ano e o número de projetos que abrangiam:

Tabela 36 – Número de Projetos Aprovados e Valor Investido

Ano	Projetos	Valor
2003	1	263.904,28
2004	3	559.149,82
2005	20	940.691,40
2006	4	570.000,00
2007	2	110.000,00
2008	2	335.480,00
2009	3	368.713,58
2010	3	369.070,00
2011	2	220.000,00
2012	1	350.000,00
2013	5	925.000,00
2014	3	726.000,00
Total	49	5.738.009,08

Fonte: Adaptado de Operações de Crédito e Contratos de Repasse – CEF e do Portal da transparência - CGU

Verifica-se que o ano de 2005 foi marcado pelo maior valor de investimento nos projetos no Território Centro Sul, seguido de 2013 e 2014 como destaque no valor destinado aos projetos.

Com relação ao número de projetos aprovados, o destaque para o maior número ocorreu em 2005 com 20, já em 2013 foi expressivo no valor em relação aos demais anos, porém somente 5 projetos dividiram o uso da verba destinada ao Território.

A tabela 37 demonstra o número de projetos e o valor destinado a cada município do Território, durante a vigência de atuação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais:

Tabela 37 – Número de Projetos e Valor por Município

Município	Número de projetos	Valor total por município
Fernandes Pinheiro	2	205.200,00
Guamiranga	5	1.005.355,82
Imbituva	2	452.000,00
Inácio Martins	5	423.618,70
Ipiranga	3	266.882,28
Irati	11	1.583.904,28
Ivaí	4	542.368,70
Mallet	3	537.368,70
Prudentópolis	4	222.573,20
Rebouças	4	140.000,00
Rio Azul	3	141.368,70
Teixeira Soares	3	217.368,70
Total	49	5738009,08

Fonte: Adaptado de Operações de Crédito e Contratos de Repasse – CEF e do Portal da transparência - CGU

O município de Irati foi destaque em número de projetos e valores em relação aos demais municípios, seguido de Guamiranga.

O município que recebeu o maior valor por projeto foi Mallet com o valor de R\$ 480.00,00 para o projeto que envolve o transporte, recepção, classificação e armazenamento da produção de frutas da agricultura familiar. Contudo esses valores são pouco expressivos em um contexto de comparação de outras políticas públicas para o meio rural.

3.6.1 Descrição Analítica dos Projetos

O tópico vai apresentar a descrição dos projetos separadas por ano, relatando informações importantes para o conhecimento mais detalhado e análise dos mesmos.

O número do SIAFI apresentado na descrição dos projetos representa sua inscrição no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Convênios. A partir do ano de 2009 apresenta-se ainda o número relacionado ao

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal – Convênios. O AFEM é o Programa de Assistência Financeira Mediante Emendas Parlamentares.

2003

No ano de 2003 apenas um projeto foi proposto e aprovado, o proponente foi o município de Irati e representava a implantação de viveiro de produção de mudas frutíferas de clima temperado e a complementação do projeto através de verba destinada a capacitação de agricultores.

A fruticultura é uma atividade que teve início nos municípios do Território na década de 70, inicialmente no município de Irati com o cultivo de pessegueiros e com o incentivo para sua produção que se multiplicou, a atividade está presente em todos os municípios do Território.

Projeto: Construção de viveiro de mudas, incubatório de aves e capacitação de agricultores

Proponente: Prefeitura Municipal Irati

Número do Processo: CR.NR.0156233-94

SIAFI: 490987

Valor: R\$ 263.904,28

Contrapartida: R\$ 83.712,50

Programa/Ação: PRONAF Infraestrutura e Serviços

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 18/11/2010, aprovação
CAIXA: 31/08/2012, Homologação SIAFI: 14/09/2012, Registro Aprovação
SIAFI: 2012NS001276

2004

Em 2004 três projetos foram aprovados, os quais eram direcionados à infraestrutura e voltados para a agricultura familiar.

Destaque para o projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento para Construção da Cidadania, construído no município de Guamiranga, dispondo de

laboratório de informática e caracterizado como um local para realização de cursos, reuniões e para eventos do Conselho Gestor, o qual passou a ser a sede do CEDEJOR, a sede anterior se situava em Guamirim, distrito de Irati.

Projeto: Apoio a projetos municipais de infraestrutura e serviços em agricultura familiar

Proponente: Prefeitura Municipal Irati

Número do Processo: CR.NR.0167854-43

SIAFI: 515695

Valor: R\$ 70.000,00

Contrapartida: R\$ 10.833,33

Programa/Ação: AFEM – Autorizado pelo ofício MDA N 0197/2004

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 26/10/2007, aprovação
CAIXA: 22/11/2007, Homologação SIAFI: 10/12/2007, Registro Aprovação
SIAFI: 2007NS004075

Projeto: Construção de barracão

Proponente: PM Teixeira Soares

Número do Processo: CR.NR.0167822-59

SIAFI: 510200

Valor: R\$ 40.000,00

Contrapartida: R\$ 2.146,96

Programa/Ação: PRONAF AFEM Autorizado pelo ofício MDA N 0197/2004

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 06/01/2011, aprovação CAIXA:
22/06/2011, Homologação SIAFI: 25/09/2012, Registro Aprovação
SIAFI: 2012NS001297

Projeto: Estruturação do centro de educação e capacitação de agricultores familiares, jovens rurais e agentes de desenvolvimento.

Proponente: PM de Guamiranga

Número do Processo: CR.N.0171530-05

SIAFI: 521987

Valor: R\$ 449.149,82

Contrapartida: R\$ 15.117,01

Programa/Ação: PRONAF Infraestrutura e Serviços – autorizado pelo escritório MDA N. 0559/2004

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 22/07/2009, aprovação CAIXA: 02/09/2009, Homologação SIAFI: 06/11/2009, Registro Aprovação SIAFI: 2009NS002673

2005

O ano de 2005 foi o marco em relação ao maior número de projetos aprovados, em um total de 20, abrangendo a aquisição de equipamentos, infraestrutura, veículos, apoio ao desenvolvimento comunitário e a recepção de produtos da agricultura familiar.

O projeto de implantação de unidade de classificação e armazenamento de frutas e aquisição de veículos para assistência técnica a fruticultores foi um dos projetos em destaque neste ano, resultado de discussões nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e do Conselho Gestor do Território, servindo de mediação entre agricultores familiares e as instituições governamentais e não governamentais envolvidas na implementação de ações para a promoção do desenvolvimento rural sustentável no território. O projeto foi elaborado em consonância com os outros municípios do Território, os quais pleitearam veículos e equipamentos para fornecer aos seus agricultores acesso às instalações da unidade localizada no município de Imbituva.

A fruticultura de clima temperado é uma atividade que se iniciou no Território na década de 70 com o cultivo de pêssego e ameixa, já na década de 90 iniciou-se o cultivo de kiwi e sua produção era destinada ao consumo in natura, além das videiras que foram comercializados através de vinhos. A predominância da agricultura familiar que dispõe de espaço pequeno e mão de obra disponível, assim como terrenos acidentados favorece a produção da fruticultura que pode trazer boa rentabilidade

O espaço destinado a esse projeto já existia e pertencia à prefeitura municipal de Imbituva, o terreno tem área de 2450 m² ao lado da BR 153, com um barracão de alvenaria de 720 m² e o escritório de 32 m², foi realizada a aquisição de uma máquina de classificar frutas e uma câmara de armazenamento refrigerado, além de sete veículos e sete computadores para as prefeituras dos municípios de Inácio Martins, Ipiranga, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rio azul e Teixeira Soares.

Os cursos voltados para capacitação dos técnicos e dos agricultores foram ministrados no Centro de Formação dos Agentes de Desenvolvimento Sustentável do Território Centro Sul do Paraná no município de Guamiranga.

A unidade de classificação e armazenamento de frutas foi administrada inicialmente pela Secretaria Municipal da Agricultura de Imbituva, a qual era responsável por contratar a mão de obra para manter o empreendimento. As despesas da manutenção foram supridas pela cobrança de serviços prestados aos agricultores familiares. Posteriormente os agricultores familiares através de associações se tornaram responsáveis pela administração da unidade, repassada aos mesmos através de um termo de comodato.

Coube ao Conselho Gestor do Território a intermediação e formalização do contrato de comodato entre a prefeitura municipal de Imbituva e a organização dos agricultores familiares, incumbidos da gestão da unidade de classificação e armazenamento. Os veículos e os microcomputadores foram administrados pelas respectivas prefeituras sendo essas responsáveis pela sua manutenção.

Os recursos de capacitação foram administrados pela prefeitura municipal de Guamiranga e coube ao Conselho ao Gestor do Território a responsabilidade por zelar pela aplicação dos recursos, o cumprimento dos objetivos e realização das metas estabelecidas no projeto, bem como promover a integração entre as instituições e atores do Território na cadeia produtiva da fruticultura.

Projeto: Construção mercado produtor

Proponente: PM Ivaí

Número do Processo: CR.NR.0186505-12

SIAFI: 546279

Valor: R\$ 40.000,00

Contrapartida: R\$ 30.500,00

Programa/Ação: MDA AFEM Autorizado pelo Ofício MDA N 0318 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrario – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 22/09/2010, aprovação CAIXA: 28/09/2010, Homologação SIAFI: 29/10/2010, Registro Aprovação SIAFI: 2010NS002716

Projeto: Aquisição de equipamentos didáticos (data show, computador notebook, computador desktop) e 02 veículos 1000 cc 0 km novo

Proponente: PM Guamiranga

Número do Processo: CR.NR.0172972-77

SIAFI: 527060

Valor: R\$ 70.906,00

Contrapartida: R\$ 2.194,00

Programa/Ação: Infra Estrutura e Serviços Autorizado pelo Ofício MDA N 0038 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrario – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 07/04/2008, aprovação Caixa: 05/09/2008, Homologação SIAFI: 22/09/2008, Registro Aprovação SIAFI: 2008NS003452

Projeto: Construção de 02 barracões na associação de Papanduva de cima

Proponente: PM Prudentópolis

Número do Processo: CR.N.0186456-28

SIAFI: 541348

Valor: R\$ 30.000,00

Contrapartida: R\$ 8.651,49

Programa/Ação: AFEM Autorizado pelo Ofício MDA N 0321 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrario – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 20/10/2010, aprovação CAIXA: 18/03/2011, Homologação SIAFI: 30/03/2011, Registro Aprovação SIAFI: 2011NS000842

Projeto: Estruturação da assistência técnica e extensão rural

Proponente: PM Inácio Martins

Número do Processo: CR.NR.0178061-83

SIAFI: 546206

Valor: R\$ 27.368,70

Contrapartida: R\$ 848,00

Programa/Ação: Infra Estrutura e Serviços autorizado pelo ofício MDA N 0213 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 14/11/2006, aprovação CAIXA: 31/01/2007, Homologação SIAFI: 08/03/2007, Registro Aprovação SIAFI: 2007NS001054

Projeto: Apoio ao escoamento da produção (construção de 02 pontes)

Proponente: PM Rio Azul

Número do Processo: CR.N.0186460-89

SIAFI: 546294

Valor: R\$ 80.000,00

Contrapartida: R\$ 2.398,16

Programa/Ação: AFEM autorizado pelo ofício MDA N 0321 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 12/08/2009, aprovação CAIXA: 16/09/2009, Homologação SIAFI: 04/11/2009, Registro Aprovação SIAFI: 2009NS002630

Projeto: Apoio à produção da agricultura familiar - aquisição de equipamentos

Proponente: PM Fernandes Pinheiro

Número do Processo: CR.NR.0186504-07

SIAFI: 548876

Valor: R\$ 50.000,00

Contrapartida: R\$ 5.288,51

Programa/Ação: AFEM autorizado pelo ofício MDA N 0318 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 21/05/2009, aprovação
CAIXA: 09/06/2009, Homologação SIAFI: 21/08/2009, Registro Aprovação
SIAFI: 2009NS002109

Projeto: Aquisição de veículo e microcomputador

Proponente: PM Rio Azul

Número do Processo: CR.NR.0178066-33

SIAFI: 535728

Valor: R\$ 27.368,70

Contrapartida: R\$ 1.945,60

Programa/Ação: Infra Estrutura e Serviços autorizado pelo ofício MDA N 0213 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 21/06/2006, aprovação
CAIXA: 30/06/2006, Homologação SIAFI: 28/08/2006, Registro Aprovação
SIAFI: 2006NS002091

Projeto: Apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais

Proponente: PM Irati

Número do Processo: CR.N.0186447-05

SIAFI: 546286

Valor: R\$ 40.000,00

Contrapartida: R\$ 92.000,00

Programa/Ação: AFEM autorizado pelo ofício MDA N 0321 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 24/01/2007, aprovação
CAIXA: 21/03/2007, Homologação SIAFI: 13/04/2007, Registro Aprovação
SIAFI: 2007NS001414

Projeto: Estruturação da assistência técnica e extensão rural (ATER)

Proponente: PM Ipiranga

Número do Processo: CR.NR.0178063-00

SIAFI: 535654

Valor: R\$ 27.368,70

Contrapartida: R\$ 848,00

Programa/Ação: Infra Estrutura e Serviços autorizado pelo ofício MDA N 0213 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrario – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 11/10/2006, aprovação
CAIXA: 31/10/2006, Homologação SIAFI: 05/01/2007, Registro Aprovação
SIAFI: 2007NS000041

Projeto: Aquisição de veículo e microcomputador com impressora e periféricos

Proponente: PM Mallet

Número do Processo: CR.N.0178064-14

SIAFI: 531521

Valor: R\$ 27.368,70

Contrapartida: R\$ 871,39

Programa/Ação: Infra Estrutura e Serviços autorizado pelo ofício MDA N 0213 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrario – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 31/03/2008, aprovação
CAIXA: 15/05/2008, Homologação SIAFI: 02/06/2008, Registro Aprovação
SIAFI: 2008NS002424

Projeto: Apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais

Proponente: PM Irati

Número do Processo: CR.NR.0186448-19

SIAFI: 546287

Valor: R\$ 57.000,00

Contrapartida: R\$ 18.460,79

Programa/Ação: AFEM autorizado pelo ofício MDA N 0321 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrario – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 24/06/2010, aprovação
CAIXA: 14/03/2012, Homologação SIAFI: 19/04/2012, Registro Aprovação
SIAFI: 2012NS000629

Projeto: Aquisição de 01 veículo 1.0 (zero km) e 01 computador com impressora e periféricos

Proponente: PM Prudentópolis

Número do Processo: CR.NR.0178065-29

SIAFI: 535729

Valor: R\$ 22.573,20

Contrapartida: R\$ 5.777,90

Programa/Ação: Infra Estrutura e Serviços autorizado pelo ofício MDA N 0213 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 01/09/2008, aprovação CAIXA: 27/10/2008, Homologação SIAFI: 03/11/2008, Registro Aprovação SIAFI 2008NS003814:

Projeto: Construção e instalação de açougue

Proponente: PM Rio Azul

Número do Processo: CR.NR.0186508-44

SIAFI: 546274

Valor: R\$ 34.000,00

Contrapartida: R\$ 35.724,21

Programa/Ação: AFEM autorizado pelo ofício MDA N 0318 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 30/06/2011, aprovação CAIXA: 16/03/2012, Homologação SIAFI: 19/04/2012, Registro Aprovação SIAFI: 2012NS000625

Projeto: Recepção, classificação e armazenamento da produção

Proponente: PM Imbituva

Número do Processo: CR.N.0178060-79

SIAFI: 546204

Valor: R\$ 202.000,00

Contrapartida: R\$ 79.759,00

Programa/Ação: Infra Estrutura e Serviços autorizado pelo ofício MDA N 0213 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 22/07/2009, aprovação
CAIXA: 07/05/2012, Homologação SIAFI: 14/06/2012, Registro Aprovação
SIAFI: 2012NS000970

Projeto: Apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais

Proponente: PM Prudentópolis

Número do Processo: CR.N.0186456-28

SIAFI: 541348

Valor: R\$ 50.000,00

Contrapartida: R\$ 8.651,49

Programa/Ação: AFEM autorizado pelo ofício MDA N 0321 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 20/10/2010, aprovação
CAIXA: 18/03/2011, Homologação SIAFI: 30/03/2011, Registro Aprovação SIAFI:
2011NS000842

Projeto: Aquisição de veículo 1.0 e microcomputador

Proponente: PM Ivaí

Número do Processo: CR.NR.0178062-97

SIAFI: 535653

Valor: R\$ 27.368,70

Contrapartida: R\$ 5.161,99

Programa/Ação: Infra Estrutura e Serviços autorizado pelo ofício MDA N 0213 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 28/02/2008, aprovação
CAIXA: 11/03/2008, Homologação SIAFI: 28/03/2008, Registro Aprovação
SIAFI: 2008NS001654

Projeto: Estruturação ATER, aquisição de veículo 1.0, Aquisição de microcomputador com impressora e periféricos

Proponente: PM Teixeira Soares

Número do Processo: CR.NR.0178067-47

SIAFI: 535730

Valor: R\$ 27.368,70

Contrapartida: R\$ 894,57

Programa/Ação: Infra Estrutura e Serviços autorizado pelo ofício MDA N 0213 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 01/12/2008, aprovação
CAIXA: 03/07/2009, Homologação SIAFI: 28/08/2009, Registro Aprovação
SIAFI: 2009NS002244

Projeto: Construção da sede de sindicato dos trabalhadores rurais de Mallet

Proponente: PM Mallet

Número do Processo: CR.NR.0180647-93

SIAFI: 537645

Valor: R\$ 30.000,00

Contrapartida: R\$ 1.607,40

Programa/Ação: AFEM autorizado pelo ofício MDA N 0238 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 17/04/2009, aprovação
CAIXA: 22/04/2009, Homologação SIAFI: 20/05/2009, Registro Aprovação
SIAFI: 2009NS001401

Projeto: Construção de ponte em estrada rural

Proponente: PM Rebouças

Número do Processo: CR.NR.0186458-46

SIAFI: 546290

Valor: R\$ 40.000,00

Contrapartida: R\$ 17.609,73

Programa/Ação: AFEM autorizado pelo ofício MDA N 0321 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 24/07/2008, aprovação
CAIXA: 17/06/2009, Homologação SIAFI: 07/08/2009, Registro Aprovação
SIAFI: 2009NS002044

Projeto: Apoio ao desenvolvimento comunitário rural

Proponente: PM Rebouças

Número do Processo: CR.NR.0186509-59

SIAFI: 546275

Valor: R\$ 30.000,00

Contrapartida: R\$ 9.268,78

Programa/Ação: AFEM autorizado pelo ofício MDA N 0318 2005

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 16/06/2009, aprovação
CAIXA: 09/07/2009, Homologação SIAFI: 13/08/2009, Registro Aprovação
SIAFI: 2009NS002095

2006

Em 2006 foram aprovados 4 projetos, 2 deles referente ao fortalecimento do associativismo rural, e representaram a aquisição de material para apoio à agricultura familiar nos demais.

Destaque para a implantação de unidades de classificação e armazenamento de frutas no município de Mallet, ao qual foi dispensada a maior verba do ano, permitindo aos agricultores familiares o acesso à infraestrutura da unidade para a classificação e o armazenamento da produção, reduzindo perdas e ampliando o período para a comercialização. Contava ainda com um veículo com capacidade de 4,0 toneladas para transporte da produção.

Projeto: Estruturação sede sindicato rural

Proponente: PM Inácio Martins

Número do Processo: CR.N.0203077-01

SIAFI: 573346

Valor: R\$ 30.000,00

Contrapartida: R\$ 41.835,78

Programa/Ação: MDA AFEM

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 01/02/2016, aprovação
CAIXA: 01/02/2016, Homologação SIAFI: 24/11/2016, Registro Aprovação
SIAFI: 2016NS000789

Projeto: Aquisição de equipamentos e material permanente

Proponente: PM Irati

Número do Processo: CR.N.0198799-17

SIAFI: 582979

Valor: R\$ 30.000,00

Contrapartida: R\$ 7.697,32

Programa/Ação: MDA AFEM

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 15/05/2009, aprovação
CAIXA: 22/05/2009, Homologação SIAFI: 16/06/2009, Registro Aprovação
SIAFI: 2009NS001595

Projeto: Apoio ao associativismo rural através da construção de centro comunitário

Proponente: PM Rebouças

Número do Processo: CR.NR.0199363-76

SIAFI: 573327

Valor: R\$ 30.000,00

Contrapartida: R\$ 2.219,03

Programa/Ação: MDA AFEM

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 31/12/2008, aprovação
CAIXA: 14/07/2009, Homologação SIAFI: 24/08/2009, Registro Aprovação
SIAFI: 2009NS002117

Projeto: Transporte, recepção, classificação e armazenamento da produção de frutas da agricultura familiar

Proponente: PM Mallet

Número do Processo: CR.NR.0193904-81

SIAFI: 564485

Valor: R\$ 480.000,00

Contrapartida: R\$ 89.354,15

Programa/Ação: PRONAT/INFRA

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 14/08/2012, aprovação
CAIXA: 16/08/2012, Homologação SIAFI: 21/09/2012, Registro Aprovação
SIAFI: 2012NS001292

2007

Em 2007 houve a aprovação de dois projetos para o Território, este foi o ano em que houve o menor investimento nos projetos, os quais estavam voltados para a estruturação do Colegiado Territorial.

Projeto: Estruturação colegiado territorial e ATER, com aquisição de 03 veículos, computador, notebook e projetor de mesa

Proponente: PM Irati

Número do Processo: CR.NR.0244342-77

SIAFI: 605978

Valor: R\$ 70.000,00

Contrapartida: R\$ 15.369,47

Programa/Ação: PRONAT/INFRA

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 04/08/2010, aprovação
CAIXA: 31/03/2011, Homologação SIAFI: 11/04/2011, Registro Aprovação
SIAFI: 2011NS000973

Projeto: Apoio estruturação colegiado do Território Centro Sul do Paraná

Proponente: PM Rebouças

Número do Processo: CR.N.0240517-01

SIAFI: 605888

Valor: R\$ 40.000,00

Contrapartida: R\$ 1.251,81

Programa/Ação: PRONAT/INFRA

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 25/06/2009, aprovação
CAIXA: 16/07/2009, Homologação SIAFI: 24/08/2009, Registro Aprovação
SIAFI: 2009NS002122

2008

No ano de 2008 foram aprovados dois projetos relacionados ao fortalecimento organizacional, sendo um na formação de pessoas e outro na produção e escoamento de alimentos agroecológicos.

O fortalecimento do tecido sócio organizativo surge para promover a participação de agricultores na tomada de decisão e em espaços de representação junto ao Território. Foram então definidas ações que promovessem a participação popular. A primeira ação foi a realização do 1º Seminário de Juventude e Desenvolvimento Territorial, realizado no Centro de Formação de Agentes para o Desenvolvimento e a Construção da Cidadania, que se situa no município de Guamiranga.

Deste encontro resultou a discussão para demandas mais específicas e a iniciativa do projeto Jovens Rurais em Movimento. A juventude passou a participar de maneira mais ativa em relação à formação de coletivo em todo o Território, seu objetivo era direcionado para temas relacionados ao desenvolvimento territorial, à geração de renda e a permanência dos jovens na área rural. Os conhecimentos foram repassados através da oferta de oficinas, com a promoção de conhecimentos técnicos e o incentivo à participação representativa na discussão e na tomada de decisão relacionados ao Território, nas oficinas foram ainda realizados projetos voltados para a geração de renda.

O fortalecimento da organização de produção e da comercialização de alimentos ecológicos advindos da economia solidária foi efetuado através da inauguração do Armazém Solidário em Irati, em um espaço para atendimento dos agricultores do Território. O convênio com o MDA proporcionou a construção do Armazém Solidário e a compra de equipamentos para seu pleno funcionamento, que foram viabilizadas através de convênio solicitado pelo Município de Irati junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio do Conselho Gestor.

O Instituto Equipe e a Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis trabalharam em conjunto para definir as normas de funcionamento do Armazém com a participação dos produtores rurais. Dentre os equipamentos estão: três balanças, três seladoras, sensor para líquidos e temperatura, mesa para embalagem, dois descascadores de legumes, processador, carrinho para transporte de caixas plásticas, três notebooks, duas impressoras, 30 cadeiras, duas mesas, dois armários, balcão refrigerado, freezer, mesa com tampo inox e prateleira gradeada de aço inox.

Projeto: Fortalecimento Tecido sócio organizativo do território centro-sul do Paraná através da capacitação e organização de jovens

Proponente: Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural

Número do Processo: CR.N.0264637-55

SIAFI: 637763

Valor: R\$ 132.480,00

Contrapartida: R\$ 11.520,00

Programa/Ação: PRONAT/INFRA

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: SDR/SEAD – CEF – Sec. Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

Projeto: Fortalecer organização da produção e da comercialização solidária de alimentos agroecológicos oriundos da agricultura familiar

Proponente: PM Irati

Número do Processo: CR.NR.0264545-47

SIAFI: 631220

Valor: R\$ 203.000,00

Contrapartida: R\$ 43.915,17

Programa/Ação: PRONAT/INFRA

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – CEF

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 13/01/2012, aprovação
CAIXA: 17/05/2012, Homologação SIAFI: 30/05/2012, Registro Aprovação
SIAFI: 2012NS000915

2009

No ano de 2009 foram três projetos aprovados, um relacionado a aquisição de veículos para apoio à agricultura familiar e dois referentes a veículos e equipamentos para a regularização fundiária.

A solicitação do caminhão, realizada pelo município de Inácio Martins, foi baseada na justificativa de que a maioria absoluta da produção escoada por estradas municipais, as quais precisam ser conservadas, e na necessidade da intensificação de investimentos para correção do solo, tecnologia essa que é importante para o aumento da produtividade na agricultura familiar. O município vem buscando alternativas para implantação do projeto de correção de solo e recuperação das estradas, as quais dão acesso a propriedades e lavouras dos agricultores, proporcionando acesso ao desenvolvimento e para o escoamento da produção. A aquisição de um caminhão foi destinada a trabalhos junto aos agricultores e para transporte de calcário até as propriedades, gerando melhoria na qualidade e quantidade da produção. A aquisição é de um caminhão caçamba basculante truck 6x4.

O Território possui um percentual elevado de agricultores familiares com problemas de regularização fundiária, com isso os agricultores encontram dificuldades no acesso a políticas públicas e aos recursos dos programas governamentais, especialmente ao acesso de crédito, aumentando a exclusão social. O projeto contemplou a aquisição de equipamento para a viabilização de ações para tornar legal a situação dos agricultores familiares que já estão trabalhando nas terras, porém não possuem documentos que comprovem sua legalidade. O Conselho Gestor do Território ficou responsável pelo assessoramento, monitoramento e a fiscalização do uso e as prefeituras municipais pela contratação dos serviços especializados de

técnicos de nível médio e superior para a realização dos serviços de campo e escritório.

O segundo projeto aprovado neste ano, relacionado a regularização fundiária contempla a aquisição de uma pickup 4x4 para acesso a todos os pontos, independente do estado das estradas com maior mobilidade, aquisição de veículo popular, e para finalizar o terceiro projeto com a aquisição gps geodésico (I1, I2) e coletor

Projeto: Apoio aos agricultores familiares no município de Inácio Martins, através da aquisição de caminhão.

Proponente: PM Inácio Martins

Número do Processo: 026310/2009

SIAFI: 714952 /**SICONV:** 0263102009

Valor: R\$ 100.000,00

Contrapartida: R\$ 125.000,00

Programa/Ação: PRONAT- emenda parlamentar dep. Dr Rosinha

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 19/05/2011, aprovação
CAIXA: 09/12/2011, Homologação SIAFI: 02/02/2012, Registro Aprovação
SIAFI: 2012NL800010

Projeto: Aquisição de veículo e equipamentos para regularização fundiária

Proponente: PM Fernandes Pinheiro

Número do Processo: 70743/2009

SIAFI: 714989 /**SICONV:** 0707432009

Valor: R\$ 155.200,00

Contrapartida: R\$ 4.800,00

Programa/Ação: PRONAT/INFRA

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 12/06/2012, aprovação

CAIXA: 06/07/2012, Homologação SIAFI: 21/08/2012, Registro Aprovação

SIAFI: 2012NL800380

Projeto: Aquisição de 02 (dois) gps geodésico (I1, I2) e um coletor (par) regularização fundiária

Proponente: PM Ipiranga

Número do Processo:06476/2009

SIAFI:728257 /**SICONV:** 0647632009

Valor: R\$ 113.513,58

Contrapartida: R\$ 3.170,72

Programa/Ação: PRONAT/INFRA

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 23/02/2012, aprovação CAIXA: 20/03/2012, Homologação SIAFI: 16/05/2012, Registro Aprovação SIAFI: 2012NL800099

2010

Em 2010 foram 3 projetos aprovados, dois deles voltados para a aquisição de equipamentos para regularização fundiária do Território Centro Sul do Paraná e um para a aquisição de uma retroescavadeira.

A base para a titulação das propriedades rurais é inicialmente a definição dos limites e posteriormente a regularização fundiária, trazendo a inclusão social e possibilidade de desenvolvimento sustentável, além de ser um dever conforme determina a lei nº 10.267 do ano de 2000. O georreferenciamento dos imóveis nos moldes exigidos pela legislação federal é a primeira fase do processo de regularização fundiária, gerando dados e informações de cadastro de imóveis rurais. A definição física e ocupacional além de trazer dados sobre as populações tradicionais fornece ainda, o embasamento para proporcionar amparo jurídico para a titulação da propriedade dos agricultores, resultando na sua inserção nas políticas agrícolas e acesso ao crédito, inclusão previdenciárias e fiscais dos governos estadual e federal.

Os equipamentos de tecnologia de precisão são instrumentos essenciais para o processo de regularização de um imóvel é indispensável para atender as exigências legais, as quais são necessárias para etapas que envolvem questões advocatícias, jurídicas e cartoriais. Guamiranga solicitou a aquisição de equipamentos destinados ao Projeto de Regularização Fundiária através de equipamentos de software

topográfico e nobreaks, e Prudentópolis a aquisição de GPS Geodésico (L1, L2), mais coletor e um carro popular.

O poder Público tem um papel de grande importância como agente de desenvolvimento, o município de Inácio Martins solicitou a aquisição de retroescavadeira 4x4, destinada aos projetos de correção do solo, recuperação das estradas rurais, oferecendo atendimento ao agricultor familiar.

Projeto: Aquisição de equipamentos para regularização fundiária do Território Centro Sul do Paraná

Proponente: PM Guamiranga

Número do Processo: 00573/2010

SIAFI: 732253/**SICONV:** 0057382010

Valor: R\$ 102.820,00

Contrapartida: R\$ 2.774,40

Programa/Ação: PRONAT/INFRA

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 01/03/2014, aprovação
CAIXA: 27/03/2014, Homologação SIAFI: 07/05/2014, Registro Aprovação
SIAFI: 2014NL800270

Projeto: Aquisição de veículos e equipamentos para ações de regularização fundiária

Proponente: PM Prudentópolis

Número do Processo: 00392/2010

SIAFI: 732243/ **SICONV:** 0039282010

Valor: R\$ 120.000,00

Contrapartida: R\$ 26.894,00

Programa/Ação: PRONAT/INFRA

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 23/05/2013, aprovação
CAIXA: 23/05/2013, Homologação SIAFI: 04/06/2013, Registro Aprovação
SIAFI: 2013NL800323

Projeto: Aquisição de retroescavadeira 4x4

Proponente: PM Inácio Martins

Número do Processo: 42386/2010

SIAFI: 733780/ **SICONV:** 0423862010

Valor: R\$ 146.250,00

Contrapartida: R\$ 3.000,00

Programa/Ação: PRONAT/INFRA emenda parlamentar - deputado federal dr. Rosinha

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 23/05/2013, aprovação CAIXA: 23/05/2013, Homologação SIAFI: 04/06/2013, Registro Aprovação SIAFI: 2013NL800325

2011

Em 2011 os dois projetos aprovados foram voltados para aquisição de equipamento para a agricultura ecológica e agricultura familiar no Território.

No município de Irati são desenvolvidos trabalhos de organização e formação de agricultores, assim como para a produção e distribuição de alimentos ecológicos com abrangência que se estende a outros municípios do Território. O público alvo são agricultores familiares, com o objetivo de elevar a produtividade dos pequenos agricultores ampliando a garantia da segurança alimentar dos mesmos.

Para apoio aos projetos desenvolvidos foram adquiridos: balança capacidade 300 quilos, micro trator, rotativa, carreta traçada para micro trator, batedeira de cereais com plataforma, balança eletrônica, desintegrador trifásico motor 10cv, caixa plástica para transporte de verduras, arado disco reversível, subsolador, roçadeira trator, ensiladeira e desintegrador.

Os equipamentos agrícolas do projeto proposto pelo município de Inácio Martins foram a aquisição de um trator agrícola com comando de controle remoto de dupla ação, um subsolador com desarme e rearme automático de molas, uma aradora de 14 discos e um distribuidor de calcário capacidade para 2,5 ton.

Projeto: Aquisição de equipamentos para a agricultura ecológica no município de Irati – Paraná

Proponente: PM Irati

Número do Processo: 030840/2011

SIAFI: 764879/ **SICONV:** 0308402011

Valor: R\$ 100.000,00

Contrapartida: R\$ 13.727,67

Programa/Ação: PRONAT/INFRA emenda parlamentar - deputado federal dr. Rosinha

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 03/08/2017, aprovação CAIXA: 04/08/2017, Homologação SIAFI: 15/08/2017, Registro Aprovação SIAFI: 2017NL801026

Projeto: Aquisição de trator e equipamentos agrícolas para apoiar a produção da agricultura familiar

Proponente: PM Inácio Martins

Número do Processo: 38105/2011

SIAFI: 756632/ **SICONV:** 0381052011

Valor: R\$ 120.000,00

Contrapartida: R\$ 2.500,00

Programa/Ação: PRONAT/INFRA emenda parlamentar - deputado federal dr. Rosinha

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 14/07/2014, aprovação CAIXA: 18/07/2014, Homologação SIAFI: 02/09/2014, Registro Aprovação SIAFI: 2014NL800536

2012

No ano de 2012 somente um projeto foi aprovado no Território, o qual foi proposto pelo município de Irati. O projeto do Centro Municipal de Processamento de Produtos da Agricultura Familiar foi desenvolvido para absorver parte da produção na merenda escolar, estimular a organização da produção e estrutura para que a agricultura familiar possa atuar no abastecimento e comercialização no comércio local

e regional. Embora o Centro de Processamento tenha a conotação municipal, agricultores familiares dos municípios do Território poderiam participar dos processos de aquisição e efetuar a entrega da produção.

O projeto abrange a construção da unidade de processamento, a aquisição de um caminhão com motor diesel com baú refrigerado, a aquisição de uma centrífuga de alimentos, um descascador de legumes industrial, uma lavadora de alta pressão, um processador de alimentos em inox para fatiar, ralar e desfiar, um refrigerador e congelador rápido, dois fogões industriais, três caixas de água em PMED, cento e cinquenta caixas plásticas em polietileno de alta densidade, uma balança eletrônica digital, uma câmara de congelamento, um cilindro industrial elétrico de mesa em inox, um descascador de batata em inox, uma despulpadora de frutas industrial, uma mesa em inox com prateleira, uma seladora a pedal, uma seladora a vácuo, uma balança eletrônica com capacidade de no mínimo 150 Kg e uma impressora para balança de impressão térmica.

Projeto: Processamento de alimentos através da recepção, higienização, descascamento, fracionamento, embalagem e entrega nas unidades

Proponente: PM Irati

Número do Processo: 37191/2012

SIAFI: 774734/ **SICONV:** 0371912012

Valor: R\$ 350.000,00

Contrapartida: R\$ 295.844,95

Programa/Ação: PRONAT/INFRA

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 18/09/2017, aprovação CAIXA: 18/09/2017, Homologação SIAFI: 05/10/2017, Registro Aprovação SIAFI: 2017NL801219

2013

O ano de 2013 foi marcado pelo maior valor de repasse em projetos do Território, através da aprovação de 05 projetos, sendo que 03 deles foram aquisição de caminhões e os outros dois aquisição de equipamentos.

A prefeitura do município de Imbituva solicitou um caminhão basculante para o transporte de calcário até as propriedades dos agricultores familiares nas comunidades rurais, estando estas comunidades localizadas em um raio de 5 a 30 km da sede do município e com as mineradoras a uma distância de 80 Km. O caminhão visava beneficiar ainda o transporte de sementes, adubos, rações e de resíduos orgânicos dos aviários para as lavouras. O veículo ficou sob o domínio do Município de Imbituva, sendo administrado pela Secretaria da Infraestrutura. Os trabalhos foram acompanhados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

O município de Irati possui um trabalho expressivo na produção leiteira e tem como propósito a melhoria da fertilidade do solo, principalmente voltado para a produção do leite, o qual requer a estruturação da assistência técnica e fomento para as pequenas propriedades rurais, através de grupos organizados, onde possam receber e usar equipamentos de forma coletiva. O projeto de aquisição de equipamentos para promoção da assistência técnica e fomento para agricultura familiar colabora na intensificação da produtividade do leite e outras atividades, através da assistência técnica e atendimento das demandas dos agricultores para que possam aplicar os corretivos de solo como calcário e fosfatos naturais. Os equipamentos adquiridos pelo convênio serão acoplados aos equipamentos de propriedade da Prefeitura Municipal, realizando os serviços de acordo com a finalidade de cada equipamento. Os equipamentos adquiridos foram aquisição de distribuidor de calcário capacidade 2.500 Kg, plantadeira para o plantio direto e plaina niveladora

Aquisição de equipamentos para manutenção de estradas rurais foi outro projeto proposto pelo município de Irati, complementando a estrutura de máquinas e equipamentos que a municipalidade possui para manter as estradas rurais, ampliando o atendimento e a demanda do município. O projeto foi efetivado para manter as estradas rurais em condição de trafegabilidade com a aquisição de um rolo compactador.

Em Ivaí um caminhão motor bi turbo com carroceria baú adquirido com os recursos do programa, foi destinado ao projeto de fruticultura, utilizado no transporte da produção entre as propriedades para um centro de recepção que atualmente está localizado na cidade de Imbituva, aproximadamente a 50 km da zona rural do município de Ivaí.

Em Teixeira Soares a aquisição de um caminhão foi destinada a manutenção das estradas, no transporte de calcário, adubos e cascalho e outros atendimentos aos agricultores familiares e dos quatro assentamentos do município.

Projeto: Aquisição de um Veículo Caminhão Tipo Basculante, Trucado - Zero km

Proponente: PM Ibituva

Número do Processo: 37248/2013

SIAFI: 0000790880/ **SICONV:** 0372482013

Valor: R\$ 250.000,00

Contrapartida: R\$ 5.110,00

Programa/Ação: PRONAT - emenda parlamentar dep. Sandro Alex

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 20/02/2015, aprovação
CAIXA: 20/02/2015, Homologação SIAFI: 02/03/2017, Registro Aprovação
SIAFI: 2017NL800162

Projeto: Aquisição de equipamentos para promoção da assistência técnica e fomento para agricultura familiar

Proponente: PM Irati

Número do Processo: 55893/2013

SIAFI: 0000793347/ **SICONV:** 0558932013

Valor: R\$ 250.000,00

Contrapartida: R\$ 46.110,00

Programa/Ação: PRONAT - emenda parlamentar dep. Assis do Couto

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 25/05/2017, aprovação
CAIXA: 29/05/2017, Homologação SIAFI: 07/07/2017, Registro Aprovação
SIAFI: 2017NL800835

Projeto: Aquisição de equipamentos para manutenção de estradas rurais

Proponente: PM Irati

Número do Processo: 0614402013

SIAFI: 0000790892/ **SICONV:** 0614402013

Valor: R\$ 150.000,00

Contrapartida: R\$ 75.000,00

Programa/Ação: PRONAT - emenda parlamentar dep. André Vargas

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 05/08/2015, aprovação
CAIXA: 07/08/2015, Homologação SIAFI: 02/03/2017, Registro Aprovação
SIAFI: 2017NL800165

Projeto: Caminhão para a agricultura familiar

Proponente: PM Ivaí

Número do Processo: 39928/2013

SIAFI: 0000792357/ **SICONV:** 0399282013

Valor: R\$ 125.000,00

Contrapartida: R\$ 20.000,00

Programa/Ação: PRONAT – emenda parlamentar dep. Assis do Couto

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 06/04/2015, aprovação
CAIXA: 06/04/2015, Homologação SIAFI: 02/03/2017, Registro Aprovação
SIAFI: 2017NL800182

Projeto: Caminhão, zero Km, a diesel

Proponente: PM Teixeira Soares

Número do Processo: 41195/2013

SIAFI: 0000792535/ **SICONV:** 0411952013

Valor: R\$ 150.000,00

Contrapartida: R\$ 110.000,00

Programa/Ação: PRONAT – emenda parlamentar dep. Dr Rosinha

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 02/06/2015, aprovação
CAIXA: 10/06/2015, Homologação SIAFI: 02/03/2017, Registro Aprovação
SIAFI: 2017NL800188

2014

Em 2014 foram 3 projetos aprovados pelo PRONAT para o Território Centro Sul do Paraná.

O primeiro projeto foi solicitado pela prefeitura municipal de Guamiranga, município em que a renda econômica advém basicamente do setor agropecuário, onde a maioria são agricultores familiares com pequenas propriedades rurais, a proposta aprovada foi a aquisição de máquina agrícola, composta pela compra de retroescavadeira e estrutura com concha e um pegador de feno, demonstrando a importância da aplicação de recursos nesta área.

Ipiranga foi conveniente no projeto para a aquisição de um caminhão caçamba 6x4 com cabine avançada e caçamba de 12m³, utilizado para transporte de cascalho nas estradas rurais e outras matérias primas geradas pelo município.

O projeto aprovado para Ivaí possibilitou a pavimentação de estradas que ligam as comunidades rurais de Torres, Linha Rio Branco, Torres Canavial e Barra Vermelha, com início no limite urbano em trecho com intenso tráfego de caminhões, ônibus escolares e carros, em uma localidade formada por pequenos produtores da agricultura familiar, especialmente produzindo produtos da cesta básica como feijão, milho, arroz e hortifrutigranjeiros. Apesar de pequena, a área beneficiada já colabora no escoamento da produção, abrange as seguintes medidas:

- Extensão 746,58 metros
- Largura 7 metros
- Área de 5.226,06 m²

Projeto: Aquisição de Máquina Agrícola

Proponente: PM Guamiranga

Número do Processo: 28873/2014

SIAFI: 0000807276/ **SICONV:** 0288732014

Valor: R\$ 250.000,00

Contrapartida: R\$ 2.000,00

Programa/Ação: PRONAT – emenda parlamentar dep. Sandro Alex

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 17/11/2015, aprovação
CAIXA: 19/11/2015, Homologação SIAFI: 02/08/2017, Registro Aprovação SIAFI:
2017NL800982

Projeto: aquisição de máquinas e equipamentos

Proponente: PM Ipiranga

Número do Processo: 0325572014

SIAFI: 0000815442/ **SICONV:** 0325572014

Valor: R\$ 126.000,00

Contrapartida: R\$ 172.000,00

Programa/Ação: PRONAT – emenda parlamentar dep. Sandro Alex

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 24/12/2015, aprovação
CAIXA: 29/12/2015, Homologação SIAFI: 13/09/2016, Registro Aprovação
SIAFI: 2016NL801128

Projeto: Pavimentação asfáltica na localidade rural de Torres Canavial

Proponente: PM Ivaí

Número do Processo: 33036/2014

SIAFI:0000813144/ **SICONV:** 0330362014

Valor: R\$ 350.000,00

Contrapartida: R\$ 61.914,82

Programa/Ação: PRONAT - emenda parlamentar dep. Abelardo Lupion

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 30/05/2017, aprovação
CAIXA: 18/07/2017, Homologação SIAFI: 03/08/2017, Registro Aprovação
SIAFI: 2017NL801002

Contratos Suspensos

Dentre os projetos do Território dois deles tiveram seus contratos suspensos, os mesmos serão relatados aqui a título de complementação das informações. Os contratos foram encerrados em comum acordo entre as partes, através de um distrato junto à Caixa Econômica Federal. Ambos foram aprovados no ano de 2010, com o distrato assinado no ano de 2014.

A proposta visava a instrumentalização e contratação de horas técnicas para os levantamentos topográficos e as ações de regularização fundiária no Território, beneficiando agricultores familiares.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR e o Conselho Gestor do Território Centro Sul do Paraná eram responsáveis pelo assessoramento, monitoramento e a fiscalização do uso conforme os objetivos previstos no Projeto Técnico.

A proposta foi discutida e priorizada pelo Colegiado do Território Centro Sul, bem como aprovada pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Projeto: Contratação de horas técnicas de nível médio para trabalhos no campo de levantamentos topográficos.

Proponente: PM GUAMIRANGA

Número do Processo: 0321704-94

SIAFI: 732252 / **SICONV:** 0057232010

Valor: R\$ 310.493,00

Contrapartida: R\$ 9.603,00

Programa/Ação: PRONAT/INFRA

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 02/12/2020, aprovação CAIXA: 02/12/2020, Homologação SIAFI: 14/04/2021, Registro Aprovação SIAFI: 2021NS000419

Projeto: Contratação de horas técnicas de nível médio para trabalhos de levantamentos topográficos, com vistas ao início de programa de regularização fundiária da parte do Território Centro Sul do Paraná.

Proponente: PM RIO AZUL

Número do Processo: 0321705-08

SIAFI: 732249/ **SICONV:** 0041322010

Valor: R\$ 147.502,08

Contrapartida: R\$ 4.561,92

Programa/Ação: PRONAT/INFRA

Tipo de instrumento: Contrato de Repasse

Concedente: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/CEF- MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Recebimento: 24/11/2020, aprovação CAIXA: 24/11/2020, Homologação SIAFI: 14/04/2021, Registro Aprovação SIAFI: 2021NS000418

O Contrato foi finalizado e o projeto não foi inicializado devido a dificuldades encontradas no plano de trabalho confeccionado pelo Território Centro Sul do Paraná, o qual previa a atuação do município na jurisdição de outros municípios vizinhos, com o objeto de horas técnicas contratadas e que previam regularização fundiária. Então houve por bem, entre as partes, Caixa, Município e MDA, pela rescisão do presente, por prever que metas fossem executadas em municípios de outras jurisdições.

Com base no rol de projetos desenvolvidos no Território, este foi apresentado aos entrevistados para verificar se teriam conhecimento de todos, e três deles informaram que apenas alguns projetos foram aprovados pelo Conselho, o quarto entrevistado relatou que ao fazer parte do Conselho Gestor os projetos já estavam em vigor e não participou de sua implantação, portanto não saberia informar.

O entrevistado n1 informou que para alguns projetos ali arrolados às prefeituras captavam os recursos diretamente com deputados, por intermédio de emendas parlamentares. A entrevistada n3 completou informando que o projeto de recebimento, classificação e armazenamento de frutas em Ibituva englobava os 7 outros projetos referentes a aquisição de veículo e microcomputador, visto assim eram poucos os projetos da lista que passaram pelo Conselho.

Segue no próximo tópico a pesquisa que levantou os projetos em análise e sua origem dentro das afirmações obtidas pela entrevista.

3.6.2 Emenda Orçamentário versus projetos aprovados pelo Conselho Gestor

Entre os 49 projetos aprovados existem os que foram obtidos através de emenda orçamentária, os quais não passaram pelo crivo de discussão e seleção do Conselho Gestor, portanto, não estão enquadrados na da gestão participativa em sua referida composição. Os projetos foram obtidos e geridos pelas prefeituras municipais.

Tabela 38 – Projetos Aprovados por Emenda Parlamentar X Projeto Aprovado com Participação do Conselho Gestor

Ano	Emenda Parlamentar	Deliberadas pelo Conselho Gestor
2003	0	1
2004	2	1
2005	11	9
2006	3	1
2007	0	2
2008	0	2
2009	1	2
2010	1	2
2011	2	0
2012	0	1
2013	5	0
2014	3	0
	28	21

Fonte: Elaborado pela autora

O maior número de projetos aprovados foi no ano de 2005, sendo 11 deles através de emenda parlamentar e 9 com aprovação pelo Conselho Gestor.

As propostas por emendas foram em número superior nos anos de 2004, 2005, 2006, 2011, 2013 e 2014, ou seja, em exatamente 50%, do período em que o Território teve projetos financiados.

Nos anos de 2003, 2007, 2008 e 2012, os projetos aprovados foram somente através de deliberação e encaminhamento do Conselho Gestor. E nos anos de 2011, 2013 e 2014 somente obtidos através de emenda parlamentar.

Foram 28 projetos aprovados através da obtenção de emenda parlamentar no Território, totalizando 2.798.250,00.

Os projetos estão descritos na tabela 39 com valor de cada um deles.

Tabela 39 – Projetos Aprovados através de Emenda Parlamentar

(continua)	
Projeto	Valor
Apoio a projetos municipais de infraestrutura e serviços em agricultura familiar	70.000,00
Construção de barracão	40.000,00
Construção mercado produtor	40.000,00
Construção de 02 barracões na associação de Papanduva de cima	30.000,00
Apoio ao escoamento da produção (construção de 02 pontes)	80.000,00
Apoio a produção da agricultura familiar - aquisição de equipamentos	50.000,00
Apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais	40.000,00
Apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais	57.000,00
Construção e instalação de açougue	34.000,00
Apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais	50.000,00
Construção da sede de sindicato dos trabalhadores rurais de Mallet	30.000,00
Construção de ponte em estrada rural	40.000,00
Apoio ao desenvolvimento comunitário rural	30.000,00
Estruturação sede sindicato rural	30.000,00
Aquisição de equipamentos e material permanente	30.000,00
Apoio ao associativismo rural através da construção de centro comunitário	30.000,00
Apoio aos agricultores familiares no município de Inácio Martins, através da aquisição de caminhão.	100.000,00
Aquisição de retroescavadeira 4x4	146.250,00
Aquisição de equipamentos para a agricultura ecológica no município de Irati – Paraná	100.000,00
Aquisição de trator e equipamentos agrícolas para apoiar a produção da agricultura familiar	120.000,00
Aquisição de equipamentos para promoção da assistência técnica e fomento para agricultura familiar	250.000,00
Aquisição de um Veículo Caminhão Tipo Basculante, Trucado - Zero km	250.000,00
Aquisição de equipamentos para manutenção de estradas rurais	150.000,00
Caminhão para a agricultura familiar	125.000,00
Caminhão, zero Km, a diesel	150.000,00

Tabela 39 – Projetos Aprovados através de Emenda Parlamentar

Projeto	(conclusão)
	Valor
Aquisição de máquina agrícola	250.000,00
Aquisição de máquinas e equipamentos	126.000,00
Pavimentação asfáltica na localidade rural de Torres Canavial	350.000,00
Total	2.798.250,00

Fonte: A autora

Para se tornar um projeto dentro das características definidas pelo MDA para o PRONAT os mesmos devem passar por um debate prévio, no âmbito de discussão dos territórios, pelos sujeitos sociais envolvidos e que tenham atuação participativa, com propostas embasadas pelo PTDRS, destaca-se ainda que os projetos podem derivar de complementos de outras ações desempenhadas no Território, ou que poderiam vir a ser objetos de complemento.

Projetos aprovados via emenda parlamentar não estão dentro dos eixos aprovados pelo PTDRS do Território Centro Sul e os que compartilham dos objetivos não foram discutidos e aprovados pelo Conselho Gestor. Apesar de serem projetos que não compartilham da mesma filosofia, atenderam as necessidades dos municípios do Território, porém não estando dentro uma gestão participativa.

As emendas parlamentares são deliberadas dentro do contexto descrito por Rambo et al:

No caso das EPs, os parlamentares do Congresso Nacional e do Senado Federal inserem suas propostas de emendas ao Orçamento. Estas propostas de emendas são encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) que executa uma série de atividades com intuito de avaliar, reorganizar e aprovar. Após a aprovação do Orçamento, o governo federal (concedente) realiza convênio ou congênere com o conveniente, que pode ser governo estadual, municipal ou ainda um ente privado. A partir da realização do convênio ou congênere executa-se a programação da emenda. (Rambo et al, p. 25, 201).

Os projetos que envolvem as emendas parlamentares são dominados por afinidades e influências políticas, envolvendo em seu processo a menor participação dos atores. Contudo está na perspectiva de desenvolvimento rural sustentável e no Território em análise, os projetos aprovados foram em sua maioria de infraestrutura,

destinado a melhoria e escoamento da produção da agricultura familiar. Apesar da falta de discussão dos processos dentro do Conselho Gestor, os recursos obtidos através das emendas parlamentares beneficiaram a agricultura familiar em um patamar de recursos que foi além do que se obteria sem a destinação das emendas, sendo que todas as formas de auxílio financeiro são essenciais para desenvolvimento da agricultura familiar.

Dentro dos objetivos de integração dos atores e da gestão participativa, em projetos baseados no PDTRS, os processos aprovados com a destinação das emendas parlamentares ficam fora do objetivo principal do PRONAT, assim como a escala territorial, visto que os projetos tendem a ser mais locais.

Os projetos aprovados através da discussão dentro do Conselho Gestor do Território somaram um total de 21 projetos, totalizado 2.939.759,08.

Tabela 40 – Projetos Aprovados através do Conselho Gestor do Território

(continua)	
Projeto	Valor
Construção de viveiro de mudas, incubatório de aves e capacitação de agricultores	263.904,28
Estruturação do centro de educação e capacitação de agricultores familiares, jovens rurais e agentes de desenvolvimento	449.149,82
Aquisição de equipamentos didáticos (data show, computador notebook, computador desktop) e 02 veículos 1000cc 0 km novo	70.906,00
Estruturação da assistência técnica e extensão rural	27.368,70
Aquisição de veículo e microcomputador	27.368,70
Estruturação da assistência técnica e extensão rural(ATER)	27.368,70
Aquisição de veículo e microcomputador com impressora e periféricos	27.368,70
Aquisição de 01 veículo 1.0 (zero km) e 01 computador com impressora e periféricos	22.573,20
Recepção, classificação e armazenamento da produção	202.000,00
Aquisição de veículo 1.0 e microcomputador	27.368,70
Estruturação ATER- aquisição de veículo 1.0 e aquisição de microcomputador com impressora e periféricos	27.368,70
Transporte, recepção, classificação e armazenamento da produção de frutas da agricultura familiar	480.000,00
Estruturação colegiado territorial e ATER - aquisição de 03 veículos, computador, notebook e projetor de mesa	70.000,00
Apoio estruturação colegiado territorial do Centro Sul do Paraná	40.000,00

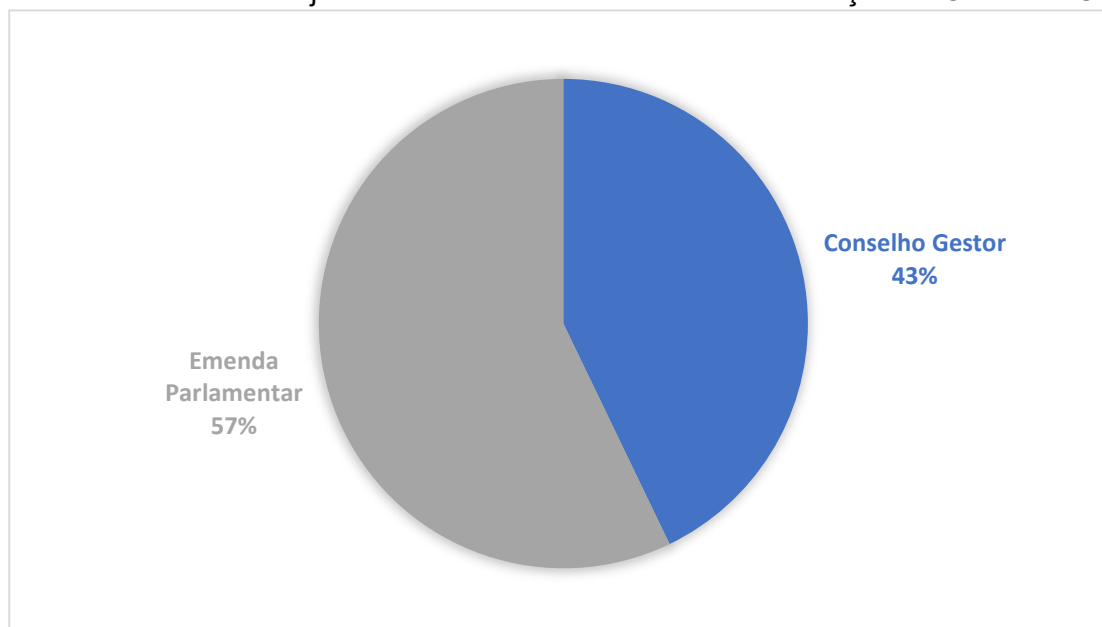
Tabela 40 – Projetos Aprovados através do Conselho Gestor do Território

Projeto	(conclusão)
	Valor
Fortalecimento do Tecido sócio organizativo do Território Centro Sul do Paraná através da capacitação e organização de jovens	132.480,00
Fortalecer a organização da produção e da comercialização solidária de alimentos agroecológicos oriundos da agricultura familiar	203.000,00
Aquisição de 02 (dois) gps geodésico (I1, I2) e um coletor (par) regularização fundiária	113.513,58
Aquisição de veículo e equipamentos para regularização fundiária	155.200,00
Aquisição de equipamentos para regularização fundiária do Território Centro Sul do Paraná	102.820,00
Aquisição de veículos e equipamentos para ações de regularização fundiária	120.000,00
Processamento de alimentos através da recepção, higienização, descascamento, fracionamento, embalagem e entrega nas unidades	350.000,00
Total	2.939.759,08

Fonte: A autora

Conforme apresentado nas tabelas anteriores, foram 28 projetos financiados através de emenda parlamentar e 21 deliberados pelo Conselho Gestor do Território Centro Sul do Paraná, conforme o gráfico 2:

Gráfico 2 – Número de Projetos via Emenda Parlamentar e Deliberação do Conselho Gestor

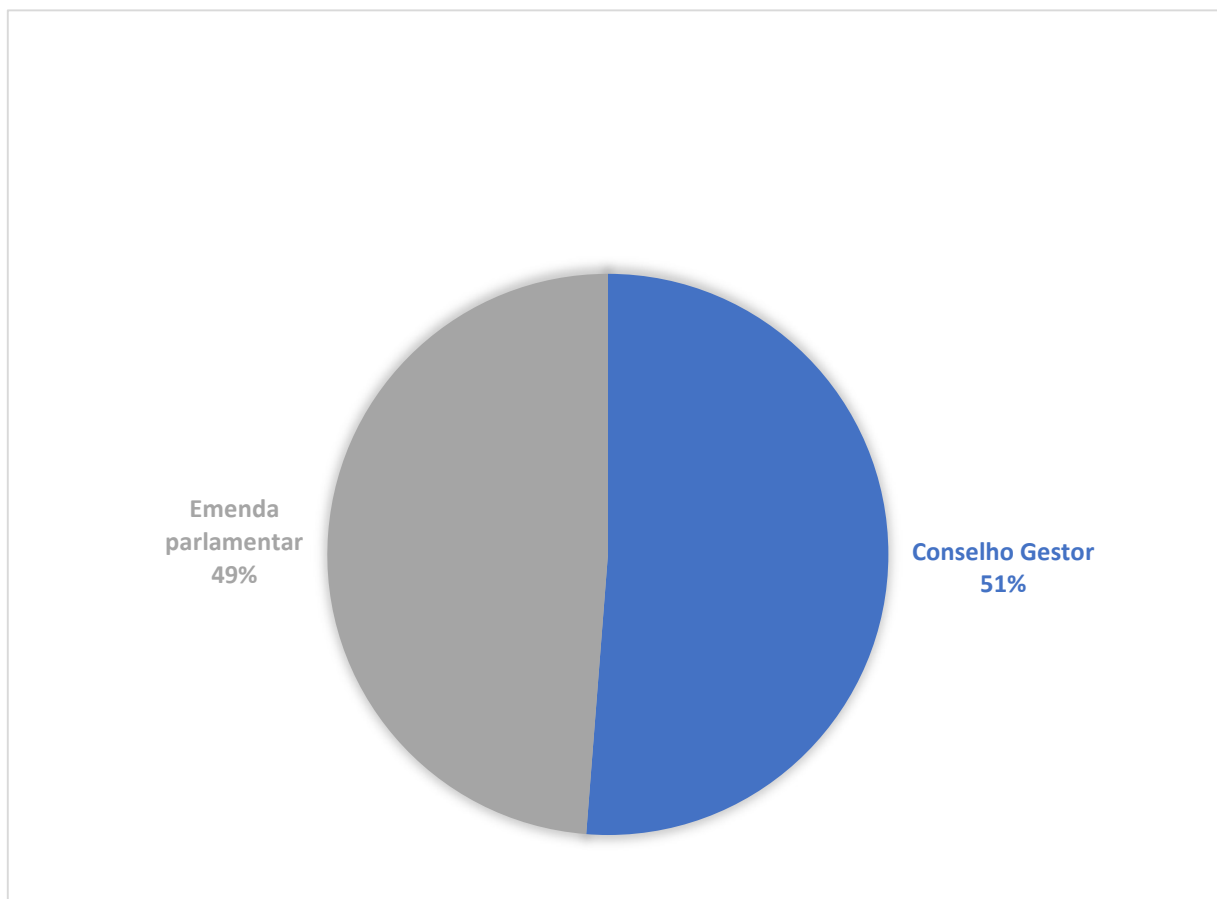


Fonte: A autora

Verifica-se que 43% dos projetos foram deliberados pelo Conselho Gestor, sendo que os mesmos serão objetos de análise no capítulo IV, através de uma análise comparativa com o PDTRS.

O gráfico 3 traz um comparativo em relação ao orçamento deliberado para o Território Centro Sul do Paraná:

Gráfico 3 – Valores Destinados aos Projetos via Emenda Parlamentar e Deliberação do Conselho Gestor



Fonte: Elaborado pela autora

Foram 28 projetos financiados através de emendas parlamentares junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, totalizando um valor de 2.798.250,00, representando 49% do orçamento total do Território.

Os projetos que partiram de discussões dentro do Conselho Gestor totalizaram em 21 projetos, porém totalizam um orçamento um pouco superior de 2.939.759,00, representando 51% do orçamento total.

3.7 DESCONTINUIDADE E DESCONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Transições governamentais trazem consigo a descontinuidade de programas e projetos de políticas públicas, que influenciam na qualidade de vida dos beneficiários e acarretam em desperdício de dinheiro e tempo dos envolvidos. Os novos

governantes tendem a extinguir ministérios, secretarias e outros órgãos de seu governo para criarem outras de acordo com suas prioridades e planos de governo.

3.7.1 A Extinção do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT

O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, foi extinto via Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. O decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016, converteu o MDA para uma secretaria denominada Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, pertencente ao Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial sendo convertida a uma diretoria de Desenvolvimento Rural.

Com o decreto nº 8.786, de 14 de junho de 2016, a estrutura foi subordinada ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Em 1º de janeiro de 2019 o atual presidente da república emitiu uma Medida Provisória extinguindo a SEAD, suas atribuições foram então transferidas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Com isso a unidade de intervenção volta a ser de nível municipal.

As políticas territoriais voltadas ao rural sofreram então uma desmobilização e o desmonte dos projetos, que foram alcançados através de muito empenho por parte de todos os envolvidos e que visavam políticas participativas direcionadas ao desenvolvimento, não só econômico como também social e ambiental.

3.7.2 A Descontinuidade e Desconstrução do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT no Território Centro Sul do Paraná

Assim como ocorreu em todo o país, no Território Centro Sul após a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário os projetos passaram para a ser responsabilidade da esfera municipal. Conforme relatado por todos os entrevistado

No Território as prefeituras assumiram o controle dos projetos e bens. O entrevistado n1 afirmou ainda que o repasse ocorreu por meio de um contrato de comodato, onde através de um empréstimo os bens passaram para as prefeituras, e devem ser restituídos no encerramento do contrato, não podem ser substituídos.

O comodato realizado pelo Conselho Gestor do Território estabelece a utilização dos bens do PRONAT pelos municípios, porém com a restituição do

Conselho se restitui todos os bens e imóveis que pertenciam ao mesmo até o momento de sua destituição.

Parte dos projetos apesar de serem gerenciados pelas prefeituras de cada município atende ainda assim a outros municípios do Território e a maioria estão direcionadas para os agricultores familiares.

Será relatado na sequência como estão esses projetos atualmente sob o comando dos municípios com informações cedidas pelo entrevistado n1 e por documentos municipais:

Construção do viveiro de mudas, incubatório de aves e capacitação de agricultores: O viveiro está sob o comando do município de Irati e ocupa uma área de 80 alqueires, no município de Fernandes Pinheiro, para abrigar a Agrovila. Possui parceria com a UNICENTRO e o curso de Engenharia Florestal, promovendo desenvolvimento de projetos para melhoria nas atividades do produtor, atuando com sistemas de produção que visam beneficiar a vida no campo, com a diversificação da renda, através da produção de mudas de fruticultura e olericultura.

Entre os anos de 2017 e 2020 foram realizadas a distribuição de 7.000 mudas gratuitamente aos produtores, para incrementar seu faturamento, destaca-se ainda pelo sistema de produção da erva mate, eucalipto e a própria araucária para a produção de pinhão.

A Agrovila também desenvolve a criação de abelhas sem ferrão, podendo ser uma fonte de renda alternativa interessante para o produtor familiar, o apiário é referência na abelha nativa mandaçaia.

Figura 7 – Agrovila



Fonte: Prefeitura Municipal de Irati

Centro de educação e capacitação de agricultores familiares, jovens rurais e agentes de desenvolvimento: se concretizou pela construção da sede do CEDEJOR, no município de Guamiranga e foi complementado pela aquisição de equipamentos didáticos e 2 veículos, solicitados por Guamiranga e através da solicitação do próprio CEDEJOR. O projeto promoveu a participação de agricultores e jovens rurais nas decisões e representação junto ao Território e a geração de renda e a permanência dos jovens na área rural, através de seminários, realização de cursos e oficinas.

A construção, os equipamentos e veículos estão em contrato de comodato para o município de Guamiranga e atualmente a sede abriga a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do município e o Centro de Treinamento de Agricultores.

De acordo com Tabarro (2018) o CEDEJOR Centro Sul do Paraná foi criado em 2001, estava sediado em Guamirim, distrito de Irati e reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em novembro de 2002. Esteve presente nos três estados do Sul do Brasil, atingindo aproximadamente 45 municípios, com centros de formação (núcleos) nos municípios de Rio Pardo - RS, Lauro Muller-SC, Tibagi-PR e Guamiranga-PR. Atualmente, apenas o CEDEJOR com sede em Rio Pardo - RS está com suas portas abertas, mas estagnado em ações diretas à juventude, porém cede seu espaço de formação para ações locais do município.

Vale lembrar que o CEDEJOR estabelecia parcerias públicas, privadas e com o terceiro setor, inclusive recebendo apoio técnico, pedagógico e financeiro do Instituto Souza Cruz, apesar do CEDEJOR não trabalhar diretamente com o propósito da empresa, a mesma está fortemente inserida na região, e as verbas destinadas aos projetos sociais eram voltadas para oficinas de alternância que visavam a permanência do jovem rural no campo. A sede abrigava ainda a promoção de cursos para os agricultores, como os destinados à fruticultura dentre outros.

Figura 8 – Antiga Sede do CEDEJOR



Fonte: A autora

Recepção, classificação e armazenamento da produção de fruticultura:

foi solicitado em conjunto entre municípios do Território, enquanto Imbituva cedeu a construção e conseguiu junto ao PRONAT maquinário para classificação de frutas e uma câmara refrigerada para armazenamento, os demais municípios adquiriram veículos para auxiliar os produtores e equipamento de informática. A aquisição de veículos permitiu que o Território tenha um corpo técnico para prestar assistência a agricultores familiares. Os veículos e computadores ficaram com os municípios solicitantes e os equipamentos de classificação e refrigeração com Imbituva, e estão sendo utilizados pelos produtores sob gerenciamento do município.

Unidade de armazenamento e classificação de frutas: o município de Mallet também foi beneficiado com a instalação de uma unidade de recepção, classificação e armazenamento de frutas, possibilitando aos agricultores familiares usufruir e se beneficiar da unidade, ampliando o período para a comercialização. Assim como os demais projetos este também está sob a responsabilidade da prefeitura de Mallet, e os agricultores ainda de beneficiam das instalações e equipamentos da unidade.

Estruturação dos colegiados: os projetos contemplaram os municípios de Irati e Rebouças através da aquisição de veículos e equipamentos de informática e

projetores, ficando a cada município seu gerenciamento e destinação a setores escolhidos.

Organização da produção e da comercialização solidária de alimentos oriundos da agricultura familiar: o projeto é representado pela implantação do Armazém Solidário, o qual oferta alimentos cultivados em propriedades rurais de Irati e demais municípios do Território, livre do uso de agrotóxicos, através da capacitação e orientação dos agricultores. O Armazém Solidário foi criado para facilitar a organização da produção e a comercialização dos produtos agroecológicos in natura, além de permitir o processamento dos alimentos evitando perdas e ampliando a renda dos agricultores.

A estrutura é de 214,53 m² de área construída e disponibiliza equipamentos para processamento de frutas, verduras, legumes e grãos. O objetivo é tornar os alimentos agroecológicos mais acessíveis logisticamente e mais baratos para garantir a segurança alimentar. O Instituto Equipe e a Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis trabalharam em conjunto com os produtores rurais, além das ONGS, formaram parceria para que o projeto acontecesse a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) e a prefeitura municipal de Irati, que ofereceu a contrapartida. O Armazém após o fim do PRONAT está aos cuidados da prefeitura de Irati, que em atuação com as organizações não governamentais utilizam o espaço para as demandas dos agricultores do município e municípios vizinhos.

Figura 9 – Armazém Solidário



Fonte: A autora

Regularizações fundiárias no Território: Com relação aos equipamentos e veículos para ações destinadas às regularizações fundiária, esses foram adquiridos através de projetos por 4 municípios, estes também ficaram sob contrato de comodatos com as referidas prefeituras, os veículos e equipamentos foram destinados a setores determinados pela prefeitura, contudo atualmente esses equipamentos podem ser considerados como defasados e com uma possível retomada do Conselho Gestor seria necessário a aquisição de novos.

Centro de processamento de alimentos através da recepção, higienização, descascamento, fracionamento, embalagem e entrega na unidade: o projeto foi instalado no município de Irati no ano de 2012, em anexo a feira do produtor Iratiense. O mesmo gerava incentivo à organização e aquisição da produção de frutas e verduras para a merenda escolar e a organização de grupos de agricultores para se adequarem às normas e exigências de Programas Institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O Centro Municipal de Processamento de Produtos da Agricultura Familiar pactua com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro-Sul do Paraná, pois esta proposta tem como objetivos absorver parte da produção da olericultura e fruticultura local na merenda escolar, despertar o caminho da organização, além de criar um novo paradigma para que a agricultura familiar possa atuar no abastecimento e comercialização em mercado que vai além do local, ou seja, o projeto permeia seus propósitos os eixos de desenvolvimento territoriais.

Agricultores familiares dos municípios do Território têm opção de participar dos processos de aquisição e efetuar a entrega da produção no Centro de Processamento. A gestão do centro de processamento ficou sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Irati, a qual fornece equipe técnica, operacional e investimentos necessários para sua manutenção. Ao agricultor cabe entregar o produto na unidade.

Os alimentos e sucos produzidos no CPA são destinados para a merenda das escolas e CMEIs. Assim como pães, macarrão e biscoitos produzidos. Além da realização de cursos para fortalecer os agricultores familiares, repassando informações e ensinando. No ano de 2021 foram adquiridos mais equipamentos em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

Figura 10 – Centro de Processamento de Alimentos



Fonte: Prefeitura Municipal de Irati

4 ANÁLISE DO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ CONTEXTUALIZADO NA CONCEITUALIZAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O intuito deste capítulo final é estabelecer uma análise sobre os tópicos apresentados anteriormente, assim como os objetivos definidos para o estudo da Tese.

4.1 AS CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO E APTIDÕES PARA A SUBMISSÃO AO PRONAT

O conceito de desenvolvimento que está na base da formulação das políticas públicas de desenvolvimento territorial é o conceito adotado pelo MDA, o qual utiliza o desenvolvimento territorial como base para o desenvolvimento rural. Segundo a SDT, o território rural é um:

“espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, em que se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (MDA, 2004).

O predomínio de elementos rurais é um dos aspectos fundamentais, destacando-se que nesses territórios incluem-se os espaços urbanizados.

A SDT tinha por objetivo encontrar uma integração entre as políticas públicas dos âmbitos federal, estadual e municipal com a sociedade civil para promover o desenvolvimento de territórios, onde predominavam agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário. A partir desse objetivo, em vez de se considerarem os municípios como o centro para a formação dos projetos e a base para obtenção e recepção dos recursos, ficou instituído o território, envolvendo um conjunto de municípios.

A adoção da abordagem territorial se justifica através de quatro aspectos, sendo eles:

- a) a atuação do rural não se resume somente ao setor agrícola, ou seja, vai além de um setor econômico, as áreas rurais são definidas como tais pelas suas características espaciais;
- b) quanto a escala, a municipal era muito restrita para o planejamento e a organização para a promoção do desenvolvimento, a escala estadual e federal eram muito amplas não respeitando as especificidades;
- c) era necessária a descentralização das políticas públicas, já amparadas pela Constituição Brasileira; e
- d) a conclusão é de que o território é a unidade de melhor dimensionamento dos laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições, respeitando a cultura e a diversidade econômica e ambiental, fortalecendo a gestão de pessoas.

Com o pressuposto de que o rural vai além da economia agrícola, considera-se que existem espaços rurais onde coexistem as atividades de natureza agrícola e não agrícola, logo as políticas públicas territoriais que no Brasil foram introduzidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, deram origem inclusive a uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial. O PRONAT, que foi implantado pelo MDA e SDT, buscava apresentar ações voltadas ao desenvolvimento por intermédio da multisetorialidade, superando a dicotomia rural /urbano no que tange às elaborações de ação pública.

Como foi salientado o conceito que classificou os municípios que formaram os territórios do PRONAT foi estabelecido pelo próprio MDA, e que apesar de não considerar a formação do território pautado nas raízes históricas, antropológicas ou com formação própria, levou em consideração a proximidade e os critérios multidimensionais de caráter ambiental, econômico, social e cultural. Os territórios têm sua formação baseada no perfil rural e geograficamente contínuos, com os municípios de preferência dentro do mesmo estado da federação, compreendendo o campo, a cidade e a forte atuação da agricultura familiar. Não se discutiu nessa Tese se essa formação elaborada pelo MDA influenciou negativamente ou positivamente na formação do Território Centro Sul, mas sim a apresentação da política pública e a formação sugerida pelo ministério e acatada pelo Conselho Gestor.

Foram priorizados ainda os seguintes critérios para a formação do Território: densidade demográfica, foram pautados na formação de municípios que

apresentassem densidade demográfica menor que 80 habitantes por km², e população média por município de até 50 mil habitantes. Priorização dos seguintes elementos a partir do foco de atuação do MDA:

- a) concentração de agricultores familiares;
- b) concentração de famílias assentadas por programas de reforma agrária;
- c) concentração de famílias de trabalhadores acampados;
- d) com a atividade do capital social.

A analisar a história da formação dos municípios que compõem o Território Centro Sul, este esteve pautado na exploração da natureza e de atividades econômicas extensivas e extrativistas, estas características se fizeram presentes no Território por um longo período, fortemente dominado pela economia agrária.

Para a formação dos territórios deveriam existir em cada município um Conselho de Desenvolvimento Municipal. No Território Centro Sul esses conselhos já estavam atuantes e facilitaram sua rápida formação, a ideia inicial era que o Território fosse composto pelos 10 municípios da AMCESPAR, contudo houve a indicação por parte do MDA de outros dois municípios, Ivaí e Ipiranga e que pertencia a AMCG. A indicação foi aceita pelo Território através do seu Conselho Gestor, visto que estes dois municípios anteriormente já pertenciam a AMCESPAR e que possuíam relações sociais e semelhança com os demais municípios.

De acordo com os entrevistados, a formação foi satisfatória por incluir municípios com um relacionamento sólido, já formado pela atuação da AMCESPAR, mesmo dos municípios que já estavam em outra associação de municípios, mas que tinham características compatíveis. O entrevistado n1 ainda complementa informando que o único obstáculo encontrado foi em relação à projetos que dependiam de outros programas, visto que os dois municípios que não pertenciam a AMCESPAR, tinham que trabalhar com o PRONAT e AMCG, gerando a atuação desigual nos projetos referentes à regularização das terras.

Apesar da AMCESPAR não ter sido aceita para atuar como Gestora do Território e um Conselho ser formado, a associação participou ativamente durante todo o período de vigência do PRONAT.

Um ponto que destacou o PRONAT frente a outros programas de políticas públicas foi atuação do PROINF, o qual permitia autonomia na execução financeira e sua utilização. Além da elaboração e apoio aos projetos, a sua execução financeira descentralizada que atuava também a nível territorial, permite mais flexibilidade e liberdade para as decisões tomadas em conjunto pelo Território, vale lembrar que o PRONAT foi o único programa que obteve esse modelo de execução financeira.

A interação social e a gestão participativa eram os objetivos do PRONAT e cada Conselho Gestor deliberava sobre a porcentagem mínima e máxima de cada grupo de representantes nas suas reuniões, para a tomada de decisões, ou seja, todos os atores de organizações do governo, da sociedade e de agricultores deveriam ter seus representantes.

De acordo com os entrevistados houve a participação dos 12 municípios ativamente nas decisões do Conselho, sendo essa participação regimentalmente garantida. O acesso aos projetos também era de abrangência territorial, contudo de acordo com o entrevistado n1, houve quem reclamasse que o município não recebeu grandes projetos em sua sede, isso ocorreu devido à forte influência municipalista.

Segundo o regimento interno do Conselho Gestor do Território Centro Sul, o mesmo é composto por 30% no máximo de representantes da sociedade civil, 35% no máximo de representantes governamentais e no mínimo de 35 % de representantes dos sujeitos sociais beneficiários, ou seja, se estabeleceu um teto máximo para os atores governamentais e não governamentais, e um mínimo para os agricultores e seus representantes, garantindo a participação da classe que usufrui dos projetos. A plenária deveria ser composta por 40 membros na proporção acima e somente poderia ser ampliada com aprovação da maioria absoluta de seus membros.

Fortalecer as relações sociais gera um círculo de confiança e maior interação, fazendo com que o agricultor familiar se una a outros agricultores e associações, podendo contar com instituições de apoio e se tornando mais forte para atuar na sociedade em que está inserido, o capital social mais alto fortalece a solidariedade e cooperação dos atores em busca de melhoria dos serviços das políticas públicas e de acesso ao mercado. A diversidade interfere no desenvolvimento e a atuação a nível territorial vem valorizando essas diferenças regionais e culturais, buscando a melhoria e a autonomia do Território.

Em 24 de julho de 2006 houve a promulgação da lei 11.326 que foi o marco legal da agricultura familiar, trazendo os seus conceitos, princípios e instrumentos

para fins de elaboração de políticas públicas para este segmento, foi determinado que o agricultor familiar possui até quatro módulos fiscais e que esses módulos variam de acordo com cada município. Para a promoção da manutenção da propriedade familiar e do seu desenvolvimento, o ideal segundo a Embrapa é possuir entre um e quatro módulos fiscais, contudo no Território Centro Sul é grande a presença de minifúndios, ou seja, áreas inferiores a um módulo fiscal, gerando agricultores mais propensos a não obter o mínimo de área para o desenvolvimento.

A limitação entre o rural e urbano é definido pela administração municipal, portanto a definição não segue o critério nacional, sendo fortemente marcado por conveniências locais e voltados principalmente a captações de impostos. O rural é definido pelo que está fora da delimitação urbana, e se caracteriza como uma área excluída dentro da tipologia administrativa, utilizada atualmente. Uma tipologia mais adequada procura melhorar a visibilidade do rural com a intenção de fortalecer as políticas públicas destinadas aos territórios rurais, valorizando a expansão e a diversidade dos produtos e serviços, através da divulgação da sua cultura e da participação dos moradores, fortalecendo o capital social. Com base em discussões e experiências divulgadas por outras organizações, o IBGE elaborou um estudo e apresentou uma primeira aproximação de uma nova tipologia classificatória entre o urbano e o rural, pautada na densidade demográfica e na localização. Nesta Tese foi apresentada a metodologia atual baseada no critério administrativo e a nova proposta do IBGE baseada nos dados do censo de 2010 e divulgado em 2017.

O Conselho Gestor tinha por missão a implementação e o desenvolvimento das políticas públicas na área rural, superando a pobreza e reduzindo as desigualdades, com o objetivo da formação do capital humano e social, fortalecendo a criação do instituto de apoio à agricultura familiar. Dentro dessa classificação de rural e urbano no Território conclui-se que a verificação de uma área predominantemente rural foi um critério de classificação dentro das políticas públicas de desenvolvimento do PRONAT. Na apresentação dos dados pode-se verificar que na nova metodologia que ainda não é considerado oficial, mas que foi realizada baseada na densidade demográfica e na localização, temos no Território somente um município urbano que é o de Irati, seguido por um município intermediário, os demais municípios são todos classificados como rurais, e a agricultura familiar é predominante em todo o território, ou seja, a realidade é de um território predominantemente rural pautado na baixa densidade.

Os índices econômicos e sociais refletem a realidade do Território analisado, apresentando sua classificação para fins de enquadramento territorial dentro do programa do PRONAT, que apresentavam densidade demográfica menor que 80 habitantes por km², os dados utilizados para análise constam na tabela 7, são os apresentados pelo censo do IBGE no ano 2000, último censo antes da implantação do programa, Irati possuía a maior densidade de 52,6 habitantes por km², os demais municípios não chegavam nem a metade do limite estipulado, o município com o menor número de habitantes por km² foi Teixeira Soares com 9,07.

Outro critério era população média por município, apresentado na tabela 3, de até 50 mil habitantes, novamente o município mais populoso era Irati, que com base no censo do IBGE no ano de 2000, já ultrapassava a meta com 52.352 habitantes, no lado extremo fica Fernandes Pinheiro com 6.369 habitantes, a média do Território ficou em 18.362 habitantes por km².

O programa também destacava que os territórios deveriam ser predominantemente rurais, no caso do Território Centro Sul, em 9 dos 12 municípios a população é predominantemente rural, conforme tabela 3 e atual divisão administrativa em 2000, nos demais municípios a população rural se encontrava abaixo da média do estado, um Território dominado pelo rural como estava proposto.

O foco do PRONAT era a atuação em territórios onde há incidência da pobreza, visando melhorar o desenvolvimento e a equidade socioeconômica dos agricultores familiares. Para apresentar esses números no Território apresenta-se as taxas de pobreza extrema, pobreza, e vulneráveis à pobreza, tabelas 20, 19 e 21 respectivamente, onde em todos os municípios do Território segundo o censo de 2000, apresentavam taxas mais elevadas que a média estadual, entre os censos de 2000 e 2010 houve uma queda significativa nas taxas, contudo, se comparada à média estadual, ainda assim o território apresentou taxas mais elevadas.

A renda per capita representa o somatório da renda de todos os indivíduos residentes permanentes dividido pelo número total desses indivíduos, o Território apresenta uma renda inferior à média estadual em todos os municípios, e em 7 deles não chega nem a metade do valor médio do Estado, tabela 16.

Apesar da renda per capita fazer a média simples e este índice servir de base para algumas análises, sabe-se que esta renda não é igualmente dividida, por isso foram apresentados os índices de Gini e de Theil, tabelas 17 e 18, que representam o grau de concentração de renda. Conforme o índice de Gini no censo anterior ao

programa, de 2000, somente os municípios de Fernando Pinheiro e Inácio Martins apresentaram o índice superior ao Estado, mais próximo da desigualdade na distribuição da renda, os demais apresentaram uma leve melhora no índice em relação ao Estado, destacando-se o município de Guamiranga como que tem melhor distribuição de renda dentro do Território.

O índice de Theil também analisa a desigualdade na distribuição segundo a renda per capita, porém exclui aqueles com renda familiar nula, é um logaritmo da entre a razão das médias aritmética e geométrica da renda domiciliar per capita dos indivíduos, verifica-se que através desse índice somente Inácio Martins está acima da média estadual e que Guamiranga está com a melhor distribuição de renda novamente. A renda é baixa, a taxa de pobreza é alta, porém a distribuição da renda é melhor do que a média estadual.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM, descrito na tabela 11, representa indicadores de variáveis socioeconômicas que são estabelecidas através do IDH de longevidade, educação e renda, onde é possível observar que nos municípios do Território o menor índice está relacionado à educação, seguido de renda, e a longevidade que acaba elevando o IDH.

No estado do Paraná o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, tabela 14, formulou e apresenta um índice de desempenho municipal chamado Índice Ipardes de Desenvolvimento Municipal- IPDM, que também apresenta três variáveis de desenvolvimento econômico e social, formado pela renda, emprego e produção agropecuária, educação e saúde, esses indicadores são de grande importância para o desenvolvimento local, onde não somente a renda é analisada, mas também o emprego e a produção agropecuária, com isso destaca-se que no IPDM o menor índice agora fica com a renda, seguido da educação e elevado pelo índice da saúde, os índices nos moldes acima foram efetuados a partir do ano de 2010, por isso os dados apresentados são dos anos de 2010 e 2015.

O IDH-M utiliza para a variável renda o PIB per capita, ele é determinado de maneira complexa, através de um logaritmo baseado em valores máximos e mínimos do PIB, convertidos em dólar. O IPDM atribui pesos a indicadores que compõe a área emprego, renda e produção agropecuária no Paraná, esses pesos são distribuídos nas seguintes variáveis: remuneração média, remuneração média absoluta, taxa de crescimento da remuneração média, emprego formal, índice de formalização, taxa de crescimento do estoque de emprego formal, índice de participação do emprego formal,

produção agropecuária, participação do VBP agropecuário e taxa de crescimento do VBP agropecuário.

No âmbito da dinâmica demográfica as tendências gerais observáveis no Paraná estavam presentes no Território, como o grau de envelhecimento, tabelas 8,9 e 10, da população e uma predominância do sexo masculino, fenômeno observável nas sociedades rurais, tabela 4.

Em relação ao grau de atividade da população que consta na tabela 22, a mão de obra inferior a 14 anos é superior à média do Estado em 11 dos municípios do Território e que somente Imbituva apresenta uma taxa inferior. A presença de trabalho infanto juvenil é um indicativo das dificuldades socioeconômicas das famílias, que dependem da contribuição do trabalho e da renda de seus filhos na ajuda mensal. A ocupação registrada de forma precoce retrata um segmento que se encontra comprometido, onde as crianças e adolescentes são penalizados e traz a perda de oportunidades, privando de dedicar seu tempo de maneira integral à sua formação e diversão, aproveitando o momento fundamental para seu desenvolvimento.

O grau de ocupação da tabela 23 reflete a grande porcentagem da ocupação na área rural, reforçando a grande necessidade de políticas públicas voltadas para esse público nos municípios do Território.

4.2 OS PROJETOS EM RELAÇÃO ÀS PROPOSTAS CONTIDAS NO PDTRS

O PDTRS é um momento de debate sobre questões relevantes de cada território, é uma definição de estratégias e ações envolvendo os atores, para quando houver disponibilização de recursos, os projetos sejam colocados em prática. Os eixos aglutinadores eram orientados por diretrizes, elaboradas para nortear o desenvolvimento sustentável no Território e atingir seus objetivos.

Ao analisar os projetos aprovados pelo PRONAT e deliberados pelo Conselho Gestor do Território, em um comparativo junto com o PDTRS, verifica-se que os projetos atenderam aos objetivos propostos e estão dentro dos eixos estabelecidos pelo plano. Os conselheiros entrevistados relatam que todos os projetos aprovados sempre eram norteados pelo PDTRS, e embasados em prioridades definidas pelo Conselho, sempre focados em uma amplitude territorial que abrangesse o maior número de municípios dentro do Território.

Alguns projetos se enquadram dentro de mais de um eixo, por isso será verificado o principal objetivo que ele abarca para critério de classificação. Os projetos e seus eixos principais estão descrito a seguir:

- a) **diversificação e agregação de renda:** dentro do eixo foram classificados projetos com a finalidade de resgatar, divulgar e promover a troca de experiência dentro do Território e a comercialização da produção, gerando renda, qualificando a diversificação da produção e melhoria na qualidade dos produtos da agricultura familiar. Parte dos projetos estão relacionados à fruticultura, incentivando a diversificação da produção do agricultor familiar, atuando como uma alternativa viável para substituição da fumicultura no Território. Outros projetos relacionados a diversificação e renda visam receber produtos da agricultura familiar, estimular o aumento na sua produção processamento para abastecer o comércio local e territorial, e destinar parte dessa produção aos programas de merenda escolar
- b) **educação do campo e formação das famílias:** nesse eixo podemos classificar os projetos representado pelo fortalecimento do tecido sócio organizativo do Território, através da organização do CEDEJOR, visto que um dos objetivos do eixo era constituir espaços que funcione como apoio, incentivando a produção do campo ou uso de tecnologia e sustentabilidade, diversificando o rural e capacitando os produtores com cursos nesse mesmo propósito. Foram oferecidos vários cursos relacionados à fruticultura e sua comercialização. O espaço também foi criado para fortalecer a relação entre os movimentos sociais e outras organizações relacionadas à educação no campo, a formação e a organização dos agricultores para atuar nos conselhos municipais de desenvolvimento
- c) **questão fundiária:** foram aprovados quatro projetos relacionados à regularização fundiária, prestando assessoramento na elaboração de projetos e na aquisição de equipamento e veículos para demarcação das terras.
- d) **infraestrutura e serviços:** os projetos que englobaram o eixo de captação de recursos para melhoria de estruturas existentes ou na

construção de novas foram em maior número, porém estavam associados a outros projetos conforme relatado no rol dos projetos, como os veículos e computadores, que embora estejam classificados dentro do eixo de Infraestrutura e Serviços foram destinados ao apoio a fruticultura e englobados dentro do mesmo projeto. E o caminhão destinado ao centro de comercialização, instalado na feira do produtor.

- e) **organização:** Os projetos englobados no eixo tinham por objetivos fortalecer a organização da comunidade, do município e do Território, baseado na troca de experiências e apoiando o colegiado.

Com base nos eixos aglutinadores, o grande destaque para o Território foi relacionado a projetos que atuavam estimulando e apoiando a fruticultura, a regularização fundiária, as estruturas do CEDEJOR, de apoio ao colegiado e de apoio à comercialização de alimentos da agricultura familiar.

Dentro do Território Centro Sul, para apresentar melhor o direcionamento dos projetos aprovados apresenta-se a tabela 41:

Tabela 41 – Projetos por Eixo Aglutinador

		(continua)
Projetos	Valor	Valor por eixo
FRUTICULTURA		
Construção de viveiro de mudas, incubatório de aves e capacitação de agricultores – Irati	263.904,28	1.132.689,68
Recepção, classificação e armazenamento da produção – situado em Imbituva, complementado por veículos e computadores em outros municípios do Território:	202.000,00	
Estruturação da assistência técnica e extensão rural – Inácio Martins	27.368,70	
Aquisição de veículo e microcomputador – Rio Azul	27.368,70	
Estruturação da assistência técnica e extensão rural(ater) – Ipiranga	27.368,70	
Aquisição de veículo e microcomputador com impressora e periféricos – Mallet	27.368,70	
Aquisição de 01 veículo 1.0 (zero km) e 01 computador com impressora e periféricos – Prudentópolis	22.573,20	
Aquisição de veículo 1.0 e microcomputador – Ivaí	27.368,70	
Estruturação ater-1a. aquisição de veículo 1.0; 2a. Aquisição de microcomputador com impressora e periféricos – Teixeira Soares	27.368,70	
Transporte, recepção, classificação e armazenamento da produção de frutas da agricultura familiar – Mallet	480.000,00	

Tabela 41 – Projetos por Eixo Aglutinador

		(conclusão)
Projetos	Valor	Valor por eixo
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA		
Aquisição de 02 (dois) gps geodésico (I1, I2) e um coletor (par) regularização fundiária – Ipiranga	113.513,58	491.533,58
Aquisição de veículo e equipamentos para regularização fundiária – Fernandes Pinheiro	155.200,00	
Aquisição de equipamentos para regularização fundiária do território centro sul do Paraná – Guamiranga	102.820,00	
Aquisição de veículos e equipamentos para ações de regularização fundiária – Prudentópolis	120.000,00	
ESTRUTURAÇÃO DO CEDEJOR		
Estruturação do centro de educação e capacitação de agricultores familiares, jovens rurais e agentes de desenvolvimento – Guamiranga	449.149,82	452.535,82
Aquisição de equipamentos didáticos (data show, computador notebook, computador desktop) e 02 veículos 1000cc 0 km novo – Guamiranga	70.906,00	
Fortalecimento Tecido sócio organizativo do território centro-sul do Paraná através da capacitação e organização de jovens – CEDEJOR	132.480,00	
ESTRUTURA DE APOIO AO COLEGIADO		
Estruturação colegiado territorial e ater - aquisição de 03 veículos, computador, notebook e projetor de mesa – Irati	70.000,00	110.000,00
Apoio estruturação colegiado territorial do centro sul do Paraná – Rebouças	40.000,00	
APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS A AGRICULTURA FAMILIAR		
Fortalecer organização da produção e da comercialização solidária de alimentos agroecológicos oriundos da agricultura familiar - Irati	203.000,00	553.000,00
Processamento de alimentos através da recepção, higienização, descascamento, fracionamento, embalagem e entrega nas unidades – Irati	350.000,00	
	2.939.759,08	

Fonte: A autora

Nos projetos relacionados acima destaca-se o apoio à fruticultura no Território, através de 10 projetos relacionados a essa Câmara técnica. No município de Irati foi realizada a construção do viveiro de mudas, incentivando a produção da fruticultura, com destaque para a produção de pêssego, vale ressaltar que o incentivo

vem diversificar a produção do fumo tanto no município como em outros municípios no Território.

Outra unidade de recepção, classificação e armazenamento da produção de frutas estava situada em Imbituva, esse projeto foi realizado em conjunto com outros municípios do Território, os quais complementaram a verba solicitando computadores, veículos e outros objetos de infraestrutura que facilitasse o acesso à unidade de armazenamento. Mallet sediou outra unidade de transporte, recepção e classificação para a produção de frutas da agricultura familiar do Território.

Relacionado a questão fundiária houve a aprovação e finalização de quatro projetos para a aquisição de instrumentos de coleta de dados e regularização fundiária, visto que o Território era caracterizado pela forte concentração da agricultura familiar com a existência de um percentual elevado de agricultores com problema em sua regularização, gerando insegurança e instabilidade para os mesmos e impedindo o acesso a investimentos, políticas públicas e recursos de programas governamentais, em especial o acesso ao crédito, aumentando a exclusão social.

A existência de uma política fundiária do Estado do Paraná, a qual tinha como meta a regularização como instrumento de definição e consolidação das terras pelos agricultores familiares que não possuíam ainda seus títulos, complementados pelos projetos de aquisição de veículos e equipamento adquiridos com a verba obtida através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foram utilizados na definição de limites das propriedades, servindo como base para titulação e possibilitando a inserção dos agricultores e a regularização fundiária em cumprimento a determinação da lei número 10.267 de 2001. Os equipamentos foram utilizados para o georreferenciamento dos imóveis nos moldes exigidos pela legislação federal, sendo o primeiro passo da regularização fundiária e geração de dados para o cadastro de imóveis rurais e na demarcação de territórios. O projeto de instrumentalização para regularização fundiária do Território gerou um processo de titularização das áreas em consonância com políticas públicas do governo estadual e federal de regularização fundiária, através da instrumentalização técnica realizada por profissionais, viabilizando ações de legalização da situação dos agricultores familiares.

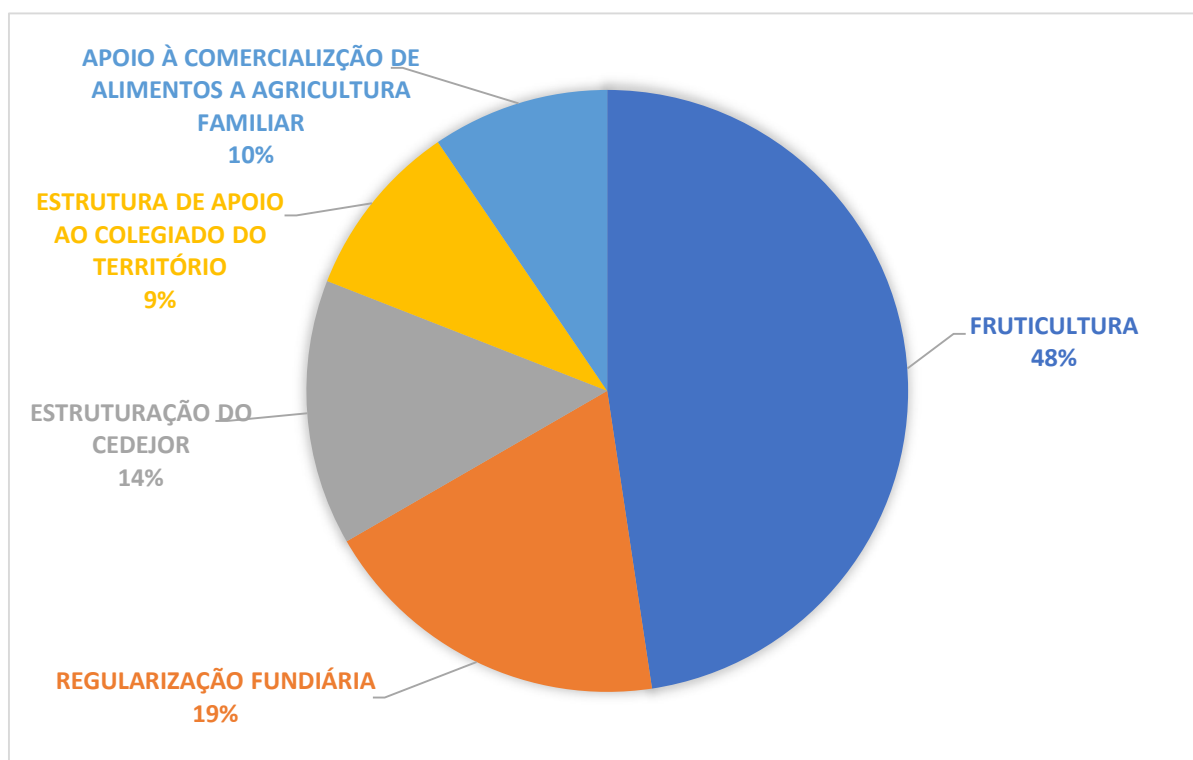
Três projetos fazem parte da estruturação e do funcionamento do Centro de Desenvolvimento de Jovens Rurais – CEDEJOR, iniciando pela sua construção, estruturação, compra de equipamentos e fortalecimento do tecido sócio organizativo. A instituição promovia ações estimulando iniciativas de desenvolvimento dos jovens

no Território, fortalecendo a realização de projetos para a geração de renda, empreendedorismo e diversificação do rural, procurando manter a juventude junto ao campo. Capacitando também agricultores do Território, realizou cursos destinados a área de fruticultura, de produção e também da comercialização, permeia entre eixos de caráter humano, técnico e de gerenciamento.

No apoio à comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar apresenta-se dois projetos, o primeiro deles visa fortalecer a organização e a produção de alimentos livres de agrotóxicos, através da comercialização da economia solidária, a verba do projeto executado via PRONAT deu origem ao armazém solidário em Irati, um espaço para atendimento dos agricultores e a comercialização de sua produção, assim como a troca de experiências. O outro projeto é o Centro de Processamentos da Agricultura Familiar, o qual tinha como objetivo absorver parte da produção da agricultura familiar para os programas da merenda escolar e para que o agricultor possa atuar no abastecimento dentro do comércio local e territorial dentro do plano de desenvolvimento territorial, fomentando a diversificação da agricultura familiar com a melhoria da produtividade e da qualidade de vida, ampliando a rede de comercialização e do abastecimento. Com expansão aos demais municípios do Território, gerando a articulação e acesso a outros programas de políticas públicas, produtores de todos os municípios do Território podem participar da aquisição e da entrega de sua produção junto ao centro de processamento.

O gráfico 4 apresenta o percentual de representatividade do número de projetos por área de atuação.

Gráfico 4 – Número de Projetos /por Área de Atuação

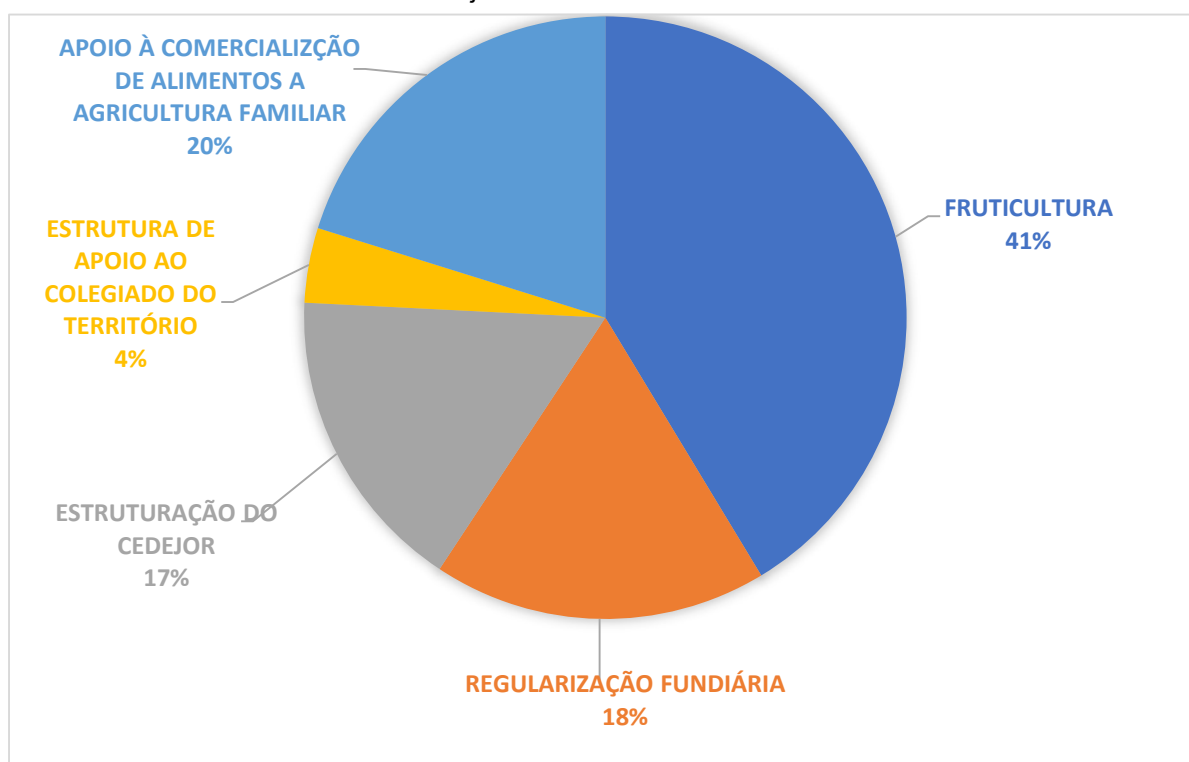


Fonte: A autora

A maior porcentagem em número de projetos foi voltada para a fruticultura no Território, seguido da regularização fundiária com percentual inferior a metade da anterior e pela estruturação do CEDEJOR. Estrutura de apoio ao colegiado do Território, apoio à comercialização de alimentos da agricultura segue com os menores números de projetos.

O gráfico 5 apresenta o percentual relativo aos valores de investimento nos projetos.

Gráfico 5 – Valores Destinados aos Projetos



Fonte: A autora

Com relação aos valores, novamente a fruticultura apresenta maior valor destinado aos seus projetos, seguido pelos projetos relacionados ao apoio à comercialização de alimentos da agricultura familiar, regularização fundiária e estruturação do CEDEJOR. Estrutura de apoio ao colegiado do Território foi a que menos recebeu verbas em seus projetos, ficando com somente 4% do valor total.

4.3 TERRITÓRIO CENTRO SUL EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

Alguns objetivos foram estabelecidos pelo PRONAT de forma mais abrangente e outros pelo CGT voltados para o Território com mais especificidade, os quais serão apresentados e analisados a seguir:

4.3.1 A Ação Participativa e a Gestão Social

O PRONAT foi pautado em dois elementos: o protagonismo dos sujeitos sociais e o planejamento da gestão social. Para alcançar esse objetivo foram elaborados projetos que visaram estruturar os colegiados e a construção do

CEDEJOR com a instalação de equipamentos, os quais permitiram a capacitação dos agricultores através de vários cursos e seminários.

A participação dos agricultores na elaboração dos projetos e sua atuação na execução dos mesmos era pauta do programa, e também objetivo do PDTRS para o Território.

A flexibilidade para cada território configurar os colegiados de acordo com a sua realidade diferencia este programa de outras experiências, com isso o Território Centro Sul reservou a participação de no mínimo 35% dos participantes no Conselho Gestor para os agricultores familiar ou seus representantes, por outro lado a formação que ainda contava com representantes de instituições governamentais e não governamentais permitia no máximo 40 participantes, ou seja a participação no conselho era garantida e incentivada, porém esses representantes é que deveriam movimentar os demais agricultores.

A tabela 42 traz o número de associados no Território, estabelecido por um comparativo entre o censo agropecuário de 2006 e o de 2017. Assim como a representação de associados no Estado e no País. O número de associados envolve a associação do produtor à cooperativa e/ou, à entidade de classe/sindicato, associação/movimento de produtores, associação de moradores, ainda está aquém da participação no Estado, conforme os números levantados:

Tabela 42 – Associação do Produtor

(continua)

Município	2006			2017		
	Estabelecimentos de agricultura familiar	Associado	Não associado	Estabelecimentos de agricultura familiar	Associado	Não associado
Fernandes Pinheiro	472	87	385	399	89	310
Guamiranga	1.053	551	502	876	207	669
Imbituva	1.841	392	1.449	1.457	429	1.028
Inácio Martins	428	191	237	515	271	244
Ipiranga	1.483	261	1.222	1.566	502	1.064
Irati	2.588	821	1.767	2.104	706	1.398
Ivaí	1.641	268	1.373	1.481	655	826
Mallet	1.267	387	880	1.240	258	982
Prudentópolis	6.979	3.140	3.839	5.703	1.300	4.403

Tabela 42 – Associação do Produtor

(conclusão)

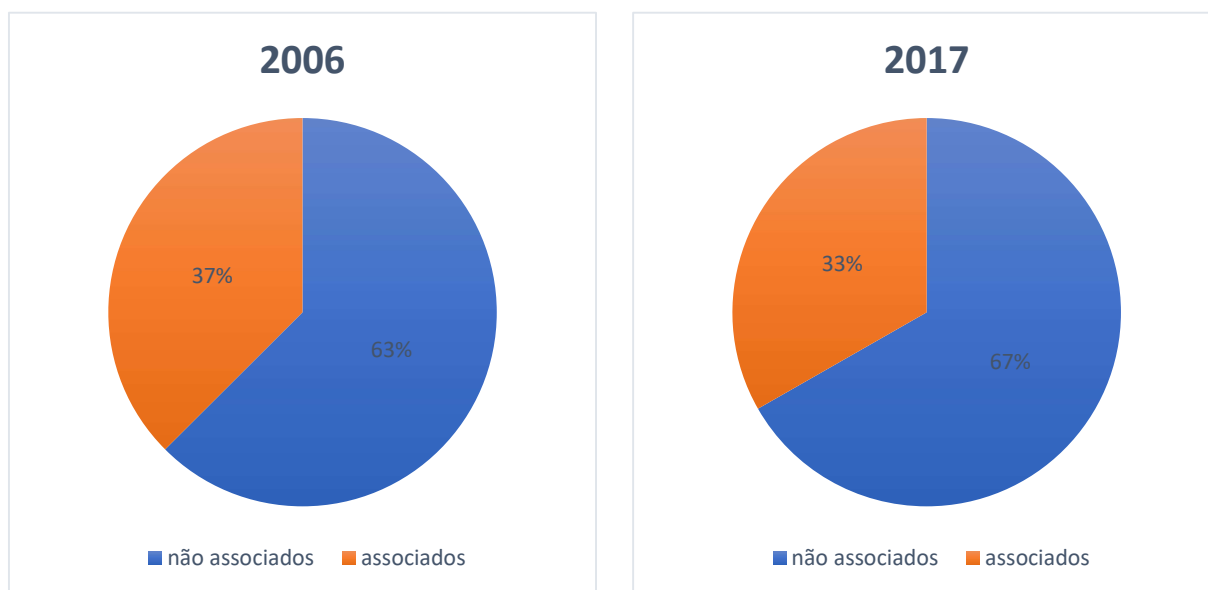
Município	2006			2017		
	Estabelecimentos de agricultura familiar	Associado	Não associado	Estabelecimentos de agricultura familiar	Associado	Não associado
Rebouças	1.512	1.085	427	1.040	715	325
Rio Azul	1.787	785	1.002	1.930	896	1.034
Teixeira Soares	869	248	621	563	249	314
Território Centro Sul	21.920	8.216	13.704	18.874	6.277	12.597
Brasil	4.366.267	1.793.026	2.573.241	3.897.408	1.561.600	2.335.808
Paraná	302.828	124.888	177.940	228.888	93.879	135.009

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

No comparativo entre os censos agropecuários, verifica-se que em relação ao número de municípios, 7 entre os 12 apresentaram uma elevação no número de agricultores associados, porém nos municípios em que houve quedas os números foram mais expressivos e de maneira geral houve redução no número de associados no Território.

Os gráficos 6, 7 e 8 estabelecem um comparativo percentual entre os censos agropecuários no Território, no Brasil e Paraná.

Gráfico 6 – Agricultores Familiares Associados no Território – Censos Agropecuário de 2006 e 2017



Fonte: Censo Agropecuário

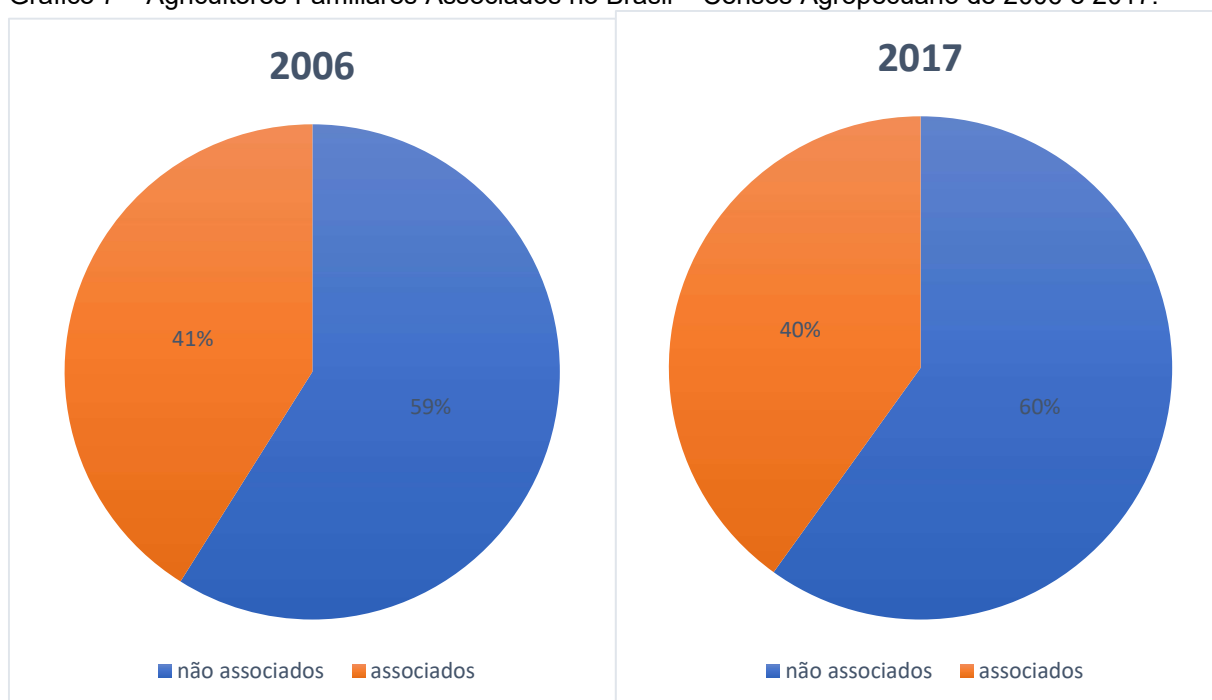
No Território Centro Sul houve uma queda de 4% entre os períodos analisados, no ano de 2006 verifica-se que 37% dos agricultores participavam de associações de produtores, cooperativas, sindicatos, associações, em 2017 essa participação representava 33% do total. A interferência do PRONAT não foi suficiente para incentivar a associação da agricultura familiar.

Dentre os fatores internos o ponto forte é a cadeia organizacional incipiente, fácil de ser remanejada e ponto fraco a desmotivação, falta de capacitação digital, centralização das obrigações nos presidentes. Com relação aos fatores externos destaca-se as oportunidades através da obtenção do mercado institucional, mercado privado, proximidade com mercados consumidores e instituições capacitadoras. E como ameaças inserção de outras associações no mercado privado e institucional.

Um trabalho realizado por meio de um projeto de extensão da UNICENTRO, o qual observou as limitações e qualidades nas organizações de agricultores familiares, atuou em 13 associações e três cooperativas no Território e segundo Alberton et al (2015) as maiores fraquezas foram na área da gestão e capacitação dos associados, foram encontradas dificuldades ainda para comercializar os produtos. Os autores destacam como ponto forte a oportunidade que os mercados institucionais oferecem e inserção de mais recursos nas associações, abrangendo inclusive mercados privados que necessitem dos produtos ofertados.

A falta de participação dos associados gera a centralização das atividades nas mãos de poucas pessoas e essas se tornam responsáveis pela maioria dos trabalhos e também das decisões, normalmente são pessoas que se capacitaram mais em questões de ordem burocráticas e no uso da tecnologia. A inserção no mercado digital é de grande importância, assim como a capacitação dos agricultores para acompanhar a evolução de mercado, pois as associações estão em um mercado dinâmico e se não acompanhar a evolução tecnológica outras instituições vêm e tendem a ocupar o mercado da região, ocupando o que poderia ser conquistado pela agricultura familiar.

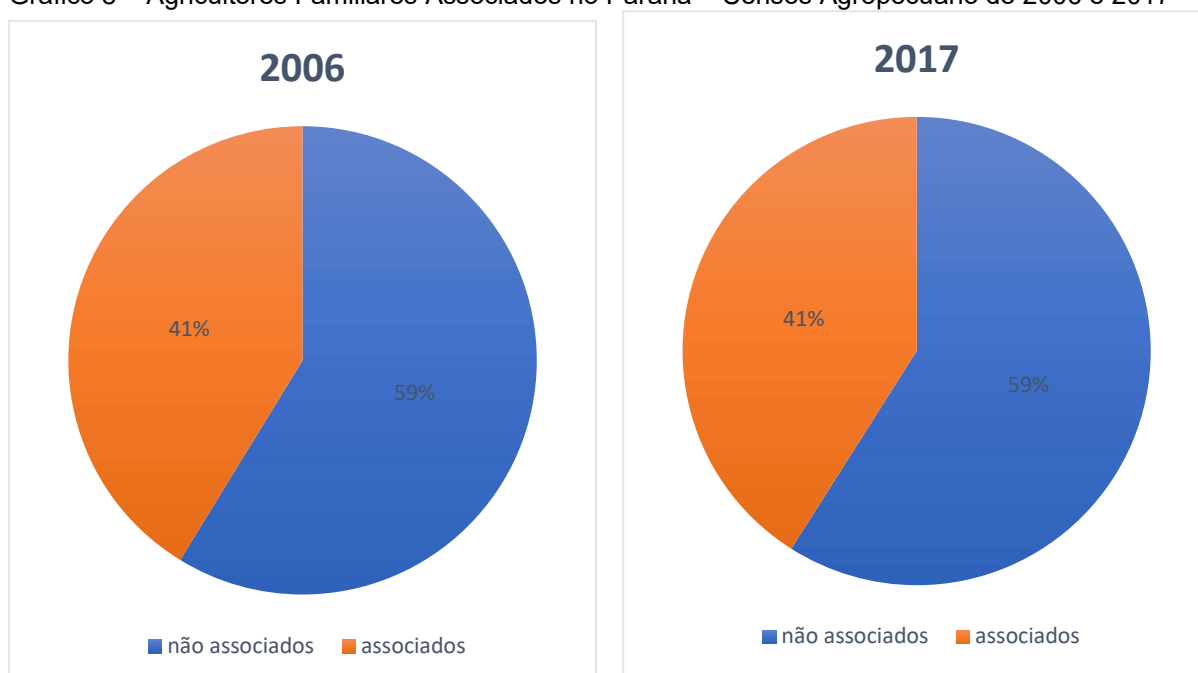
Gráfico 7 – Agricultores Familiares Associados no Brasil – Censos Agropecuário de 2006 e 2017.



Fonte: Censo Agropecuário

No Brasil houve uma diminuição de 1% no número de associados entre os censos agropecuários analisados, porém o número de associados é superior ao do Território.

Gráfico 8 – Agricultores Familiares Associados no Paraná – Censos Agropecuário de 2006 e 2017



Fonte: Censo Agropecuário

No Estado o número permaneceu estável em relação ao período analisado, onde 41% dos agricultores pertencem a um tipo ou mais de associação, e em 2017 era pouco superior ao País, porém 8% superior em número de associados se comparado aos números apresentados pelo Território.

4.3.2 Regularização Fundiária

Dentro do Território os projetos voltados para a regularização das terras estavam direcionados para a aquisição de equipamentos e veículos. Foram elaborados e aprovados projetos relacionados à contratação de mão de obra para a execução, porém os mesmos foram cancelados, devido a problemas de ordem burocrática e administrativa, visto que não havia autorização para projetos que foram aprovados por um município prestasse seus serviços em outro.

O Território efetuou o contrato em convênio com o MDA para atuação de uma empresa para medição, contudo houveram restrições em relação ao contrato, gerando a impossibilidade de pagamento da hora técnica pela instituição, não deliberando a contratação de serviços por meio de um município para realizar atividades em outro. Por determinação do Tribunal de Contas foi então negada a execução do convênio com a realização dos serviços no Território, devido às mudanças legais ocorridas entre os anos de 2007 e 2015.

Para contornar esses impedimentos houve uma parceria e o treinamento de técnicos das prefeituras para o levantamento, onde um técnico foi habilitado para avaliar e finalizar o trabalho. Foram treinados dois técnicos por prefeitura, ficando a cargo das prefeituras ainda a compra de os marcos e plaquetas. Nas medições os técnicos eram orientados pela EMATER, que validava o procedimento elaborando os mapas finais das medições.

Os municípios precisavam demonstrar interesse e o Território executava a parceria, porém as prefeituras muitas vezes não concretizaram por dificuldades operacionais

A situação do território que retrata a condição do trabalhador em relação a sua terra está apresentada na tabela 43.

Tabela 43 – Condição do Produtor - Estabelecimentos

Município	2006		2017		Variação	
	Aguardan do titulação definitiva	Ocupante	Aguardan do titulação definitiva	Ocupante	Aguardan do titulação definitiva	Ocupante
Fernandes Pinheiro	16	35	28	2	75%	- 94,3%
Guamiranga	8	51	3	-	- 62,5%	-
Imbituva	14	142	-	13	-	- 90,8%
Inácio Martins	22	22	36	1	63,6%	- 95,4%
Ipiranga	3	154	2	7	- 33,3%	- 95,4%
Irati	29	315	1	1	- 289,6%	- 99,7%
Ivaí	3	130	-	3	-	- 97,7%
Mallet	2	20	2	-	0%	-
Prudentópolis	30	631	10	13	- 66,7%	- 97,9%
Rebouças	3	54	-	2	-	- 96,3%
Rio Azul	7	138	1	-	- 85,7%	-
Teixeira Soares	139	114	244	-	75,5%	-
Território	276	1806	327	42	- 11,2%	- 99,2%

Fonte: Censo Agropecuário

No comparativo entre os censos agropecuários de 2006 e 2017 o Território apresentou uma elevação no número de concessionários ou assentados que estavam aguardando a titulação definitiva dos seus estabelecimentos rurais.

Em relação ao número de agricultores familiares denominados como ocupantes, houve uma redução significativamente alta de 1806 para apenas 42 estabelecimentos.

Apesar de não proporcionar todo o processo de regularização fundiária no Território, participou cedendo equipamento e organizando suas medições, atuando de forma participativa com outros órgãos governamentais e prefeituras, superando o obstáculo dos dois municípios que pertenciam a outra associação.

A tabela 44 traz o número de estabelecimentos em que o agricultor familiar é o proprietário de sua terra.

Tabela 44 – Condição do Agricultor em Relação a Terra - Proprietário

Município	2006	2017	Variação
Fernandes Pinheiro	319	368	15,4%
Guamiranga	738	861	16,7%
Imbituva	1.201	1.500	24,9%
Inácio Martins	450	342	- 24,0%
Ipiranga	1.291	1.072	- 17,0%
Irati	1.791	1.985	10,8%
Ivaí	1.345	1.246	- 7,4%
Mallet	1.178	1.140	- 3,2%
Prudentópolis	5.125	5.607	9,4%
Rebouças	866	1.149	32,7%
Rio Azul	1.632	1.401	- 14,1%
Teixeira Soares	282	530	88,0%
Total	16.218	17.201	5,4%

Fonte: Censo Agropecuário

No ano de 2006 haviam 16.218 estabelecimentos de agricultura familiar em que o agricultor era considerado proprietário, já no ano de 2017 esse número passou para 17.201, considerando que isso aconteceu em um período em que houve queda de estabelecimentos da agricultura familiar, houve um aumento no número de proprietários em 983 estabelecimentos. A queda no número de ocupantes não reflete exatamente o aumento no número de proprietários devido dinâmica entre o período analisado. A composição do número total de estabelecimentos é completada pelos parceiros de produção, arrendatários e aqueles que usufruem da terra em regime de comodato.

O Programa de Regularização Fundiária viabiliza aos agricultores familiares a permanência na terra, por meio da segurança jurídica da posse do imóvel. O documento relacionado ao georreferenciamento, ou seja, a medição das terras gerando o mapa e o memorial descritivo é o procedimento mais caro quando o agricultor pretende regularizar seu imóvel, o suporte dado pelo governo através de programas como o PRONAT é de extrema importância para o produtor rural.

A falta do registro das terras faz com que o agricultor não consiga obter

financiamentos, dificultando ainda o acesso a políticas públicas e recursos ofertados por programas de governo, como o acesso ao crédito. A falta de regularização fundiária leva à exclusão do agricultor, gerando instabilidade e insegurança.

No Território o programa contou com apoio das prefeituras, entidade de apoio como SEAB, AMCESPAR, Conselho Gestor do Território, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e com a EMATER. Os municípios disponibilizaram assessoria técnica e jurídica para dar continuidade aos projetos, a EMATER forneceu acompanhamento técnico e a elaboração de mapa georreferenciado. Ficou sob responsabilidade dos agricultores beneficiários a indicação da área para regularização, comunicar os confrontantes, executar a limpeza da área, indicar as divisas e se responsabilizarem pelo pagamento do cartório.

Os critérios estabelecidos para a regularização fundiária no Território foram bem específicos, destinados a agricultores familiares com propriedade produtiva e área máxima de 10 alqueires, a usucapião não poderia ter pendências judiciais, não poderiam possuir nenhuma outra área registrada em seu nome e a propriedade não poderia ser contestada pelos confrontantes.

De acordo com uma pesquisa elaborada pelo IPARDES (2017) no Território houve paralelismo entre ações do PRÓ-RURAL e ações do PROINF, e essa superposição de áreas de abrangência para a ação institucional tornou mais complicado a atuação de Ivaí e Ipiranga que na primeira ação está ligado a Ponta Grossa. Para os gestores isso foi um desafio, a área determinada no Territorial Centro Sul não coincidia com as regionalizações do Estado. A medição foi mais concentrada nesses dois municípios gerando uma diferença aos demais, esta foi a dificuldade das distintas regionalizações. A pesquisa também apresentou o relato que no Território são aproximadamente 5.000 famílias que precisam regularizar suas terras, mas que não se enquadravam ainda dentro dos requisitos.

4.3.3 As Alternativas Produtivas para o Território

O Território Centro Sul tem forte influência da produção de fumo e como seu cultivo pode ser prejudicial à vida e ao meio ambiente, a busca constante por projetos que fomentam e incentivam a diversificação dessa cultura também estiveram presentes no PRONAT e no PDTRS.

A compra de alimentos pelos programas institucionais é um meio apoiador para que ocorra essa transição, com o projeto para fortalecer a organização da produção e da comercialização solidária de alimentos agroecológicos, oriundos da agricultura familiar e instalado na feira de produtores o projeto de processamento de alimentos através da recepção, higienização, descascamento, fracionamento, embalagem e entrega nas unidades.

O maior número de projetos foi voltado para o incentivo da fruticultura de clima temperado no Território, com a unidade de viveiro mudas, outras duas unidades de recepção, classificação e armazenamento da produção de frutas da agricultura familiar e ainda mais sete projetos que destinavam a cada município requerente um computador e um veículo para que a ATER fornecesse o apoio técnico aos produtores.

Para verificar a produção de fumo no Território apresenta-se duas tabelas com comparativos entre os censos agropecuário de 2006 e 2017, a primeira tabela traz a produção de fumo por área colhida e a segunda por quantidade produzida em toneladas.

Tabela 45 – Área Colhida de Fumo no Território

Município	Produção Agrícola - Fumo (em folha) - Área Colhida (ha)		
	2006	2017	Variação
Fernandes Pinheiro	400	298	- 25,5%
Guamiranga	2.690	3.975	47,8%
Imbituva	2.970	4.470	50,5%
Inácio Martins	-	3	-
Ipiranga	3.700	4.500	21,6%
Irati	3.650	4.425	21,2%
Ivaí	2.200	2.450	11,4%
Mallet	2.056	1.638	- 20,3%
Prudentópolis	3.900	4.640	19,0%
Rebouças	2.680	1.690	- 36,5%
Rio Azul	5.942	6.730	13,3%
Teixeira Soares	590	744	26,1%

Fonte: Censo Agropecuário

Em relação a área colhida houve elevação em nove dos doze municípios do Território e a produção que já era expressiva se fortaleceu e se ampliou ainda mais no comparativo entre 2006 e 2017.

Tabela 46 – Quantidade Produzida de Fumo no Território

Município	Produção Agrícola - Fumo (em folha) - Quantidade Produzida (t)		
	2006	2017	Variação
Fernandes Pinheiro	672	656	- 2,4%
Guamiranga	4519	8.745	93,5%
Imbituva	4990	9.834	97,1%
Inácio Martins	-	7	-
Ipiranga	9250	11.025	19,2%
Irati	6132	9.735	58,7%
Ivaí	4400	6.370	44,8%
Mallet	3454	4.439	28,5%
Prudentópolis	7410	11.832	59,7%
Rebouças	4502	3.718	- 17,4%
Rio Azul	9983	18.279	83,1%
Teixeira Soares	991	1.637	65,2%

Fonte: Censo Agropecuário

Ao analisar a quantidade produzida em toneladas, verifica-se que aumentou em 10 municípios do Território, ou seja, mesmo onde houve uma redução na área plantada houve aumento na quantidade produzida. A elevação na produtividade é outro marco entre os períodos analisados, pois se elevou de maneira superior à elevação da área produzida.

De acordo com os entrevistados a cultura do fumo era muito forte no Território e contava com amparo de compra garantida por uma grande empresa e seu apoio. O entrevistado n2 ressalta o problema com a saúde que a produção de fumo pode trazer para os agricultores e a promoção de eventos para demonstrar esses malefícios.

Para o entrevistado n1 falta um projeto contínuo que também amparasse a compra e o processamento dos produtos alternativos, contudo projetos governamentais têm tempos eleitorais, mas que quando um projeto consegue mudar a vida de um agricultor e ampliar suas alternativas de produção já gera a esperança

de uma pequena mudança e que se deve persistir para gerar novas oportunidades. Mas aquela visão de que pode haver uma enorme mudança em espaço curto de tempo já não é mais romantizada.

Segue-se com a tabela referente aos estabelecimentos de fruticultura no Território, embasado nos censos agropecuários de 2006 e de 2017. Apesar do projeto atuar em algumas frutíferas específicas, a tabela apresenta um parâmetro mais amplo do número de agricultores que possui em seu estabelecimento espaços voltados à fruticultura.

A tabela 47 traz o número de estabelecimentos referente à produção no total, pois no censo de 2006 não existia a divisão de agricultura familiar e não familiar, então para poder estabelecer o comparativo foi utilizada a mesma base para os dois anos.

A tabela se divide em estabelecimentos da agricultura permanente, com menos de 50 pés de frutas por propriedade e as que possuem mais de 50 pés, além das frutas temporárias e a adição do morango, presente nos projetos, mas que na divisão do IBGE, segundo a botânica, está classificada como horticultura.

Tabela 47 – Número de Estabelecimentos por Espécie de Frutas Permanente e Temporária (continua)

Espécie		2006			2017		
		menos de 50 pés	mais de 50 pés	Total	menos de 50 pés	mais de 50 pés	Total
P e r m a n e n t e	Abacate	523	-	523	255	1	256
	Acerola	20	-	20	13	-	13
	Ameixa	1426	35	1461	589	32	621
	Amora (fruto)	60	12	72	130	12	142
	Banana	1061	30	1091	404	32	436
	Caqui	632	10	642	237	7	244
	Carambola	19	-	19	6	-	6
	Figo	365	-	365	171	1	172
	Fruta-do-conde	24	-	24	2	-	2
	Goiaba	444	-	444	234	-	234
	Jabuticaba	453	-	453	310	2	312
	Jaca	11	-	11	2	-	2
	Kiwi	123	34	157	38	25	63
	Laranja	4415	29	4444	1365	11	1376
	Lichia	3	-	3	3	-	3
	Lima	511	-	511	43	-	43
	Limão	2855	2	2857	1003		1003
	Maçã	307	2	309	120	7	127

Tabela 47 – Número de Estabelecimentos por Espécie de Frutas Permanente e Temporária
(conclusão)

	Espécie	2006			2017		
		menos de 50 pés	mais de 50 pés	Total	menos de 50 pés	mais de 50 pés	Total
P e r m a n e n t e	Manga	171	-	171	184	-	184
	Mamão	304	-	304	110	1	111
	Maracujá	167	6	173	86	331	417
	Nectarina	46	1	47	71	-	71
	Nêspera	11	-	11	4	-	4
	Pera	884	3	887	200	1	201
	Pêssego	2700	51	2751	1093	74	1167
	Pitanga	98	-	98	105	-	105
	Romã	35	-	35	15	-	15
	Tangerina, bergamota, mexerica	3575	5	3580	1146	8	1154
T e m p o r á	Uva (mesa)	724	71	795	291	27	318
	Morango	141		141	92		92
	Abacaxi	48		48	25		25
	Melancia	277		277	241		241
	Melão	154		154	72		72

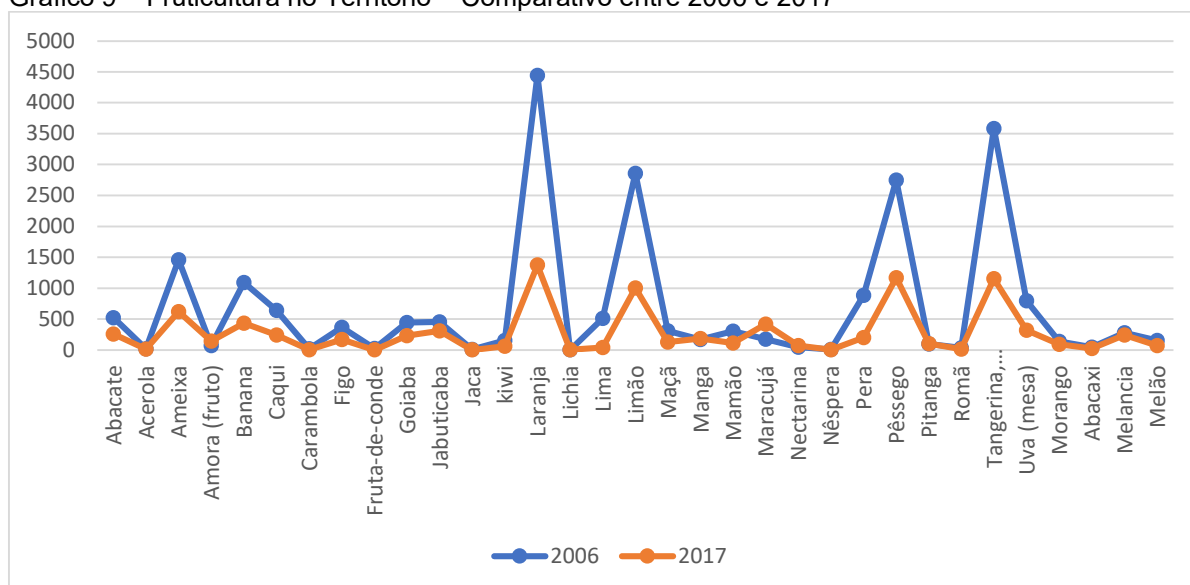
Fonte: Censo Agropecuário 2016 e 2017

Notas: Dados relativos ao período (ano) de referência (1/10/2016 a 30/09/2017). Número de pés existentes nos estabelecimentos agropecuários relativo à data de referência (30/09/2017).

Apesar do incentivo a fruticultura no Território verifica-se que entre o interstício do censo de 2017 e 2006 houve uma queda de estabelecimentos produtivos em quase todas as frutíferas, inclusive as de clima temperado. O município de Prudentópolis foi o que apresentou maior queda, com base nos dados do IBGE, onde a produção de laranja em estabelecimentos com menos de 50 pés teve uma queda de 2062 propriedade para 525, limão de 1555 para 391, pêssego de 1202 para 407 e tangerina de 1606 para 449. O município de Teixeira Soares que quase não apresentava propriedades com produção de frutíferas foi o município que mais expandiu no período.

O gráfico 9 traz os números da fruticultura temporária e permanente no Território, somando-se os estabelecimentos com mais de 50 pés e os com menos.

Gráfico 9 – Fruticultura no Território – Comparativo entre 2006 e 2017

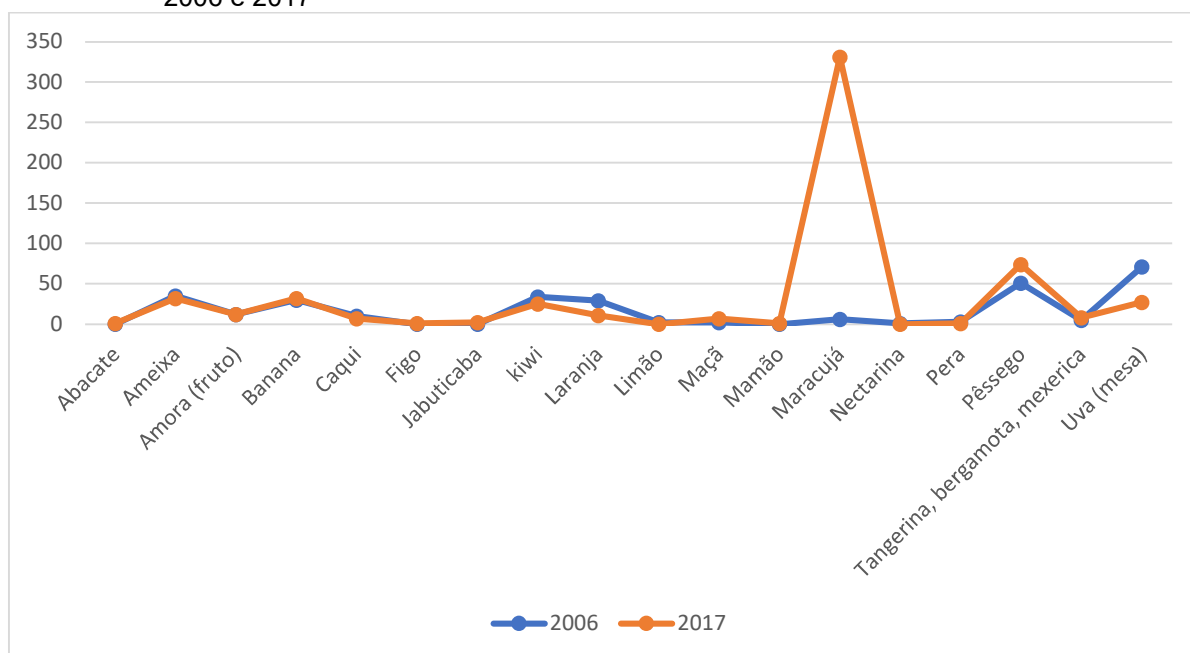


Fonte: Censos 2006 e 2017

Verifica-se a representação das maiores quedas no número de estabelecimentos, destacando-se a ameixa, laranja, limão, pêssago, e a tangerina.

O gráfico 10 apresenta variação referente aos estabelecimentos que possuem mais de 50 pés de frutíferas em sua propriedade agrícola, excluindo-se a frutas de produção temporária.

Gráfico 10 – Fruticultura no Território – Estabelecimentos com mais de 50 Pés Comparativo entre 2006 e 2017

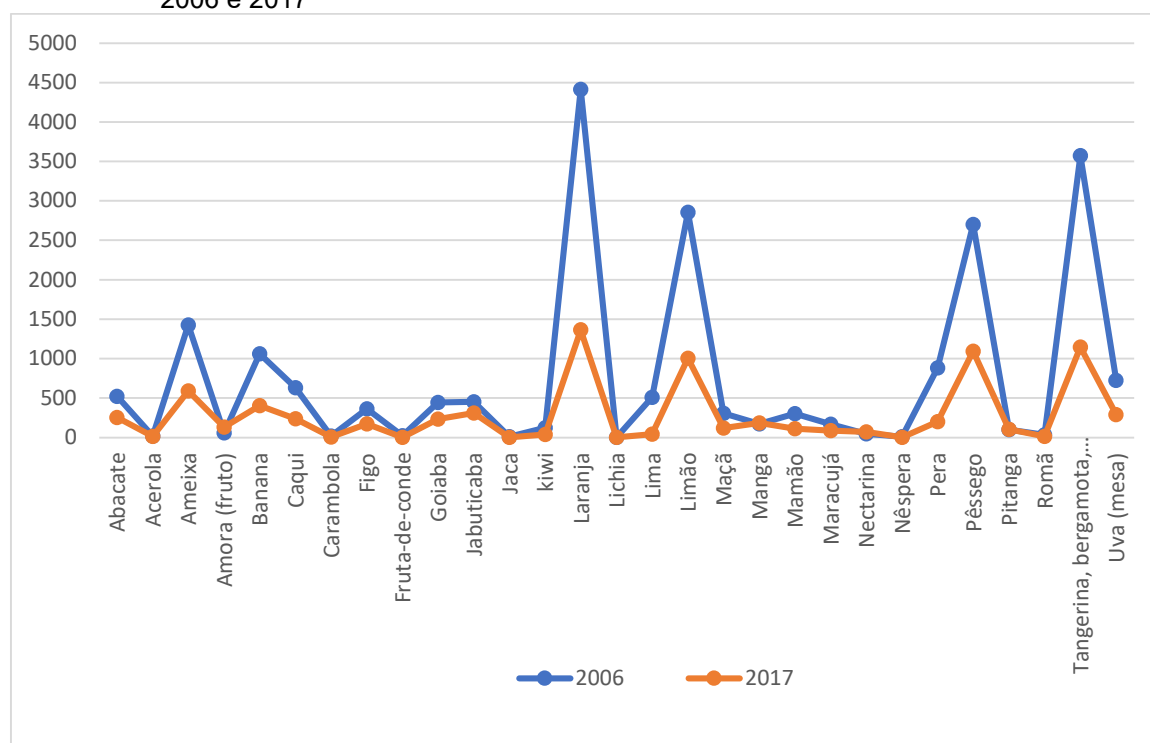


Fonte: Censos 2006 e 2017

Se por um lado o número de propriedades no geral apresentou queda, os estabelecimentos que possuem mais de 50 pés de frutíferas se manteve estável na maioria, com queda leve no kiwi, na laranja e na uva. E com uma elevação na produção do maracujá e do pêssego.

O gráfico 11 é referente aos estabelecimentos com menos de 50 pés de frutas, excluindo-se as frutas de produção temporária.

Gráfico 11 – Fruticultura no Território – Estabelecimentos com menos de 50 Pés Comparativo entre 2006 e 2017



Fonte: Censos 2006 e 2017

Nesse segmento estão as maiores quedas no número de estabelecimentos produtor de frutíferas, especialmente a ameixa, laranja, limão, pêssego, e a tangerina.

Como relatado no começo do texto, por não haver dados referentes à agricultura familiar em 2006 foi feito o estudo baseado na agricultura de maneira geral, mas para conhecimento foi elaborada a tabela com base no censo de 2017, assim pode-se verificar a força da agricultura familiar nesse segmento.

Tabela 48 – A Produção da Fruticultura na Agricultura Familiar do Território 2017

Espécie	Agricultura familiar menos de 50 pés	Agricultura não familiar menos de 50 pés	Agricultura familiar mais de 50 pés	Agricultura não familiar mais de 50 pés
Abacate	217	138	-	1
Acerola	11	2	-	-
Ameixa	501	88	-	32
Amora (fruto)	110	20	-	12
Azeitona (oliveira)	1	-	-	-
Banana	343	61	30	2
Caju (castanha)	1	-	-	-
Caju (fruto)	1	-	-	-
Caqui	202	35	5	2
Carambola	5	1	-	-
Figo	144	27	1	-
Fruta-do-conde	2	-	-	-
Goiaba	204	30	-	-
Jabuticaba	258	52	1	1
Jaca	1	1	-	-
Kiwi	28	10	17	8
Laranja	1171	194	5	6
Lichia	3	-	-	-
Lima	40	3	-	-
Limão	846	157	-	-
Maçã	95	25	6	1
Manga	165	19	-	-
Mamão	100	10	-	1
Maracujá	74	12	307	24
Nectarina	62	9	-	-
Nêspira	4	-	-	-
Pera	163	37	-	1
Pêssego	941	152	66	8
Pitaia	1	-	-	-
Pitanga	88	17	-	-
Romã	13	2	-	-
Tangerina, bergamota, mexerica	995	151	6	2
Uva (mesa)	250	41	23	4
Uva (vinho ou suco)	38	9	84	13

Fonte: Adaptado censo agropecuário de 2017

Como pode ser observado nos dados apresentados, a agricultura familiar domina o cultivo da fruticultura no Território, apesar da queda no número de estabelecimentos inferior a 50 pés.

Em relação ao número de propriedades que possuem mais de 50 pés em seu estabelecimento houve uma expansão no número de propriedades, e estas excetuando-se a produção de amora, também é dominada pela agricultura familiar, que precisam destinar sua produção ao mercado consumidor.

4.4 APONTAMENTOS RELEVANTES

A implantação de políticas públicas nos últimos 25 anos foram um marco nas concepções tradicionais de desenvolvimento territorial e rural, trazendo avanços em relação às escalas globais que não consideravam as diferenças regionais e das escalas municipais, que além de serem muito numerosas têm a estrutura mais precária às políticas públicas e seus interesses eletivos.

As políticas públicas de desenvolvimento em nível territorial contam com a participação de órgãos governamentais, civis, unidades de pesquisa e ensino com o intuito de estimular a participação e o capital social. Essas experiências já trouxeram bons resultados formando novos sistemas de planejamento e prioridade de ações do governo, com maior envolvimento das pessoas. Porém alguns entraves também foram encontrados, como a dificuldade em se estabelecer programas intersetoriais, a falta de um amparo legislativo que permita a continuação das políticas públicas, a descentralização e a maior autonomia dos fóruns deliberativos, como foi visto somente no PRONAT, e ainda o estímulo participativo com investimento de programas voltados para área social de participação e gestão.

Considerando as experiências positivas e enriquecedoras das políticas públicas de desenvolvimento territorial e os entraves alcançados, apresentam-se pontos a discutir e aprimorar, dentro de uma reformulação que otimize ainda mais essas políticas, visando diminuir as diferenças regionais, estimular a participação e o fortalecimento do capital social para favorecer o desenvolvimento social e econômico em nosso país.

Falando mais precisamente sobre o Território Centro Sul do Paraná dentro do PRONAT, a delimitação do Território sugerida pelo MDA foi aceita e os municípios tinham uma boa interação, visto de 10 deles fazem parte da AMCESPAR e os outros

dois já haviam participado dessa associação de municípios, vale salientar a participação e o apoio da AMCESPAR junto ao programa, mantendo relação com todos os municípios e fortalecendo o PRONAT no Território.

Os projetos desenvolvidos que passaram pela discussão do Conselho Gestor, estavam dentro das propostas estabelecidas pelo PDTRS e dentro das metas estabelecidas pelo MDA. Contudo, não foi o suficiente para a promoção do fortalecimento do Capital Social e ampliação da gestão participativa. A participação garantida ao agricultor dentro do conselho gestor trouxe a atuação de alguns representantes, mas os demais beneficiários ainda não desenvolveram essa força participativa, destacando como ponto fraco falta de incentivo tecnológico, garantido ao agricultor familiar maior interação participativa da gestão, luta por mais políticas públicas e venda de seus produtos em um mundo cada vez mais tecnológico, tanto na comercialização como para ampliar a produção.

O Conselho gestor atuou fortemente na regularização fundiária, mas isso só foi possível devido a ajuda das prefeituras, visto que os projetos de mão de obra encontraram obstáculos de natureza administrativa e foram cancelados. Nos municípios que não houvesse a destinação da mão de obra pela prefeitura, os mesmos não poderiam ser beneficiados dentro da política territorial.

Um dos objetivos estabelecidos dentro do PDTRS pelo Território foi o incentivo à fruticultura, a produção de alimentos agroecológicos e processados como uma alternativa para os agricultores que cultivavam o fumo. Contudo o cultivo do fumo sempre foi presente e forte nos municípios do Território e mesmo esses incentivos não foram capazes de diminuir a produção da fumicultura. Apesar de que houve um aumento na produção frutífera em propriedade com mais de 50 pés, que destinam sua produção ao comércio e ampliação da renda.

Dentre os projetos aprovados no decorrer da Tese pode-se observar que boa parte deles foi através de emenda parlamentar, que apesar de não ter seu estudo aprofundado serve de base para análise da força do municipalismo presente no Território. Dentro da aprovação via emenda os municípios buscaram verba projetos diretamente com o governo, sem passar pelo Conselho Gestor e tirando o foco principal do desenvolvimento territorial baseado em uma gestão participativa.

Alguns municípios conseguiram projetos maiores e de boa estrutura, levando outros a reclamar que apesar da participação não obtiveram projetos que justificasse o tempo destinado ao programa, porém o intuito do mesmo é superar essa ideia

municipalista e tornar os projetos como benefício comum a todos os municípios, tornando então a perspectiva do desenvolvimento territorial mais forte e presente

A alta rotatividade dos representantes das organizações governamentais, prejudicou o acesso a mais documentos e informações, segundo a entrevistada n3 nesse período de análise as atas foram extraviadas e documentos acabavam ficando em computadores de pessoas que deixaram de fazer parte do Conselho Gestor, sendo extraviados ou sem acesso aos novos membros. Conforme relatos do entrevistado n2 houve ainda um roubo de notebook com vários materiais sobre o programa no Território. O próprio entrevistado n4 afirmou que foi transferido para Irati e por isso passou a fazer parte como conselheiro, mas que sua visão do programa foi muito parcial.

A experiência do PRONAT foi bem enriquecedora para o desenvolvimento rural e uma das mais completas, teve o fortalecimento e participação social como objetivo, assim como a destinação orçamentária própria por intermédio do PROINF, permitindo a aprovação e instalação dos projetos pelo Conselho Gestor do Território, sendo uma base para novos programas dentro de um futuro novo governo progressista. Contudo é de grande importância que se obtenham amparos em leis, para que as políticas não sejam abruptamente encerradas e todos os benefícios alcançados perdidos.

No período de análise do PRONAT verifica-se que esse programa inovador em suas práticas e aplicações está caracterizado mais como um projeto piloto, que apesar de toda a divulgação e captação participativa em termos de destinação de verbas foi ínfimo. Ao tomar por base o censo agropecuário de 2006, o Território possuía 21.920 famílias que atuavam na agricultura familiar, em 2017 eram 18.874, o valor destinado ao PRONAT através do Conselho Gestor do Território foi de 2.939.759,08 e por meio de emendas parlamentares de 2.798.250,00.

Com base nos números levantados, a tabela traz o valor médio por família destinado ao PRONAT no Território Centro Sul do Paraná.

Tabela 49 – Valor por Família de Agricultor Familiar Obtidas através do PRONAT.

	2006	2017
Conselho Gestor	134,11	155,76
Emenda Parlamentar	127,66	148,26

Fonte: Elaborado pela autora

O valor é referente ao período total de vigência do PRONAT que no Território em análise foi de 12 anos, tornando esse valor inferior a R\$1,00 por mês por família ao analisar o censo agro de 2006.

Para um programa voltado ao desenvolvimento dentro de uma abrangência territorial que envolveu a criação de ministérios, secretarias e conselhos, o valor destinado é muito inferior a qualquer política assistencialista. O primeiro ponto a ser definido em uma nova aplicação dessas políticas deve ser a destinação de verbas que realmente possam oferecer a oportunidade de gerar desenvolvimento para a agricultura familiar.

É essencial reconhecer que a luta da agricultura familiar é legítima dentro das políticas públicas, mesmo que sua força individual seja pequena. Se houver uma atuação mais participativa e sua união em formas associativas, haverá mais fortalecimento para adquirir e manter os benefícios obtidos através das políticas públicas.

A política teve mais efetividade do ponto de vista institucional do que o vivido pelos beneficiários no Território. A institucionalização pelo MDA deu origem a um Território normado, impondo uma verticalização de concessão de créditos para os projetos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição de 1988 estimulou um movimento de descentralização do poder, transformando os municípios em entes federativos e ampliando a participação da sociedade na tomada de decisões. Contudo os recursos financeiros permaneceram com certa concentração na União, prejudicando alguns programas de políticas públicas.

O objetivo da Tese foi apresentar e discutir os resultados gerados pelas políticas públicas de DTR através Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT no Território Centro Sul do Paraná, desenvolvido entre os anos de 2003 a 2015, por intermédio da execução orçamentária do PROINF, sua implantação foi voltada para a gestão social participativa no combate à pobreza e a inclusão produtiva, integrando a cidade com o campo e estimulado o fortalecimento de instituições de apoio à agricultura familiar.

A execução financeira do PROINF foi a única que deu liberdade para que o Território atuasse na deliberação de verbas para os projetos, sem depender do aval do governo federal, inclusive, esse programa foi o único que teve autonomia financeira.

Ao analisar a perspectiva de desenvolvimento territorial, verifica-se que a teoria sobre desenvolvimento vem sendo discutida e evoluindo constantemente, onde o simples crescimento econômico passa agora a uma teoria mais complexa que engloba o social, econômico, cultural e o ambiental de maneira sustentável. O território consegue estimular as relações de capital social e trabalhar melhor as diferenças culturais, econômicas e ambientais, favorecendo o desenvolvimento e superando a divisão setorial, colocando o rural em uma posição mais estratégica e participativa em vários eixos de atuação econômica e profissional, não ficando restrito somente à atividade agrícola.

O Território Centro Sul do Paraná foi instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, composto por municípios de baixa densidade demográfica marcado pela presença de forte agricultura familiar. A relação social entre esses municípios era forte visto que 10 deles pertenciam a Associação dos Municípios dos Centro Sul do Paraná - AMCESPAR e os dois que foram acrescentados pelo MDA também já pertenceram à associação anteriormente, tendo objetivos convergentes.

O Conselho Gestor era o espaço destinado à construção, apresentação e

aprovação de propostas dos projetos, onde os participantes definiram as prioridades do Território e investimento dos recursos obtidos pelo PRONAT, era composto por representantes da sociedade civil, de órgãos governamentais e dos agricultores de todos os municípios que compõem o Território

Todo o programa era norteado pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, definido pelo Conselho Gestor e que tinha por objetivo fortalecer a gestão social, as redes de cooperação, a dinamização da economia e a articulação de políticas, apresentando as potencialidades e os entraves para o desenvolvimento do Território. O desenvolvimento do PRONAT requisitou a participação mais efetiva da comunidade e dos conselhos envolvidos, visando o fortalecimento da organização social e produtiva da agricultura familiar.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário apresentou a teoria que embasou o conceito de território utilizado, definindo o que é território com algumas diferenças em relação ao apresentado na bibliografia de embasamento teórico. A atuação do rural não se resume somente ao setor agrícola e apresenta uma escala de planejamento e promoção do desenvolvimento respeitando as diversidades, numa escala que não é tão restrita como a municipal e nem ampla como estadual em uma descentralização das políticas que já estava amparada pela constituição brasileira.

O território é então a melhor unidade de dimensionamento de laços, demonstrando a proximidade entre as pessoas, respeitando a cultura, a diversidade econômica e ambiental em um ambiente que visa fortalecer a gestão de pessoas. Apesar do Território estabelecido pelo MDA não considerar a formação própria, levou em consideração a proximidade e os critérios de caráter ambiental, econômico, social e cultural em um ambiente contínuo, compreendendo o campo e a cidade, com forte atuação da agricultura familiar. Verificou-se também a forte presença de minifúndios no Território.

A delimitação do Território, sugerida pelo MDA, foi bem vista pelos municípios que compõem o Território, visto que já possuem afinidades e atuação em conjunto. O apoio e a participação AMCESPAR ativou e fortaleceu a relação entre os municípios, refletindo na atuação do PRONAT no Território.

Com o desmonte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2016, a política de desenvolvimento territorial foi precarizada, gerando o corte de recursos e a desvinculação da mesma do Ministério, os projetos e a atuação das políticas públicas voltaram para o local nos municípios abrangidos pelo Território. Os projetos

que eram de uso do Território passaram via comodato para as prefeituras municipais. Alguns dos projetos ainda atendem municípios do Território e grande parte deles ainda se encontra em atividade com o apoio das prefeituras.

Com uma possível restituição do Conselho Gestor os mesmos voltam a ser geridos pelo Território através do seu conselho ou como este definir.

Os projetos aprovados pelo Conselho Gestor contemplaram de maneira total os objetivos estabelecidos pelo PDTRS, amparados nas metas estabelecidas pelo MDA. Apesar de todo o esforço dos gestores, não foi verificada uma elevação na gestão participativa. Apesar da participação da agricultura familiar estar legalmente amparada dentro do conselho, o que se verificou foi a participação dos representantes, mas em relação aos demais beneficiários, não gerou a ampliação participativa da comunidade, destacando como ponto fraco falta de incentivo tecnológico para garantir ao agricultor familiar maior interação participativa da gestão, luta por mais políticas públicas e venda de seus produtos em um mundo cada vez mais tecnológico, tanto na venda, como para ampliar a produção.

A regularização fundiária foi outro ponto destacado pelo MDA e objetivado dentro do PDTRS, que mesmo com a atuação do Conselho Gestor só foi possível devido a ajuda das prefeituras, que cedeu a mão de obra, visto que os projetos referentes à contratação de mão de obra para medição foram cancelados por obstáculos de natureza administrativa.

Os projetos relacionados a fruticultura e a produção de alimentos agroecológicos e processados para atender o nicho de mercado de compra do governo, foram fortemente incentivados e apoiados dentro do Território, como uma alternativa para os agricultores que cultivavam o fumo. Porém a cultura de cultivo do fumo é forte e enraizada dentro dos municípios do Território e não houve a diminuição de produção. A produção de frutas apresentou um aumento de propriedades produtivas relacionadas aos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés, sendo os que mais necessitam de políticas públicas para o apoio de escoamento da produção para o mercado.

Foi grande o número de projetos aprovados por emenda parlamentar e que apesar de não ser o objeto de estudo da Tese, demonstra a força do municipalismo presente no Território, pleiteando projetos diretamente com o governo, sem passar pelo Conselho Gestor, tirando o foco principal do desenvolvimento territorial baseado em uma gestão participativa.

A experiência do PRONAT foi bem enriquecedora se tratando de desenvolvimento rural e uma das mais completas, pois teve o fortalecimento e participação social como objetivo, assim como a destinação orçamentária própria, por intermédio do PROINF, permitindo a aprovação e instalação dos projetos pelo Conselho Gestor do Território, sendo uma base para novos programas dentro de um futuro novo governo progressista.

Contudo é de grande importância que se obtenham amparos em leis para que as políticas não sejam abruptamente encerradas e todos os benefícios alcançados perdidos. No período de análise do PRONAT, verifica-se que esse projeto foi inovador em suas teorias, estruturas e aplicações. Porém, na prática, dentro do Território em análise não teve força para ampliar a captação participativa dos agricultores familiares e em termos de destinação de verbas foi muito pequena para uma política pública voltada ao desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2360/1/TD_702.pdf Acesso em: 15 abr. 2022.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Revista Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 121-140, set./dez, 2001.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abril, 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Unicamp, 1992.
- ALBERTON, Vanessa; FREITAS, Carlos Cesar Garcia; TELEGINSKI, Marinice. Base de serviço de comercialização do Território Centro-Sul do Paraná: Uma Experiência Extensionista. **Revista Conexão UEPG**, vol. 11, n. 1, p. 74 – 87, jan.-abril. 2015.
- ALENCASTRO, Mário. **Diretrizes para elaboração de uma monografia científica**. Ponta Grossa: UNIAC, 2006.
- ARAÚJO, Cristiano Cassiano de & CALDAS, Alcides dos Santos. Território, Territorialização, Territorialidade e a Questão Agrária: Impasses Sócio-Espaciais, Possibilidades Analíticas. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 70, p. 358-384, jan./abr. 2019. <http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2019v34n70p358>
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ. **Caderno territorial**. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_030_Centro%20Sul%20-%20PR.pdf Acesso em 08 nov. 2020.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ. **Apresentação do território centro-sul do paraná**. Disponível em: <http://www.amcespar.org.br/pag.asp?id=90> . Acesso em: 08 nov. 2021
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: www.atlasbrasil.org.br. 2013. Acesso em 24 nov. 2021.
- BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardp. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3 set./dez. 2004. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/436>. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n 141, p.1, 25 jul. 2006. Disponível em: Lei nº 11.326 (planalto.gov.br) . Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.688, de 26 de abril de 2021. Institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n 77, p.3, 27 abr. 2021. Disponível em: DECRETO Nº 10.688, DE 26 DE ABRIL DE 2021 - Conjur Normas (agricultura.gov.br). Acesso 23 de jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, Institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e Regulamenta a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n 103 A Edição Extra, p.11, 31 maio 2006 Disponível em: Base Legislação da Presidência da República - Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017 (presidencia.gov.br). Acesso em 23 jun 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília: março 2005. Disponível em: http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_212-28-11-2012-11-25-585155.pdf. Acesso em: 09 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial -MDA/SDT. **Marco referencial de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: MDA, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**: referência para o apoio ao desenvolvimento territorial. Brasília: MDA: MDA, 2004

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. **Agricultura Familiar**. Brasília: MAPA, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/secretaria-de-agricultura-familiar-e-cooperativismo>. Acesso: 10 dez. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Perfil Territorial**. Brasília: MDA, 2015 Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_030_Centro%20Sul%20-%20PR.pdf. Brasília. 2015. Acesso em: 08 nov. 2020

BRANDÃO, Carlos Antônio. Teorias, estratégia e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Paraná, n. 107, p. 57-76, 2004.

BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Operações de Crédito e Contratos de Repasse. Disponível em: <https://webp.caixa.gov.br/siurb/ao/pag/index.asp>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CAMPOS, Gardenia Margarida Medeiros. **Desenvolvimento e sindicalismo: o projeto de economia solidária da Central Única dos Trabalhadores no Pajeú Pernambuco – a experiência da Ecosol Pajeú/PE**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

CARMO, Maristela Simões do. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA.A.D.D.; BRANDENBURG, A. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p. 249-276.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. Disponível em: <https://transparencia.gov.br/convenios/consulta?ordenarPor=orgao&direcao=desc>. Acesso em: 07 mar. 2021.

CORRÊA, José Carlos Severo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; KIST, Rosane Bernardete Brochier. SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: NOTAS PARA DEBATE. Taubaté: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 15, n. 7, Edição Especial, p. 3-15, dez/2019.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Trad. Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná Tradicional**. 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Do desenvolvimento setorial ao desenvolvimento territorial. **Redes**. Santa Cruz do Sul: UNISC, v.11, n.2, p. 261-282, maio/ago.2006.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **O Geodesenvolvimento como opção de Política de Desenvolvimento Regional no Brasil Contemporâneo**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2020.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Revisitando a discussão sobre a modernização da agricultura. In: FAJARDO, Sergio; DANTAS, Jhonatan dos Santos. (orgs) **Geografia agrária, ruralidades e território**: processos locais do espaço rural. Porto Alegre; Compasso Lugar-Cultura, 2018, cap. 1, p. 9 – 36.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira; SCHMITT, Claudia Job; GRISA, Catia; KATO, Karina; WESZ Junior, Valdemar. Tipologias de ruralidades em agências multilaterais e organismos internacionais selecionados. In Miranda, Carlos; Silva, Heithel. **Concepções da ruralidade contemporânea**: as singularidades brasileiras. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2013. Revista Desenvolvimento rural sustentável, v. 21, cap. 1, p. 77-148. Disponível

em: <http://repiica.iica.int/DOCS/B3226P/B3226P.PDF>. Acesso em: 08 abr. 2022.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Módulos Fiscais**.

disponível em: [https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal#:~:text=M%C3%B3dulo%20fiscal%20%C3%A9%20uma%20unidade,de%20explora%C3%A7%C3%A3o%20predominante%3B%20\(c\)](https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal#:~:text=M%C3%B3dulo%20fiscal%20%C3%A9%20uma%20unidade,de%20explora%C3%A7%C3%A3o%20predominante%3B%20(c).). Acesso em 12 de jul. 2022.

FARIA, Alexandre Augusto Ramos de. **O Programa Nacional De Desenvolvimento Sustentável Dos Territórios Rurais (PRONAT): Uma Análise Da Governança Estabelecida Pelos Colegiados Territoriais Do Estado Do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Governança Pública), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba. 2019.

FAVARETO, Arilson. Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial. In: FAVARETO, Arilson Et. al. **Políticas de desenvolvimento rural no Brasil: Avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010.

FAVARO, Jorge Luiz. **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná Curitiba, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. São Paulo, 2008. Disponível em : https://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 26 mar.2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: Saquet, Marco. SPOSITO, Eliseu (org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/sobre-a-tipologia-de-territorios.pdf>. Acesso em: 26 mar.2024. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Indicador de desenvolvimento econômico e social IDS dos estados Brasileiros. Disponível em : https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/estudo_5.pdf. Acesso em: 02 set.2021.

GERALDI, Juliano. **Planejamento regional e gestão territorial: Estudo de caso da Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná – AMCESPAR**. 2006. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba,2006.

GERALDI, Juliano. **Ordenamento e desenvolvimento territoriais no centro-sul do paraná**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; PATZLAFF, Ailton Carlos; PATZLAFF, Priscila Maria Gregolin; GREGOLIN, Graciela Caroline; GERVASONI, Francieli Pilati;

ZONIN, Wilson João. O programa nacional de desenvolvimento sustentável de territórios rurais e sua operacionalização no centro sul do paraná. **Revista Nucleus**, São Paulo, v 12, n1, p. 291-306, 2015. DOI:<https://doi.org/10.3738/1982.2278.1380>. Disponível em: <https://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/1380> . Acesso em: 06 jan. 2021.

GRISA, Catia; MEDEIROS, Jennifer C. O Ministério do desenvolvimento agrário (MDA) e suas capacidades estatais na promoção do desenvolvimento rural. **Revista Campo-Terr rio**, Uberlândia, v. 14, n. 34, p. 06-35, 2019.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. Políticas públicas para la agricultura familiar en Brasil: trayectoria, análisis y desafíos. In: SABOURIN, Eric; SAMPER, Mario; SOTOMAYOR, Octavio (Org.). **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe**: balance, desafíos y perspectivas. Santiago de Chile: Ed. CEPAL, Red PP-AL, CIRAD, IICA, 2014. cap 4, p. 75-102.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios   multiterritorialidade. 2004. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>> Acesso em 25 ago. 2022

HAJ, Jawdat Abu-et. O debate em torno do Capital Social: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Informações Geográficas**, n. 47, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100643>. Acesso: em 23 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Censo agricultura familiar resultado definitivo**. . Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://censoagro2017.iibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em 01 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Cidades**. . Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso: em 29 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=conceitos-e-metodos>. Acesso em: 04 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Base de dados**. . Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 14 de mar. de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Censo Agropecuário sobre a agricultura familiar**. . Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível : Sistema IBGE

de Recuperação Automática - SIDRA. Acesso em 08 de jul. de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Regiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017 Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas//. Acesso em: 08 fev. 2022.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Diagnóstico socioeconômico do território centro-sul**: 1.a fase: caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007. 142 p. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/RP_territorio_centro_sul_2007.pdf. Acesso em: 05 out.21

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Ação da regularização fundiária projeto multissetorial de desenvolvimento do Paraná programa pró-rural: avaliação qualitativa**. Curitiba: IPARDES, 2017. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/multissetorial_avaliacao_qualitativa_fev_2017.pdf. Acesso em: 08 jul. 23

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras regionais**: Mesorregião Geográfica Sudeste Paranaense. Curitiba: IPARDES, 2004. 133 p. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_sudeste.pdf. Acesso em: 04 de fevereiro 2021.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Cadernos estatístico**. . Curitiba: IPARDES, 2020. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84500&btOk=ok>. Acesso em: 08 out. 20

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Os desequilíbrios regionais e a política nacional de desenvolvimento regional. In: IPEA. Brasil em desenvolvimento 2009. Brasília: Ipea, 2009. v. 2. p. 377-404.

KRUSE, Bárbara Cristina; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Reflexões críticas acerca do desenvolvimento (in) sustentável. **Revista IDEAS-Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.16, 1-24, jan./dez. 2022.

LAMARCHE, Hugues (org.). A **agricultura familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Ed. UNICAMP.1993.

LEITE, Sergio Pereira; WESZ, Valdemar João Junior. Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000400004>. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasil, v 50, n.4, p.645-666. 2012.

LOCATEL, Celso Donizete. Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 12, p. 85-102., 2013.

LOCATEL, Celso Donizete. Urbanização do território: densidade e rarefação no Rio Grande do Norte. In: Celso Donizete Locatel; José Lacerda Alves Felipe; Rafael

Pereira da Silva. (orgs.). **A construção do saber geográfico no/do Rio Grande do Norte**. Natal: SEDIS-UFRN, 2017. v. 1, p. 277-308.

MALUF, Renato S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 53-86. 2000.

MASTRODI, Josué; IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v 24, n.9, p.05-18. Set./Dez. 2019.

MENEZES NETO, Jayme Bezerra. Reflexões sobre os espaços rurais: caminhos para o desenvolvimento rural brasileiro. **Revista Rural & Urbano Recife**, v. 02, n.02, p. 02-25. 2017.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Revista Organizações e Sociedade**, Salvador, n. 11, Jan.- Dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12637/8906>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MORAES, Jorge Luis Amaral de. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais, **Revista Economia**, Niterói, n. 01, v.9, p. 1-21. 2008.

PUTNAM, Robert. **Introdução Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAMBO, Anelise Graciele Rambo; BASTIAN; KRONE Lillian, Evander Eloi; CONTERATO, Marcelo Antonio; SCHNEIDER, Sergio. Apreendendo dinâmicas territoriais de desenvolvimento por meio da análise escalar: um estudo do PROINF e das emendas parlamentares no território rural zona sul do rio grande do sul. **Revista ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013.

RECH, Edemilso Pedro. **Desenvolvimento e Território**: Uma Análise da Política Pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Território Centro-Sul Do Paraná. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual De Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2010.

SACHS, Ignacy. Gestão social para desenvolvimento sustentável e democrático dos territórios. In BACELAR, Tânia. (Org). **Gestão Social Dos Territórios**. Brasília: IICA, 2009, v.10, p.13-25.

SANTOS, Elizabete Rodrigues Gurgel dos. **A urbanização do território no Rio Grande do Norte**. Tese (doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2021.

SANTOS, Milton. **O retorno do territorio**. En: OSAL : Observatorio Social de América

Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 29 mar.2021.

SILVA, Dalvanir Avelino; NELSON Aline Virginia Medeiros; SILVA Maria Aparecida Ramos. Do Desenvolvimento como Crescimento Econômico ao Desenvolvimento como Liberdade: A Evolução de um Conceito. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Rio Grande do Sul vol. 16, n. 42. 2018. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.42.42-71>.

SILVA, José Graziano. O novo rural Brasileiro. **Revista Unicamp Instituto de economia**, Campinas, 2 ed., p. 1-32. 1999.

SILVA, Joseli Maria. **Construindo a ciência: elaboração crítica de projetos de pesquisa** / Joseli Maria Silva, Edson Armando Silva, Ivan Jairo Junckes. Curitiba: Pós-Escrito, 2009.

SILVA, Sandro Pereira. Considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem territorial em políticas públicas. In: IPEA. **Brasil em desenvolvimento 2013**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2013. v. 1.

SILVA, Sandro Pereira. **Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no brasil**. IPEA. Rio de Janeiro: 2013b. ISSN 1415-4765.

SINGER, Paul. **O Capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS. Territórios rurais. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/mapa.php>. Acesso em: 14 mar.2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teórica aberta” do desenvolvimento sócio espacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 5-22. 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.13-35, jul./dez. 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Desenvolvimento sócio-espacial. In: **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 261-300.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Desenvolvimento sócio-espacial. In: **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 95-143.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Planejamento e gestão urbanos como ferramentas de promoção do desenvolvimento sócio-espacial. In: **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 60-82

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

TABARRO Cristiane. **Tramas e dramas da sucessão na agricultura familiar: percepção dos jovens no território Centro-Sul do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon. 2018.

Valência, Mireya; Sabourin, Eric; Sayago, Doris; Balestro, Moisés. **Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. **A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe**. Porto Alegre: Escritos Editora. 2018. Cap.1, p. 89-114.

Veiga José Eli da. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2003.

Veiga José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável**: O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura. **Revista Seropédica**: CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145. 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

Entrevista Semi estruturada:

Conselheiros e Representantes

Nome:

Representante de qual entidade/organização:

Município

Data:

1. Com base na apresentação do rol de projetos desenvolvidos no Território, você teve conhecimento de todos?
2. A formação territorial proposta pelo MDA e aceita pelo Conselho Gestor foi satisfatória? Correspondeu às expectativas dos municípios envolvidos?
3. Os 12 municípios que fazem parte do território Centro Sul participaram ativamente do Conselho Gestor?
4. Os projetos corresponderam ao que foram propostos? Tem abrangência territorial correspondente ao Território Centro Sul?
5. Um objetivo do programa para o Território foi o incentivo a projetos que voltados para aeração de alternativas a produção fumicultura, porém não foram suficientes para reduzir a produção do fumo? Qual sua opinião?
6. Dentro da formação do Conselho Gestor houve muita rotatividade entre os representantes conselheiros? Em caso afirmativo você acha que isso interferiu no processo?

Com o fim do PRONAT em 2016, houve a volta para o municipal? Como ficaram os bens obtidos através dos projetos aprovados?

ANEXOS

ANEXO A – ELABORAÇÃO DOS PROJETOS

Discriminação dos Investimentos	Unidade	Quant	Localização	Origem dos recursos/ R\$		Valores Totais R\$
				MDA/SDT	Contrapartida	
Aquisição de câmara de resfriamento de frutas	un.	01	Imbituva	180.000,00	36.000,00	216.000,00
Aquisição de máquina classificadora de frutas	un.	01	Imbituva	13.517,00	2.705,00	16.222,00
Aquisição de veículo de passeio a gasolina com capacidade para cinco passageiros	un.	07	Inácio Martins, Ipiranga, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rio Azul, Teixeira Soares	140.000,00	7.600,00	147.600,00
Aquisição de micro-computador com impressora e periféricos	un.	07	Inácio Martins, Ipiranga, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rio Azul, Teixeira Soares	24.500,00	1.500,00	26.000,00
TOTAL GERAL				358.017,00	47.805,00	405.822,00

Discriminação dos Investimentos	Unidade	Quant	Localização	Origem dos recursos/ R\$		Valores Totais R\$
				MDA/SDT	Contrapartida	
Aquisição de câmara de resfriamento de frutas	un.	01	Imbituva	180.000,00	36.000,00	216.000,00
Aquisição de máquina classificadora de frutas	un.	01	Imbituva	13.517,00	2.705,00	16.222,00
Aquisição de veículo de passeio a gasolina com capacidade para cinco passageiros	un.	07	Inácio Martins, Ipiranga, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rio Azul, Teixeira Soares	140.000,00	7.600,00	147.600,00
Aquisição de micro-computador com impressora e periféricos	un.	07	Inácio Martins, Ipiranga, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rio Azul, Teixeira Soares	24.500,00	1.500,00	26.000,00
TOTAL GERAL				358.017,00	47.805,00	405.822,00

ANEXO B – SOLICITAÇÃO EMENDA PARLAMENTAR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ofício nº036/Gabinete 474

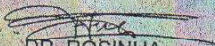
Brasília, 8 de fevereiro de 2011

Prezado Senhor,

Ao cumprimentá-lo, utilizo-me do presente ofício para informar a emenda incluída por mim no Orçamento Geral da União – Exercício 2011 para este município.

Área	Emenda	Título da Emenda	Funcional	GND	Valor
Ministério do Desenvolvimento Agrário	36450006	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais no Estado do Paraná	21.127.1334.8991.0041	4	R\$ 100.000,00

Atenciosamente,


DR. ROSINHA
Deputado Federal PT-PR

Ao Senhor
SERGIO LUIS STOKLOS
Prefeito Municipal
Irati - PR

ANEXO C – SOLICITAÇÃO EMENDA PARLAMENTAR 2

OFICIO 109 - EMENDA IRATI(mda).pdf

<http://webmail.irati.pr.gov.br/service/home/~-/OFICIO 109 - EMEND...>

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL ANDRÉ VARGAS PT/PR

Ofício nº 109/2013 – GAB - 923

Brasília, 04 de setembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
ODILON ROGERIO BURGATH
Prefeito Municipal
IRATI - PR

Prezado Senhor,

Com os meus cumprimentos, informo que incluí o município de **IRATI – PR**, no OGU-2013, conforme:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
EMENDA PARLAMENTAR 25560010
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 21.127.2029.210X.0041 – Apoio ao Desenvolvimento sustentável de Territórios Rurais
GND: 4
MA: 40
R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

O código do Programa 4900020130005 encontra-se disponível no SICONV- Sistema de Convênios, para cadastramento da proposta. Solicito incluir o referido ofício, na aba anexo do SICONV.

Na justificativa da proposta, citar o autor e o número da emenda. Coloco o meu Gabinete Parlamentar a disposição, por intermédio do correio eletrônico: dep.andrevargas@camara.leg.br e/ou pelos seguintes telefones: (061) 32158102 – 32158122 – 32158119 – 32158124.

Atenciosamente,

ANDRE VARGAS
DEPUTADO FEDERAL PT-PR
Primeiro Vice-Presidente

ANEXO D – TERMO DE DISTRATO

CAIXA

Termo de Distrato Contratual

TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO DE REPASSE
Nº 0321705 - 08 / 2010, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO
FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL, E A O MUNICÍPIO DE RIO AZUL/PR.

A UNIÃO FEDERAL, por intermédio da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 06/03/1970, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04 nos termos no Contrato de Prestação de Serviços firmado com o Ministério MDA, neste ato representada por LUIS HENRIQUE BORG, RG nº 2.053.244, CPF nº 479.219.279-04, residente e domiciliado em Ponta Grossa, PR, conforme procuração lavrada em notas do 2º Ofício de Notas de Brasília – DF, no livro 2925, fls 151/152, em 18/01/2012 e substabelecimento lavrado em notas do 2º ofício de Notas de Brasília no livro 2925, em 18/01/2012, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e o Município de Rio Azul, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.963.256/0001-01, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, neste ato representado pelo seu Prefeito(a), Sr. SILVIO PAULO GIRARDI, no uso de suas atribuições, conforme Ato Posse datado de 23/12/10, celebram o presente Instrumento Particular de Distrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes acima, de comum acordo, firmam o presente Distrato ao Contrato de Repasse nº 0321705 - 08 / MDA / CAIXA, Processo nº 3683.0321705-08/2010, assinado em 23/12/10, tendo por objeto a PRONAT/INFRA-CAPACITACAO, nos termos da Cláusula Décima Sétima.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em vista do disposto na Cláusula precedente, dão as partes plena quitação das obrigações assumidas, não restando nada a exigir com alusão ao Contrato de Repasse ora distratado.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Termo de Distrato será levado à publicação no Diário Oficial da União, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

E, por estarem assim justas e pactuadas, firmam o presente Instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, que assinam para que surtam seus jurídicos e legais efeitos em juízo ou fora dele.

Ponta Grossa, 4 de dezembro de 2014

Assinatura, sob carimbo, do contratado
Nome: LUIS HENRIQUE BORG
CPF: 479.219.279-04

Testemunhas

Nome: SANDRO LUIZ BOLZANI
CPF: 640.231.769-15

MO 27007 011

Assinatura do contratado
Nome: SILVIO PAULO GIRARDI
CPF: 487.250.139-04

Nome: Michelle Hansel
CPF: 804.865.809-20

OGU

ANEXO E – NÚMERO DE CONTRATOS POR ÁREA DE DESTINO

Localidade	Ano	Financiamento s a Agricultura - Custeio - Contratos	Financiamento s a Agricultura - Investimentos - Contratos	Financiamentos a Agricultura - Comercializaçã o - Contratos	Financiamento s a Agricultura - Industrialização - Contratos
Fernandes Pinheiro	2003	331	89	-	
	2004	407	169	-	
	2005	507	92	-	
	2006	359	56	-	
	2007	385	28	-	
	2008	374	47	12	
	2009	340	35	11	
	2010	313	35	9	
	2011	305	49	11	
	2012	296	54	7	
	2013	301	86	3	
	2014	316	78	3	
Guamiranga	2003	603	326	-	
	2004	1.388	471	1	
	2005	2.011	217	-	
	2006	1.371	51	-	
	2007	1.013	59	-	
	2008	1.457	137	-	
	2009	1.086	38	-	
	2010	818	98	-	
	2011	667	35	-	
	2012	582	114	-	
	2013	431	171	-	
	2014	389	156	1	
Imbituva	2003	2.966	899	-	
	2004	3.207	603	50	
	2005	3.753	506	34	
	2006	3.061	277	5	
	2007	2.470	119	-	
	2008	2.929	286	-	
	2009	2.513	185	1	
	2010	2.268	196	3	
	2011	1.744	135	3	
	2012	1.418	219	1	
	2013	1.581	404	-	
	2014	1.477	466	2	
Inácio Martins	2003	177	24	-	
	2004	206	173	-	
	2005	159	30	-	
	2006	179	24	-	
	2007	138	125	-	
	2008	73	29	-	
	2009	45	78	-	
	2010	46	31	-	
	2011	53	131	-	
	2012	46	46	-	
	2013	33	59	-	

	2014	39	96	-	
Ipiranga	2003	3.096	764	2	
	2004	3.468	605	13	
	2005	4.471	555	6	
	2006	3.597	358	4	
	2007	3.458	308	-	
	2008	3.882	357	-	
	2009	3.854	176	7	
	2010	2.754	218	10	
	2011	2.057	190	13	
	2012	1.770	303	2	
	2013	1.575	439	3	
	2014	1.470	288	6	
Irati	2003	2.412	1.042	9	
	2004	2.939	970	52	
	2005	3.345	529	46	
	2006	2.661	279	11	
	2007	2.364	307	13	
	2008	2.623	370	39	
	2009	2.395	214	38	
	2010	2.223	397	39	
	2011	2.113	332	54	
	2012	1.934	427	34	
	2013	1.953	570	20	
	2014	1.949	567	22	
Ivaí	2003	1.574	354	-	
	2004	2.120	339	-	
	2005	2.773	287	1	
	2006	2.031	164	-	
	2007	1.747	88	-	
	2008	2.300	210	-	
	2009	1.914	178	-	
	2010	1.765	188	-	
	2011	1.595	103	4	
	2012	1.476	147	1	
	2013	1.388	223	2	
	2014	1.322	163	-	
Mallet	2003	1.503	499	-	
	2004	1.469	460	21	
	2005	1.673	267	39	
	2006	1.523	176	3	
	2007	1.394	169	-	
	2008	1.722	163	-	
	2009	1.481	145	3	
	2010	1.353	127	-	
	2011	1.134	123	-	
	2012	1.064	162	-	
	2013	1.093	296	1	
	2014	1.150	278	1	
Prudentópolis	2003	4.238	1.046	1	
	2004	5.074	1.211	9	
	2005	5.900	941	23	

	2006	4.655	388	-	
	2007	3.989	355	-	
	2008	3.690	348	-	
	2009	3.144	272	-	
	2010	2.964	372	-	
	2011	2.532	226	1	
	2012	2.356	410	1	
	2013	2.270	511	-	
	2014	2.123	523	1	
Rebouças	2003	2.874	642	-	
	2004	2.290	390	20	
	2005	2.538	287	34	
	2006	2.559	190	-	
	2007	2.798	142	-	
	2008	2.391	141	1	
	2009	2.110	136	1	
	2010	2.217	118	-	
	2011	1.735	111	2	
	2012	1.196	164	-	
	2013	1.308	356	-	
	2014	1.304	322	-	
Rio Azul	2003	1.927	444	-	
	2004	3.159	709	-	
	2005	3.778	386	-	
	2006	3.055	161	-	
	2007	2.563	327	-	
	2008	3.134	343	-	
	2009	2.394	231	-	
	2010	2.071	243	-	
	2011	2.196	142	-	
	2012	2.465	295	-	
	2013	2.514	673	2	
	2014	2.742	583	-	
Teixeira Soares	2003	753	217	-	
	2004	1.282	468	1	
	2005	1.334	228	-	
	2006	1.130	122	-	
	2007	1.058	95	-	
	2008	1.014	134	-	
	2009	949	75	1	
	2010	787	117	6	
	2011	790	165	2	
	2012	702	256	1	
	2013	666	229	4	
	2014	651	213	7	
Total		260927	40164	794	0

Fonte: IPARDES com dados do BACEN

ANEXO F – FINANCIAMENTOS A AGRICULTURA VALORES

Localidade	Ano	Custeio - Valor (R\$ 1,00)	Investimentos - Valor (R\$ 1,00)	Comercializaç ão - Valor (R\$ 1,00)	Industrializ ação - Valor (R\$ 1,00)
Fernandes Pinheiro	2003	2.524.489,33	1.277.241,75	-	
	2004	4.572.405,37	2.023.247,23	-	
	2005	3.922.553,01	1.300.532,94	-	
	2006	4.045.199,40	1.693.106,91	-	
	2007	5.302.044,67	881.055,70	-	
	2008	7.640.179,83	1.720.773,86	1.339.134,00	
	2009	7.754.820,47	1.845.498,86	1.670.240,03	
	2010	9.752.392,86	1.109.310,57	1.271.942,61	
	2011	10.159.102,26	2.901.556,24	1.010.568,58	
	2012	11.579.138,28	3.439.579,58	1.166.937,60	
	2013	13.418.207,59	6.373.208,14	689.520,00	
	2014	18.432.426,78	5.719.322,48	127.395,81	
Guamiranga	2003	3.491.204,84	1.598.069,71	-	
	2004	6.974.533,82	1.154.534,94	12.852,00	
	2005	6.620.906,35	1.267.575,94	-	
	2006	5.938.787,90	322.074,23	-	
	2007	4.876.438,17	750.797,90	-	
	2008	6.628.198,13	1.190.619,52	-	
	2009	5.834.981,46	1.618.607,24	-	
	2010	5.611.330,84	1.690.575,45	-	
	2011	3.949.339,19	905.703,73	-	
	2012	4.543.578,68	2.938.475,47	-	
	2013	5.959.941,56	5.398.885,43	-	
	2014	6.244.932,22	7.283.320,42	25.070,89	
Imbituva	2003	17.629.668,46	8.090.306,07	-	
	2004	18.460.910,44	5.628.607,78	1.479.753,57	
	2005	20.943.398,39	5.633.889,39	846.169,95	
	2006	19.012.095,29	3.930.191,12	155.698,20	
	2007	17.871.424,38	2.216.636,92	-	
	2008	25.291.997,01	8.018.080,27	-	
	2009	23.594.066,19	7.501.037,50	594.200,00	
	2010	27.191.986,32	5.620.056,13	1.153.831,05	
	2011	19.478.342,58	7.179.522,86	647.936,00	
	2012	18.996.535,45	7.743.867,63	1.659.767,38	
	2013	23.050.971,73	19.299.029,83	-	
	2014	28.621.125,27	28.200.836,03	1.307.710,44	
Inácio Martins	2003	619.891,80	556.500,00	-	
	2004	761.581,90	1.950.000,00	-	
	2005	620.475,67	415.314,35	-	
	2006	718.565,00	399.957,25	-	
	2007	549.376,68	279.068,17	-	
	2008	452.967,74	469.877,38	-	
	2009	443.851,45	892.857,77	-	
	2010	643.594,67	267.961,69	-	
	2011	455.004,29	1.015.061,90	-	
	2012	493.361,14	790.287,80	-	

	2013	835.087,63	1.201.490,83	-	
	2014	1.106.367,29	3.302.804,39	-	
Ipiranga	2003	17.586.410,14	5.752.609,36	59.176,24	
	2004	21.305.483,25	5.703.000,21	1.126.023,75	
	2005	21.892.250,96	4.311.479,73	299.787,00	
	2006	24.652.992,98	4.069.923,23	128.698,50	
	2007	27.155.958,96	4.288.750,79	-	
	2008	35.804.347,12	7.519.434,60	-	
	2009	36.599.276,04	7.704.423,69	785.011,16	
	2010	36.279.675,99	7.528.464,38	1.266.735,50	
	2011	32.492.927,56	6.119.833,98	3.230.814,38	
	2012	37.361.384,07	11.785.799,59	224.409,60	
	2013	39.966.461,54	21.288.183,63	500.000,00	
	2014	48.467.307,98	15.871.931,65	948.285,50	
Irati	2003	14.792.528,34	10.807.418,43	4.694.566,40	
	2004	14.444.662,78	6.953.930,08	6.070.415,60	
	2005	14.964.153,37	5.883.086,91	7.304.947,63	
	2006	15.196.740,41	3.574.965,16	12.100.000,00	
	2007	13.622.653,29	3.568.298,87	12.792.386,80	
	2008	18.019.368,65	10.388.952,56	20.713.321,93	
	2009	19.062.926,81	7.847.082,74	35.484.525,29	
	2010	20.023.321,15	10.878.793,85	39.151.916,65	
	2011	19.841.198,67	11.922.510,16	37.522.145,78	
	2012	21.493.694,22	15.601.511,28	49.762.602,75	
	2013	25.426.091,11	24.415.716,21	36.980.988,85	
	2014	29.437.890,69	25.927.083,28	41.453.274,60	
Ivaí	2003	6.699.787,64	2.692.934,59	-	
	2004	9.899.048,21	3.344.173,85	-	
	2005	11.025.630,43	2.970.927,69	146.500,00	
	2006	11.999.521,47	2.393.525,15	-	
	2007	13.016.066,78	1.717.403,58	-	
	2008	19.305.355,93	7.112.508,72	-	
	2009	18.215.252,79	7.222.921,96	-	
	2010	18.643.049,48	6.260.546,87	-	
	2011	17.724.599,79	3.438.464,17	677.000,00	
	2012	18.374.383,66	6.781.746,19	303.000,00	
	2013	22.286.972,09	13.021.876,79	199.800,00	
	2014	24.274.315,37	9.401.844,22	-	
Mallet	2003	7.494.483,16	3.309.011,86	-	
	2004	6.196.061,86	3.430.357,16	864.049,56	
	2005	6.804.211,91	2.512.537,00	1.138.429,37	
	2006	6.803.682,93	2.032.064,03	92.058,75	
	2007	6.037.011,47	2.479.012,74	-	
	2008	10.058.013,42	3.222.648,26	-	
	2009	9.490.337,86	3.212.063,10	174.944,24	
	2010	9.298.915,22	3.250.743,41	-	
	2011	7.973.232,70	3.885.970,35	-	
	2012	8.981.472,23	5.431.233,01	-	
	2013	11.510.844,35	9.563.718,87	100.000,00	
	2014	13.414.003,76	10.784.380,00	7.000.000,00	
Prudentópolis	2003	23.910.686,13	9.423.694,21	6.000,00	
	2004	25.263.408,51	12.060.928,72	304.138,14	

	2005	27.968.474,08	8.682.800,34	822.983,70	
	2006	24.504.523,27	4.617.277,95	-	
	2007	26.869.690,48	4.045.017,69	-	
	2008	36.088.105,84	10.155.629,41	-	
	2009	40.063.708,00	13.360.950,74	-	
	2010	33.240.087,67	9.559.331,57	-	
	2011	33.208.880,27	12.094.362,60	974.850,00	
	2012	35.422.292,92	16.276.587,36	995.394,30	
	2013	47.747.065,49	17.977.904,27	-	
	2014	59.616.159,11	23.189.531,44	38.000,00	
Rebouças	2003	13.366.448,00	4.157.818,39	-	
	2004	9.562.004,76	3.052.996,39	824.391,90	
	2005	10.294.974,01	3.920.685,50	1.210.743,18	
	2006	11.385.003,21	2.680.585,75	-	
	2007	12.358.062,62	1.925.169,25	-	
	2008	15.352.192,46	4.505.503,12	700.000,00	
	2009	16.903.324,13	3.596.727,84	300.000,00	
	2010	16.179.747,47	3.126.652,05	-	
	2011	15.601.697,96	4.592.155,41	74.800,00	
	2012	16.428.900,80	5.811.810,69	-	
	2013	19.639.928,44	13.477.212,80	-	
	2014	23.610.553,71	16.204.335,78	-	
Rio Azul	2003	7.830.237,14	2.951.514,34	-	
	2004	12.173.264,67	4.216.233,83	-	
	2005	12.417.601,58	3.173.590,30	-	
	2006	11.495.167,16	1.753.009,79	-	
	2007	10.137.048,85	2.563.058,67	-	
	2008	15.024.098,64	6.568.698,36	-	
	2009	12.978.725,29	6.426.860,93	-	
	2010	10.912.598,88	4.902.235,01	-	
	2011	11.597.505,10	3.256.076,05	-	
	2012	14.548.580,51	6.177.397,87	-	
	2013	17.621.092,13	16.865.940,86	362.055,66	
	2014	20.380.056,20	18.220.072,27	-	
Teixeira Soares	2003	10.289.291,86	3.504.694,91	-	
	2004	17.671.334,47	8.439.237,93	26.500,00	
	2005	16.934.535,57	4.059.826,05	-	
	2006	15.950.359,32	3.561.102,58	-	
	2007	25.832.991,68	3.042.503,25	-	
	2008	34.191.997,28	7.070.575,82	-	
	2009	28.521.612,96	5.448.463,86	116.880,00	
	2010	29.338.391,58	5.891.669,78	977.576,20	
	2011	36.777.769,07	12.334.495,23	559.425,60	
	2012	37.216.129,22	16.532.104,14	60.120,00	
	2013	43.643.923,05	16.658.443,28	486.947,54	
	2014	47.628.130,40	22.717.270,14	691.150,39	
		2.430.734.102,32	931.023.459,76	347.986.500,2	

Fonte: Adaptado IPARDES com dados do BACEN